

6

Como Andam Natal e Recife



Série: **Como Andam** as REGIÕES METROPOLITANAS

ISBN 978-85-60133-73-4



9 788560 133734

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Elcione Diniz Macedo

GERENTE DE CAPACITAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

ORGANIZAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO DAS EQUIPES REGIONAIS

RM BELÉM: José Júlio Ferreira Lima
RM BELO HORIZONTE: Luciana Teixeira de Andrade
RM CURITIBA: Rosa Moura
RM FORTALEZA: Luis Renato Pequeno
RM GOIÂNIA: Aristides Moysés
RM MARINGÁ: Ana Lúcia Rodrigues
RM NATAL: Maria do Livramento Miranda Clementino
RM PORTO ALEGRE: Rosetta Mammarella
RM RECIFE: Maria Ângela de Almeida Souza
RM RIO DE JANEIRO: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
RM SÃO PAULO: Lúcia Maria Machado Bógus
Suzana Pasternak
RM SALVADOR: Gilberto Corso Pereira
Inaiá Maria Moreira de Carvalho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Inês da Silva Magalhães

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS (INTERINO)

Benny Schasberg

SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Leodegar da Cunha Tiscoski

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA

Luiz Carlos Bueno de Lima

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN

Alfredo Peres da Silva

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. – TRENSURB

Marco Arildo Prates da Cunha

6

Como Andam Natal e Recife

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláísa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL NATAL

Maria do Livramento Miranda Clementino

COORDENAÇÃO REGIONAL RECIFE

Maria Ângela de Almeida Souza

Ministério das Cidades

Como Andam Natal e Recife. Organização Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008.

6 vol. Como Andam as Regiões Metropolitanas. Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

252 p.

1. Desenvolvimento urbano – Brasil. 2. Espaço metropolitano – Brasil. 3. Políticas públicas. I. Ministério das Cidades, ed. II. Cunha, Egláisa Micheline Pontes e Pedreira, Roberto Sampaio, org.

O Ministério das Cidades, por meio do **Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC**, tem realizado progressivamente atividades com o objetivo de capacitar agentes públicos e sociais, para implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e empreendido esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação.

Com vistas a ampliar o escopo dessas atividades, é com grande satisfação que apresento aos municípios brasileiros a **Coleção Estudos e Pesquisas do PNCC**, que visa dar conhecimento ao público brasileiro de estudos e pesquisas importantes para subsidiar a formulação e a utilização de instrumentos e ações voltados para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Pretende-se, por meio de publicação sistemática, oferecer e compartilhar, com o público em geral, estudos e pesquisas elaborados por especialistas renomados, selecionados, mediante parcerias, pelo Ministério das Cidades, para o aprofundamento de temas que exigem a construção de diagnósticos e que possibilitem mais acúmulo teórico e técnico, com vistas a sua condução prática e política no âmbito do Ministério das Cidades.

O primeiro trabalho a ser apresentado na Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades é a série: **Como Andam as Regiões Metropolitanas**, composta de 11 volumes, que oferece a exame um estudo sobre a hierarquização e a identificação dos espaços urbanos, assim como propõe a construção de uma tipologia para as cidades brasileiras. O trabalho desenvolvido sob a responsabilidade do Observatório das Metrôpoles – que reúne pesquisadores de diversas universidades brasileiras, os quais cumprimento pelo trabalho realizado – apresenta um olhar analítico sobre onze Regiões Metropolitanas (São Paulo, Salvador, Fortaleza, Natal, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém e Goiânia) e um aglomerado urbano (Maringá), traçando suas características geofísicas, socioocupacionais e socioespaciais.

Sem dúvida, os conteúdos e diagnósticos apresentados ao longo desta série contribuirão para ampliar e qualificar a discussão em torno de políticas públicas que resultem no aprimoramento das propostas de regulação e gestão de cooperação e intervenção articulada nas Regiões Metropolitanas, com vistas à melhoria das condições de vida das populações das metrôpoles.

Marcio Fortes de Almeida
Ministro das Cidades

Apresentação

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo. Reguladas por legislação federal, foram criadas nove Regiões Metropolitanas – RM's, incluindo os principais centros nacionais – particularmente capitais de estados – e suas áreas de polarização direta, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Visaram à realização de serviços comuns de interesse metropolitano¹, de modo a constituir uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam organizar-se sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Com ela, findava um modelo que criou regiões sobre as quais os Estados Federados não tinham autonomia para intervenção, e se abriam possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Além de regiões metropolitanas, o texto constitucional admitiu outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. Mantendo e adequando os objetivos

1 Segundo a Lei Complementar /: I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano; IV – transportes e sistema viário; V – produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal; VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

da etapa anterior, as unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificadas como metropolitanas. Parte dessas regiões têm crescido a taxas anuais superiores a 3% ao ano, com expansão expressiva, até mesmo nos pólos, enquanto outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. São regiões com distintos pesos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia. Muitas delas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social, e também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal. É o caso dos grandes complexos urbanos, como o que articula num processo único as regiões de São Paulo, Campinas e da Baixada Santista, além de outras aglomerações urbanas vizinhas.

As leis estaduais que vêm instituindo tais unidades mantêm em seu escopo orientações mínimas para organização do sistema de gestão e, em alguns casos, além da área metropolitana, identifica áreas de expansão – como nas legislações do Estado de Santa Catarina, denominada “área de expansão metropolitana”; nas do Estado de Minas Gerais, “colar metropolitano”; e na do Estado de Goiás/Distrito Federal, “região de desenvolvimento integrado”- RIDE/DF.

Em 2003, o Brasil registra 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas², com a possibilidade da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³ do Distrito Federal somar-se a este conjunto, pelo porte metropolitano da cidade principal.

Em geral, as unidades metropolitanas estão concentradas nas regiões Sul (Santa Catarina, com seis unidades; Paraná, com três; e Rio Grande do Sul, com uma RM) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades;

2 Esse cálculo considera uma única unidade a RM e sua respectiva área de expansão, colar metropolitano ou região de desenvolvimento integrado. Não inclui a RM de Aracaju que, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º, e a RM de Manaus, constituída em 2006.

3 As RIDEs estão previstas nos artigos , inciso IX, e , inciso IV da Constituição Federal. Sua institucionalização compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa.

Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma unidade cada um). No Nordeste, o Ceará, Pernambuco e Bahia já possuíam, cada qual, sua unidade metropolitana; e foram institucionalizadas, por leis estaduais, novas unidades em Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, totalizando sete unidades na Região. No Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste foi institucionalizada a RM de Goiânia. Nessa Região, a RIDE do Distrito Federal, criada em 1998, incorpora, além do Distrito Federal, municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais⁴.

As diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas, dificultando a comparação entre elas. Como permanecem ausentes projetos estaduais de regionalização, e diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização, inevitavelmente, vem induzindo distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias.

Embora todas as unidades apresentem um padrão de ocupação que se particulariza por transcender limites político-administrativos municipais, descrevendo manchas contínuas assentadas sobre municípios autônomos, sua delimitação não expressa contornos conexos ao fato urbano das espacialidades de aglomeração sobre as quais incidem, sequer confere aderência à precisão conceitual que identificaria a unidade metropolitana, a partir do padrão funcional, diante das demais categorias disponíveis para classificação das unidades regionais⁵.

Nota-se, assim, uma lacuna acerca das relações metropolitanas de forma que a ação integrada por entes federativos no espaço metropolitano demanda um marco legal nacional que articule esta ação regulando a inter-relação entre os municípios integrantes dessas regiões, e suas relações com os governos estadual e federal.

4 Outras RIDEs localizam-se nos Estados de Pernambuco/Bahia (Petrolina/Juazeiro) e de Piauí/Maranhão (Teresina/Timon).

5 O Estado do Rio Grande do Sul foi o que demonstrou melhor compreensão conceitual, mantendo como metropolitana apenas a unidade regional polarizada por Porto Alegre e instituindo duas aglomerações urbanas, a de Caxias do Sul e a de Pelotas.

Classificação e Tipologias

Os estudos que resultaram nesta Série voltaram-se para identificar entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, classificando, tipificando e indicando, nesses espaços, a área específica onde ocorre o fenômeno metropolitano; isto é, está voltado à identificação e caracterização dos espaços metropolitanos brasileiros, em sua dimensão sócio-territorial e em seu desempenho institucional, tendo como objetivos:

- a) Organizar uma base de indicadores para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros, considerando-os como unidades territoriais particulares, devido às funções de maior complexidade por eles exercidas na rede urbana nacional. Tal identificação foi possível a partir da análise de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, e possibilitou dirimir dúvidas quanto ao uso adequado dos conceitos de “metrópole” e de “região metropolitana”, muitas vezes empregada de forma não pertinente ao espaço institucionalizado.
- b) Desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. A análise incidiu sobre os pontos focais dessa rede: metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações.
- c) Identificar os territórios socialmente vulneráveis no interior das áreas metropolitanas e seu diagnóstico, a partir da análise do ponto de vista das dimensões fundamentais da vida social daqueles espaços onde se concentram os segmentos da população que vivem em situação de acúmulo de privações, inclusive quanto à degradação ambiental e às dificuldades técnicas de conexão às redes de infraestrutura e serviços públicos.
- d) Analisar as condições institucionais e fiscais das unidades municipais que compõem as áreas onde se expressa o fenômeno metropolitano, de modo a avaliar

sua capacidade de responder à implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

Buscando atingir estes objetivos foram construídos dois produtos. O primeiro contemplou a classificação e demarcação espacial da intensidade do fenômeno da metropolização, com base nos seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas, tendo como universo de análise as metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e as capitais de estados que não conformam aglomerações.
- II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano.
- III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
- IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
- V) Identificação e análise dos territórios socialmente vulneráveis das aglomerações metropolitanas.

O segundo produto desenvolveu uma avaliação do quadro institucional dos municípios e a identificação das ações de cooperação intermunicipal, assim como a análise do desempenho fiscal dos municípios que compõem os espaços metropolitanos.

Esses produtos possibilitaram uma análise sociourbana de doze espaços metropolitanos quanto às desigualdades sociais e urbanas na escala intra-metropolitana (diagnóstico social e urbano do território segmentado em espaços, segundo a sua vulnerabilidade). Essas análises compõem a *Série Como Andam as Regiões Metropolitanas*, na forma desta primeira *Coleção de Estudos e Pesquisas* do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades.

A Série Foi Organizada da Seguinte Forma:

O **Volume 1** – *Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos* - define uma hierarquia para os espaços urbanos, tendo como pressupostos a centralidade, medida por indicadores do grau de importância, complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e as relações que transcendem a região.

No **Volume 2**, apresenta-se o trabalho de pesquisa sobre *Tipologia das Cidades Brasileiras*, cujo objetivo foi o de identificar e classificar os municípios brasileiros. Os demais volumes específicos estão dispostos da seguinte forma:

Volume 3 – Como Anda São Paulo

Volume 4 – Como Anda Salvador

Volume 5 – Como Anda Fortaleza

Volume 6 – Como Andam Natal e Recife

Volume 7 – Como Andam Curitiba e Maringá

Volume 8 – Como Anda Porto Alegre

Volume 9 – Como Anda Rio de Janeiro

Volume 10 – Como Anda Belo Horizonte

Volume 11 – Como Andam Belém e Goiânia

Sumário

Natal

Introdução _____ 1

CAPÍTULO 1

1. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Natal _____ 9
1.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano _____ 9

CAPÍTULO 2

2. Diagnóstico Sociourbano da Área Metropolitana _____ 19
2.1. Condições de Ocupação e Renda Intra-metropolitano _____ 21
2.1.1. Taxa de Desocupados _____ 21
2.1.2. Tipologia Socioocupacional e Segregação Socioespacial _____ 24
2.1.3. Renda Familiar Per Capita _____ 28
2.2. Estrutura Demográfica _____ 30

CAPÍTULO 3

3. Condições de Educação _____ 41
3.1. Condições de Moradia _____ 49

CAPÍTULO 4

4. Condições de Mobilidade e Transportes _____ 57

CAPÍTULO 5

5. Incidência de Violência _____ 61

CAPÍTULO 6

6.	Desempenho Fiscal dos Municípios	65
6.1.	Distribuição das Atividades Econômicas e da População Dentro da RMN	65
6.2.	A Receita e a Despesa da RMN	71

CAPÍTULO 7

7.	Tendências Recentes da RMNatal	77
	Considerações Finais	85
	Referências Bibliográficas	87

Recife

	Introdução	91
--	------------	----

CAPÍTULO 1

1.	Caracterização Geral da Região Metropolitana do Recife	93
1.1.	Configuração e Institucionalização do Espaço Metropolitano	95
1.1.1	O Quadro Histórico e Institucional	96
1.1.2	Características Físico-ambientais	98
1.1.3	A Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano	99
1.1.2	Características Socioeconômicas e Demográficas	102
1.2.1	Características Demográficas	102
1.2.2	Condição Social da MetrÓpole	106
1.2.3	Estrutura Ocupacional e Mercado de Trabalho Urbano	108
1.3.	Infra-estrutura Urbana: Indicadores de Risco e Desigualdade Socioambiental	109

CAPÍTULO 2

2.	Diagnóstico Sociourbano da Área Metropolitana	125
2.1.	Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial	128
2.1.1	Tipologia Socioocupacional em 2000	128
2.1.2	Ocupação e Renda	133
2.2.	Demografia	139
2.2.1	Dinâmica de Crescimento Populacional	139
2.2.2	Componentes da Dinâmica Demográfica	144
2.2.3	Características Gerais da População Intra-urbana	150
2.3.	Educação	157

2.3.1	Analfabetismo _____	157
2.3.2	Frequência Escolar e Adequação Idade/Série _____	160
2.4.	Moradia _____	163
2.4.1	Condições de Moradia _____	163
2.4.2	Padrões de Conforto Domiciliar _____	165
2.4.3	Necessidades Habitacionais _____	166
2.5.	Mobilidade e Transporte _____	170
2.5.1	Movimento Pendular _____	170
2.5.2	Transporte Coletivo Intra-metropolitano _____	171
2.6.	Incidência de Homicídios _____	175

CAPÍTULO 3

3.	Condições Institucionais Metropolitanas e de Cooperação Intermunicipais _____	179
3.1.	Quadro Institucional da Gestão Metropolitana _____	179
3.2.	Instrumentos de Planejamento e Gestão _____	187
3.2.1	Instrumentos de Planejamento e de Gestão Metropolitanos _____	187
3.2.2	Instrumentos de Planejamento e Gestão dos Municípios Metropolitanos _____	190
3.3.	Ações de Cooperação entre Municípios Metropolitanos _____	196
3.4.	Representação em Conselhos Municipais na RMR _____	198
3.4.1	A Emergência e a Disseminação dos Conselhos Municipais _____	198
3.4.2	A Composição dos Conselhos Municipais _____	202
3.4.3	A Cultura Cívica dos Conselheiros Municipais _____	205

CAPÍTULO 4

4.	Desempenho Fiscal dos Municípios _____	209
4.1.	Indicadores de Receita _____	209
4.2.	Indicadores de Despesa _____	213
4.3.	Indicadores de Investimentos e de Endividamento _____	213
	Considerações Finais _____	215
	Referências Bibliográficas _____	217
	Anexo _____	221

Lista de Tabelas

Natal

TABELA 1 – Indicadores para Identificação do Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração da Região Metropolitana de Natal _____	10
TABELA 2 – Indicadores para Identificação da Condição Social da Região Metropolitana de Natal 2000 _____	13
TABELA 3 – Tipologia Socioocupacional, RMNatal, 2000 _____	27
TABELA 4 – Taxa de Crescimento Populacional – RM de Natal, entre 1991 e 2000 _____	31
TABELA 5 – Esperança de Vida ao Nascer – RM de Natal, 1991 e 2000 _____	32
TABELA 6 – Indicadores de Fecundidade – RM de Natal, 1991 e 2000 _____	33
TABELA 7 – Taxa de Urbanização – RM de Natal, 1991 e 2000 _____	34
TABELA 8 – Municípios da Região Metropolitana de Natal por Pessoas de 15 anos e Mais que Não Sabem Ler - 2000 _____	42
TABELA 9 – Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária - RM de Natal 1991 e 2000 _____	43
TABELA 10 – Percentual de Pessoas por Nível de Ensino - RM de Natal, 2000 _____	45
TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo População Residente 15 anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular - 2000 _____	59
TABELA 12 – Distribuição da Taxa de Vítimas de Homicídios ¹ Registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes, nas Regiões Metropolitanas ² , entre 1998 e 2002 _____	63
TABELA 13 – Distribuição do Número de Vítimas de Homicídios Causados por Armas de Fogo Registrados pelo Ministério da Saúde, nas Regiões Metropolitanas, entre 1998 e 2002 _____	64
TABELA 14 – Participação dos Municípios no PIB do Espaço Urbano e do Estado _____	66

TABELA 15 – Participação dos Municípios na População do Espaço Urbano e do Estado _____	67
TABELA 16 – Regiões Metropolitanas - Pib Per Capita/1996 _____	70
TABELA 17 – População e PIB Per Capita _____	71
TABELA 18 – Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 (em %) _____	72
TABELA 19 – Região Metropolitana de Natal Indicadores de Despesas em 2003 (em %) _____	73
TABELA 20 – Região Metropolitana de Natal Estrutura das Despesas em 2003 (%) _____	74
TABELA 21 – Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 em % _____	76

Recife

TABELA 1.1 – RMR. População Residente e Incremento Populacional da Região Metropolitana do Recife e dos Municípios Componentes segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (1970-1980-1991-2000) _____	105
TABELA 1.2 – RM Recife. Acesso aos Domicílios Permanentes à Rede de Água e Esgoto dos Municípios segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000) _____	112
TABELA 1.3 – Serviços de Limpeza Urbana, Coleta e Destinação Final do Lixo dos Municípios segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000) _____	116
TABELA 1.4 – Aterros Sanitários em Processo de Estudo / Implantação e/ou Ampliação e Melhoria nos Municípios da RMR (2005) _____	117
TABELA 1.5 – RMR. Extensão das Redes de Macro e Microdrenagem (2002) _____	119
TABELA 2.1 – RMR. Número de Áreas de Expansão de Dados da Amostra (AED) por Municípios segundo Níveis de Integração ao Pólo Metropolitano (2000) _____	126
TABELA 2.1.1 – Distribuição Absoluta e Relativa da População Ocupada segundo Tipos Socioocupacionais na RMR - 2000 _____	130
TABELA 2.1.2. – Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes – Rendimento Nominal Mensal _____	130
TABELA 2.1.3 – Perfil e índice de Densidade Relativa das categorias Socioocupacionais segundo os Tipos De Áreas. Região Metropolitana do Recife. 2000 _____	131
TABELA 2.2 – População Economicamente Ativa e População Ocupada – Região Metropolitana do Recife, 2000 _____	133
TABELA 2.3 – RMR. População por Faixa de Renda Familiar Per Capita por Municípios segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. (2000) _____	136
TABELA 2.4 – RMR. População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento por Municípios segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 1991 e 2000 - 2000 _____	140

TABELA 2.5 – RMR. Área e Densidade Demográfica por Municípios segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 2000 _____	143
TABELA 2.6 – RMR. Taxa de Fecundidade Total e Percentagem de Mulheres de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos com Filhos por Municípios segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 1991 e 2000 ____	145
TABELA 2.7 – RMR. Longevidade e Mortalidade: Esperança de Vida ao Nascer, Mortalidade até 1 ano de Idade, Mortalidade até 5 anos de Idade Probabilidade de Sobrevivência até 40 e até 60 anos e Índice de Envelhecimento por Municípios segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano - 1991 e 2000 ___	146
TABELA 2.8 – RMR. População Residente de 5 Anos e Mais de Idade, Imigrantes de Data Fixa, segundo a Origem, por Municípios segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 2000 ____	149
TABELA 2.9 – RMR. Pessoas de 15 anos e Mais que Não Sabem Ler por Municípios segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000) _____	158
TABELA 2.10 – Municípios da Região Metropolitana de Recife por Pessoas de 7 a 14 anos que Freqüentam Escola e Série Adequada segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)	161
TABELA 2.11 – RMR. Domicílios segundo o Acesso a Bens por Municípios segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. (2000) _____	164
TABELA 2.12. – RMR. População Residente 15 anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizam Movimento Pendular por Municípios segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000) _____	170
TABELA 2.13 – RMR. Deslocamentos segundo Propósito de Viagem e Modalidade Região Metropolitana do Recife. (1997) _____	171
TABELA 2.14 – RMR. Comportamento das Taxas de Vítimas de homicídios (1) Registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes por Municípios segundo Nível de Integração do Pólo Metropolitano. (1998 a 2002) _____	176
TABELA 3.1 – RMR. Conselhos Municipais da Região Metropolitana do Recife por Municípios segundo Níveis de Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano. 2002 _____	199
TABELA 4.1 – RMR. População e PIB Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana do Recife segundo Nível de Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano _____	210
TABELA 4.2 – RMR. Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana do Recife segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (1999-2002) _____	211
TABELA 4.3 – RMR. Indicadores de Estrutura e Vinculação da Receita do Município Pólo e dos Demais Municípios da Região Metropolitana do Recife. (2003) - Em % _____	213
TABELA 4.4 – RMR. Indicadores da Despesa do Município Pólo e dos Demais Municípios da Região Metropolitana do Recife (2003). Em % _____	213
TABELA 4.5 – RMR. Indicadores de Endividamento e Capacidade de Investimento do Município Pólo e dos Demais Municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) -Em % _____	214
TABELA A.1 – RMR. Áreas de Expansão de Dados da Amostra – AED, 2000 _____	221

Recife

FIGURA 1.1 – Brasil. Grandes Cidades _____	94
FIGURA 1.2 – Nordeste. Grandes Cidades e Concentração Demográfica _____	95
FIGURA 1.3 – Desmembramento e Incorporação de Municípios da RM Recife (1973-2005). Região Metropolitana do Recife _____	97
FIGURA 1.4 – Esquema Ilustrativo dos Principais Condicionantes Ambientais da RM Recife _____	99
FIGURA 1.5 – Grau de Integração na Metrópole. Região Metropolitana do Recife _____	101
FIGURA 1.6 – Malha Urbana da RM Recife _____	103
FIGURA 1.7 – Recife: Canal Derby-Tacaruna _____	118
FIGURA 1.8 – Paulista: Canal Jardim Paulista _____	118
FIGURA 1.9 – Recife: Subdimensionamento de Canaletas em Morro _____	120
FIGURA 1.10 – Recife: Área de Risco por Erosão em Morro do Ibura _____	122
FIGURA 1.11 – Araçoiaba: Erosão por Voçorocas _____	122
FIGURA 1.12 – Camaragibe: Assoreamento _____	122
FIGURA 1.13 – Recife: Proteção por Lonas Plásticas com Falhas _____	124
FIGURA 1.14 – Camaragibe: Revestimento da Encosta em Argamassa Sem Tela _____	124
FIGURA 2.1 – Taxa de Urbanização (Censo 2000 IBGE) _____	141

Lista de Mapas

Natal

MAPA 1 – Mapa das AED's – RMNatal - 2000 _____	20
MAPA 2 – Taxa de Desocupação Total por AED's - RMNatal - 2000 _____	23
MAPA 3 – Percentual de Famílias com Renda Per Capita até 1/2 Salário-mínimo por AED's – RMNatal - 2000 _____	30
MAPA 4 – Densidade Demográfica por AED's – RMNatal - 2000 _____	36
MAPA 5 – Proporção de Imigrantes de Data Fixa por AED's – RMNatal - 2000 _____	37
MAPA 6 – Índice de Envelhecimento por AED's – RMNatal - 2000 _____	38
MAPA 7 – Distribuição da População Segundo a Cor (Preto - Pardo) por AED's – RMNatal - 2000 _____	39

MAPA 8 – Taxa de Analfabetismo por AED’s – RMNatal - 2000 _____	46
MAPA 9 – Total de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Escola em Série Adequada por AED’s – RMNatal - 2000 _____	47
MAPA 10 – Total de Pessoas de 18 a 25 anos que Frequentam Escola em Série Adequada por AED’s - RMNatal - 2000 _____	48
MAPA 11 – Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Abastecimento Adequado de Água por AED’s - RMNatal - 2000 _____	52
MAPA 12 – Percentual de Domicílios Particulares Permanentes em Terreno Não Próprio por AED’s - RMNatal - 2000 _____	53
MAPA 13 – Déficit Habitacional por AED’s - RMNatal - 2000 _____	54
MAPA 14 – Percentual de Domicílios que Possuem Todos os Bens de Uso Difundido por AED’s - RMNatal - 2000 _____	55
MAPA 15 – Domicílios em Aglomerados Subnormais por AED’s - RMNatal - 2000 _____	56
MAPA 16 – Proporção de Pessoas de 15 anos e Mais que Trabalham ou Estudam e Realizam Movimento Pendular em Direção ao Pólo Metropolitano por AED’s - RMNatal - 2000 _____	60

Recife

MAPA 2.1 – Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	127
MAPA 2.2 – Categorias Sócio-Ocupacionais.Região Metropolitana do Recife (2000) _____	132
MAPA 2.3 – Desocupados por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	135
MAPA 2.4 – Renda Familiar Per Capita por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	138
MAPA 2.5 – Densidade Populacional por AED.Região Metropolitana do Recife (2000) _____	153
MAPA 2.6 – Imigrante de Fora da Região Metropolitana do Recife por AED. (2000) _____	154
MAPA 2.7 – Índice de Envelhecimento por AED. Região Metropolitana do Recife por AED. (2000) _____	155
MAPA 2.8 – Negros e Pardos por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	156
MAPA 2.9 – Analfabetismo Funcional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	159
MAPA 2.10 – Adequação Idade e Série (Pessoas de 7 a 14 anos) por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	162
MAPA 2.11 – Domicílios com Acesso a Todos os Bens de Uso Difundido por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	167
MAPA 2.12 – Abastecimento de Água Inadequado por AED. Região Metropolitana do Recife (2000) _____	168

MAPA 2.13 – Déficit Habitacional por AED.Região Metropolitana do Recife (2000) _____ 169

MAPA 2.14 – Percentual de Migrantes que Trabalham e Estudam em Outro Município por AED.
Região Metropolitana do Recife (2000) _____ 174

Lista de Quadros

Recife

QUADRO 3.1 – Composição da Região Metropolitana de Recife _____ 180

QUADRO 3.2 – Leis e Normas do Parcelamento Urbanístico e Ambiental de Referência para o
Planejamento e Gestão da RMR _____ 190

QUADRO 3.3 – Levantamento das legislações Urbanísticas Vigentes nos Municípios da Região
Metropolitana do Recife. (2006) _____ 193

QUADRO 3.4 – Instrumentos Urbanísticos dos Municípios da RMR. (2006) _____ 195

6

Como Anda Natal

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL NATAL

Maria do Livramento Miranda Clementino

Introdução

Este trabalho decorre da constatação de que as regiões metropolitanas (RMs) se multiplicam no território nacional. As primeiras RMs foram criadas em 1973 pela Lei Complementar Federal 14; hoje elas totalizam 26 legalmente constituídas, considerando-se, também a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal, por ser a única RIDE de porte metropolitano. Nas regiões metropolitanas brasileiras vivem um pouco mais de 70 milhões de habitantes, distribuídos em aproximadamente 167 mil km². Conformam uma realidade muito diversificada em termos da efetiva metropolização do território nacional.

De um lado, temos São Paulo e Rio de Janeiro com densidades demográficas de 2.220 e 1.899 habitantes por km² respectivamente, e do outro Tubarão e Carbonífera, em Santa Catarina, com apenas 19,54 e 87,7 habitantes por km². Ao mesmo tempo, nos últimos dez anos a população das sete principais regiões metropolitanas oficiais, saltou de 37 para 42 milhões de habitantes e suas periferias conheceram um incremento de 30%, enquanto as áreas urbanas mais centrais não cresceram no mesmo período mais de 5%, e em suas áreas núcleo verifica-se um processo de diminuição da população residente. O processo de metropolização avança e se diversifica no território nacional, de forma que se desconhecia até então. Como mencionamos anteriormente, há regiões metropolitanas com diferentes portes de população, desde megacidades como São Paulo, reunindo mais de 19 milhões de habitantes, até médias aglomerações urbanas que não chegam a um milhão de habitantes. Algumas delas crescem a taxas anuais superiores a 3% a.a., como Brasília, Goiânia e Curitiba, outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. Muitas de nossas metrópoles e aglomerações se articulam configurando novos arranjos espaciais.

Cabe observar que uma das preocupações que norteiam o presente trabalho é compreender o fenômeno da metropolização que avança com vigor em Natal e municípios do entorno, configurando novos arranjos espaciais e redobrando a importância da capital no plano econômico e social do território potiguar.

A Região Metropolitana de Natal (RMN) é muito recente; com pouco mais de 1 milhão de habitantes e 2,5 mil km², foi criada formalmente em 1997. É formada por oito municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibú¹. Sua densidade demográfica é de 344 habitantes por km². O pólo, município de Natal, cresceu a uma taxa de 1,81 % a.a no período 1991/2000 enquanto que o município de Parnamirim, que tem alto nível de integração com Natal, cresceu 7,9% a.a no mesmo período, seguido de São Gonçalo do Amarante, com taxa de 4,86%. Entre os demais municípios, somente Extremoz e Nísia Floresta apresentam taxas superiores a 3%.

Em Natal, 100% urbana desde 1980, a concentração populacional cresceu de 24,28 hab/km², em 1980 para 35,26 hab/km², em 1991. Em 1991, a capital apresentava uma densidade demográfica de 3.572 hab/km² e, em 2000, 4.192,6 hab/ km². Depois de Natal a maior densidade é a de Parnamirim, atualmente terceiro município em população no Rio Grande do Norte (984,9 hab/km²), e o que tem menor densidade na RMN é Nísia Floresta (60,7 hab/km²).

As relações econômicas e funcionais entre o núcleo e a periferia metropolitana se dão sob forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração de serviços públicos, cuja posição é marcante no tecido socioeconômico da capital. Além de sediar a “parafernália” militar herdada do período da Segunda Guerra, Natal abriga as repartições públicas federais que usualmente devem, pela estrutura da administração pública federal, estar sediadas em uma capital de estado, acrescidas das instituições federais que existem especificamente para cuidar do “Nordeste Seco”, (CLEMENTINO, 1995).

A RMN se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicas como privados, abrigando uma universidade federal e uma estadual, um Centro Federal de Educação Tecnológica (nível médio e superior), o Centro de Tecnologia do Gás, uma universidade particular, sete

1 Atualmente, a Região Metropolitana de Natal conta com mais um município, o de Monte Alegre; no entanto, devido a sua inserção muito recente, esse município não constará da pesquisa em tela.

faculdades particulares, sendo uma em Parnamirim, os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, laboratórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) e os Colégios Agrícolas de Jundiá e Ceará-Mirim, tornando-se assim importante centro estadual de produção de conhecimento e consolidando a posição de Natal na formação de recursos humanos qualificados no estado.

No tocante ao comportamento do emprego na RMN, os dados econômicos não parecem expressar-se neles. A aceleração do turismo não está devidamente refletida nas estatísticas globais do estado, particularmente no que se refere ao crescimento registrado pelo setor na década de 1990. Sendo hoje considerado o segundo maior segmento empregador do estado – em primeiro estão os serviços públicos –, o turismo emprega de forma direta cerca de 26.500 pessoas em todo o Rio Grande do Norte. Segundo estatísticas do Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, *“já vivem dessa atividade, inclusive indiretamente, 119.524 norte-rio-grandenses, cerca de 50% deles atuando em Natal”* (DANTAS, 2003).

Trata-se de um mercado de trabalho heterogêneo, caracterizado por situações diversas. Nele aparecem empresas globalizadas dos ramos têxtil e de confecções que incorporam tecnologia e capital, mas que ainda empregam considerável contingente de trabalhadores; a rede hoteleira de primeira linha (hotéis de 3, 4 e 5 estrelas); a indústria da construção civil e, num outro extremo, uma variedade de pequenos negócios ligados ao turismo e a outras atividades correlatas ou dele decorrentes e que garantem ocupação a uma parcela também significativa de mão-de-obra, e que são marcados pela baixa produtividade, baixos rendimentos e pelas relações informais de trabalho.

Nesse espaço da RMN, há uma relevante importância de Natal, que expressa naqueles setores em que a capital consegue manter maiores percentuais da População Economicamente Ativa (PEA), no conjunto dos municípios que compõem a Região: são os de prestação de serviços, o referente às atividades administrativas e o do comércio de mercadorias. O segundo maior município da RMN, Parnamirim, também chama atenção por apresentar um percentual que pode ser considerado alto em se tratando de atividades administrativas, o que pode ser explicado pela forte presença das forças militares da Força Aérea Brasileira (FAB) lá sediadas. Chamam atenção, também, os dados de absorção da

PEA referentes às atividades industriais: parte do distrito industrial de Natal se encontra em Parnamirim e nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz. Em Macaíba e em Ceará Mirim, tais atividades também aparecem com relativa representatividade. Em Macaíba, foi construído o Centro Industrial Avançado (CIA) e em Ceará Mirim estão instaladas unidades produtoras de açúcar e álcool. No setor agropecuário, continuam mantendo percentuais razoáveis de sua PEA os municípios de Extremoz (35,9%), Ceará Mirim (27,8%) e Macaíba (24,0%). (NESUR/IPEA, 1998).

A área da RMN vem sofrendo forte impacto desde a década de 1970. A conjuntura econômica da década de 1980 no Rio Grande do Norte merece algumas qualificações de modo a retirar a aparência de regressão econômica ocasionada pela crise. Sem dúvida, houve retrocesso na indústria de transformação, que agonizou face à abertura de mercado, principalmente aos têxteis. Da mesma forma, o setor agrícola tradicional (algodão) foi afetado seriamente, chegando a perecer. Há, no entanto, novos setores cujo dinamismo mantém efeitos muito positivos sobre a RMN: a fruticultura irrigada para exportação voltou a movimentar sistematicamente o porto de Natal; a continuidade dos investimentos da Petrobrás teve desdobramentos importantes no terciário, do mesmo modo que o turismo pode ser visto como aquele que manteve a região dinamizada. Não se percebe a existência de áreas estagnadas na RMN. Ao contrário, elas vão sendo incorporadas muito rapidamente pelos processos de transbordamento e conurbação.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Afirma-se que o turismo é um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana, vem criando novas espacialidades, novos processos, também responsáveis pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RM.

A partir de análises preliminares, no âmbito do projeto “*O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal*”² permite-se apontar algumas questões/reflexões de pesquisa como:

- » Natal como pólo da aglomeração urbana, município com centralidade extrema, é concentrador de atividades econômicas e populacionais e definidor dos processos de metropolização, seja por transbordamento ou por conurbação nos

2 Projeto em desenvolvimento no âmbito da UFRN pela Equipe RMNatal com financiamento do CNPq-Pronex/UFRN/FAPERN e também vinculado a Rede Observatório das Metrôpoles.

anos mais recentes. Supõe-se a existência do núcleo metropolitano expandido: Natal - Parnamirim.

- » O turismo, cujo crescimento pelo litoral, via binômio sol e mar, evidencia e amplia a tendência do processo de conurbação entre o pólo e as localidades costeiras urbanizadas, propiciando o distanciamento das relações existentes entre tais localidades e a sede do seu próprio município. Um diferencial pode ser visto no município de Nísia Floresta, a única sede municipal que se integra à atividade turística.

Ocorre um transbordamento (periferização de um centro principal por sobre municípios vizinhos) de Natal para municípios vizinhos em parte pelo exíguo tamanho (169,9 km²) do município, e por outra parte, pelas atividades historicamente concentradas no pólo.

Esse transbordamento se dá em áreas contíguas no sentido Natal – Macaíba, Natal – São Gonçalo e Natal – Extremoz (em diferentes intensidades) motivado, primordialmente, por novas relações do mercado imobiliário, especificidades da legislação, menor crescimento populacional do pólo – Natal – e crescimento das atividades econômicas em áreas periféricas, notadamente em Parnamirim e na zona norte de Natal. Neste caso, o turismo é uma variável a ser considerada, mas não é a mais preponderante.

Um transbordamento já visível se dá na direção Parnamirim – Macaíba, e, ao mesmo tempo em que se amplia a periferia, ratifica a situação de conurbação Natal – Parnamirim e de transbordamento Natal – Macaíba, constituindo e fechando um primeiro arco justificado pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 1990, e aí fortemente localizada pela indução governamental de um novo distrito industrial: o CIA – Centro Industrial Avançado.

Do mesmo modo, e de forma menos visível, é possível vislumbrar a configuração desse arco englobando São Gonçalo – Macaíba – Região Oeste de Natal. Essa periferia é justificada também pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 1990 e localizada na área industrial de São Gonçalo e Distrito Industrial de Natal. De certo modo vinha sendo abortado pela barreira física-imposta pelo Rio Potengi e pela ocupação desordenada de suas margens.

Os municípios de São José do Mipibú e Ceará-Mirim, formalmente incluídos na região metropolitana, apresentam vinculação funcional urbana em relação ao pólo no que diz respeito, principalmente, aos serviços públicos – aterro sanitário, por exemplo em Ceará-Mirim. Sua vinculação mais que físico territorial com Natal é ainda incipiente funcionando em parte como cidades dormitórios, apesar de manterem suas sedes municipais com certa independência econômica em relação a Natal. Ambos são historicamente municípios açucareiros. Isso pode ser observado, mais adiante através de seus níveis de integração com o pólo, apresentando-se baixo.

As localidades costeiras, dos quatro municípios litorâneos (exclusive Natal) apresentam uma tendência de diferenciação das sedes municipais, acirrando, ainda mais, a desigualdade intra-metropolitana e a complementaridade das atividades do pólo a partir dos seguintes processos:

- » Natal exercendo forte centralidade (como espaço produtivo) em relação aos municípios vizinhos, acirra a desigualdade socioespacial;
- » As sedes municipais também apresentam uma relação desigual com algumas localidades costeiras, em particular no que diz respeito às dinâmicas imobiliárias, populacionais, econômicas e, sobretudo em relação à alocação de infra-estrutura;
- » Essas localidades, entretanto, não esboçam um papel de subcentralidade com relação à Natal, pelo fato de desempenharem atividades econômicas e complementares ao pólo, no que tange as atividades turísticas. Nesse sentido, Natal também estabelece uma relação desigual, pois essas localidades não passam a desenvolver um setor terciário (hotelaria, comércio-serviço) de maior porte.

Ainda sobre as tendências, aponta-se os futuros investimentos em infra-estrutura e equipamentos na área metropolitana como possíveis modificadores ou ratificadores dos processos em curso.

Destaca-se o novo aeroporto de São Gonçalo³; a nova ponte sobre o Rio Potengi⁴ ligando o Forte dos Reis Magos à praia da Redinha, interligando todo o litoral oriental através da Rota do Sol; possibilitando o surgimento de uma nova tipologia habitacional e uma dinâmica da produção fundiária, incentivada pelo turismo.

Outros importantes investimentos estão sendo realizados na BR 101 no sentido Natal – Recife. Encontra-se em fase de conclusão o viaduto⁵ e a rotatória em Parnamirim e a sua duplicação⁶, sendo cerca de 100 km no RN no sentido Natal – Sul. Acarretará uma intensificação da urbanização pela orla pela melhoria dos acessos da BR às praias além de provavelmente integrar de fato a praia de Pipa à área metropolitana.

Esses e outros investimentos previstos como a duplicação da Via Costeira, a construção de dois CEFET's, e a ampliação do porto de Natal incluindo o terminal pesqueiro e aqueles destinados ao Prodetur, chegam a somar mais de um bilhão de reais a serem investidos em infra-estrutura nos próximos anos.

Neste documento, desenvolvemos uma análise monográfica do espaço metropolitano de Natal. Observamos as desigualdades sociais e urbanas a partir de três dimensões analíticas: a) através dos níveis de integração metropolitana e para tanto utilizamos os resultados do estudo da hierarquia das metrópoles brasileiras (Rede Metrôpoles, 2004 - produto 1); b) por município; e, c) na escala intra-metropolitana – escala das AED's do Censo Demográfico de 2000 – de modo a realizar um diagnóstico social e urbano da RMNatal segmentado em espaços, segundo os níveis de vulnerabilidade. De outro modo procuramos identificar as ainda tímidas ações de cooperação intermunicipais nas políticas urbanas e avaliar o quadro institucional dos municípios. Para tanto, complementamos os dados secundários com visitas de campo e fontes locais.

3 A obra do aeroporto já foi iniciada com previsão de término para 2010. Trata-se de uma nova concepção de aeroporto, concebido como um “aeroporto cidade” e custará aos cofres do governo federal (Infraero) e estadual cerca de R\$ 500 milhões de reais entre o aeroporto e seus acessos.

4 Projeto que já leva mais de dez anos para ser concretizado. Encontra-se, mais uma vez em fase de construção e está orçada em R\$ 120 milhões de reais pelo governo do Rio Grande do Norte, sendo com financiamento de R\$ 90 milhões do BNDES.

5 Teve o custo aproximado de R\$ 120 milhões de reais

6 Em fase inicial, está orçada em R\$ 200 milhões de reais.

Em sua realização, o trabalho foi coordenado em Natal, na UFRN, pela equipe do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles, que congrega quatro Programas de Pós-graduação, dando um caráter multidisciplinar à análise do espaço metropolitano de Natal.

1. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Natal

1.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano

O processo de metropolização teve início já nos anos 1970. Nessa década, Natal foi reconhecida como *Aglomeração Urbana Não Metropolitana* pelo governo estadual. A essa iniciativa, foram seqüenciados os seguintes Planos:

- » Em 1977, o Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano da Grande Natal, elaborado pelo escritório Luiz Forte Neto;
- » Em 1988, o Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Natal, elaborado pelo escritório Jaime Lerner⁷;
- » Posteriormente, a prefeitura de Natal elaborou o Plano Natal visando orientar o crescimento da cidade na virada do século XX;
- » Ainda, a Federação das Indústrias – FIERN patrocinou a elaboração do Plano “Natal no Terceiro Milênio” sendo que este último resgata a visão metropolitana. Em 1997, foi instituída a Região Metropolitana de Natal, através da Lei Complementar Nº. 152, articulando seis Municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim e Extremoz. Para tanto, foi considerada “a expansão urbana acelerada, a demanda por serviços e a necessidade

7 Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (IDEC)

de investimentos em parceira” (art.1). Através da Lei Complementar Nº 221 de 2002 foram incluídos os Municípios de São José do Mipibú e Nísia Floresta. O Decreto nº 15.873/02 estabeleceu o Estatuto do Conselho de Desenvolvimento da RMN.

Para compreender a espacialidade do fenômeno metropolitano da aglomeração urbana de Natal, assim como para esboçar os limites reais da aglomeração observamos a região institucionalizada segundo o nível de integração na dinâmica do aglomerado. Os indicadores para identificação do “espaço metropolitano de Natal” encontram-se na Tabela 1.

TABELA 1 – Indicadores para Identificação do Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração da Região Metropolitana de Natal

Município	INDICADORES					FATORIAL		Integração na dinâmica da aglomeração
	Taxa de Crescimento Pop. Total 1991/2000	Densidade (Hab/km²)	Número Pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios 2000.	% Pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios, 2000	% Ocupados Não-agrícolas, 2000	Score	Índice	
Ceará-Mirim	2,02	84	3.321	9,05	73,9	-0,39	0,37	Baixa
Extremoz	3,05	156	2.254	19,06	80,17	0,02	0,48	Média
Macaíba	2,63	107	5.028	14,78	79,03	-0,13	0,44	Média
Natal	1,79	4.183	8.132	1,68	97,73	0,31	0,55	Pólo
Nísia Floresta	3,53	62	1.696	14,24	67,33	-0,33	0,39	Baixa
Parnamirim	7,91	1.037	25.090	30,21	95,3	1,17	0,77	Muito Alta
São G. do Amarante	4,82	276	11.223	25,83	90,45	0,54	0,61	Alta
São José de Mipibu	2,42	119	1.631	7,63	73,37	-0,37	0,38	Baixa

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Como pode ser observado, o espaço urbano de Natal não contempla, no nível de integração regional, o aspecto extremado, muito baixo. A situação de Natal pode ser assim descrita:

- » Três dos oito municípios do aglomerado apresentam níveis de **integração baixa** – Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibu. De um modo geral, são municípios que possuem distanciamento do pólo em termos físicos (não

se limitam com Natal), porém fazem parte da área de expansão regional. As características rurais desses municípios já não são tão marcantes, uma vez que a ocupação não-agrícola desses municípios beira os 70%. Dos três, somente o primeiro tem população superior a 50 mil habitantes. Outra característica importante deste grupo é o volume de pessoas que realizam movimento pendular. Mais uma vez, somente Ceará Mirim apresenta esse volume superior a 3000 pessoas indicando que nesses aspectos o município aproxima-se de uma situação de média integração.

- » Os municípios de Extremoz e Macaíba apresentam **média integração**. São municípios limítrofes ao pólo Natal e se diferenciam dos anteriores por apresentarem indicadores de concentração e de fluxos já significativos na dinâmica de aglomeração, configurando-se como áreas de expansão da mancha contínua de ocupação. Nesse grupo as ocupações não-agrícolas se elevam a 80%. E o movimento pendular apresenta proporção superior. No caso, Macaíba tem população superior a 50 000 habitantes.
- » O município de São Gonçalo do Amarante classifica-se como de **alta integração na dinâmica** da aglomeração. Além de apresentar interações mais fortes no espaço da aglomeração, configura área de contigüidade de ocupação com Natal. Tem volume populacional (cerca de 70 mil habitantes) e a segunda maior taxa de crescimento populacional do período 1991/2000 calculada em 4,86%. As atividades urbanas predominam e o percentual de população em atividades não agrícolas sobe para 90%. Do mesmo modo, o volume de pessoas que realizam deslocamentos pendulares sobe para 25%.
- » O único município considerado de **alta integração** é Parnamirim. Também apresenta área de ocupação contígua em relação à Natal e expressa intensa relação entre eles. Sua base populacional é bem mais elevada em relação aos demais, sendo o único, em excessão de Natal, registra população acima de 100 mil habitantes. Além disso, apresenta a maior taxa de crescimento populacional do período 1991/2000 – taxa de 7,90% – e vem mantendo essa taxa sempre elevada desde os anos 70 do século passado. Desenvolve atividades urbanas cuja

participação no total da ocupação é de 95%. O volume de deslocamentos envolve 25 mil pessoas, sendo a proporção dessas pessoas em relação à população do município de 30%.

No caso de Natal, a dinâmica do seu aglomerado urbano se constitui pelo município de Parnamirim (altamente integrado ao pólo), pelo município de São Gonçalo do Amarante (com alta integração ao pólo) e pelos municípios de Macaíba e Extremoz (com média integração). Os demais compõem a RM institucionalizada, mas não contribuem para a explicitação do fato urbano-metropolitano.

De um modo geral, observa-se que, à medida que os municípios se distanciam do pólo, ou quanto menor o seu nível de integração à dinâmica da aglomeração, a condição social piora. Na RMN, nenhum município foi considerado de situação social muito boa: Natal apresenta situação social boa, Parnamirim média, São Gonçalo do Amarante e Macaíba situação social ruim e Ceará Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e São José do Mipibú, muito ruim.

Sabe-se também que as desigualdades intra-municipais são imensas. Quanto maior a concentração espacial da população, maior o volume de pessoas em condição social desfavorável. Em Natal, por exemplo, que tem a menor taxa de pobreza (28,74%) o valor relativo dessa taxa refere-se a número absoluto (204.720 pessoas) muito elevado de pobres, que representa mais da metade de toda população em situação de pobreza nos municípios da região. Contudo, quatro municípios apresentam condição social muito ruim e dois com condição social ruim, neles são verificadas taxas de pobreza muito elevadas, concentrando cerca de 147.604 de pessoas, o que equivale cerca de 38% da população em situação de pobreza (Tabela 2).

TABELA 2 – Indicadores para Identificação da Condição Social da Região Metropolitana de Natal 2000

Município	Número de pessoas pobres ⁸	Número de domicílios carentes ⁹	Número de domicílios deficientes ¹⁰	IDH-M ¹¹	ICH ¹²	Taxa de pobreza ¹³	Índice de Pobreza	Índice da condição social	Classe
Ceará-Mirim	39.333	5.617	4.285	0,646	0,603	63,01	0,370	0,486	5
Extremoz	10.048	2.834	551	0,694	0,665	51,34	0,487	0,576	4
Macaíba	31.064	5.385	6.589	0,665	0,553	56,60	0,434	0,494	5
Natal	204.720	9.448	45.680	0,788	0,892	28,74	0,713	0,802	2
Nísia Floresta	11.588	1.886	2.150	0,666	0,575	60,86	0,391	0,483	5
Parnamirim	39.789	3.287	7.755	0,760	0,885	31,91	0,681	0,783	3
São G. do Amarante	33.933	5.250	4.765	0,695	0,717	48,87	0,511	0,614	4
São José de Mipibu	21.638	3.074	4.706	0,671	0,527	61,98	0,380	0,454	5

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA, PNUD.

NOTAS:

8 - São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal per capita até 1/2 salário mínimo.

9 - Domicílios carentes é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

10 - Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.

11 - IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

12 - ICH - Índice de Carência Habitacional.

13 - A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total.

Observa-se, portanto, que essa aglomeração encontra-se fortemente concentrada na Capital onde o poder de gestão, seja público ou privado, está localizado; concentra também o poder financeiro e grande massa da população. Na capital estadual localizam-se duas sedes de empresas dentre as 500 maiores do Brasil, o maior número de empregos, de agências bancárias e dos rendimentos. Na classificação por condição social, dos oito municípios que compõem esta aglomeração, quatro estão em situação muito ruim, Ceará-Mirim, Macaíba, (Nísia Floresta e São José do Mipibu), dois em situação ruim (Extremoz e São Gonçalo do Amarante), um em situação média (Parnamirim) e Natal em boa situação, concentrando, todavia, 45.680 dos 76.481 domicílios deficientes da área, correspondendo a 38% da população pobre.

Quanto à hierarquia, **Natal** se insere como aglomerado urbano **não metropolitano**; quanto ao nível de integração é considerada de **alta integração**; quanto ao grau de concentração urbana é **muito concentrada**; e no que tange a **condição social é muito baixa**.

No processo histórico de formação da rede urbana do Rio Grande do Norte, Natal começou a se constituir como centro polarizador e receptor dos contingentes populacionais vindos do campo. Do início da colonização ao século XVIII, a pecuária extensiva realizada desde o litoral até o interior respondeu pela formação da rede urbana do estado. Entre os séculos XVIII e XX, a produção de algodão na região do Seridó teve papel central na economia do Rio Grande do Norte, ao lado da produção de sal na região Oeste. Durante a década de 1940, a exploração de shelita foi relevante na região do Seridó. Nessa década, a cidade teve um crescimento populacional expressivo, em função da sua condição geográfica estratégica no contexto da 2ª Grande Guerra.

A Região Metropolitana de Natal iniciou, de fato, seu dinamismo na década de 1970, refletindo de forma significativa o desempenho dos segmentos mais modernos da economia estadual naquela década. São estes segmentos (extrativo-mineral inclusive o petróleo, têxtil e agricultura de exportação) que, juntamente com iniciativas de políticas governamentais (estadual e federal), comandam as transformações verificadas em Natal e no seu entorno naquele momento. Junto com isso, na década de 1970 expandiram-se em Natal: o setor da construção civil, as atividades administrativas da Petrobras e a presença de instituições militares, com a instalação do CATRE (Formação de Pilotos) e do Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, pela Aeronáutica. Acrescenta-se também a transferência do Comando do III Distrito Naval do Recife para Natal (em 1975) e a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Faz-se necessária também a menção acerca da representatividade da indústria tradicional (têxtil e confecções) na RMN, principalmente do ponto de vista de sua capacidade de oferta de empregos (CLEMENTINO, 1995). Nos anos 1980, essa indústria foi acentuadamente influenciada pelo processo recessivo e inflacionário que desestabilizou a economia do país. A indústria de transformação apresentou grande inflexão na participação do PIB setorial, após o extraordinário desempenho na década de 70. Seu maior suporte, a indústria têxtil e de confecções, teve suas indústrias “sucateadas” pela crise econômica dos anos 80. Em 1989, esse ramo industrial empregava formalmente na RMN 52% da mão-de-obra ocupada na atividade industrial. Em 1996, esse percentual caía para 42% (IPEA/RAIS), em virtude da transferência para o interior, através da difusão da produção fccionada de confecções, reflexo da terceirização acentuada que passou a caracterizar o setor fabril em unidades de menor porte (PESSOA, 2000).

Nos anos mais recentes, tem crescido na RMN a participação da indústria de produtos alimentares, principalmente no que se refere à ocupação de mão-de-obra. Em 1989 o ramo de alimentos e bebidas correspondia a 27% do emprego formal da atividade industrial, e em 1996 esse percentual elevava-se para 36% (IPEA/RAIS).

Identifica-se assim que o processo de crescimento populacional da RMN e a expansão da sua estrutura física foi condicionada por estruturas econômicas localizadas fora da Região. Em que pese à existência de um pólo industrial na RMN, constata-se a presença do setor agrícola e dos setores de comércio e serviços. A cultura canavieira, por exemplo, confere especificidades ao crescimento regional, quer seja, pela atração expressiva do contingente populacional para o campo, quer seja pela definição de eixos viários necessários ao escoamento dessa produção. O município que mais se destaca é Ceará Mirim, que concentra 28,72% da produção de cana-de-açúcar do estado.

A base econômica agrícola da RMN é acentuadamente diversificada. Outros municípios que apresentam alguma importância em relação à produção estadual são Macaíba, com a produção de laranja, mandioca, castanha de caju e manga; São Gonçalo do Amarante com manga e abacaxi; Parnamirim com a cultura do abacate e Extremoz com o abacate e a banana.

Na pecuária, em relação à produção de leite, apenas o município de São Gonçalo do Amarante apresenta produção significativa em relação ao estado (2,74%) e na produção de ovos o município de Natal é responsável por quase metade da produção do Rio Grande do Norte (48,60%) (TINÔCO & QUEIROZ, 1998).

Uma das atividades econômicas mais recentes e de crescimento acelerado nos últimos anos no RN é a *carcinicultura*. A atividade consolidou-se há pouco mais de dez anos, mas já alcança números expressivos na economia da Região Nordeste. São nada mais nada menos que 97% de todo camarão que é produzido em cativeiro, por todo o País. Desse total, o Rio Grande do Norte é responsável por cerca de 29%, algo em torno de sete mil toneladas, o que rende ao Estado o título de líder nacional em produção e na área cultivada.

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com

ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar principal dessas ações. Na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR I, houve investimentos na modernização do Aeroporto Augusto Severo, que está instalado no Município de Parnamirim, além de melhorias nas estradas e rodovias intermunicipais e alocação de subsídios para o setor hoteleiro, com concentração dos investimentos em Natal e municípios entorno. A partir dos anos de 1990 intensificou-se a integração metropolitana através da infra-estrutura turística, verificando-se:

- a) A integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal;
- b) A transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários;
- c) Uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão-de-obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários);
- d) A emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outros.

O setor terciário – comércio e serviços – vem se evidenciando como uma grande potencialidade à RMN, particularmente para Natal e para os municípios litorâneos que vêm demonstrando a sua vocação para abrigar atividades turísticas e a vasta rede de comércio e serviços desencadeados pelo turismo. É bem verdade que a modernização do comércio fora iniciada em Natal nos anos 1940 quando da presença Norte-Americana durante a Segunda Guerra. No entanto, nos anos 1970 esse segmento sofre grande impacto das transformações ocorridas na atividade industrial fortemente concentrada em Natal. O segmento “comércio de artigos pessoais e domiciliares” alocava metade dos empregos nos serviços distributivos nas datas censitárias de 1970 e 1980 (CLEMENTINO, 1995). Nesta mesma época, emergem na praça de Natal as redes nacionais de supermercados. O comércio de artigos passa a viver uma fase de descentralização comercial, com a especialização dos bairros comerciais de Natal (Ribeira, Cidade Alta e Alecrim) em determinados artigos, e ocorre uma acirrada avalanche de empresas regionais nos ramos de eletrodomésticos, calçados, automóveis, máquinas e implementos agrícolas. No segmento “comércio de matérias

primas e atividades auxiliares do comércio”, expandiram-se as atividades de corretagem de mercadorias e produtos agropecuários na década de 1970, sendo que o ramo comercial que mais cresceu foi o de veículos, máquinas e lubrificantes. Setores tradicionais, como o de transporte e armazenagem teve desempenho pífio na década de 1970, ao contrário, por exemplo, dos transportes rodoviários e urbanos (CLEMENTINO, 1995).

No quadro do setor de serviços, o desempenho dos “serviços produtivos” corrobora a situação antes explicitada para o setor industrial, com destaque para o emprego nos serviços técnico-profissionais. Completando esse quadro, expandiram-se as atividades financeiras e o setor imobiliário, entretanto, os segmentos do terciário ligados aos serviços pessoais – hotelaria e alojamento, higiene pessoal, alimentação, conservação de edifícios, esporte, cultura, diversão e lazer – só serão dinamizados a partir de 1980, quando tem início o já citado “boom” turístico.

2. Diagnóstico Sociourbano da Área Metropolitana

Nesta parte, desenvolveu-se uma análise monográfica no sentido de diagnosticar o espaço metropolitano. Observou-se as desigualdades sociais e urbanas da RMNatal a partir de três dimensões analíticas: a) através dos níveis de integração metropolitana; b) por município e, c) na escala das AES's – intra-metropolitana. Complementaram-se as informações, quando possível, com estatísticas locais e visitas de campo.

Para a análise dos níveis de integração metropolitana utilizaram-se os resultados do estudo da hierarquia das metrópoles brasileiras.

Na leitura dos dados consideraram-se como integrados à dinâmica da aglomeração aqueles municípios com maior expressão absoluta e relativa dos fluxos pendulares, dinâmica do crescimento e densidade demográfica elevada, e ocupação predominantemente não-agrícola. Os cinco grupos, exclusive o pólo, foram classificados em: muito baixo, baixo, médio, alto, muito alto. A tipologia e o agrupamento dos municípios foram obtidos por dois métodos estatísticos multivariados: análise fatorial por componentes principais e análise de agrupamento⁸.

Para identificar o quadro de desigualdades sociais foram escolhidos o Índice de Carência Habitacional e a taxa de pobreza⁹. A análise realizada desses dois indicadores

8 A tipologia e o agrupamento dos municípios que compõem as unidades em análise no volume 1 desta Série estão expressas em uma matriz contendo 470 unidades geográficas e os cinco indicadores previamente escolhidos. Evitando distorções, foi “suavizado” o indicador de densidade demográfica através de método estatístico apropriado.

9 A taxa de pobreza, calculada pelo PNUD (2003), registra o percentual de pessoas cuja renda domiciliar mensal *per capita* é de até $\frac{1}{2}$ SM, com base nos dados do censo 2000. A partir dessa taxa foi calculado um índice como medida de distância entre os municípios, numa escala similar ao ICH, variando de 0 até 1, com os valores próximos de zero sinalizando situações mais críticas de pobreza, e próximos de 1, as menores incidências de pobreza.

classificou os municípios em cinco grupos conforme sua condição social: muito boa (média igual ou maior que 0,900); boa (média entre 0,800 e 0,899); média (média entre 0,650 e 0,799); ruim (média entre 0,500 e 0,649) e muito ruim (média inferior a 0,500).

A análise por município foi feita considerando o corte político administrativo municipal respaldado pela legislação estadual sobre a constituição da metrópole. Por fim, privilegiou-se a análise por AED (Área de Expansão da Amostra) do Censo Demográfico de 2000. A sistematização dos dados por AED permitiu ampliar a análise no nível intra-metropolitano. Na RMNatal são 35 as AED's, conforme Mapa 1 a seguir:

MAPA 1 – Mapa das AED's – RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

2.1. Condições de Ocupação e Renda Intra-metropolitano

No presente item da pesquisa são enfocadas a desocupação, as categorias socioocupacionais e a incidência de famílias em que a renda *per capita* foi de até ½ salário mínimo médio mensal segundo os dados do Censo 2000, tendo como âmbito espacial de análise, as dimensões municipal e intra-municipal (Áreas de Expansão Demográfica – AED's) da Região Metropolitana de Natal.

2.1.1. Taxa de Desocupados

No ano de 2000, a *população em idade ativa* (PIA) – parcela da população com idade igual ou superior a dez anos – da Região Metropolitana de Natal (RMN) foi de 881.251 pessoas (o equivalente a 80,3% da sua população total). Por sua vez, a *população economicamente ativa* (PEA) – *população ocupada* mais a *população à procura de ocupação* – da Região Metropolitana, no mesmo ano, foi de 468.993 pessoas. Por conseguinte, a *taxa de atividade* – relação entre a PEA e a PIA – foi de 53,2%, significando que somente pouco mais da metade da parcela da população disponível para a produção constituiu-se em força efetiva de trabalho.

No mesmo ano, a *taxa de ocupação*, indicador que é dado pela relação entre a quantidade das pessoas que no período da pesquisa encontravam-se economicamente ativas na condição de ocupadas (383.968 pessoas) comparativamente ao total das pessoas economicamente ativas (468.993 pessoas), ou seja, ao quantitativo que incorpora também as pessoas temporariamente desocupadas, porém à procura de ocupação (85.025 pessoas) foi de 81,9%. Por conseguinte, a *taxa de desocupação*, dada pela relação entre a quantidade de *pessoas à procura de ocupação* e a *população economicamente ativa* foi de 18,1% da força efetiva de trabalho na Região Metropolitana de Natal, significando que aproximadamente um em cada cinco trabalhadores não conseguiu ocupação no período de referência definido pelo levantamento censitário.

Ao focar-se na desocupação por município ou por AED, constata-se grande dispersão entre as taxas de desocupação relativamente à média apresentada pela Região Metropolitana. No âmbito municipal, o espectro de variação encontrou-se compreendido entre 13,0%, caso de Nísia Floresta (município com baixo nível de integração ao pólo), e 20,7%, casos de Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante (municípios com baixo e alto nível de integração ao pólo, respectivamente). Destaca-se que o pólo metropolitano (Natal)

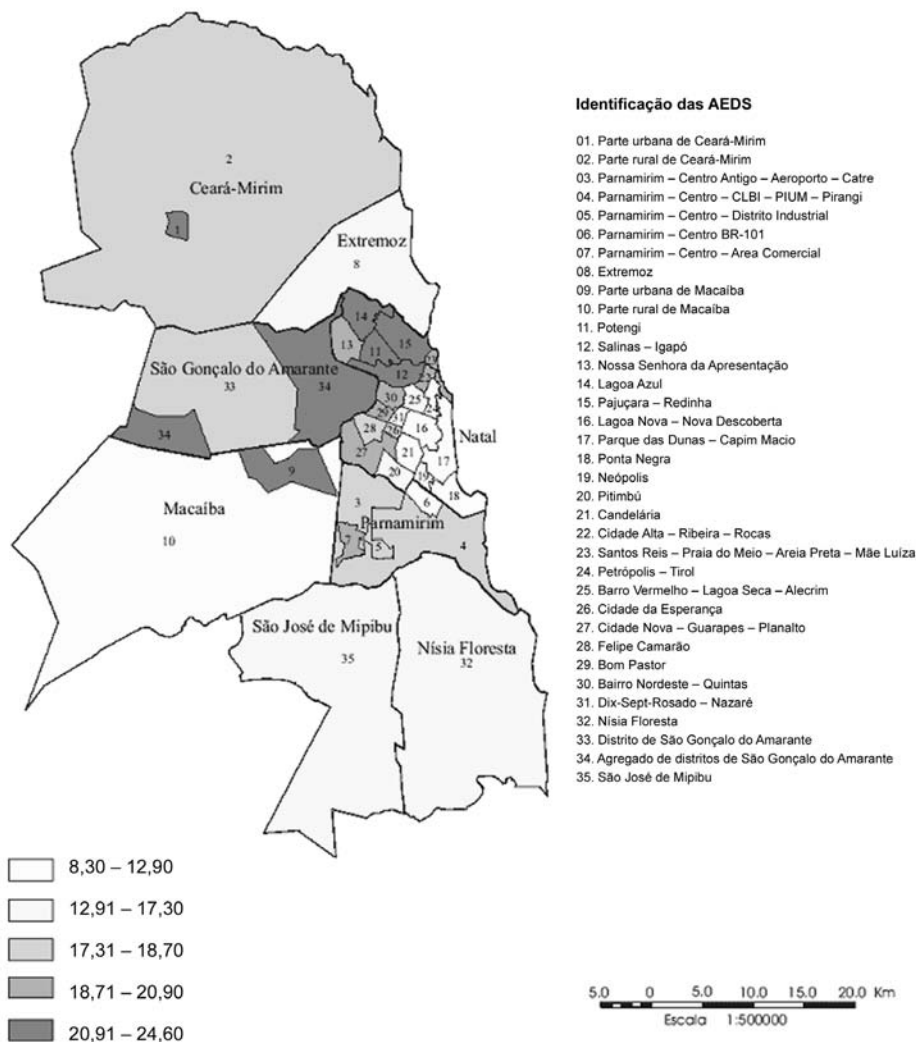
apresentou taxa média de desocupação igual à média da Região Metropolitana tomada conjuntamente e, ao mesmo tempo, uma grande dispersão das taxas de desocupação entre as distintas AED's nas quais foi dividido para fins de realização da pesquisa (Mapa 1).

As taxas de desocupação total por AED encontram-se divididas em cinco faixas apresentadas em ordem crescente. As taxas de desocupação mais baixas, na faixa de 8,30 a 12,90% verificaram-se em sete AED's, sendo duas localizadas fora do pólo metropolitano: *Parnamirim-Centro-BR 101* (AED 6), *Parte Rural de Macaíba* (AED 10), respectivamente, municípios com muito alto e alto níveis de integração ao pólo. As demais se verificaram em AED's contíguas situadas em Natal: *Lagoa Nova-Nova Descoberta* (AED 16), *Parque das Dunas-Capim Macio* (AED 17), *Ponta Negra* (AED 18), *Candelária* (AED 21) e *Petrópolis-Tirol* (AED 24).

Na faixa de desocupação de 12,91 a 17,90%, situaram-se sete AED's. Três delas coincidiam com os limites dos municípios, quais sejam: *Extremoz* (AED 8), *Nísia Floresta* (AED 32) e *São José de Mipibu* (AED 35), sendo o primeiro um município com médio e os dois últimos com baixo nível de integração ao município pólo; e as outras quatro AED's, contíguas duas a duas, encontravam-se situadas em Natal, quais sejam: *Neópolis* (AED 19/ *Pitimbu* (AED 20) e *Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim* (AED 21) / *Dix-Sept-Rosado-Nazaré* (AED 25).

Na faixa em que as taxas de desocupação variam de 17,31 a 18,70% situaram-se seis áreas de expansão demográfica, sendo cinco fora do pólo: *Parte Rural de Ceará-Mirim* (AED 2), *Distrito de São Gonçalo do Amarante* (AED 33) e as outras três pertencentes ao município de Parnamirim (município com nível de integração muito alto) – *Centro Antigo-Aeroporto-Catre* (AED 3), *Centro-CLBI-Pium-Pirangi* (AED 4) e *Centro-Distrito Industrial* (AED 5). A AED pertencente a Natal foi a correspondente a *Felipe Camarão* (28). No segmento compreendido por taxas de desocupação variando de 18,71 a 20,90% apenas uma AED pertencia a um município fora do pólo metropolitano: *Parnamirim-Centro-Área Comercial* (AED 7). As demais pertenciam às áreas norte, leste e oeste do pólo da Região Metropolitana. Especificamente, trata-se das seguintes AED's: *Nossa Senhora da Apresentação* (13), *Cidade Alta-Ribeira-Rocas* (22), *Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta-Mãe Luísa* (23), *Cidade Nova-Guarapes-Planalto* (27), *Bom Pastor* (29) e *Bairro Nordeste-Quintas* (30).

MAPA 2 – Taxa de Desocupação Total por AED's - RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

Por fim, destaca-se a faixa que compreende as maiores taxas de desocupação, ou seja, de 20,91% a 24,60%. Três áreas de expansão demográfica situavam-se fora do pólo, sendo uma no município de Ceará-Mirim (baixa integração), *Parte urbana (AED 1)*, uma no de São Gonçalo do Amarante (média integração), *Agregado de distritos (AED 34)* e uma no município de Macaíba (média integração), *Parte urbana (AED 9)*. As demais AED's situavam-se no pólo metropolitano, sendo que se localizavam mais precisamente

na chamada Zona Norte da cidade: *Potengi* (11), *Salinas-Igapó* (12), *Lagoa Azul* (14) e *Pajuçara-Redinha* (15). Assim, constata-se que o pólo metropolitano foi o único município em que as AED's encontraram-se distribuídas por todas as faixas de desocupação e, ademais, aquele que concentrou os maiores quantitativos concernentemente à desocupação: 57.649, ou o equivalente a 68%, das 85.025 pessoas desocupadas na Região Metropolitana de Natal, de acordo com os resultados do Censo 2000.

2.1.2 Tipologia Socioocupacional e Segregação Socioespacial

Os dados constantes da Tabela 3 e as informações do Mapa 2 propiciam a compreensão do processo de distribuição espacial dos trabalhadores ocupados no ano de 2000, classificados com base nas nove tipologias socioocupacionais utilizadas na presente pesquisa, segundo as áreas de expansão demográfica (AED's) dos municípios constitutivos da Região Metropolitana de Natal, definidas no Censo Demográfico realizado no mesmo ano.

A elite dirigente com predomínio das ocupações vinculadas ao setor público – composta por um quantitativo de 26.735, ou 7%, do total de 383.967 pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Natal – apresentou-se dominante em três áreas de expansão demográfica. Pela ordem numérica constante do mapa, a primeira foi a AED que congrega os bairros de *Parque das Dunas e Capim Macio*; a segunda a correspondente ao bairro de *Candelária* e a terceira a equivalente aos bairros de *Petrópolis e Tirol*. As três AED's congregaram, respectivamente, 35,3%, 34,7% e 30,1% do total das 26.735 pessoas que integraram a categoria socioocupacional em pauta. Ou seja, a elite dirigente, com base nos dados do Censo de 2000, continuava residindo em áreas já historicamente habitadas por ela.

A tipologia que reúne os *setores médios com ênfase em ocupações técnico-administrativas* mostrou-se distribuída por quatro AED's, sendo três no pólo metropolitano e uma no município com alto nível de integração (Parnamirim). As AED's do pólo foram: a que reúne as localidades de *Lagoa Nova e Nova Descoberta*; a que equivale ao bairro de *Ponta Negra*; a correspondente a *Neópolis* e a referente ao bairro de *Pitimbu*. A AED pertencente à *Parnamirim*, por sua vez, engloba parte do *Centro do município* e da área identificada como sendo da *BR-101*. A aludida tipologia foi composta por aproximadamente 16% do total das pessoas ocupadas na Região Metropolitana, sendo que apenas 18% esteve localizada no município de Parnamirim. Das AED's do pólo, a referente aos bairros de *Lagoa Nova*

- *Nova descoberta* concentrou parcela superior a 34%, enquanto as *demais* congregaram cada uma, aproximadamente 16% do efetivo da categoria socioocupacional.

As *ocupações manufatureiras e artísticas*, com 1,8% (6.914 pessoas) da população da Região Metropolitana, centralizaram-se em uma única AED, a que engloba bairros que podem ser considerados da antiga Natal, quais sejam: *Cidade Alta, Ribeira e Rocas*. Da mesma forma, os *setores médios com ênfase em ocupações de escritórios*, com 4,7% da ocupação do espaço metropolitano, reuniram-se numa só AED – a correspondente aos bairros de Barro Vermelho, Lagoa Seca e Alecrim. Já os ocupados vinculados aos *setores médios com ênfase na prestação de serviços sociais, segurança pública e empregados do comércio e comerciários*, perfizeram 21% da ocupação metropolitana e distribuíram-se por sete AED's, das quais cinco pertencentes a Natal. Estas AED's, por ordem decrescente de participação relativa no quantitativo da categoria socioocupacional, foram: a primeira, correspondente ao bairro de *Potengi*; a segunda, aos bairros *Nordeste e Quintas*; a terceira, aos de *Dix-Sept-Rosado e Nazaré*; a quarta, aos de *Santos Reis, Praia do Meio, Areia Preta e Mãe Luíza* e a quinta, ao bairro da *Cidade da Esperança*. As outras duas AED's localizam-se no município de Parnamirim, sendo a primeira correspondente a parte do *Centro* e ao *Distrito Industrial* e a segunda ao *Centro Antigo* e a área o *Aeroporto/Catre*.

A última tipologia cujas ocupações foram predominantes, principalmente, em AED's que pertencem à cidade de Natal é a que reúne os trabalhadores vinculados às atividades inerentes à indústria moderna e aos serviços auxiliares, concentrando aproximadamente 28% da ocupação da Região Metropolitana. Essas ocupações, em Natal, encontraram-se distribuídas em sete áreas de expansão demográfica. Quatro dessas áreas de expansão, pertencentes à área norte da cidade. São elas: a primeira, a que reúne os bairros *Salinas e Igapó*; a segunda, ao bairro de *Nossa Senhora da Apresentação*; a terceira, ao de *Lagoa Azul* e a quarta, aos de *Pajuçara e Redinha*. Assim, três das AED's reúnem bairros pertencentes a zona oeste da cidade “lado de cá” do rio Potengi. São os casos das AED's que reúnem os agregados de bairros de: a) *Cidade Nova, Guarapes e Planalto*; b) *Felipe Camarão* e c) *Bom Pastor*. Uma última AED pertence ao município de Parnamirim e engloba a área da cidade correspondente ao Centro Municipal.

A tipologia intitulada *trabalhadores domésticos* concentrou 1,6% da ocupação da Região Metropolitana e foi predominante em uma ampla área do município de Parnamirim, a saber, a correspondente à AED envolvendo *parte do Centro, o CLBI, Pium e Pirangi*.

A penúltima tipologia enfocada é a dos *trabalhadores da indústria tradicional e prestadores de serviços*, detentora de 9,6% das ocupações metropolitanas. As ocupações pertencentes a esta tipologia encontraram-se distribuídas na AED correspondente ao *agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante* (município com alto grau de integração ao pólo metropolitano), na AED correspondente à *parte urbana de Macaíba* (município com nível de integração médio) e na *AED urbana de Ceará-Mirim* (município com baixa integração ao pólo).

Finalizando, destaca-se que a tipologia dos *ocupados em atividades rurais*, correspondente a 10,6% das ocupações da Região Metropolitana, apresentou-se dominante, mas dispersa por vastas áreas de seis dos oito municípios da Região Metropolitana de Natal. Estas ocupações encontraram-se distribuídas espacialmente nas *partes rurais* dos municípios de *Ceará-Mirim, São Gonçalo e Macaíba* e nos *municípios de Extremoz, São José de Mipibu e Nísia Floresta* – considerados em termos censitários como sendo exclusivamente rurais.

TABELA 3 – Tipologia Socioocupacional, RMNatal, 2000

Municípios	Elite dirigente com ênfase no setor público	Setores médios com ênfase em ocupações técnicas e administrativas	Ocupações manufatureiras e artísticas	Setores médios com ênfase em ocupações de escritório	Ocupações rurais	Setores médios com ênfase em prestação de serviços sociais, segurança pública e comércio	Trabalhadores domésticos	Trabalhadores da indústria tradicional e prestação de serviços	Trabalhadores vinculados às atividades inerentes a indústria moderna e serviços auxiliares	Total
Ceará-Mirim					8.802			8.629		16.711
Parnamirim	11.009					15.608	6.242		12.344	45.203
Extremoz					5.561					5.561
Macaíba					5.955			11.220		17.175
Natal	26.735	50.125	6.914	17.920		64.541			94.937	261.172
Nísia Floresta					5.993					5.993
São G. do Amarante					5.039			16.859		21.898
São J. do Mipibu					10.254					10.254
RMNatal	26.735	61.134	6.914	17.920	40.884	80.149	6.242	36.708	107.281	383.967

Fonte: Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

2.1.3 Renda Familiar Per Capita

Esta parte do trabalho tem como fulcro de análise a distribuição domiciliar da renda, a partir do indicador da renda familiar per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo da época da pesquisa.

De acordo com os dados do Censo 2000, constata-se que, na Região Metropolitana de Natal, das 303.314 famílias arroladas na pesquisa, 98.931 receberam renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou o equivalente a $\frac{1}{3}$ do conjunto das famílias. Portanto, tem-se a indicação, ainda que se trate de um único estrato de renda, de uma distribuição, em vários municípios e AED's de uma renda com nível muito baixo e, ademais, profundamente desigual.

Inicialmente tendo como foco os municípios, é importante destacar que Natal dado o seu papel superlativo na Região Metropolitana, concentrou, ao mesmo tempo, 55% do total dos domicílios da Região Metropolitana com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mas também a menor incidência de famílias neste estrato de renda relativamente ao total de famílias do município, da ordem de 27%. A ordem municipal por incidência de domicílios com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo foi a que segue: Natal (pólo), 27%, Parnamirim (integração em nível muito alto), 29%, Extremoz (médio), 44%, São Gonçalo do Amarante (alto), 45%, Nísia Floresta (baixo), 50%, Macaíba (médio), 51%, São José de Mipibu (baixo), 56% e Ceará-Mirim (baixo), 56%.

No Mapa 3 encontram-se representadas as AED's da Região Metropolitana de Natal distribuídas por cinco faixas que exprimem a incidência (percentual) de famílias/domicílios que recebem rendimento per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal.

A faixa com a menor incidência, de 3,6% a 11,90% das famílias com renda média mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo teve a participação das seguintes AED's contíguas, sendo seis das partes leste e sul do município pólo e uma do município com nível de integração muito alto: *Parque das Dunas-Capim Macio* (AED 17), *Neópolis* (18), *Candelária* (21), *Petrópolis-Tirol* (24) e *Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim* (25) (em Natal) e *Parnamirim-Centro-BR 101* (AED 6), em Parnamirim.

No segmento com incidência de 11,91% a 26,40% de renda familiar per capita no nível aludido, a situação foi idêntica. Em Natal as AED's foram as seguintes: *Potengi* (AED 11), *Lagoa Nova-Nova Descoberta* (16), *Ponta Negra* (18), *Cidade da Esperança* (26)

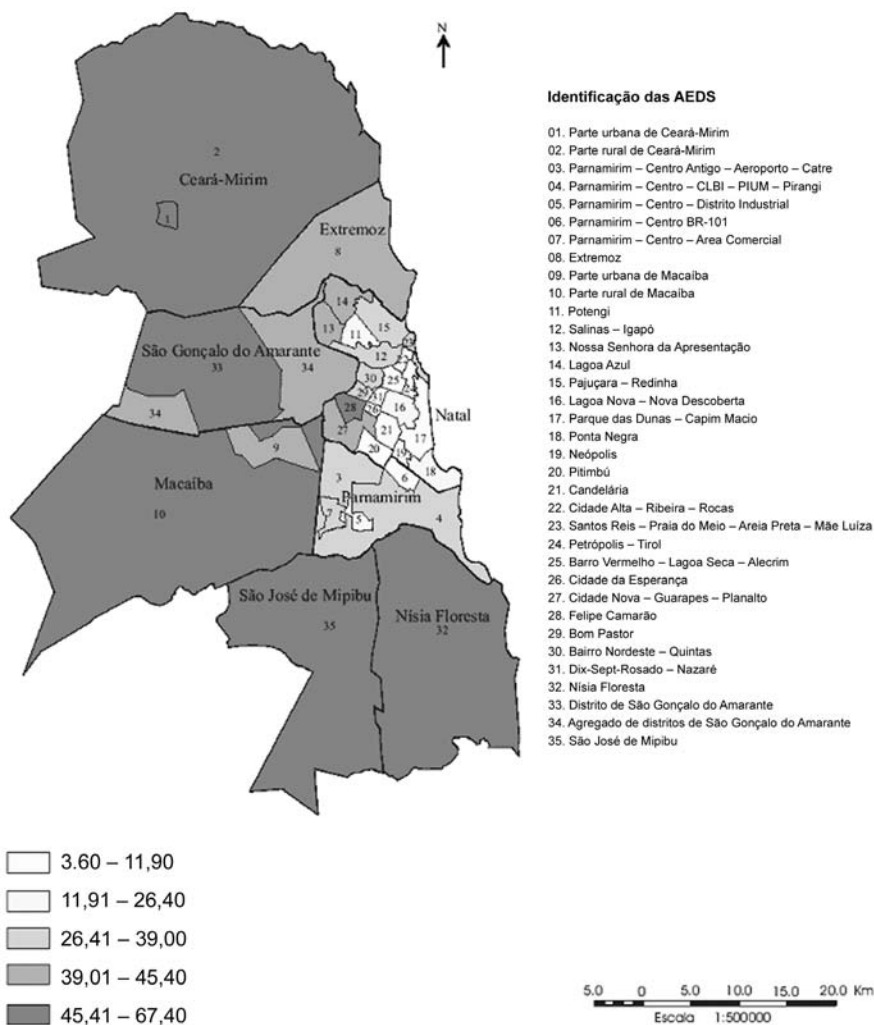
e *Dix-Sept-Rosado-Nazaré* (31). Em Parnamirim, a AED foi *Parnamirim-Centro-Distrito Industrial* (AED 5).

Na faixa que destaca a freqüência de famílias com renda familiar de até ½ salário mínimo, de 26,41% a 39,00%, estiveram presentes cinco AED's contíguas em Natal e três em Parnamirim. Em Natal, foram as que seguem: *Salinas-Igapó* (AED 12), *Pajuçara-Redinha* (15), *Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta-Mãe Luísa* (23), *Bom Pastor* (29) e *Bairro Nordeste-Quintas* (30). Em Parnamirim, as seguintes: Parnamirim (município com nível de integração muito alto) – *Centro Antigo-Aeroporto-Catre* (AED 03), *Centro-CLBI-Pium-Pirangi* (4) e *Centro-Área Comercial* (7). Assim constata-se que nas faixas com os mais baixos níveis de incidência de famílias que recebiam até ½ salário mínimo mensal situaram-se, tão somente, AED's localizadas em Natal (município pólo) e Parnamirim (município com alto nível de integração ao pólo).

No intervalo compreendido entre 39,01% a 54,40% de famílias com renda *per capita* até o nível já aludido, situaram-se seis AED's, sendo três em Natal: *Nossa Senhora da Apresentação* (13), *Lagoa Azul* (14) e *Cidade Nova-Guarapes-Planalto* (27); uma em Macaíba, *Parte urbana* (AED 9); uma em São Gonçalo do Amarante, *Agregado de distritos* (AED 34) e o município de *Extremoz* (AED 8).

Para finalizar, apresenta-se a faixa de maior incidência de famílias que receberam até ½ salário mínimo mensal *per capita*, qual seja aquela com 45,41 a 67,40% de famílias em tal situação. Nesta condição encontraram-se os municípios de *São José de Mipibu* (AED 35), de *Nísia Floresta* (AED 32) e de *Ceará-Mirim* (AED's 1 e 2); a *Parte rural de Macaíba* (AED 10); *Distrito de São Gonçalo do Amarante* (AED 33) e apenas uma AED do município pólo – a de *Felipe Camarão* (28).

MAPA 3 – Percentual de Famílias com Renda Per Capita até 1/2 Salário-mínimo por AED's – RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

2.2. Estrutura Demográfica

O quadro demográfico da Região Metropolitana de Natal indica uma distribuição espacial da população bastante concentrada no município pólo – Natal. Em 2000, Natal detinha quase 65% da população de toda a região. Se juntarmos a essa população o contin-

gente populacional de Parnamirim (que tem integração muito alta) com Natal, somam-se 76,28% de toda a população da Região Metropolitana em apenas dois municípios.

Numa percepção temporal, analisando o crescimento populacional da Região Metropolitana na década de 1990 do século passado, observa-se que Natal já vem experimentando um arrefecimento no seu crescimento populacional, com taxa de crescimento de 1,81% ao ano. Por outro lado, os municípios de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim ostentam as maiores taxas de crescimento populacional da Região, 4,86% e 7,90% respectivamente (Tabela 4).

TABELA 4 – Taxa de Crescimento Populacional – RM de Natal, entre 1991 e 2000.

Municípios	Urbana		Rural		Total		t	Tx Geométrica de Crescimento (91- 00)		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000		Urbana	Rural	Total
Ceará-Mirim	26.002	30.839	26.155	31.585	52157	62424	8,916667	1,93	2,14	2,04
Extremoz	8.169	13.418	6.772	6.154	14941	19572	8,916667	5,72	-1,07	3,07
Macaíba	29.019	36.041	14.431	18.842	43450	54883	8,916667	2,46	3,04	2,65
Natal	606.887	712.317	0	0	606887	712317	8,916667	1,81	0	1,81
Nísia Floresta	6.023	8.638	7.911	10.402	13934	19040	8,916667	4,13	3,12	3,56
Parnamirim	48.593	109.139	14.719	15.551	63312	124690	8,916667	9,5	0,62	7,9
São G. do Amarante	8.241	9.798	37.220	59.637	45461	69435	8,916667	1,96	5,43	4,86
São José do Mipibu	12.858	15.508	15.293	19.404	28151	34912	8,916667	2,12	2,71	2,44
RM de Natal	745.792	935.698	122.501	161.575	868293	1097273	8,916667	2,58	3,15	2,66

Fonte: Site IBGE.

No que tange a mortalidade, os dados apontam para um declínio durante a década de 1990 do século passado. A esperança de vida ao nascer da Região Metropolitana de Natal, apresenta significativo avanço durante esse período. Em 1991, a maior esperança de vida ao nascer era da ordem de 66,59 anos, para Natal. Por outro lado, Nísia Floresta tinha o menor valor (58,73). Em 2000, esses valores eram respectivamente iguais a 68,78 e 65,44.

TABELA 5 – Esperança de Vida ao Nascer – RM de Natal, 1991 e 2000.

Nível de Integração	Município	1991	2000
Baixo	Ceará-Mirim	59,06	65,32
Médio	Extremoz	60,47	67,67
Médio	Macaíba	59,06	66,62
Pólo	Natal	66,59	68,78
Baixo	Nísia Floresta	58,73	65,44
Muito Alto	Parnamirim	60,56	68,27
Alto	São Gonçalo do Amarante	60,78	69,11
Baixo	São José de Mipibu	59,06	68,59

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em 2000, o valor mais baixo de esperança de vida ao nascer entre todos os municípios foi o valor registrado em Ceará-Mirim (65,32 anos). Em 1991, a esperança de vida ao nascer para Ceará-Mirim era de 59,06 anos (Tabela 5).

São José de Mipibu foi o município onde a esperança de vida ao nascer obteve os maiores ganhos, com variação de 16,14%. Nesse município, esse indicador que era de 59,06 em 1991, em 2000 atingiu o valor de 68,59. Os demais municípios registraram os seguintes valores em 2000: Parnamirim (68,27), São Gonçalo do Amarante (69,11), Extremoz (67,67) e Macaíba (66,62).

Com relação à fecundidade, os dados mostram que Natal tem a menor fecundidade da região, 1,99 filhos por mulher em 2000. Um ponto relevante para ser ressaltado é que a queda da fecundidade em Natal no período 1991-2000 foi significativa, com uma variação de 18,44%. Em 1991, a taxa de fecundidade total em Natal era de 2,44. Esse declínio da fecundidade em Natal só não foi maior do que o ocorrido em Nísia Floresta e Macaíba, que tinham, em 1991, taxa de fecundidade total igual a 4,16 e 3,75 filhos em média por mulher, respectivamente. Em 2000, esses valores eram, respectivamente, 2,87 e 2,89.

TABELA 6 – Indicadores de Fecundidade – RM de Natal, 1991 e 2000

Município	Taxa de fecundidade total, 1991	Taxa de fecundidade total, 2000	% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 1991	% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 2000	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 1991	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000
Ceará-Mirim	4,09	3,58	...	1,24	11,11	8,93
Parnamirim	2,87	2,49	...	0,22	8,11	7,09
Extremoz	3,88	3,53	...	0,02	10,65	12,76
Macaíba	3,75	2,89	...	1,06	8,38	11,62
Natal	2,44	1,99	...	0,44	4,11	7,66
Nísia Floresta	4,16	2,87	...	0,03	10,44	15,13
São G. do Amarante	3,73	3,23	...	0,49	8,57	11,61
São José de Mipibu	4,08	3,31	...	0	12,78	8,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em 2000, a taxa de fecundidade total dos demais municípios da Região Metropolitana de Natal foi de: São Gonçalo do Amarante (3,23), São José de Mipibu (3,31), Ceará-Mirim (3,58), Parnamirim (2,49) e Extremoz (3,53) (Tabela 6).

É fundamental destacar o aumento de gravidez na adolescência no período 1991-2000, em cinco dos oito municípios da RMN: Natal, Extremoz, Macaíba, Nísia Floresta e São Gonçalo do Amarante. Em Natal, por exemplo, o percentual de mulheres adolescentes entre 15 e 17 anos que têm filhos aumentou de 4,11 para 7,66 entre 1991 e 2000.

Os indicadores de mortalidade e fecundidade estão intrinsecamente ligados ao ritmo do crescimento populacional. Em Extremoz e Nísia Floresta, que têm fecundidade relativamente alta, o crescimento populacional no período 1991-2000 ficou acima dos 3% ao ano. Contudo, quando se trata de crescimento populacional na Região Metropolitana de Natal, as atenções se voltam para Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, dois municípios que tem nível alto e muito alto de integração com Natal. Parnamirim e São Gonçalo do Amarante cresceram respectivamente, entre 1991 e 2000, a taxa de 7,9% e 4,86% ao ano.

No que se refere à taxa de urbanização, observa-se um resultado intrigante. Cotejando os valores de 1991 com os resultados para o ano 2000, observa-se que apenas dois municípios, Parnamirim e Extremoz aumentaram significativamente suas taxas de urbanização no período, com variação de 13,25% e 25,38% respectivamente. Excetuando-se Natal que, praticamente não tinha população rural já em 1991, os outros cinco municípios

da Região Metropolitana de Natal, ou manteve estabilizada a taxa de urbanização ou perdeu população urbana com relação à população rural.

TABELA 7 – Taxa de Urbanização – RM de Natal, 1991 e 2000.

Município	1991	2000
Ceará-Mirim	49,85	49,40
Extremoz	54,68	68,56
Macaíba	66,79	65,67
Natal	99,93	100
Nísia Floresta	43,23	45,37
Parnamirim	77,29	87,53
São Gonçalo do Amarante	18,13	14,11
São José de Mipibu	45,68	44,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Contudo, parece mais provável que a classificação de rural destes municípios precise sofrer alterações, pois não está possibilitando diagnosticar corretamente a situação de domicílio da população. Em 2000, as taxas de urbanização da Região Metropolitana de Natal eram: Ceará-Mirim (49,40%), Extremoz (68,56%), Macaíba (65,67%), Natal (100%), Nísia Floresta (45,37%), Parnamirim (87,53%), São Gonçalo do Amarante (14,11%) e São José de Mipibu (44,69%) (Tabela 7).

De posse dos indicadores demográficos das Áreas de Expansão Demográfica – AEDs é possível traçar um panorama geral de como andam as diversidades demográficas dentro da Região Metropolitana de Natal em 2000.

Nesse sentido, o Mapa 4 mostra que a região Oeste da Capital apresenta forte adensamento populacional, com exceção da AED 27, que abrange os bairros de Cidade Nova, Guarapes e Planalto. Entretanto, a densidade demográfica dessas áreas ainda não está nos níveis encontrados nas AEDs de Cidade da Esperança e Felipe Camarão por serem áreas de expansão mais recente, com bairros que surgiram na última década e último quinquênio do século anterior.

Outra área de forte expansão está ao sul de Natal limitando-se com as AEDs 3 e 6 do município de Parnamirim. O Mapa 4 indica que essas AEDs ainda não estão com densidade demográfica nos níveis de outras áreas mais populosas. Essas são áreas de

expansão mais recente, que estão passando por um forte dinamismo imobiliário e que, conforme revelado pelo mapa da densidade demográfica, têm grande potencial de absorção populacional. Observa-se, ainda, grandes áreas com baixa densidade demográfica, sobretudo nos municípios com média e baixa integração com o município pólo.

O Mapa 5 indica que todo o município de Parnamirim, a área de São Gonçalo do Amarante limítrofe com Natal, além da região Sul da capital, mais precisamente o bairro de Ponta Negra, são áreas onde o percentual de imigrantes com relação à população censitária em 2000 excede 16%.

O resultado desse mapa levanta a hipótese de que grande parte do crescimento populacional dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim se deve à migração. Além disso, Ponta Negra é o bairro de Natal com maior participação de imigrantes na população.

O Mapa 6 mostra a configuração espacial do envelhecimento populacional da RMN em 2000. Cotejando esse mapa com o mapa do percentual de imigrantes de data fixa, observa-se uma correlação entre eles. Justamente nas áreas com maior percentual de imigrantes, encontram-se os menores índices de envelhecimento. Todo o município de Parnamirim, como também o município de São Gonçalo do Amarante, tem Índice de Envelhecimento baixo, com no máximo 14,93%, ou seja, a população acima de 65 anos não representa 15% da população abaixo dos 15 anos.

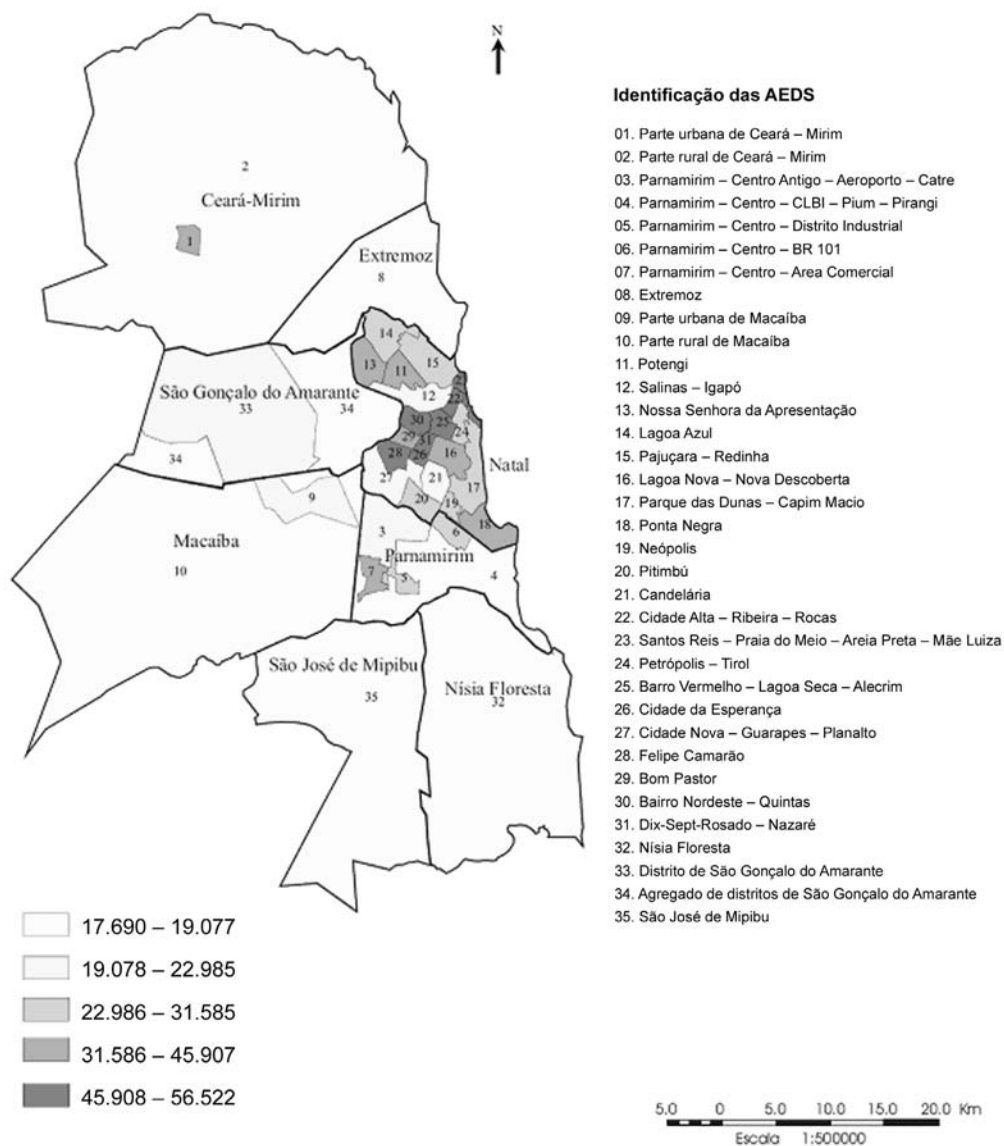
Outra área com população muito jovem é o município de Extremoz, além das áreas de maior expansão demográfica da cidade do Natal, composta pelas AEDs: Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Pajuçara - Redinha, na Região Norte e, Cidade Nova - Guarapes - Planalto e Felipe Camarão, na Região Oeste do município pólo.

A área com maior número de população acima de 65 anos com relação à população menor que 15 anos concentra-se na região central de Natal, em bairros como: Alecrim, Cidade Alta, Ribeira, Petrópolis, Lagoa Nova e Nova Descoberta.

No que se refere à distribuição do percentual da população de cor parda e preta com relação à população total, o Mapa 7 mostra uma distribuição mais homogênea no espaço metropolitano do que outros indicadores demográficos. Grande parte da RMN é composta por no mínimo 65,51% de pardos ou pretos.

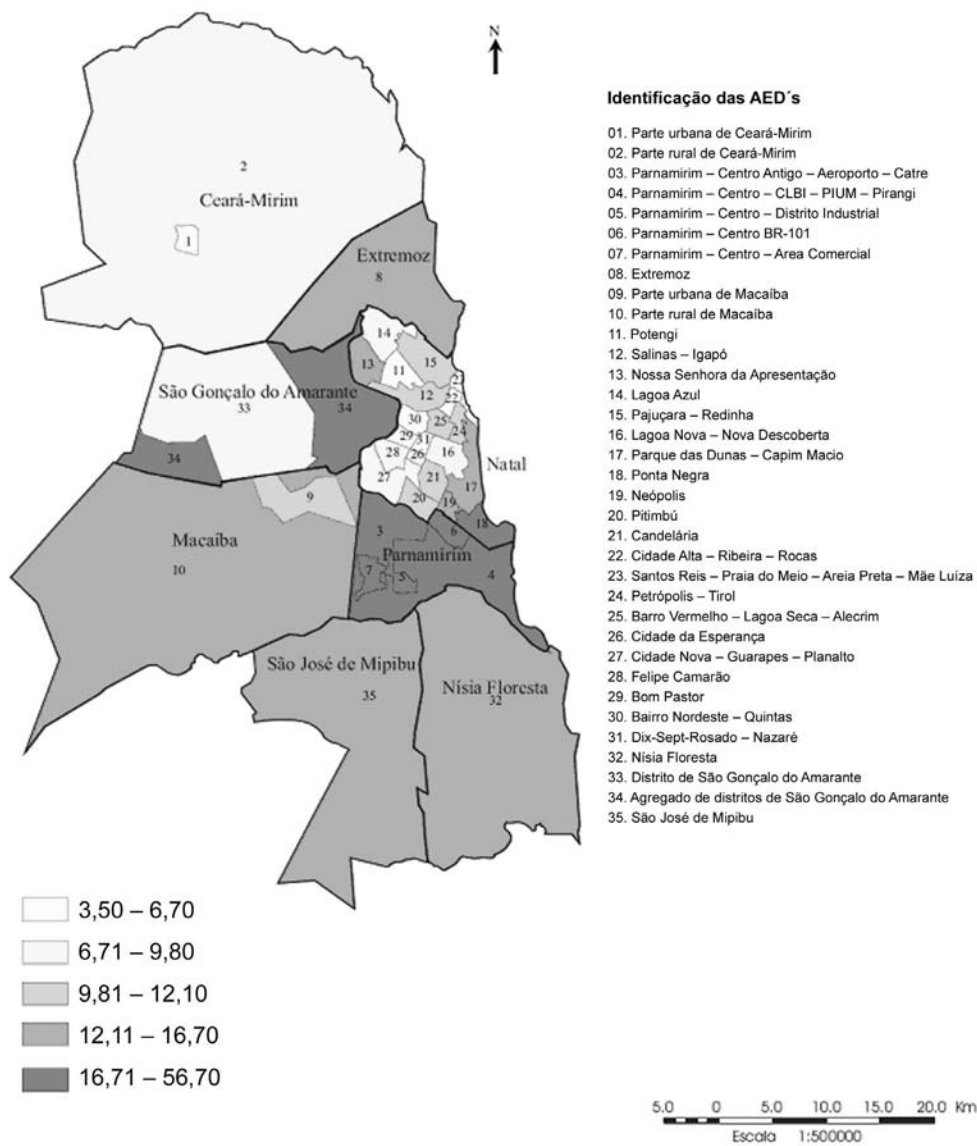
Contudo, os municípios de Natal e Parnamirim têm menor percentual de pardos ou pretos com relação ao total da população.

MAPA 4 – Densidade Demográfica por AED's – RMNatal - 2000



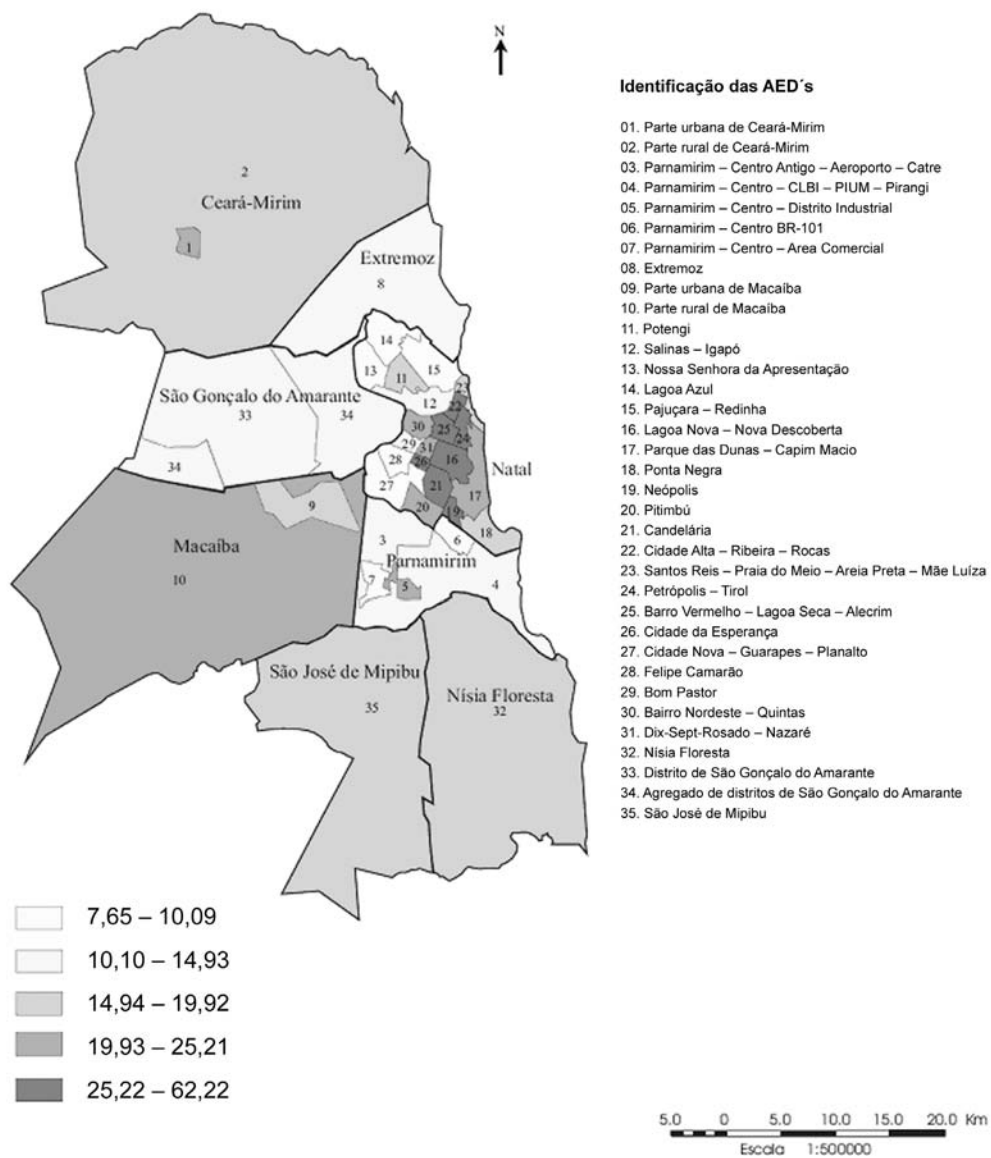
Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 5 – Proporção de Imigrantes de Data Fixa por AED's – RMNatal - 2000



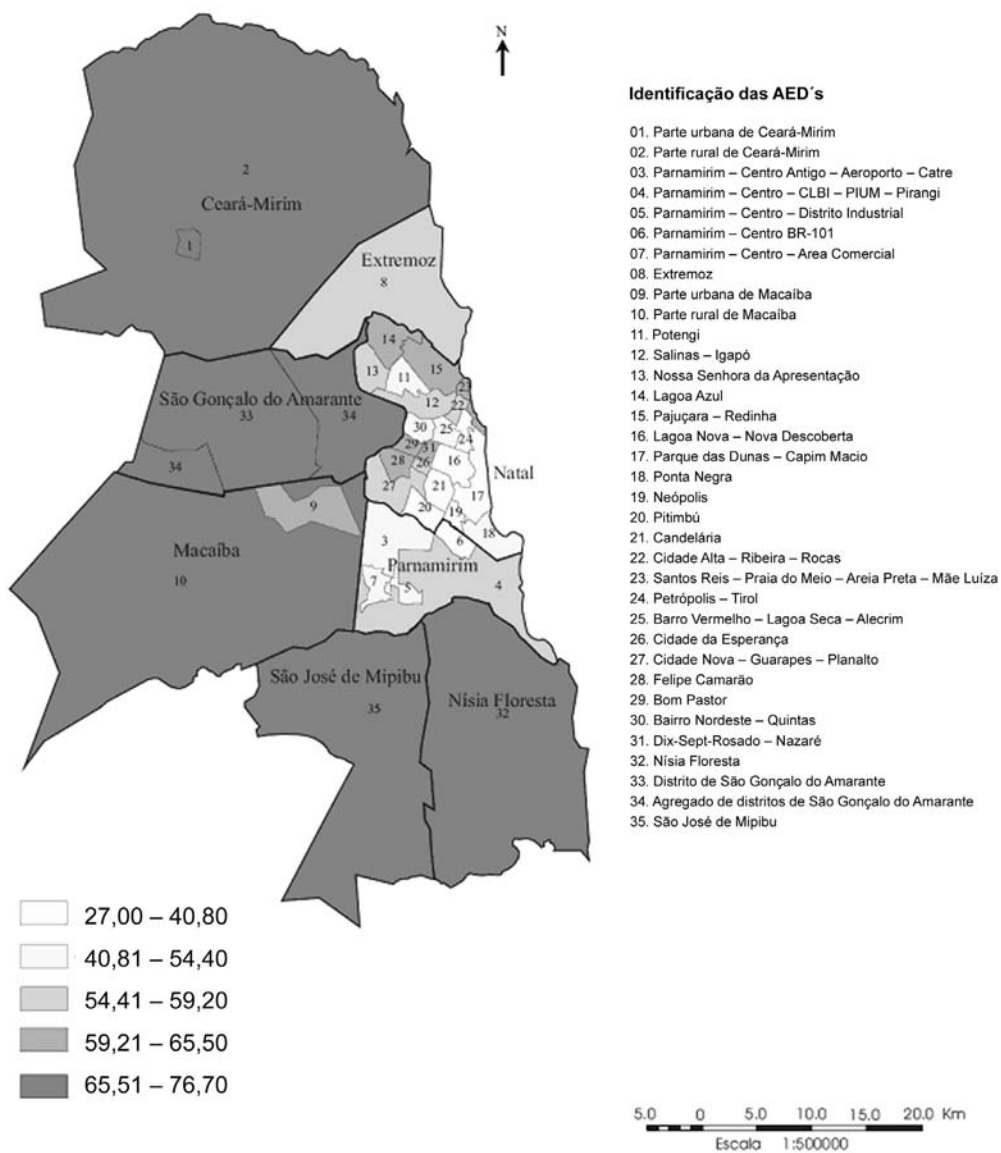
Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 6 – Índice de Envelhecimento por AED's – RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 7 – Distribuição da População Segundo a Cor (Preto - Pardo) por AED's
 – RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

capítulo 3

3. Condições de Educação

A sociedade atual, por suas características atreladas à tecnologia e à técnica informacional, impõe às sociedades, realidades socioespaciais que possam dar resposta imediatas ao seu próprio movimento de (re)produção. Neste sentido, entende-se a educação como elemento chave nessa direção, não apenas no sentido da resposta a essa sociedade, mas como instrumento de resposta à construção da própria cidadania. Sendo assim, faz-se mister o estudo e a compreensão da realidade da educação da RMNatal, para que se possa avaliar até que ponto a realidade atual permite que ela seja esse instrumento de transformação.

Segundo o censo demográfico efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a Região Metropolitana de Natal possuía, em 2000, um contingente populacional na idade de 15 anos e mais em torno de 765.815 mil. Este número era equivalente a mais de 70% da população total. Contudo, desse contingente populacional 110.392 não sabiam ler, isto é, a taxa de analfabetismo funcional da região metropolitana era de 14,4 % (Tabela 8). No entanto, quando considerados os municípios individualmente, os dados apresentados, embora aparentemente baixos, são dados preocupantes, já que o momento atual caracteriza-se como sendo a era da ciência, da técnica e da informação.

TABELA 8 – Municípios da Região Metropolitana de Natal por
Pessoas, de 15 anos e Mais que Não Sabem Ler - 2000

Municípios	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Ceará-Mirim	40.288	11.516	28,6
Extremoz	12.717	2.886	22,7
Macaíba	36.461	9.900	27,2
Natal	510.990	54.783	10,7
Nísia Floresta	12.338	3.275	26,5
Parnamirim	84.972	10.902	12,8
São Gonçalo do Amarante	45.443	10.285	22,6
São José de Mipibu	22.606	6.845	30,3
Total	765.815	110.392	14,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. (Metrodata)

Dentre os municípios que apresentam o maior índice de analfabetos destacam-se os municípios de São José de Mipibu e Ceará-Mirim, que possuem respectivamente 30,3% e 28,6% da sua população com mais de 15 anos analfabeta (Mapa 8). Essa realidade pode ser explicada pelo domínio da atividade canavieira que tem como uma das marcas do seu processo de expansão a concentração de terra e de renda.

Tratando-se do analfabetismo funcional (isto é, a população com menos de quatro anos de estudo e que não dominam o código escrito e falado) novamente Ceará-Mirim ocupa a primeira posição com mais de 43% seguido dos municípios de São José do Mipibu e Nísia Floresta. São Gonçalo do Amarante, embora tenha alto nível de integração em relação ao pólo e está no mesmo patamar de Macaíba que tem médio nível de integração. Já o município de Parnamirim, apesar de possuir alto nível de Integração, ainda possui 7% de analfabetos funcionais a mais em relação ao Pólo. E, embora Natal ocupe o menor percentual de analfabetos funcionais, quando a referência é o universo populacional, pode-se perceber que esse percentual ainda é elevado.

No ano 2000 o número de crianças de 10 a 14 anos analfabetas funcionais diminuiu em relação a 1991, porém ainda mantém elevados percentuais; Nísia Floresta ocupa a posição de maior índice percentual com 65,29% de crianças na idade de 10 a 14 anos com baixa instrução. Natal é o único município que se encontra no patamar em torno de

38%, enquanto nos demais municípios os números ultrapassam 43%. São Gonçalo outra vez mostra uma elevada taxa neste indicador com 60,11%.

Observando os percentuais de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas funcionais tanto em 1991 como em 2000 e, analisando o mesmo indicador no recorte de idade de 10 a 14 anos, constata-se que há um decréscimo considerável em toda RMN, os percentuais estão abaixo de 46%. São Gonçalo do Amarante com 38,19% é superado por um município de integração média como Extremoz que obteve um percentual de 35,24%.

No que diz respeito ao percentual de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos analfabetas em 1991, com exceção de Natal os demais municípios ultrapassavam 14% de sua população jovem e adulta analfabeta. O maior percentual de Analfabetismo Funcional da população entre 18 e 24 anos, está concentrado nos municípios de São José do Mipibu com quase 45%, Nísia Floresta com 40% e Macaíba (Tabela 9).

TABELA 9 – Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária - RM de Natal 1991 e 2000

Municípios	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000
Ceará-Mirim	26,87	15,11	50,37	35,96
Extremoz	21,86	11,79	42,7	28,38
Macaíba	25,57	13,28	50,98	34
Natal	9,33	4,73	19,02	13,44
Nísia Floresta	26,16	11,93	50,52	33,67
Parnamirim	14,88	6,03	31,33	15,9
São G.do Amarante	19,59	11,03	41,64	28,61
São José de Mipibu	28,8	10,46	53,58	39,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tratando-se da freqüência à escola por parte das pessoas com idade de 7 a 14 anos (Mapa 9), a região metropolitana apresenta dados satisfatórios (95,3%). Já a freqüência à escola por parte das pessoas com idade de 15 a 17 anos não se configura da mesma forma que aquela anteriormente analisada. Isto porque, na região metropolitana o percentual chega apenas a 82,5%.

Embora os dados apontem um percentual elevado das pessoas que freqüentam a escola em idade escolar, isto é de 7 aos 14 anos, quando se analisa essa realidade,

considerando somente aqueles que se encontram em série adequada – aqueles que não estão fora da faixa etária adequada – há uma redução significativa nos números. Em Natal esse número percentual é de apenas 59,7%. No caso específico de Ceará-Mirim este percentual cai de 91,6% para 39,4%. Assim sendo, fica evidenciado por meio dos dados que há uma interrupção muito acentuada no processo de acesso à escola, sendo este compreendido como uma resultante da evasão escolar que se caracteriza como um dos principais problemas da educação brasileira e, de forma particular no RN. Outra evidência que fica patente é que as respostas dadas através das políticas para o setor ainda não são respostas satisfatórias.

Outra inferência que pode ser feita a partir dos dados analisados é de que, na medida em que a idade vai aumentando, diminui o índice de frequência. Natal, Município Pólo, é aquele que apresenta os melhores percentuais de frequência, mesmo assim, não chegando a 50%. No entanto, os mais baixos índices percentuais, mais uma vez são capitaneados pelos municípios de Nísia Floresta, Ceará-Mirim e São José de Mipibu.

A análise da realidade educacional da Região Metropolitana de Natal a partir dos números percentuais do IBGE permite afirmar que existe um número bastante elevado de pessoas na faixa de 15 a 17 anos que estão em séries inadequadas.

Com relação à faixa etária de 18 a 25 anos (Mapa 10) os percentuais são também baixos em toda região metropolitana. Vale o registro dos percentuais de São José de Mipibu, 5,1%, Nísia Floresta, 6,7% e Ceará-Mirim, 6,2%. Esses dados sugerem a ocorrência da baixa qualificação profissional.

Trabalhando a mesma questão anterior sob a ótica do nível de integração dos municípios ao Pólo, isto é, à Natal, fica evidente que quanto menor o nível de integração, mais baixo é o percentual de população com faixa etária de 18 a 25 anos, cursando a série adequada à sua faixa etária.

No que diz respeito à frequência ao ensino médio, observa-se um decréscimo nos percentuais, exceto no município pólo que apresenta um percentual de 63,18%, sendo aquele que apresenta a melhor taxa, enquanto os demais estão abaixo de 38%.

No indicador “taxa bruta de frequência ao ensino médio”, os percentuais ficam em torno de 91%. O menor percentual encontra-se em Nísia Floresta que obteve 42,84%. A frequência ao ensino superior por parte da população na faixa etária entre 18 a 22

anos (Mapa 2) é muito pequena. Os números apontam para uma inexpressiva entrada de jovens no nível universitário, ficando em menos de 6%. Nesse contexto, Natal está muito à frente dos demais municípios. Parnamirim, embora com índices bem inferiores à Natal, apresentou números bem melhores que os demais. Entretanto, considerando o percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam o curso superior, pode-se afirmar que esse é muito baixo em toda RMNatal, mas é Ceará-Mirim que detém o menor percentual: 1,34% (Tabela 10)

TABELA 10 – Percentual de Pessoas por Nível de Ensino - RM de Natal, 2000

Município	Taxa bruta de freqüência ao fundamental, 2000	Taxa bruta de freqüência ao ensino médio, 2000	Taxa bruta de freqüência ao superior, 2000	% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior, 2000	% 18 a 22 anos com acesso ao curso superior, 2000
Ceará-Mirim	129,65	56,22	4,9	1,34	1,34
Parnamirim	124,46	80,91	24,01	7,79	7,85
Extremoz	133,93	59,82	10,03	4,05	4,05
Macaíba	132,42	59,54	5,27	1,73	1,73
Natal	133,75	90,63	27,71	12,59	12,7
Nísia Floresta	133,82	42,84	6,4	1,39	1,39
São G. do Amarante	133,29	63,41	4,62	1,67	1,67
São José de Mipibu	141,94	55,1	6,83	1,68	1,68

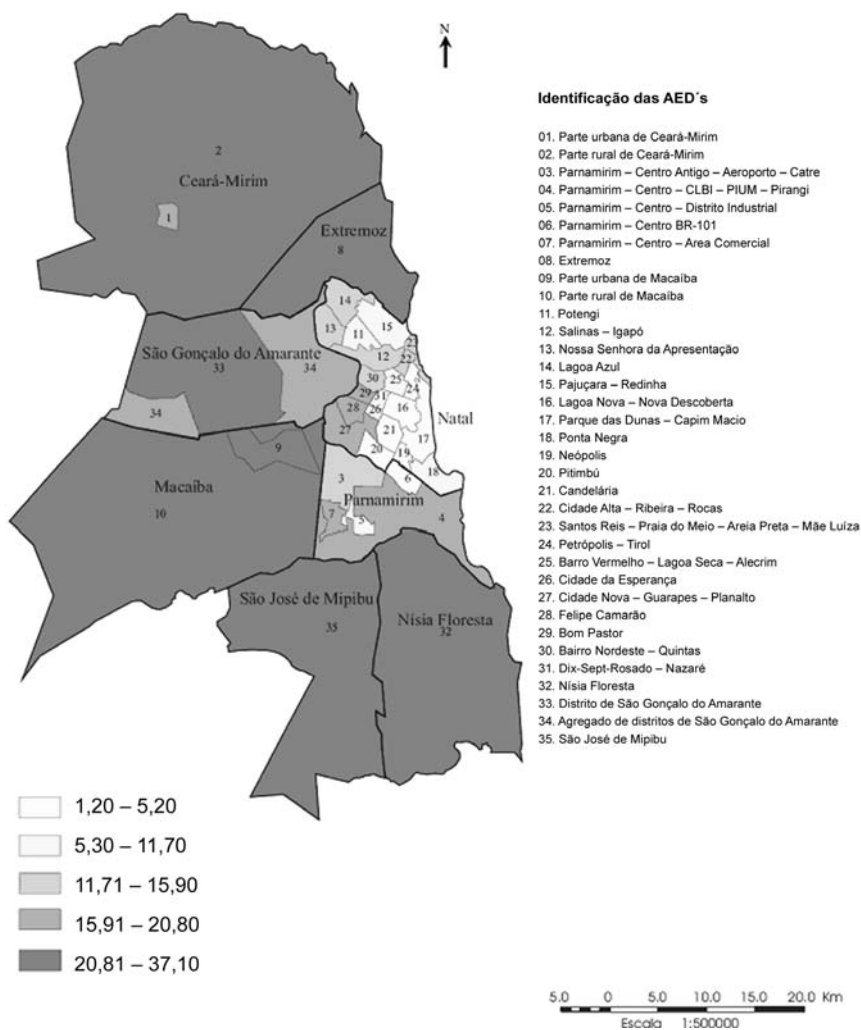
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na taxa bruta de freqüência ao ensino superior, apenas o município pólo – Natal e o município Parnamirim com integração muito alta, obtiveram percentuais superiores a 20% seguidos pelo município de Extremoz com o percentual de 10,0%. Nos demais municípios os percentuais ficaram abaixo de 7%, sendo São Gonçalo do Amarante, com um percentual de 4,62%, o município com menor resultado, embora apresentando uma alta integração em relação ao pólo. Entretanto, chama a atenção o fato de os municípios, mesmo com melhor nível de integração, assim como Macaíba, apresentarem percentuais bem mais inferiores, sugerindo, então, que o nível de integração não interfere nesse aspecto, devendo ser investigados outros fatores.

A partir desse quadro simplificado da realidade educacional na RMNatal, evidencia-se que, embora se perceba dados estatísticos mais positivos, de um censo para outro, os resultados espaciais ainda são muito pouco percebidos. O analfabetismo funcional é algo que deve fazer parte apenas de um passado, pois cada vez mais a qualificação profissional é exigida. No início da análise a educação foi pensada como um instrumento de transformação e

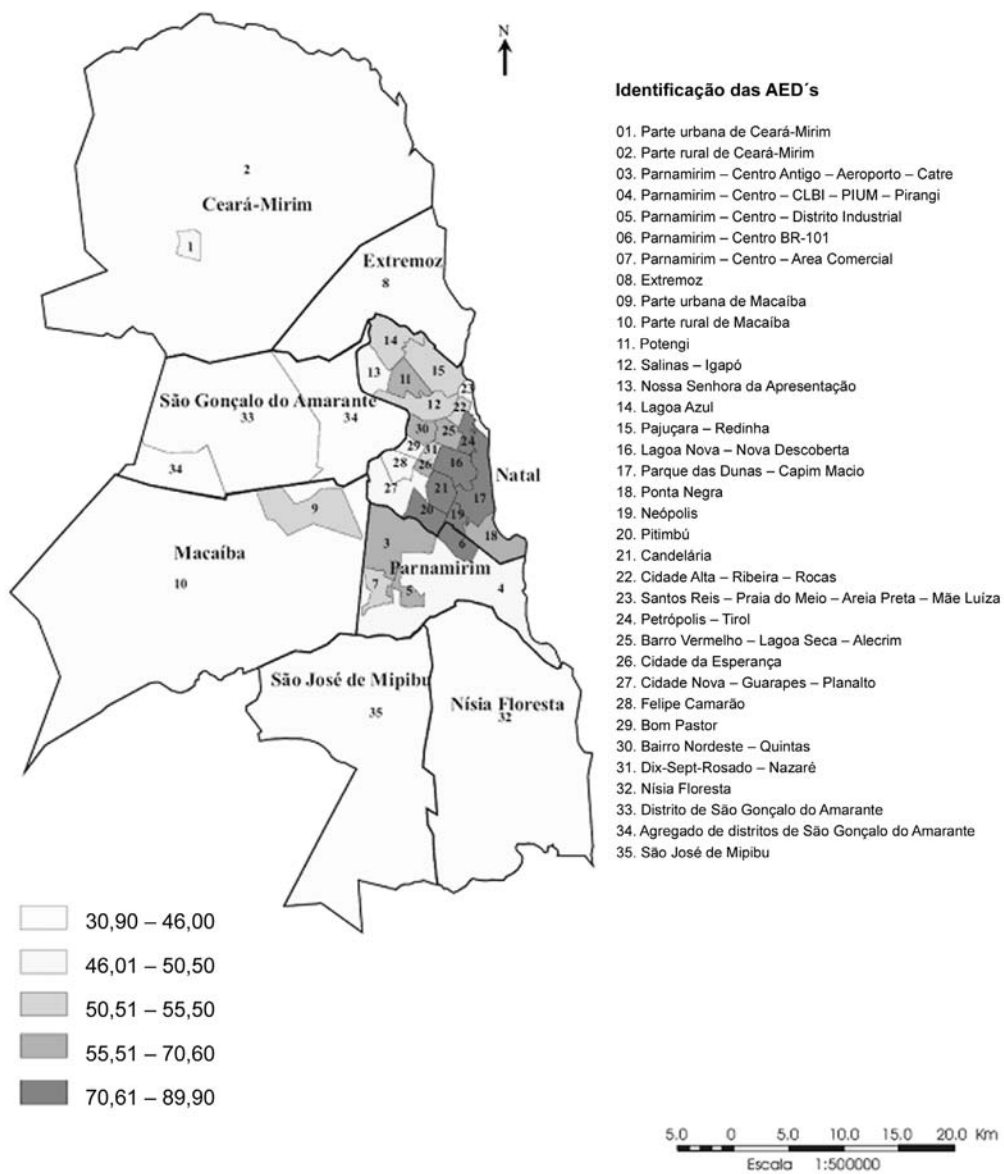
de conquista da cidadania. Porém, a análise dos dados aqui ressaltados parece ficar claro que ainda está muito distante essa conquista de forma integral, pois nessa sociedade, cuja marca maior é a ciência, a técnica, e a informação, os analfabetos não fazem parte.

MAPA 8 – Taxa de Analfabetismo por AED's – RMNatal - 2000



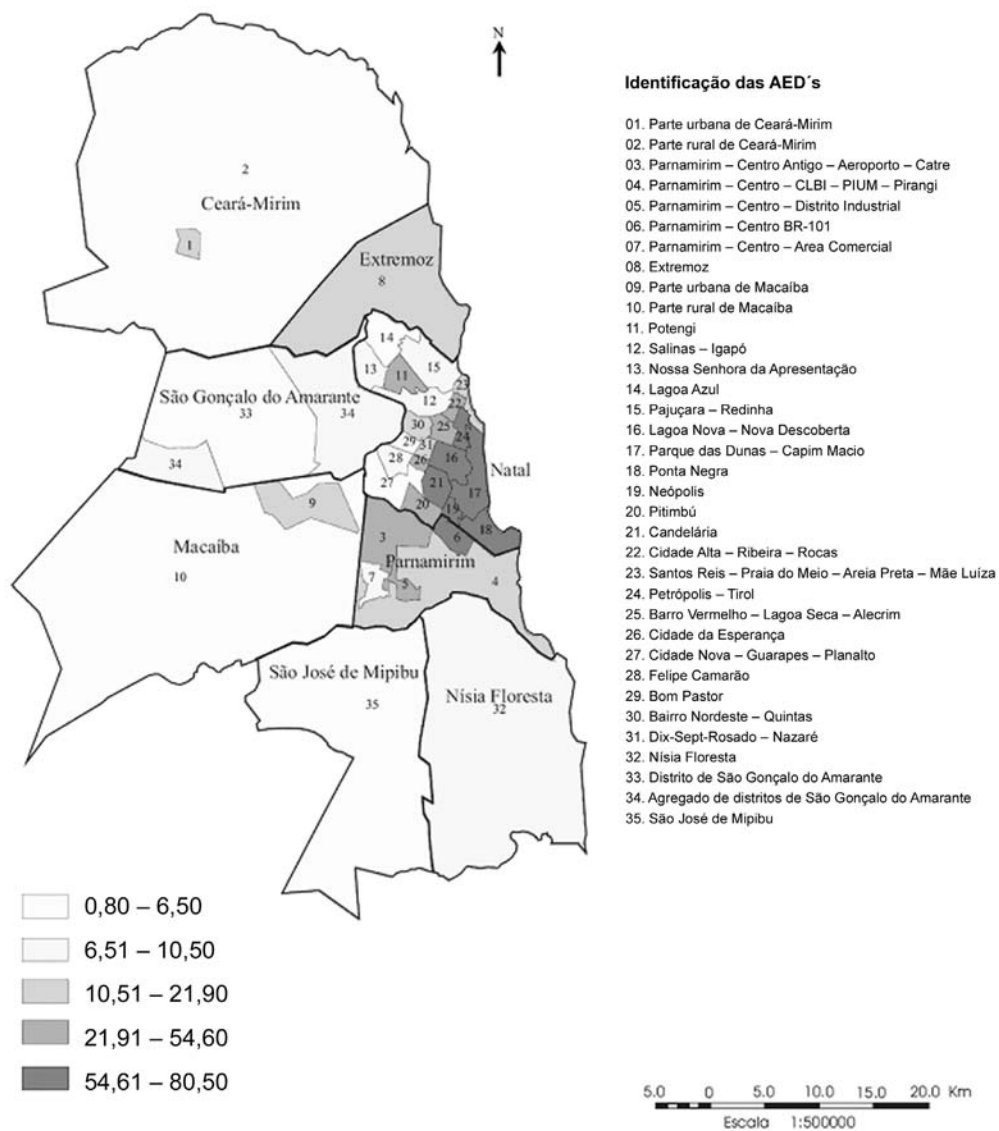
Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 9 – Total de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Escola em Série Adequada por AED's – RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 10 – Total de Pessoas de 18 a 25 anos que Frequentam Escola em Série Adequada por AED's - RMNatal - 2000



Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

3.1. Condições de Moradia

O acesso da população aos serviços públicos e à infra-estrutura demonstra claramente um quadro de desigualdade entre as AEDs da Região Metropolitana como um todo, além de uma desigualdade interna em cada município. Em uma análise geral, pode-se inferir através dos mapas que as AEDs do pólo metropolitano de Natal apresentam um melhor desempenho em termos de moradia do que as AEDs integrantes dos municípios vizinhos. Os mapas analisados a seguir são reveladores desse quadro.

Em relação ao acesso adequado à água encanada, apenas seis AEDs localizadas em Natal apresentam mais de 96,70% de acesso; ainda nessa categoria, as AEDs Nísia Floresta, São José do Mipibú, São Gonçalo do Amarante, área urbana de Ceará Mirim e AEDs da região oeste de Natal estão em uma faixa entre 0,01% e 86% de acesso, o que representa quase a totalidade das AEDs da Região Metropolitana, se considerarmos que as AEDs rurais de Macaíba e Ceará-Mirim estão abaixo de 0,01% (Mapa 11).

Situação semelhante no acesso adequado à coleta de lixo: apenas as AEDs da região leste e sul de Natal possuem quase a totalidade dos seus domicílios atendidos; em direção a periferia da RM o acesso diminui, chegando a estar abaixo dos 46,81% na AED rural de Ceará-Mirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. No acesso ao esgotamento sanitário, as melhores AEDs continuam sendo aquelas localizadas na região leste e sul de Natal; entretanto, cabe destacar a AED Distrito de São Gonçalo como a que apresenta uma melhor situação: mais de 83% dos domicílios têm acesso ao esgotamento. Por outro lado, as partes rurais de Macaíba e Ceará-Mirim são as mais críticas em todos os itens analisados; já as AEDs de Parnamirim localizam-se em uma situação intermediária, muito próxima aos valores de Natal.

Em relação à propriedade domiciliar, a distribuição por AEDs revela que a média de domicílios próprios em toda a RM é de 76,58% e alugados 16,22%; as AEDs com maior presença de domicílios próprios não estão nas áreas centrais do pólo metropolitano: três AEDs na região norte de Natal, Extremoz, parte urbana de Macaíba e Distrito de São Gonçalo do Amarante estão em uma faixa de 80,41% a 85%; entretanto, nestas mesmas AEDs o percentual de domicílios sem propriedade do terreno varia entre 2,01% e 3,27% (a média metropolitana é de 2,85%). As AEDs com maior presença de domicílios alugados estão em Natal, em áreas de centro expandido, ou no caso de Igapó-Salinas, em bairros

da periferia norte com ocupação mais antiga. Fora do pólo, a AED Parnamirim - Centro Antigo destaca-se com 18,41% de domicílios alugados, acima da média metropolitana.

Tais dados, entretanto, não chegam a configurar um claro rebatimento das condições das moradias das AEDs na forma de aglomerados subnormais; se observada a distribuição desse tipo de assentamento, apenas o pólo metropolitano apresenta aglomerado subnormais: em Ponta Negra (0,01% a 1,00%), Cidade Nova-Guarapes e Felipe Camarão (1,31% a 3,00%), Areia Preta – Mãe Luiza – Santos Reis – Praia do Meio (1,00 a 1,30%) e Cidade Alta-Ribeira-Rocas (3,01% a 12,90%). Tais números, entretanto, não podem esconder o fato da existência de áreas no pólo metropolitano carentes de habitabilidade como, por exemplo, os loteamentos irregulares e vilas.

Ao cruzar o Mapa 15, demonstrativo de aglomerados subnormais com o Mapa 13 do déficit habitacional e domicílios inadequados, vê-se o agravamento do quadro socioespacial. O mapa de déficit apresenta uma heterogeneidade de faixas: no pólo, existem AEDs com diferentes situações, sendo as mais graves as AEDs da região leste e oeste; fora do pólo, destacam-se as duas AEDs de Ceará-Mirim entre 16% a 22,9% de déficit habitacional. Agregados de Distrito de São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta e parte Urbana de Macaíba são AEDs na faixa de 13,11% a 16% de déficit. No caso de Parnamirim, percebe-se que as duas AEDs com valores de déficit menores são as que fazem contato direto com o pólo metropolitano de Natal e a AED com maior área territorial e litorânea; tais AEDs apresentaram um forte crescimento populacional e domiciliar na última década, como decorrente do processo de transbordamento das áreas periféricas de Natal.

Em termos de inadequação da moradia, a AED rural de Ceará-Mirim apresenta as maiores taxas de inadequação, se comparada com a AED urbana, principalmente relacionada com carência de instalação sanitária (19,8% contra 1,5% na área urbana) e inexistência de sanitário nos domicílios, que na área urbana alcança apenas 0,9% do total e na AED rural 16,1%.

Em Parnamirim, a AED com piores taxas é a Parnamirim-Centro – CLBI-Pium- Pirangi: 5,5% dos domicílios não possuem sanitários, 1,8% possuem carência de iluminação e 6,9% carência de instalação sanitária. A AED com melhor desempenho é Parnamirim- Centro-BR 101, área contígua ao pólo de Natal.

Em Natal, persiste a diferenciação das AEDs localizadas na região oeste e norte da cidade das AEDs localizadas na região sul e leste. Em todos os indicadores de inadequação e carência, as AEDs da região oeste (principalmente Guarapes-Planalto, Felipe Camarão e Bom Pastor) destacam-se das demais. Como contraponto, nas AEDs da região sul e leste (principalmente Petrópolis-Tirol, Candelária e Neópolis) praticamente inexistem problemas de carência domiciliar. Em São Gonçalo do Amarante, a AED Distrito de São Gonçalo apresenta-se com taxas muito acima das verificadas na AED Aglomerado de Distrito: 13,1% dos domicílios não possuem sanitário, 13,3% com carência de água e 13,5% com carência de instalação sanitária (muito acima da média metropolitana).

Extremoz, por seu lado, é um dos municípios com piores indicadores de inadequação e carência domiciliar: 8,1% dos domicílios não possuem sanitário, 38% apresentam carência na destinação do lixo e 19,8% com carência de instalação sanitária.

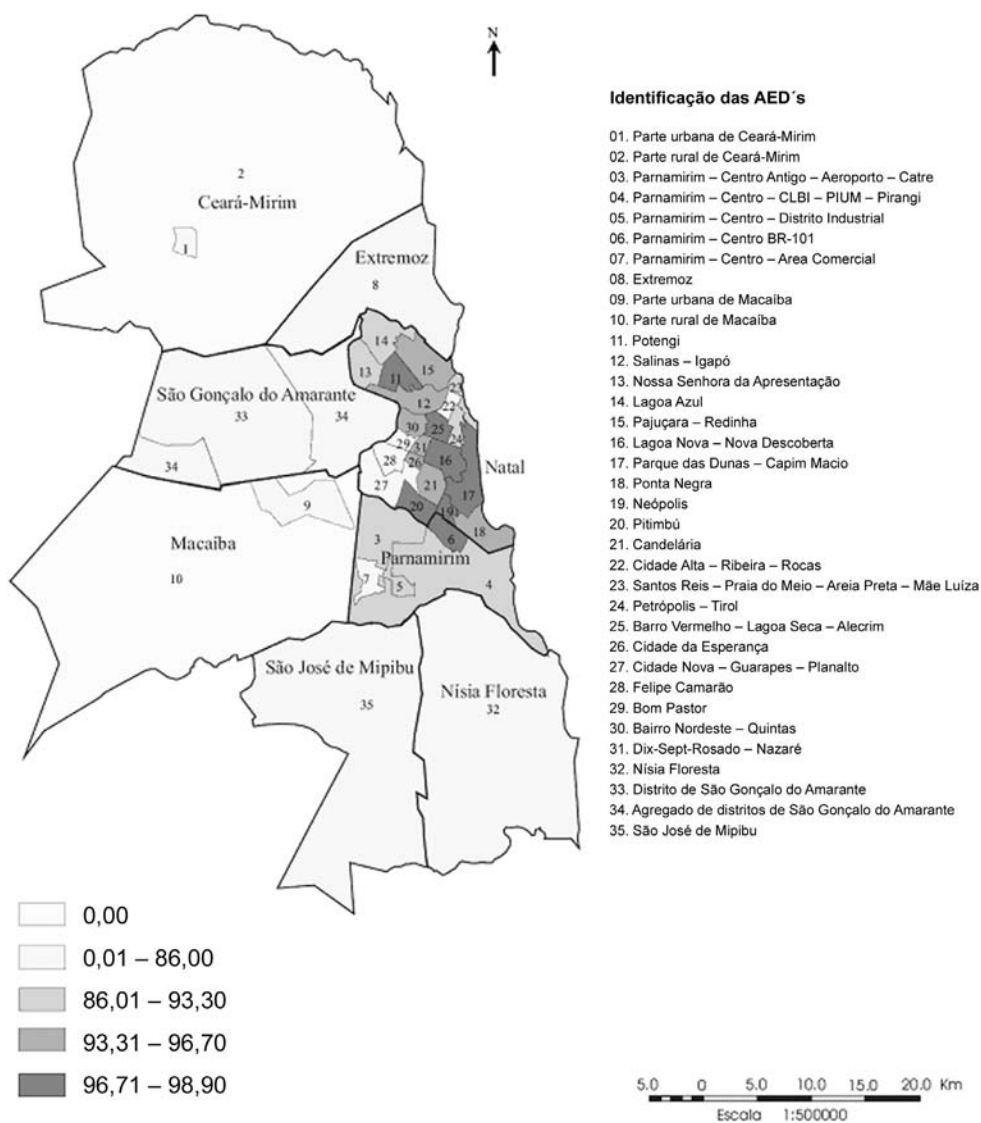
Como contraponto dessa situação socioespacial, as moradias tipo apartamento representam na Região Metropolitana os espaços de moradia preferenciais da elite; a distribuição dos apartamentos por AEDs revela a concentração dessa tipologia habitacional em AEDs da região leste e sul do pólo de Natal (faixa de 23,5% a 54,20%), principalmente em Petrópolis-Tirol, áreas tradicionais da cidade. Fora do pólo, destaque para a AED Parnamirim Centro-BR101 com 39,5% de moradias tipo apartamento. Esse dado revela o transbordamento do mercado imobiliário da região sul de Natal para Parnamirim, em área limite. As demais AEDs estão localizadas na faixa de 0% a 3,9%.

Outro dado revelador da diferenciação socioespacial é o acesso a bens de uso difundido (Mapa 14). Nesse caso, o mapa revela os dados anteriores: na faixa de 86,91% a 95,60% estão as AEDs do pólo de Natal, nas regiões leste e sul da cidade, com transbordamento para a AED Parnamirim-Centro-BR101. As AEDs que integram o município de Ceará-Mirim, Extremoz, São José do Mipibú e o Distrito de São Gonçalo estão na menor faixa, entre 42% a 65,40%, de acesso a bens de uso difundido.

Considerando os dados acima, percebe-se claramente a desigualdade de acesso e a diferenciação socioespacial da Região Metropolitana de Natal: as moradias em melhor situação estão localizadas na área central ou sul do pólo (em oposição as AEDs nas regiões oeste e norte), com transbordamentos para o município de Parnamirim; as moradias com menores acessos e maior grau de inadequação estão fora do pólo, principalmente em áreas rurais e também urbanas. Este fator revela a extrema concentração de bens, serviços,

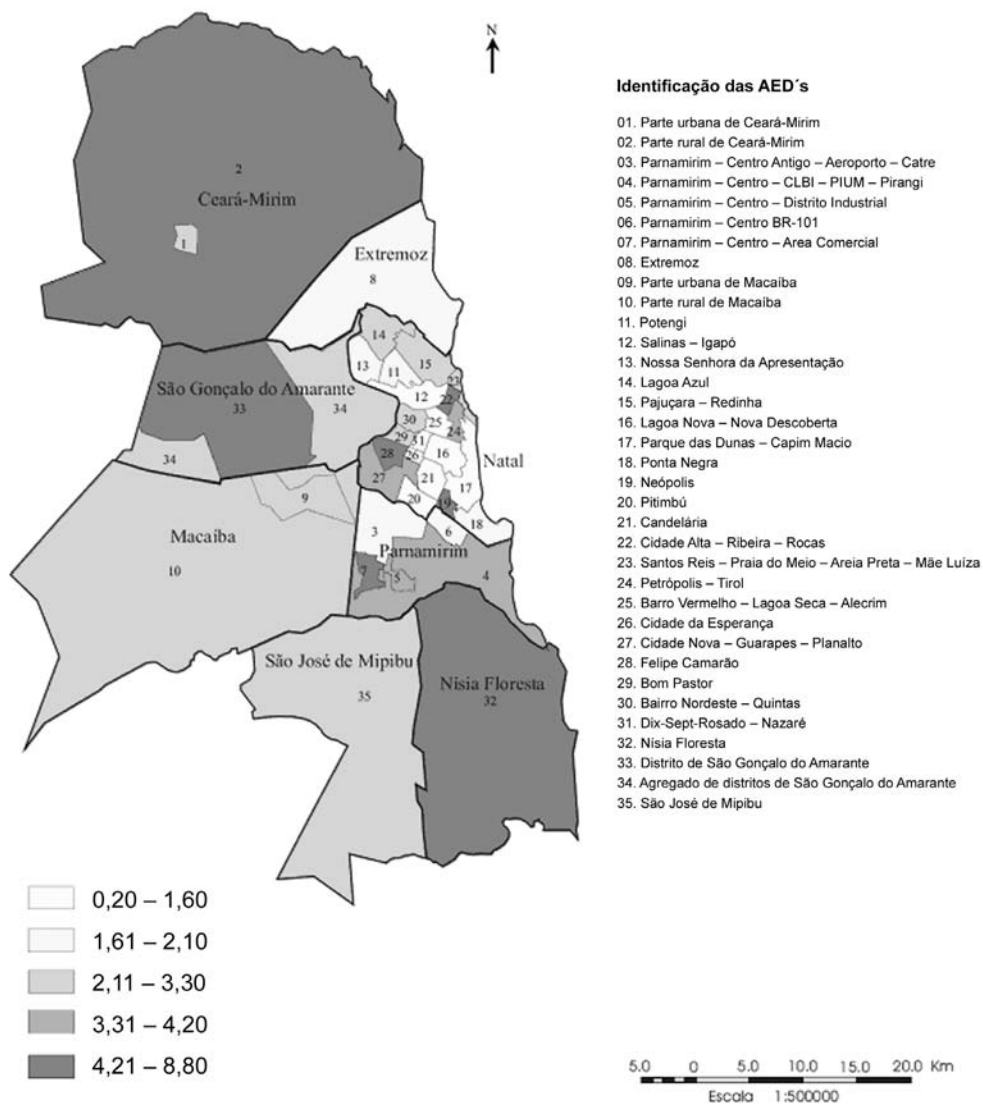
equipamentos e infra-estrutura em uma faixa específica de população e em espaços também pontuais; tais espaços configuram-se como pertencentes às melhores rendas, de interesse turístico ou imobiliário, em oposição aos espaços onde o quadro socioespacial é marcadamente da pobreza e da exclusão.

MAPA 11 – Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Abastecimento Adequado de Água por AED's - RMNatal - 2000



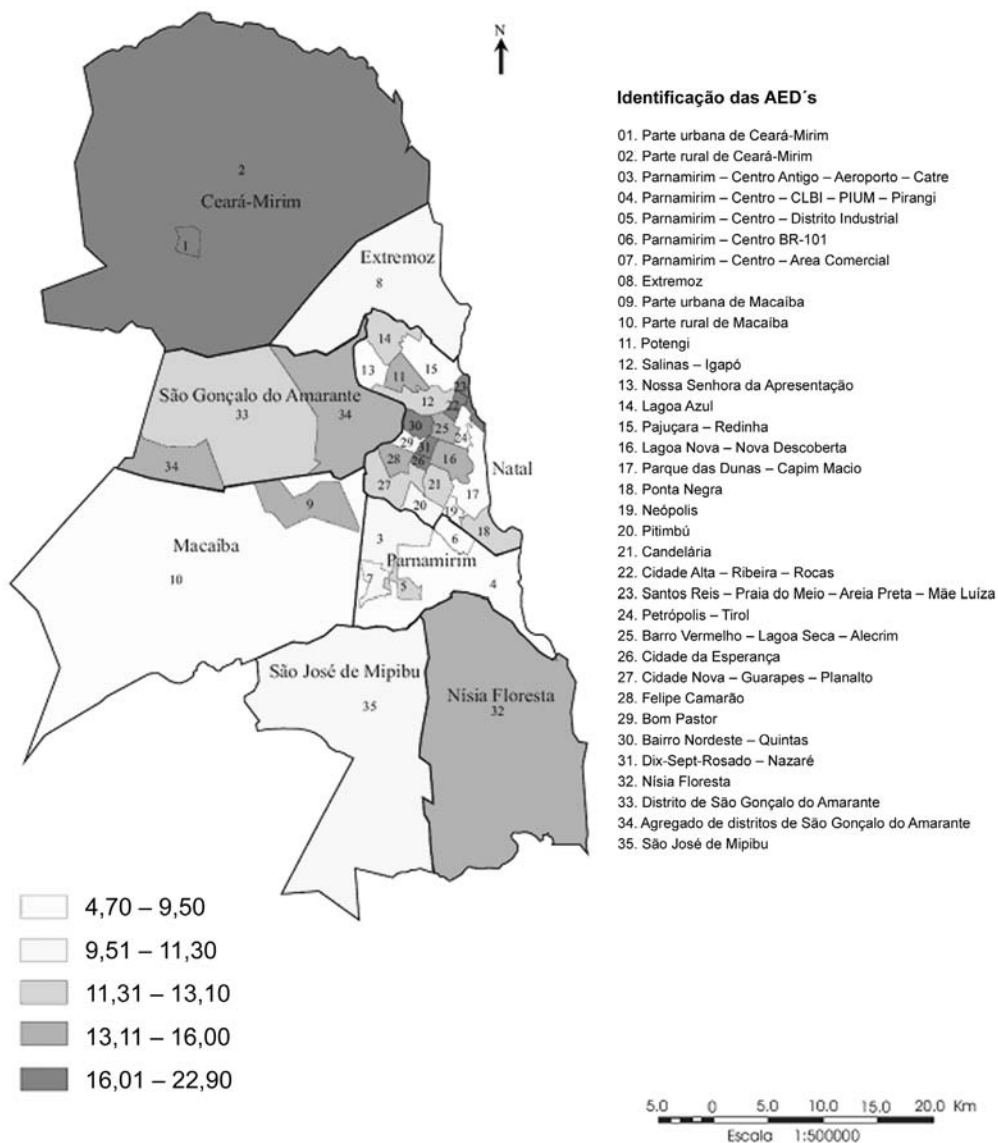
Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 12 – Percentual de Domicílios Particulares Permanentes em Terreno Não Próprio por AED's - RMNatal - 2000



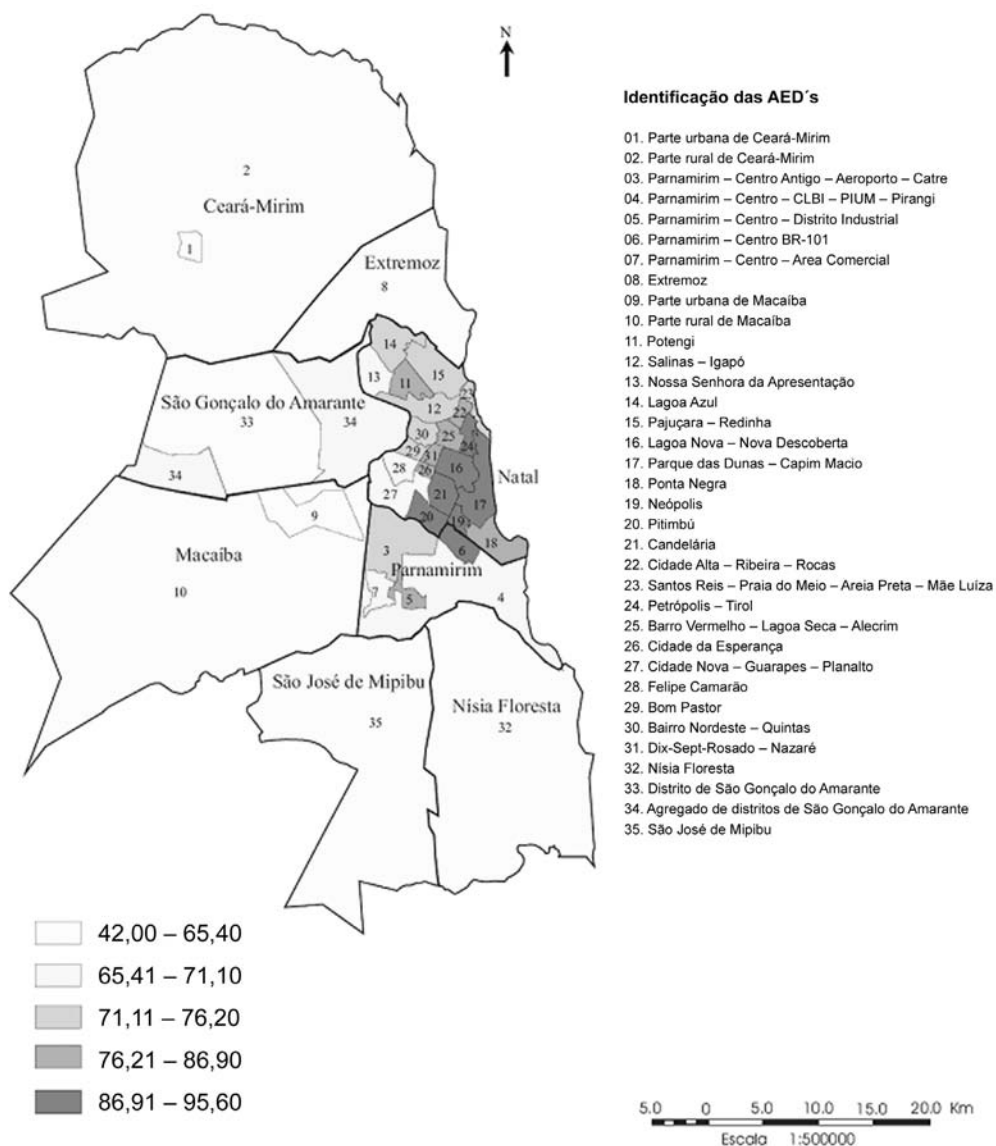
Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 13 – Déficit Habitacional por AED's - RMNatal - 2000



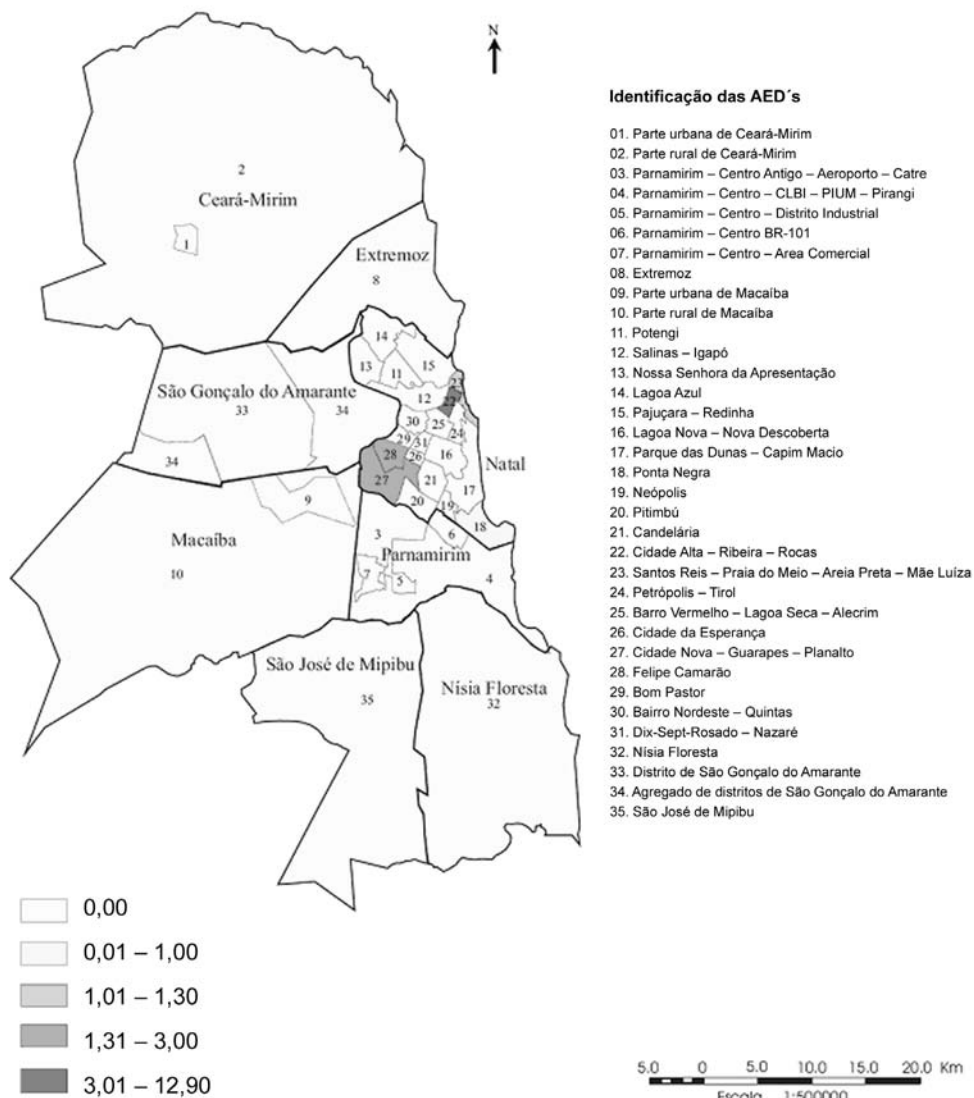
Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 14 – Percentual de Domicílios que Possuem Todos os Bens de Uso Difundido por AED's - RMNatal - 2000



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

MAPA 15 – Domicílios em Aglomerados Subnormais por AED's - RMNatal - 2000



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado em microdados do Censo, IBGE, 2000.

4. Condições de Mobilidade e Transportes

A mobilidade populacional é um fator essencial para se observar como os espaços urbanos estão se constituindo, sobretudo, na análise da configuração dos territórios aproximando-os da realidade que os constituem.

Atualmente, o processo de mobilidade agrega o movimento pendular, que se conforma como um fenômeno urbano-metropolitano em sua gênese, delineando a mobilidade das pessoas e dos serviços de transportes assistidos a população, que carece de estruturas político-governamentais que a promova.

Em termos de definição, o movimento pendular é fenômeno social, que delimita os fluxos de mobilidade entre as pessoas e os territórios, sendo influenciados pela estrutura urbana e serviços que os mesmos dispõem ou não na busca de absorção no mercado de trabalho ou acesso a instituições educacionais mais diversificadas e especializadas.

No entanto, o movimento pendular, deve ser apreendido com uma alternativa mais abrangente a migrações, pois parte significativa dos movimentos populacionais com impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais não é caracterizada por uma mudança permanente ou semipermanente de sua residência, mas como movimentos pendulares, temporários ou de curta duração (HOGAN, 1996, p.83).

A intensidade de fluxos pendulares exige a efetividade de um sistema de transporte eficiente e de qualidade, que permita a ampliação da integração entre os municípios e de toda estrutura social que caracteriza os territórios, dando mais mobilidade às pessoas e opções de escolhas para se deslocarem no espaço e território.

A análise dos dados privilegiou o recorte por municípios e nível de integração, os quais apontaram que a população metropolitana apresenta uma tendência de concentração populacional entre o município pólo e os demais municípios que a compõem. Tal relação é substanciada pelo intenso fluxo pendular, dirigidos, sobretudo em direção ao pólo, que caracteriza o chamado movimento pendular, um fenômeno migratório, diferente dos tradicionais fluxos de longos períodos.

Isso porque o movimento pendular vem se caracterizando, sobretudo, como um fenômeno recorrente em áreas metropolitanas. No Brasil constitui-se em um fenômeno bastante expressivo em suas áreas metropolitanas e de aglomerações urbanas, sendo fortemente, influenciado pela oferta e/ou demanda de postos de trabalho nos municípios, se tornando um atrativo para as populações que tem mercados de trabalho restritivos ou pouco dinâmicos.

Nesse sentido, observa-se que os fluxos pendulares na RMNatal vêm provocando impactos na estrutura urbana da região, tendo como consequência a delimitação do seu território, porém de forma diferenciada em cada um dos municípios que compõem a RM.

O percentual de pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência é bem expressivo entre os municípios de Macaíba, Extremoz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, que são os principais distritos industriais da região, expressando percentuais acima de 20% da população de 15 anos e mais que realizaram o movimento pendular no período em análise. Observa-se que Nísia Floresta, com 45,8%, e São José de Mipibú, com 61,6%, são os que apresentam percentuais bem inferiores aos demais que tem mais de 72% de sua população que se dirigem ao pólo. Parnamirim, é o que mantém o fluxo mais intenso, com 92,2% de sua população deslocando-se do seu domicílio residencial para estudar e trabalhar no pólo (Tabela 11).

TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Natal Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular - 2000

Nível de Integração	Municípios	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B	D / C ²
		Total (A)	Que trabalham ou estudam			(em %)	(em %)
			Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Baixo	Ceará-Mirim	40.288	21.865	3.188	2.475	14,6	77,6
Médio	Extremoz	12.717	7.066	1.847	1.569	26,1	84,9
Médio	Macaíba	36.461	20.803	4.681	3.406	22,5	72,8
Pólo	Natal	510.990	329.923	7.488	0	2,3	0
Baixo	Nísia Floresta	12.338	7.203	1.207	553	16,8	45,8
Muito Alto	Parnamirim	84.972	54.518	20.656	19.050	37,9	92,2
Alto	São Gonçalo do Amarante	45.443	26.883	9.559	8.521	35,6	89,1
Baixo	São José de Mipibu	22.606	12.897	1.498	923	11,6	61,6
	Total	765.815	481.157	50.124	36.496	10,4	72,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(2) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

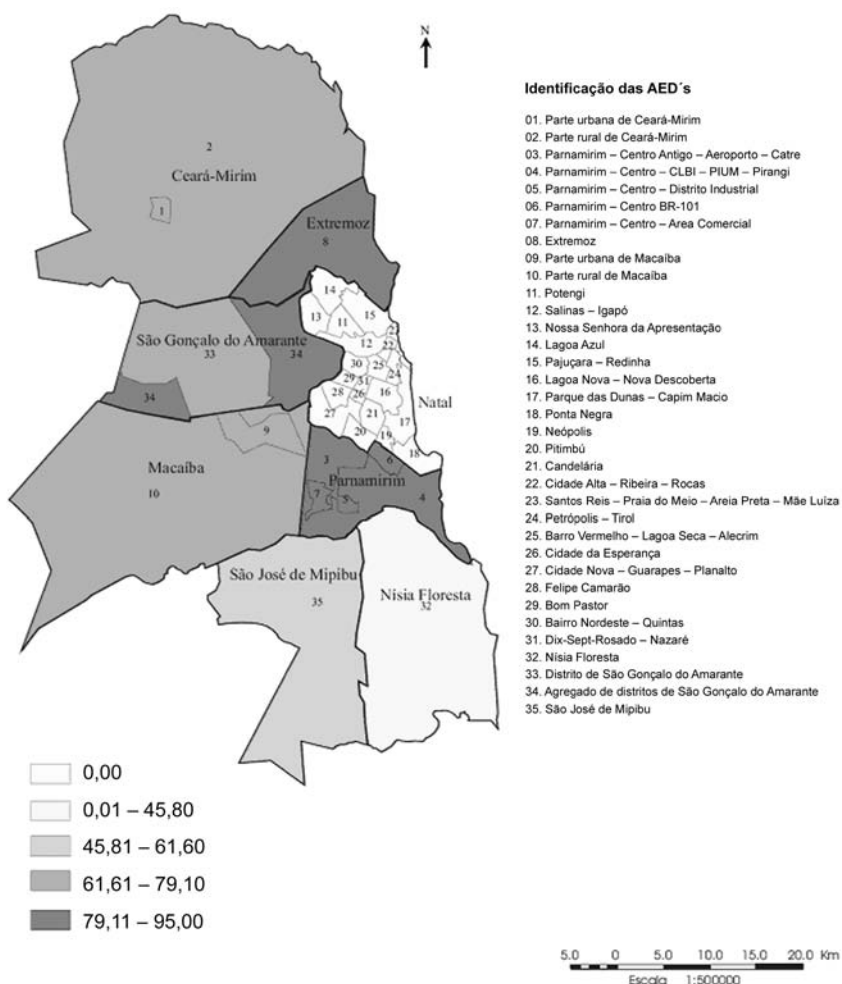
Do ponto de vista do nível de integração metropolitana, Natal apresenta um percentual bem abaixo, se comparado aos demais municípios da RM, com apenas 2,3% da população acima de 15 anos e mais que trabalha ou estuda fora do seu local de residência. Já os municípios de nível muito alto destacam-se por apresentar um intenso fluxo em direção ao pólo, com mais de 92%. Tal tendência é seguida pelos demais municípios independentes de seu nível de integração metropolitana.

A análise dos dados de mobilidade espacializados por AED's nos permite observar os dados no nível intra-metropolitano, nos quais se acentuam a tendência já vislumbrada nos dados observados por município e por nível de integração metropolitana.

Observou-se que a RMNatal também apresenta significativos fluxos de movimentos pendulares, sobretudo em direção ao pólo. Sendo bastante significativo em todas as AEDs que compõem os municípios do entorno metropolitano, observados no Mapa 16 que aponta a proporção de pessoas de 15 anos que realizaram movimento pendular, ou seja, se deslocaram para trabalhar ou estudar no pólo.

Analisando qual o destino das pessoas que realizaram movimento pendular, percebe-se que ele é absolutamente dirigido a Natal, apresentando percentuais entre 79,11% a 95,00 % de pessoas vindas de Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim que se constituem nos espaços mais integrados ao pólo e acompanhado pelos demais municípios. O movimento inverso é praticamente nulo das AEDs de Natal em direção às demais AEDs que compõem o aglomerado urbano, acentuado-se, com isso, o caráter concentrador do pólo em relação à periferia.

MAPA 16 – Proporção de Pessoas de 15 anos e Mais que Trabalham ou Estudam e Realizam Movimento Pendular em Direção ao Pólo Metropolitano por AED's - RMNatal - 2000



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado em microdados do Censo, IBGE, 2000.

5. Incidência de Violência

A violência se constitui num fenômeno social crescente nas cidades seja qual for o seu porte. Isso se tornou um problema de difícil solução por estar relacionado à estrutura de desigualdades sociais presentes nos territórios urbanos brasileiros e que se agravam nos espaços metropolitanos.

Na RMNatal, a violência também se comporta como um fenômeno social agravador da vulnerabilidade que sua população está sujeita, sendo preocupante os indicativos que apontam uma tendência de crescimento da violência.

Nesse sentido, os dados do SENASP, que tem como escala de análise as regiões metropolitanas no período de 1998 a 2002, apresentam um incremento nos números de homicídios por 100.000 habitantes registrados.

Os dados sobre a taxa de homicídios por 100.000 habitantes na RMN apontaram uma tendência constante de 20,8%, o que é um número bem elevado para a região se comparadas a outras RM's de seu porte. No tocante ao comportamento da taxa de homicídios, percebe-se que a RMNatal ocupa uma posição abaixo se comparadas às demais metrópoles brasileiras, conforme se apresenta na Tabela 12.

A violência ganha contornos mais problemáticos quando se analisa os dados de homicídios registrados; percebe-se que a causa de mortes derivadas de arma de fogo apresentou um aumento considerável nos anos 2000 e 2001. Não obstante representar menos de 1% dos casos registrados na RMN.

A taxa de homicídios, levando em consideração a causa morte por armas de fogo, é de 15,3% na RMNatal, conforme visualizamos na Tabela 12, o que é muito alto. Apesar

da região ocupar uma posição abaixo das demais metrópoles em estudo, a Tabela 13 indica que esse tipo de homicídio tem uma taxa evolutiva crescente de 41,9% entre os casos registrados no período.

Em que pese os dados sobre violência na RMN serem expressivos e decorrentes do agravamento do processo de concentração das desigualdades sociais, verifica-se indicadores bem abaixo das demais Regiões Metropolitanas. No entanto, isso não significa que não haja necessidade de atenção pública no seu tratamento. Ao contrário, é importante que se crie alternativas para as populações vulneráveis e com isso, reverter a perspectiva de crescimento da violência urbana no espaço metropolitano.

TABELA 12 – Distribuição da Taxa de Vítimas de Homicídios¹ Registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes, nas Regiões Metropolitanas², entre 1998 e 2002

Regiões Metropolitanas	Taxa de Vítimas de Homicídios por 100.000 Habitantes				
	1998	1999	2000	2001	2002
Regiões Metropolitanas	46,0	46,9	45,1	44,6	46,0
Belém	25,2	17,9	18,3	20,2	23,6
São Luís	20,6	16,0	15,1	22,0	17,8
Fortaleza	17,7	21,6	24,8	23,6	26,2
Natal	18,3	21,3	20,8	20,1	20,8
Recife	80,9	74,2	72,0	81,3	69,4
Maceió	26,3	24,9	35,0	45,2	50,1
Salvador	34,9	19,5	28,0	31,1	38,4
Belo Horizonte	23,5	22,1	29,4	31,5	37,9
Vale do Aço	6,8	6,7	10,8	11,8	14,3
Vitória	92,5	85,1	71,2	70,7	80,4
Rio de Janeiro	64,7	64,1	55,9	53,3	60,2
Baixada Santista	56,3	65,2	60,7	52,7	57,2
Campinas	40,0	46,6	44,7	43,0	40,5
São Paulo	61,9	68,8	64,1	60,8	58,1
Curitiba	23,3	26,0	28,4	28,3	29,5
Londrina	15,4	14,5	17,3	24,9	31,1
Maringá	12,4	8,6	7,6	8,7	10,3
Carbonífera	6,6	5,4	5,5	5,4	8,4
Florianópolis	8,8	7,2	9,9	12,9	18,2
Foz do Rio Itajaí	9,9	10,7	10,3	15,1	20,3
Norte/Nordeste Catarinense	9,6	8,1	9,5	9,1	9,3
Tubarão	4,4	2,6	3,4	4,2	5,0
Vale do Itajaí	5,1	3,2	2,5	6,4	4,3
Porto Alegre	23,4	23,7	27,5	26,8	29,0
Goiânia	23,5	25,6	24,5	25,4	32,8
RIDE-DF	34,8	35,0	35,7	34,3	33,3

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP /Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de pesquisa e Coordenação Geral de Análise de Informação/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde –FUNASA.

¹ Valores Absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidades (SIM) – 1996 a 2002

² Forma Consideradas as Regiões Metropolitanas e os Núcleos Metropolitanos divulgados pelo Censo 2000 do IBGE e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

TABELA 13 – Distribuição do Número de Vitimas de Homicídios¹ Causados por Armas de Fogo Registrados pelo Ministério da Saúde, nas Regiões Metropolitanas², entre 1998 e 2002

Regiões Metropolitanas	Número de Vitimas de Homicídios Registrados						
	1998	1999	2000	2001	2002	1998 a 2002	Percentual (%)
Regiões Metropolitanas	18.159	19.187	21.672	22.861	23.318	105.197	100
Belém	243	179	189	229	266	1.106	1,1
São Luís	103	77	72	106	79	437	0,4
Fortaleza	255	301	423	391	446	1.816	1,7
Natal	104	99	149	158	167	677	0,6
Recife	2.198	2.119	2.150	2.448	2074	10.989	10,4
Maceió	189	192	245	349	411	1386	1,3
Salvador	848	509	663	831	1028	3.879	3,7
Belo Horizonte	685	431	990	1.139	1438	4.683	4,5
Vale do Aço	22	16	28	30	43	139	0,1
Vitória	981	943	821	819	999	4.563	4,3
Rio de Janeiro	5.108	5.131	5.152	4.912	5443	25.746	24,5
Baixada Santista	213	242	398	415	474	1742	1,7
Campinas	579	738	800	778	726	3.621	3,4
São Paulo	4.539	5.978	7024	7576	6706	31.823	30,3
Curitiba	399	461	495	529	588	2472	2,3
Londrina	56	47	69	119	177	468	0,4
Maringá	34	23	19	22	24	122	0,1
Carbonífera	10	8	10	11	16	55	0,1
Florianópolis	33	31	45	61	103	273	0,3
Foz do Rio Itajaí	14	19	19	36	38	126	0,1
Norte/Nordeste Catarinense	17	23	32	31	26	129	0,1
Tubarão	1	0	2	3	1	7	0,0
Vale do Itajaí	9	4	2	11	7	33	0,0
Porto Alegre	654	673	850	824	884	3885	3,7
Goiânia	201	253	272	299	409	1.434	1,4
RIDE-DF	664	690	753	734	745	3586	3,4

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP /Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de pesquisa e Coordenação Geral de Análise de Informação/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde –FUNASA.

¹ Valores Absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidades (SIM) – 1996 a 2002

² Forma Consideradas as Regiões Metropolitanas e os Núcleos Metropolitanos divulgados pelo Censo 2000 do IBGE e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

6. Desempenho Fiscal dos Municípios

Nesta parte do trabalho o aspecto focalizado é a capacidade financeira dos municípios da RMNatal para fazer frente à ampliação de responsabilidades no atendimento das demandas sociais. Para tanto realiza-se sinteticamente uma análise estática de alguns indicadores de finanças dos municípios que compõem a RMN. Embora seja problemático apresentar um único exercício financeiro, compensou-se a análise com a proximidade temporal à realidade atual com a dos dados de 2003. Intenta-se colaborar com os gestores municipais para melhorar as contas públicas sem colocar em xeque a capacidade dos municípios responderem à crescente demanda de gastos.

Coloca-se certamente um grande desafio, que ganha dimensão quando se tem presente o processo de urbanização do RN e a necessidade de oferta de serviços públicos. O movimento da metropolização em Natal tem levado a que municípios menores acabem delegando a responsabilidade por ofertar serviços sociais fundamentais ao pólo regional. Isso traz implicações sobre a qualidade dos serviços, dado que a capital é forçada a ofertar um volume de serviços maior que o número de seus habitantes, sem qualquer contrapartida financeira.

6.1. Distribuição das Atividades Econômicas e da População dentro da RMN

O ponto de partida da análise é o Estado do Rio Grande do Norte no período 1999-2002. Nesse período, a população estadual experimentou um incremento médio de 1,43% ao ano, passando de um total de 2.760.342 para 2.880.425 pessoas. Esta dinâmica populacional permitiu que a população estadual representasse, sem maior oscilação, 1,63%,

do total da população brasileira. No que concerne ao produto interno bruto, a participação estadual no PIB brasileiro que fora da ordem de 0,79% em 1999 atinge, em 2002, 0,86% da produção nacional. Ou seja, verificou-se no período uma expansão contínua do PIB. O produto interno bruto do Rio Grande do Norte apresentou a cifra de R\$ 7,6 bilhões, em 1999, e manteve sua trajetória ascendente de modo a atingir uma magnitude produtiva da ordem de R\$ 11,6 bilhões em 2002 (RIBEIRO e GARSON, 2004).

Na abordagem da Região Metropolitana de Natal é importante chamar atenção para o papel central exercido por esta Região Metropolitana, no que diz respeito à concentração relativa tanto da população quanto dos meios de produção e da infra-estrutura de prestação de serviços e que se expressam na composição do produto interno. A Tabela 14 apresenta a participação dos municípios no PIB da RM e do Estado. Mostra a participação de cada município no espaço urbano. Em seguida é calculada a participação do município no PIB do Estado.

TABELA 14 – Participação dos Municípios no PIB do Espaço Urbano e do Estado

Município	Espaço Urbano (%)				ESTADO (%)			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Ceará-Mirim	2,3	2,5	2,1	2,3	1,2	1,2	1,1	1,1
Extremoz	1,6	1,6	1,9	1,8	0,8	0,8	0,9	0,9
Macaíba	3,9	5,1	5,1	4,3	2,0	2,5	2,6	2,1
Natal	71,2	67,7	70,9	72,1	36,7	33,4	35,8	34,5
Nísia Floresta	0,9	0,9	0,9	1,0	0,5	0,5	0,4	0,5
Parnamirim	10,1	11,5	10,2	11,0	5,2	5,7	5,2	5,3
São G. do Amarante	8,9	9,1	7,5	6,1	4,6	4,5	3,8	2,9
São José de Mipibu	1,3	1,5	1,3	1,4	0,6	0,8	0,7	0,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	51,6	49,4	50,4	47,9

Fonte: GARSON e RIBEIRO, 2004.

Como pode ser observado, a RMNatal concentra cerca de 50% do PIB do RN, sendo que somente a Capital concentra 35%. Os municípios de Parnamirim e São Gonçalo que abrigam os dois distritos industriais mais importantes complementam essa centralidade do PIB regional. Se desdobrados os dados para a população de cada município, Natal concentra 64% (dados de 2002) da população regional, seguido de Parnamirim com 12,2% e São Gonçalo com 6,6% (Tabela 15).

TABELA 15 – Participação dos Municípios na População do Espaço Urbano e do Estado

Município	População e Participação no Espaço Urbano								Participação no Estado (%)			
	1999		2000		2001		2002		1999	2000	2001	2002
	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%				
Ceará-Mirim	61.957	5,7	63.086	5,7	64.222	5,6	65.370	5,6	2,24	2,25	2,26	2,27
Extremoz	19.361	1,8	19.870	1,8	20.383	1,8	20.901	1,8	0,70	0,71	0,72	0,73
Macaíba	54.363	5,0	55.620	5,0	56.885	5,0	58.163	5,0	1,97	1,99	2,00	2,02
Natal	707.215	65,1	718.806	64,6	730.468	64,2	742.258	63,8	25,62	25,67	25,72	25,77
Nísia Floresta	18.808	1,7	19.369	1,7	19.934	1,8	20.505	1,8	0,68	0,69	0,70	0,71
Parnamirim	121.896	11,2	128.646	11,6	135.438	11,9	142.301	12,2	4,42	4,59	4,77	4,94
São G. do Amarante	68.647	6,3	71.288	6,4	73.946	6,5	76.632	6,6	2,49	2,55	2,60	2,66
São José de Mipibu	34.604	3,2	35.348	3,2	36.096	3,2	36.852	3,2	1,25	1,26	1,27	1,28
TOTAL	1.086.851	100,0	1.112.033	100,0	1.137.372	100,0	1.162.982	100,0	39,37	39,71	40,05	40,38

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA, PNUD.

Um aspecto merecedor de destaque é que, sem exceção, todos os municípios experimentaram elevações de participação relativa na população estadual. Além disso, vale enfatizar que, embora não se trate do município da Região Metropolitana com o maior incremento populacional no período, o município de Natal, isoladamente, em todos os anos em foco, concentrou mais de $\frac{1}{4}$ da população do Rio Grande do Norte. Quanto à participação relativa dos distintos municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal, constata-se que em decorrência dos mais elevados acréscimos experimentados em suas respectivas populações, ao longo do período em tela, os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante foram os que registraram os maiores avanços nas respectivas participações relativas na população total da Região Metropolitana (Tabela 15). Nesse aspecto, ainda vale ressaltar que o pólo metropolitano, em decorrência do reduzido incremento populacional comparativamente ao conjunto dos municípios, experimentou redução na participação relativa na população do espaço metropolitano em foco. O contraponto a ser feito é que apesar da perda de participação relativa, tal participação continuou sendo fortemente expressiva – cerca de 64% da população da Região Metropolitana.

Quanto à dinâmica produtiva expressa pela expansão do produto interno bruto, constata-se que, no período 1999/2002, apenas o município de São Gonçalo do Amarante apresentou declínio na produção real, da ordem de 8,9% ao ano. Os demais municípios lograram acréscimos nos respectivos PIB's, sendo o menor incremento o ocorrido no

município-pólo, 3,7% a.a., e o mais elevado no município de Extremoz, da ordem de 8,9% a.a. As distintas performances estaduais propiciaram que a Região Metropolitana de Natal se expandisse a uma taxa média anual de 3,28% no mesmo período. Assim, constata-se que o maior dinamismo produtivo ocorrido na Região Metropolitana materializou-se fora do pólo metropolitano.

Além disso, a existência de vetores de crescimento cujos efeitos atuam principalmente fora da Região Metropolitana fez com que esta perdesse participação na produção global do Estado. A esse propósito é necessário apenas mencionar que, embora com oscilações, a participação relativa da Região Metropolitana na produção estadual apresentou tendência declinante no curto período em pauta, passando de 51,6%, no ano de 1999, para 47,9% do produto interno estadual, em 2002.

No interior da Região Metropolitana, as distintas performances produtivas promoveram alterações das participações municipais na composição do produto interno bruto. No período descrito, o município de São Gonçalo do Amarante, embora tenha mantido a terceira maior parcela do PIB metropolitano, experimentou expressiva perda, passando de 8,9 para 6,1%. Ceará-Mirim, por sua vez, manteve sua participação inalterada, em um patamar de 2,3%. Os demais municípios ganharam participação no contexto da produção metropolitana, entretanto, ressalta-se o município de Extremoz pelo maior dinamismo, propiciou que sua diminuta participação fosse ampliada e os de Natal e Parnamirim por haverem detido as maiores parcelas do PIB regional, sendo que em todos os anos, Natal concentrou cerca de 70% e Parnamirim de 10 a 11% do valor da variável em foco.

Com vistas a proporcionar uma breve visão setorial da atividade econômica aborda-se, a seguir, o valor adicionado na Região Metropolitana no ano de 2002. Em primeiro lugar, destaca-se que, neste ano, apenas 2,1% do valor adicionado teve origem na agropecuária, sendo 39,9% gestados na indústria e 58% no setor de serviços.

Além de haver apresentado participação irrisória no valor adicionado da Região Metropolitana, a agropecuária foi o único setor que não exerceu preponderância em nenhum dos municípios. Ainda assim, é importante mencionar que em São José de Mipibu, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, este setor atingiu as maiores participações na composição do valor agregado, sendo de 13,2%, 16,5% e 19,8%, respectivamente. Os municípios preponderantemente industriais, em ordem crescente, foram: Parnamirim, 50,9%, Extremoz, 50,1%, São Gonçalo do Amarante, 52,2%, e Macaíba, 57,2%. Já o setor

de serviços teve participação predominante nos municípios de Nísia Floresta, 55,5%, Ceará-Mirim, 59,4%, São José de Mipibu, 60,2%, e Natal, 62,8%.

Quanto à participação dos municípios para o valor agregado por setor, constata-se que nos casos dos setores industrial e de serviços houve predomínio absoluto do município de Natal, sendo de 65,4% sua participação no valor originário do primeiro setor e de 76,6%, no caso do segundo. Embora se trate de uma participação muito distante da ocorrida no pólo metropolitano, os municípios de Parnamirim e de São Gonçalo do Amarante assumiram, respectivamente, a segunda e terceira posições na composição do valor agregado em ambos os setores. Com relação à diminuta agropecuária, as participações apresentaram-se bastante diluídas, de qualquer modo, vale destacar que os municípios com as maiores participações na formação do valor agregado no setor foram Ceará-Mirim e Parnamirim com 21,3% e 20,4%, respectivamente.

Partindo-se das dinâmicas populacional e produtiva acima apresentadas, é possível empreender também, ainda que em caráter geral, breves considerações sobre o comportamento do produto interno bruto *per capita* na Região Metropolitana de Natal. A constatação inicial é que o PIB *per capita* neste espaço metropolitano e em cada um dos seus municípios constitutivos apresentou comportamento oscilatório no período estudado. Do primeiro para o segundo ano, todos os municípios experimentaram em proporções distintas acréscimos na variável em foco. Do segundo para o terceiro ano, apenas Extremoz e Natal lograram incremento e do terceiro para o quarto ano, quatro municípios obtiveram acréscimo e, por conseguinte, os outros quatro experimentaram declínio no produto por pessoa. Desse comportamento ciclotímico, o resultado foi que para a Região Metropolitana tomada conjuntamente, o incremento médio anual no período foi de apenas 0,73%.

Quanto aos municípios, a princípio, merece ser destacado o fato de que os maiores incrementos médios anuais ocorreram em dois municípios que mantêm baixo nível de integração com o pólo (São José de Mipibu e Nísia Floresta) e em um município com média integração (Extremoz, melhor desempenho). O município-pólo (Natal) obteve a quinta maior taxa de crescimento, o município com nível de integração muito alto (Parnamirim) conseguiu a última dentre as taxas positivas e o município com alto nível de integração (São Gonçalo do Amarante) foi o único que experimentou declínio, registre-se, muito acentuado, ao longo do período.

Por fim, merece ser destacado que o município de São Gonçalo do Amarante foi o único que nos três primeiros dos quatro anos em destaque suplantou o PIB *per capita* registrado no pólo metropolitano. Ademais, embora se trate de um período muito curto, os dados sugerem uma “convergência” do valor do PIB *per capita*, nos municípios com maior nível de integração – para o valor registrado em Natal. Entretanto, deve-se ressaltar que, no caso dos municípios com baixo nível de integração, que são também, aqueles em que a agropecuária assumiu maior relevância, apesar dos ganhos relativos experimentados – os valores absolutos encontraram-se muito distante do valor registrado no município pólo e na Região Metropolitana de Natal.

Tomando o PIB *per capita* em 1996, observa-se que as cidades da RMN guardam significativas diferenças. A Tabela 16 apresenta a média do PIB per capita das cidades da RMNatal incluindo ou não o pólo. Para a avaliar o grau de homogeneidade entre cidades utilizou-se o coeficiente de variação, onde o desvio padrão é expresso como uma percentagem da média, de forma a possibilitar que as variabilidades relativas sejam comparáveis, quaisquer que sejam as distribuições (RIBEIRO e GARSON, 2004).

TABELA 16 – Regiões Metropolitanas - PIB PER CAPITA/1996*

Região Metropolitana	Número de Cidades	TOTAL REGIÃO		Demais Cidades (Exceto cidade núcleo)	
		Média PIB <i>per capita</i>	Coefficiente de variação	Média PIB <i>per capita</i>	Coefficiente de variação (%)
Natal	8	2,52	70	1,98	57

Fonte: P.2 apud IPEA, elaborada por Ribeiro

* Valores a preço de 2000 com deflator implícito

Observe-se, ainda, a diferença entre as rendas per capita para os municípios metropolitanos. Ao excluir Natal que apresenta PIB per capita de 6,29 mil reais (valores a preço de 2000 com deflator implícito) o coeficiente de variação muda bastante indicando que a dispersão em torno da média se deve não só à diferença de Natal mas também dos municípios industriais de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, ambos com PIB per capita acima de 3,5 mil (Tabela 17).

TABELA 17 – População e PIB Per Capita

Município	População 2004	Tx Cresc 2000 2004	PIB PER CAPITA (R\$ MIL/2000)
Natal	766.081	1,84	6,29
Ceará-Mirim	67.692	2,05	1,17
Extremoz	21.948	2,91	1,37
Macaíba	60.749	2,57	1,31
Parnamirim	156.181	5,79	3,59
São Gonçalo do Amarante	82.063	4,27	3,9
São José de Mipibu	38.381	2,4	1,05

Fonte: Ribeiro e Garson, 2004

Sabe-se que, como regra geral, o orçamento municipal é afetado pelo tamanho e composição de sua base econômica, pelo tamanho da população, pela condição ou não de capital administrativa de Estado Federado e pela capacidade de se habilitar e cumprir exigências necessárias ao recebimento de transferências negociadas com as demais esferas governamentais (RIBEIRO e GARSON, 2004).

Os municípios da RMNatal com dados disponíveis de finanças municipais em 2003 são sete (Tabela 17). Apesar da proximidade física e do intenso movimento de seus cidadãos enquanto produtores e consumidores, as cidades metropolitanas diferem bastante em relação a Natal e mesmo entre os demais em sua estrutura financeira.

6.2. A Receita e a Despesa da RMN

A Tabela 17 apresenta os indicadores de estrutura e vinculação da receita municipal. Fica clara a diferença entre a capital e as demais cidades metropolitanas. Os indicadores referentes à receita vinculam-se a essa estrutura econômica e à existência nos maiores municípios (Natal e Parnamirim) de uma administração tributária capaz de arrecadar. Sabe-se, que no geral, os pequenos municípios não arrecadam (CLEMENTINO). Mesmo em Natal e Parnamirim, somente 24,3% e 17,8%, respectivamente, da receita provém de fontes tributárias diretamente administradas pelo município (autonomia de base tributária). Mesmo em se tratando de municípios metropolitanos, há situações onde essa autonomia praticamente não existe, a exemplo de São Jose de Mipibu (1,2%), São Gonçalo do Amarante (3,0%) e Macaíba (3,54%); ou pode ser considerada sofrível indicando que de fato há dificuldades que precisam ser investigadas de que esses municípios

não vêm cumprindo sua função constitucional de arrecadação e tributos tendo sua receita estruturada pelos repasses constitucionais: ICMS e FPM.

TABELA 18 – Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 (em %)

Cidades	Receita							
	Estrutura da Receita				Vinculação receita			
					Vinculação legal com saúde 12%		Vinculação legal com saúde 15%	
	Autonomia base tributária	Autonomia base territorial	Segurança legal de receitas	Dependência de fontes financeiras	Sobre rec total	Sobre rec fiscal	Sobre rec total	Sobre rec fiscal
Natal	24,33	40,6	88,48	0,85	40,92	41,27	42,99	43,36
Ceará-Mirim	4,62	8,09	79,35	0	53,35	53,35	54,57	54,57
Extremoz	6,83	11,62	92,35	0	44,16	44,16	46,38	46,38
Macaíba	3,54	10,99	91	0,19	51,14	51,24	53,03	53,13
Parnamirim	17,68	33,67	84,13	3,26	37,92	39,19	39,93	41,27
São G. do Amarante	3,04	13,65	86,48	0,4	45,89	46,07	47,82	48,01
São José de Mipibu	1,2	4,85	92,07	0,08	63,15	63,2	64,53	64,58

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA.

As transferências, resultado de impostos estaduais e federais arrecadados no território municipal (IPA, IRRF, IOF, ITR), são evidentemente mais vinculadas à existência de atividades econômicas (autonomia por base territorial, cumulativo com o percentual anterior). Na RMNatal praticamente todos os municípios duplicaram sua receita, mesmo naqueles que arrecadaram poucos tributos municipais como São José de Mipibu, São Gonçalo e Macaíba. O indicador de segurança legal corresponde a transferências obrigatórias sob a forma de fundos (FPM, Saúde, Educação, Assistência Social, sendo em todos os casos, bastante elevadas). Quanto às vinculações legais da receita, correspondem a cerca de 40% da receita (GARSON e RIBEIRO, 2004), direcionando aproximadamente metade da receita para políticas sociais (Tabela 19).

TABELA 19 – Região Metropolitana de Natal Indicadores de Despesas em 2003 (em %)

Cidades	Despesa total líquida	Pessoal	Outras despesas correntes	Serviço da dívida	Investimentos e outras despesas de capital
Natal	100	49,17	44,3	1,83	4,7
Ceará-Mirim	100	47,88	32,99	3,4	15,72
Extremoz	100	39,63	56,47	--	3,9
Macaíba	100	55,19	37,56	4,35	1,9
Parnamirim	100	45,26	37,76	1,37	15,61
São G. do Amarante	100	56,27	37,26	1,9	4,58
São José de Mipibu	100	52,08	39,98	1,02	6,93

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA.

Do ponto de vista da despesa, chama a atenção o elevado comprometimento dos recursos com pagamento de pessoal na maioria dos municípios metropolitanos. Somente Extremoz tem comprometimento mediano com o pagamento de pessoal. Natal tem percentual de 49,2%, Ceará Mirim 48% e Parnamirim, 45%. Nas demais, esse comprometimento é extremamente alto, ultrapassando 50%.

Por outro lado, considera-se relativamente elevado o índice de comportamento da despesa com a rubrica “outras despesas correntes”, principalmente nos casos relativos a Natal e Extremoz. Em se tratando de Natal, isso parece verossímil, visto que na capital está concentrada a renda regional e estadual, e boa parte dos serviços fundamentais já estão municipalizados (a exemplo do SUS, da educação fundamental, da merenda escolar), o que fazem elevar enormemente os gastos em custeio. O mesmo não se pode dizer em relação ao vizinho município de Extremoz, carecendo para sua explicação um aprofundamento qualitativo dos dados.

Os gastos com investimento apresentam um comportamento bastante errático e pouco elucidativo: Macaíba apresenta 1,9%, Ceará-Mirim e Parnamirim 15% cada um e Natal 4,3%. Se considerar que o índice de Macaíba está aquém de seu potencial – sedia o mais novo distrito industrial – por outro lado o de Natal deixa bastante a desejar tendo em vista a concentração de população e de atividades econômicas na capital cuja infra-estrutura sempre se constitui um problema grave. Depreende-se, por suposição, a prática de “*contrapartida de recursos*” venham eles de qualquer outra esfera de governo ou de convênios internacionais (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, entre outros).

No serviço da dívida, veja-se que essa despesa é quase inexistente nos municípios metropolitanos. O único município com algum grau de endividamento é Macaíba. Veja-se que tem também a maior despesa de pessoal sugerindo a condição mais atípica, comparando os demais municípios metropolitanos (Tabela 20).

TABELA 20 – Região Metropolitana de Natal Estrutura das Despesas em 2003 (%)

Cidades	Rigidez do orçamento total	Rigidez do orçamento Fiscal	Prioridades de gasto						
			Gastos Urbanos						
			Gasto social	Total	Urbanismo	Habitação	Transporte	Saneamento	Gestão ambiental
Natal	67,74	68,32	81,74	21,5	21,5	--	--	--	--
Ceará-Mirim	71,45	71,45	72,44	15	14,4	--	--	0,02	--
Extremoz	59,8	59,8	82,81	5,61	2,61	--	0,47	2,53	--
Macaíba	82,04	82,2	73,7	9,73	9,73	--	--	--	--
Parnamirim	63,91	66,06	81,72	23,9	16	0,35	0,01	--	8,54
São G. do Amarante	78,01	76,31	71,85	11,5	7,78	0	0,83	3,12	--
São José de Mipibu	76,96	77,02	82,45	13,1	12,6	--	--	0,82	--

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA.

No plano dos gastos por função, particularmente naquilo que se considera como gasto social urbano, os municípios da RMN apresentam situações bem díspares. Primeiro, há uma certa homogeneidade quanto ao gasto social. Quando tratamos do gasto urbano as situações apresentam-se bem díspares. O município de Macaíba apresenta o menor percentual, 5,6%, focalizados em urbanismo e saneamento. Os maiores percentuais são os de Natal (21,5%) e Parnamirim (23%), ambos focalizados em urbanismo. Destaca-se o município de Parnamirim com boa performance na distribuição dos gastos sociais urbanos sendo o único dos municípios metropolitanos a comprometer recursos com gestão ambiental.

Essa análise da despesa, por fim, se completa com a interpretação dos indicadores de rigidez orçamentária. Depreende-se que a rigidez orçamentária é medida pelo quanto do orçamento está comprometida por determinação legal – saúde e educação – ou àqueles gastos ditos incompressíveis, a exemplo do serviço da dívida, pessoal, câmara municipal etc. Então pode-se considerar que os municípios da RMN estão, desse ponto de vista,

numa situação bastante comprimida, pois em todos os municípios esse percentual está acima de 60%, com agravante para o município de Macaíba, cuja rigidez do orçamento total é de 82%.

Sabe-se que as possibilidades de investimento num orçamento público não são mensuradas pelos índices de “recursos livres” de vinculação orçamentária. Sabe-se também que existem gastos, como o de coleta de lixo que, embora não se configure entre os gastos “incomprimíveis”, são imperiosos no desempenho da gestão municipal. A rigor, com exceção das vinculações constitucionais, tudo o mais é variável no orçamento. Até mesmo as despesas com terceirização de pessoal.

Nesse sentido, o próximo passo é analisar os indicadores de endividamento (Tabela 21) e capacidade de investimento. Para avaliar a real capacidade de investimento do município é preciso verificar não somente a parcela da receita destinada a estes gastos, como também a estrutura de seu financiamento. Veja-se, por exemplo, o caso do município de Parnamirim. Em 2003, o indicador de investimento efetivo – montante líquido de investimentos e inversões financeiras sobre a receita líquida total – alcançou 17,04%. No entanto, apenas 46,39% tinham cobertura orçamentária no exercício fiscal, ou seja, 57,61% foram financiados com déficit. Para manter o equilíbrio do orçamento no exercício, este gasto deveria ter se restringido a 7,9% da Receita líquida ($17,04 \times 46,39$). Em Ceará-Mirim a situação fica mais favorável para o mesmo procedimento de cálculo: o gasto deveria ter se restringido a 14%.

Os municípios de Extremoz e Macaíba, cujos investimentos foram integralmente financiados por déficit (zero sobre o total investido e zero sobre o total da receita) teriam investimento nulo no exercício. Nos casos em que houve superávit do orçamento, o indicador sobre o total investido é naturalmente superior a um. Ou seja, o investimento efetivo poderia ter sido maior.

O indicador de sustentabilidade do investimento busca avaliar a qualidade das fontes que financiaram o investimento. Mesmo para aqueles que não financiaram seu investimento por déficit não apresentam boa performance.

TABELA 21 – Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 (em %)

Cidades	Endividamento e capacidade de investimento							
	Investimento efetivo	Equilíbrio de curto prazo		Sustentabilidade investimento de equilíbrio		Endividamento e comprometimento de receita		
		sobre o total investido	sobre total da receita	curto prazo	longo prazo	Dívida bruta/rec corr líquida	Dívida líquida/rec corr líquida	Serviço da dívida/rec. corr líquida
Natal	4,85	35,7	1,73	36,7	29,95	26,78	23,18	1,88
Ceará-Mirim	16,04	87,51	14,04	34,71	34,71	0,33	6,61	3,79
Extemoz	4,33	--	--	--	--	--	7,66	--
Macaíba	2,03	--	--	--	--	12,46	10,42	4,68
Parnamirim	17,04	46,39	7,9	42,27	35,96	42,9	23,52	1,51
São G. do Amarante	4,77	14,17	0,68	6,42	3,67	6,64	4,16	1,98
São José de Mipibu	6,98	90,1	8,29	33,53	33,16	2,55	1,48	1,07

Fonte: Autores a partir dos dados SIMBRASIL, 2004.

Notas: Investimento efetivo e de equilíbrio de curto prazo – relação entre o montante de investimento e inversões líquidas e a receita total. Sustentabilidade do investimento a parcela dos investimentos e inversões líquidas financiados por geração interna (conforme Garson e Ribeiro, 2004).

7. Tendências Recentes da RMNatal

O processo de crescimento populacional da RMN e a expansão da sua estrutura física têm sido condicionados por estruturas econômicas localizadas fora da região, particularmente, da economia do RN¹⁰. Em que pese a existência de um pólo industrial na RMN¹¹, constata-se a presença significativa do setor de serviços¹² e do setor agrícola.¹³ A cultura canavieira no vale do Ceará-Mirim, por exemplo, confere especificidades ao crescimento regional, quer seja, pela atração expressiva do contingente populacional para o campo, quer seja pela definição de eixos viários necessários ao escoamento dessa

-
- 10 As principais fontes produtivas do Estado residem nas atividades extrativa mineral – petróleo-gás, sal e minérios como ferro e recentemente a retomada da exploração da scheelita -, e fundamentalmente com a atividade turística que vem se tornando na principal fonte de dinamismo da economia nordestriograndense. Destacam-se ainda o setor de serviços, impulsionado pelos negócios do petróleo-gás e do turismo, além das atividades com base nos recursos naturais, a exemplo da aquíicultura, fruticultura e pesca.
 - 11 Destaque deve ser dado à indústria têxtil, segundo ramo em importância da indústria de transformação potiguar e o segundo segmento produtivo em termos de consumo de energia elétrica. Após um extenso período de retração registra-se novos investimentos nas unidades produtivas de maior porte, como o grupo Coteminas, que se aliou a uma grande empresa americana, ampliando as três unidades existentes na RMN (duas no município de São Gonçalo do Amarante e uma em Macaíba), a empresa Hering e fábrica da Coats/Corrente, (no DI de Extremoz) verificando-se ainda a instalação e ampliação em unidades de pequeno e médio portes.
 - 12 O turismo deve ter um impacto irradiador mais significativo na economia da RMN, com dinamização do setor imobiliário e do varejo moderno, em especial do ramo de Shopping Centers, favorecidos também pelo efeito renda do setor petróleo e gás;
 - 13 Notam-se ainda sinais de retomada de investimentos na indústria alimentícia, de expansão no setor calçadista além de uma crescente produção do segmento de açúcar e álcool.

produção¹⁴. Vale mencionar, ainda, que grande parte do segmento carcinicultor do Rio Grande do Norte, está localizado na RMN. Considerado o maior produtor e exportador brasileiro de camarão, essa nova atividade é responsável, em 2006, por aproximadamente 12,4% do volume de recursos da pauta de exportações do Estado, embora tenha reduzido sua participação em relação a 2005 (que era de 18,4%).

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN¹⁵. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar dessas ações. Na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR I, houve investimentos na modernização do Aeroporto Augusto Severo, no Município de Parnamirim, além de melhorias nas estradas e rodovias intermunicipais e alocação de subsídios para o setor hoteleiro, com concentração dos investimentos em Natal e municípios entorno. A partir dos anos de 1990, intensificou-se a integração metropolitana por meio da infra-estrutura turística, verificando-se: a) a integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal; b) a transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários; c) uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão-de-obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários); d) a emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outros.

Estão para acontecer importantes investimentos de expansão e reestruturação na RM, salientando-se entre eles: os investimentos considerados estruturadores, como o aeroporto de São Gonçalo, acoplado ao projeto de criação de uma área de livre comércio, o gasoduto Açú/Seridó, a ferrovia Natal-Mossoró vinculada à recuperação do terminal pesqueiro de Natal; as iniciativas de implantação de dois parques de energia eólica, o do Litoral Norte

14 Os investimentos na infra-estrutura rodoviária, no sistema portuário e aeroportuário, no segmento de logística e na geração de energia alternativa vêm reforçando o papel exportador do Rio Grande do Norte.

15 O crescimento da economia do Rio Grande do Norte vem sendo sustentado sobretudo pela expansão do turismo, impulsionado pelos grandes blocos de investimentos hoteleiros. Merece ser destacada a tendência do turismo do estado se consolidar como um importante destino turístico internacional, o que pode ser comprovado pelo aumento dos vôos e elevação do fluxo de passageiros oriundos do exterior.

e o de Rio do Fogo; os investimentos em infra-estrutura, capitaneados pela duplicação da BR-101 e pela Ponte de Todos Newton Navarro, além da construção e melhoramento da malha rodoviária, do abastecimento d'água e do esgotamento sanitário nas principais cidades metropolitanas e os investimentos industriais apoiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI); e os investimentos em turismo.

Do ponto de vista espacial, há clara identificação de constituição de três eixos: a) **o de serviços**, mais antigo, modernizado nos anos 70 pelos segmentos industriais desconcentrados do sudeste e, nos anos 80 e 90, reestruturado pelo turismo. É originário da histórica concentração de serviços públicos na capital potiguar, partindo das áreas centrais mais urbanizadas e em direção ao sul de Natal para os bairros de melhor renda. E, ao norte e oeste, para a constituição de enorme periferia urbana. b) **o do turismo**, mais recente, dos anos 90. A área turistificada extrapola Natal e os cinco municípios metropolitanos costeiros. Configura uma espécie de “filamento do oceano” no sentido norte e sul a partir de Natal urbanizando e modificando a feição da costa litorânea. São cerca de 100 km ao norte e 100 km ao sul de Natal, com forte concentração em Natal e praias e pequenos núcleos urbanizados, descontínuos, longe das sedes municipais. Observa-se a formação de dois núcleos nas extremidades: Pipa, ao sul, e São Miguel do Gostoso, ao norte. c) **o das atividades rurais e interiorizadas**, constitutivas de vazios e terras para especulação imobiliária.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Afirma-se que o turismo é um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana, e criando novas espacialidades, novos processos, também responsáveis pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RM.

A partir de análises preliminares, no âmbito do projeto “O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal”¹⁶ permite-se apontar algumas reflexões sobre o desenho urbano e metropolitano de Natal:

- » Natal, pólo da aglomeração urbana, município com centralidade extrema, é concentrador de atividades econômicas e populacionais e definidor dos

16 Projeto em desenvolvimento no âmbito da UFRN pela Equipe RMNatal com financiamento do CNPq-Pronex/UFRN/FAPERNE e também vinculado a Rede Observatório das Metrôpoles.

processos de metropolização, seja por transbordamento ou por conurbação nos anos mais recentes. Supõe-se a existência de núcleo metropolitano expandido: Natal - Parnamirim.

- » O turismo, cujo crescimento pelo litoral, via binômio sol e mar, evidencia e amplia a tendência do processo de conurbação entre o pólo e as localidades costeiras urbanizadas, propicia o distanciamento das relações existentes entre tais localidades e a sede do seu próprio município. Um diferencial pode ser visto no município de Nísia Floresta, a única sede municipal que se integra à atividade turística.

Ocorre um transbordamento (periferização de um centro principal por sobre municípios vizinhos) de Natal para municípios vizinhos em parte pelo exíguo tamanho (169,9 km²) do município e através de atividades historicamente concentradas no pólo. Esse transbordamento se dá em áreas contíguas no sentido Natal - Macaíba, Natal - São Gonçalo e Natal - Extremoz (em diferentes intensidades) motivado, primordialmente, por novas relações do mercado imobiliário, especificidades da legislação, menor crescimento populacional do pólo - Natal, e crescimento das atividades econômicas em áreas periféricas, notadamente em Parnamirim e na zona norte de Natal. Neste caso, o turismo é uma variável a ser considerada, mas não é a mais preponderante;

Um transbordamento já visível se dá na direção Parnamirim - Macaíba e, ao mesmo tempo em que se amplia a periferia, ratifica-se a situação de conurbação Natal - Parnamirim e de transbordamento Natal - Macaíba constituindo e fechando um primeiro arco justificado em parte pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 90 e aí fortemente localizada pela indução governamental de um novo distrito industrial: o Cia - Centro Industrial Avançado.

Do mesmo modo, e de forma menos visível, é possível vislumbrar a configuração desse arco englobando São Gonçalo - Macaíba (Região Oeste de Natal). Essa periferia é justificada também pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 90 e localizada na área industrial de São Gonçalo e Distrito Industrial de Natal. De certo modo vinha sendo abortado pela barreira física imposta pelo Rio Potengi e pela ocupação desordenada de suas margens.

Os municípios de São José do Mipibu e Ceará-Mirim formalmente incluídos na região metropolitana apresentam vinculação funcional urbana em relação ao pólo no que diz respeito, principalmente, aos serviços públicos – aterro sanitário, por exemplo. Sua vinculação mais que físico territorial com Natal é ainda incipiente funcionando em parte como cidades dormitórios, apesar de manterem suas sedes municipais com certa independência econômica em relação a Natal. Ambos são historicamente municípios açucareiros.

As localidades costeiras dos quatro municípios litorâneos (exclusive Natal) apresentam uma tendência de diferenciação das sedes municipais, acirrando, ainda mais, a desigualdade intra-metropolitana e a complementaridade das atividades de Natal a partir dos seguintes processos:

- » Natal, ao exercer forte centralidade (como espaço produtivo) em relação aos municípios vizinhos, acirra a desigualdade socioespacial;
- » As sedes municipais também apresentam uma relação desigual com algumas localidades costeiras, em particular no que diz respeito às dinâmicas imobiliárias, populacionais, econômicas e, sobretudo em relação à alocação de infra-estrutura;
- » Estas localidades, entretanto, não esboçam um papel de subcentralidade com relação à Natal pelo fato de desempenharem atividades econômicas complementares, principalmente no que tange às atividades turísticas. Neste sentido, Natal também estabelece uma relação desigual com essas localidades, à medida que inibe o desenvolvimento de um setor terciário (hotelaria, comércio, prestação de serviços) de maior porte.

As tendências também apontam os futuros investimentos em infra-estrutura e equipamentos na área metropolitana como possíveis modificadores ou ratificadores dos processos em curso. São fatos portadores de futuro¹⁷:

- » Aeroporto de São Gonçalo do Amarante: Os investimentos do aeroporto englobam um volume de recursos de, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão, cuja

17 Selecionado de Relatório de Consultoria ao Governo do RN elaborado pelo economista Valdeci Monteiro, da CEPLAN, PE, em setembro de 2006.

construção deve influir decisivamente na implantação de uma área de livre comércio no Rio Grande do Norte, já existindo um grupo de estudo para detectar a viabilidade técnico-econômica da instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado. Por sua vez, em 2005, o governo estadual providenciou a licitação para elaboração das obras de infra-estrutura rodoviária acesso interligando o aeroporto às rodovias BR-406, BR-304 e BR-226. Os investimentos a serem feitos tanto na elaboração do projeto quanto para a implantação dos acessos totalizam cerca de R\$ 30 milhões correspondendo à contrapartida do Governo do Estado ao empreendimento. O projeto deverá ser executado em Parceria Público-Privada – PPP;

- » Ferrovia Natal-Mossoró: Trata-se de um dos projetos de infra-estrutura mais importantes para o desenvolvimento do Estado. Corresponde à construção de um ramal ferroviário que parte do Terminal Salineiro de Areia Branca até a região de Açu, seguindo em direção a Jucurutu onde se localiza a extração de ferro. O projeto contempla ainda a recuperação do Terminal Salineiro, para o qual estão previstos recursos no PPA do Governo Federal de R\$ 58 milhões, com horizonte de conclusão para 2008. Em Açu seria escoada para Natal a produção de frutas. No traçado do ramal ferroviário já existe a ferrovia no trecho Macau/Natal, que se encontra desativada e que necessita profundas reformas. Esse projeto mostra-se viável e a perspectiva é a de que até 2012 seja concretizado;
- » Terminal Pesqueiro: Apesar do baixo montante de recursos desse projeto (apenas R\$ 34,7 milhões), sua importância reside no fato de ser um empreendimento gerador de emprego e renda para uma quantidade considerável de pessoas (aproximadamente 12 mil beneficiados, correspondente a indivíduos de 84 comunidades pesqueiras, de 25 municípios litorâneos do Rio Grande do Norte), além de dinamizar a atividade da pesca. O projeto consta de cais localizado em Natal para embarque e desembarque de produtos frutícolas, trigo, maquinário e derivados de petróleo, três armazéns, um mercado de peixe, uma fábrica de gelo, além da estrutura administrativa e uma escola de formação de pesca, prevendo

também a instalação de um estaleiro para fabricação de embarcações de pequeno e médio porte. A idéia do Terminal é trazer a produção dos 50 barcos pesqueiros locais e de outros 200 barcos estrangeiros que pescam na costa potiguar, uma vez que o tempo gasto por esses barcos para seus portos de origem varia entre 7 e 14 dias, enquanto para Natal esse período corresponde a, no máximo, três dias, o que traria consideráveis ganhos de escala para a atividade pesqueira;

- » Marina do Potengi: Este projeto será implantado por um grupo espanhol, que está negociando uma área com a Prefeitura de Natal, possivelmente nas imediações do Terminal Pesqueiro. Trata-se de um investimento de R\$ 50 milhões objetivando reparar barcos de lazer (iates), uma vez que a unidade de reparo mais próxima das embarcações que vêm da Europa localiza-se na Bahia. Além disso, pretende-se com esse empreendimento incrementar o turismo de pesca diferenciada;
- » Duplicação da BR-101: Os investimentos previstos para essa obra somam aproximadamente R\$ 528,5 milhões para a duplicação de 138,9 quilômetros, divididos em dois lotes. A primeira fase do projeto de recuperação da estrada se inicia no município de Touros, litoral Norte potiguar, abrangendo o trecho entre o entroncamento da RN-063 até o entroncamento da RN-061, encontrando-se em execução, devendo estar concluído em 2007. A segunda refere-se ao trecho do entroncamento da RN-061 até a divisa com a Paraíba, a ser contratada, com a expectativa de que as obras fiquem prontas até o início de 2009;
- » Ponte sobre o rio Potengi: Orçada em R\$ 175 milhões, construída pelo Governo do Estado devendo estar concluída em 2008. Com 1,78 quilômetros de extensão e 21 metros de largura, sua edificação é do tipo estaiado. Recursos estimados em R\$ 120 milhões serão aplicados na construção da ponte, que vai incrementar a mancha socioeconômica da parte norte de Natal. A importância dessa obra é ressaltada por conta do impacto que irá causar na economia da Zona Norte de Natal e em outros 16 municípios do Litoral Norte que serão beneficiados com novos empreendimentos turísticos da iniciativa privada;

- » Melhoria da Infra-estrutura rodoviária: O Plano Plurianual do Estado prevê investimentos na recuperação e construção de rodovias, no qual se destaca a recuperação e adequação, além da construção de uma terceira pista em pontos críticos de ultrapassagem, ao longo da BR-304, principal rodovia do Estado, que liga Mossoró à Natal, cuja obra deverá custar R\$ 46 milhões.
- » Novas Indústrias: O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), cuja finalidade é atrair e fomentar investimentos na atividade industrial do Rio Grande do Norte, mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tem na sua pauta de investimentos a instalação de 47 estabelecimentos industriais que totalizam inversões de R\$ 180 milhões, até 2008. Desses recursos, 40% serão investidos na região Oeste, e 60% dividem-se equitativamente na Grande Natal e no resto do Estado.
- » Turismo: A atividade turística no Rio Grande do Norte, ao longo dos últimos anos, apresentou um incremento significativo, superior ao de outros destinos turísticos do país, apontando para mudanças consideráveis no cenário socioeconômico estadual. No segmento empresarial indica a existência de 99 empreendimentos hoteleiros de médio e grande porte, que deverão entrar em funcionamento nos próximos cinco anos, envolvendo um volume de investimento de cerca de um bilhão de reais, contemplando a construção de um grande número de empreendimentos hoteleiros coligados com condomínios de segunda residência (19.229 casas, 20 campos de golfe e 99 hotéis), somando 31.820 leitos. O Estado, por seu turno, vem realizando investimentos em infra-estrutura por conta do Prodetur II, principalmente na rede viária, em saneamento básico e no abastecimento de água, com investimentos no valor de R\$ 55 milhões, até 2007.

Considerações Finais

A RMNatal se constitui numa região em fase de consolidação de sua dinâmica intra-urbana. Em síntese, o conjunto de informações agregadas num diagnóstico sociourbano descritivo aponta que a região precisa orientar seu crescimento em todos os aspectos, com o fim de promover uma melhor qualidade de vida a sua população.

Notadamente, os dados compilados indicam a necessidade de orientação no âmbito das políticas públicas, a fim de ordenar a sua estrutura urbana, a demanda e oferta de serviços, gerando com isso espaços nulos ou de pouca diferenciação social.

Tal necessidade de orientação é justificada, em virtude da RMNatal ter sido formalmente criada em 1997, mas que até o momento não apresenta um marco legal de atuação e integração político-econômico entre os oito municípios que a compõem. A polarização exercida por Natal e os níveis de integração metropolitano diferenciados revelam também as estruturas de desenvolvimento precárias entre os municípios que a compõem.

Por outro lado, mesmo sendo uma região metropolitana recente e com pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, observa-se que a região apresenta graus de desigualdade e segregação socioterritorial com tendência a ampliação nas próximas décadas. Sobretudo, como já ressaltado ao longo do diagnóstico sociourbano, pelo fato da RMNatal ser polarizada pela liderança econômica e funcional do município-pólo, que concentra a demanda e a oferta da infra-estrutura de serviços urbanos.

Contudo, é importante a observância de novas configurações no espaço metropolitano, verificadas pelo crescimento populacional significativo dos municípios com integração alta e muito alta, produzindo novos espaços de transbordamento territorial.

Outro fator de influência e decorrente da promoção econômica do turismo que interliga os municípios de média e baixa integração, como atividade motora das dinâmicas ocupacionais nesses territórios, redefinindo as estruturas socioocupacionais.

Todavia, não se pode deixar de ressaltar que a RMNatal é uma área com desenvolvimento médio, tendo municípios com fortes diferenciações entre si, com municípios 100% urbanos e outros com população rural predominantes. Sendo que, 18% de sua força efetiva de trabalho está desocupada e 55% do total de seus domicílios apresentam renda *per capita* média igual $\frac{1}{2}$ de salário mínimo.

Tal situação ocupacional e de renda *per capita* é preocupante porque do ponto de vista demográfico é uma região com dinâmicas populacionais distintas, em que alguns municípios crescem na ordem de 7,9%, com uma expectativa de vida média de 68 anos. Esse fator é agravado pelas precárias condições de educação e moradia, em que 14% da população é analfabeta funcional e apresenta um déficit habitacional de 15%, revelando a necessidade de investimentos públicos nessas duas áreas.

Esses desníveis sociourbanos se aprofundam devido ao baixo nível de cooperação metropolitana, principalmente do ponto de vista institucional, o que mostra a necessidade de elaborar um plano de desenvolvimento metropolitano para a região e, assim, efetivar ações sobre a realidade que se apresenta; fortes níveis de vulnerabilidade e tendência ao aprofundamento das desigualdades sociais.

Sem sombra de dúvida, os problemas que afetam a RMNatal e os municípios que a integram ultrapassam as capacidades econômicas, políticas, sociais. Não se discute que esses problemas têm dimensões macro e micro econômico, cujas primeiras independem do esforço local, enquanto as segundas dependem do esforço conjunto dos municípios. No entanto, a consolidação da RMNatal com a criação de um plano integrado de desenvolvimento metropolitano que contemple as especificidades de cada município e que engaje os esforços de todos os atores políticos, econômicos e sociais, pode, a médio e longo prazo, atenuar sensivelmente os problemas que afetam a metrópole, principalmente nas questões que surgem do conflito de proximidade territorial e conurbação.

Referências Bibliográficas

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. *Patrimônio Público, Gestão do Território. Direito ao Meio Ambiente. Os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral do Rio Grande do Norte (1930-1990). Tese Doutorado.* Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *Economia e Urbanização: o Rio Grande do norte nos anos 70.* Natal, UFRN, 1995. Coleção Humanas Letras.

_____. *Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades.* In: GONÇALVES, Flora, BRANDÃO, Carlos e GALVÃO, Antônio Carlos. *Regiões e cidades, cidades nas regiões.* São Paulo, Unesp, 2003.

CONSÓRCIO NATAL 2015. *Plano Estratégico de Ações de Proteção Ambiental para Natal/RN - 1999/2015.* Natal. Comitê de Saneamento, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DE GOVERNO E PROJETOS ESPECIAIS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. Plano Diretor de Limpeza Urbana - PDLU. Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal, Natal. 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Aglomerado Urbano de Natal, Natal, Fundação Instituto de Desenvolvimento do Estado - IDEC e Luiz Forte Neto, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). Diagnóstico Ambiental e Sócio - Econômico do Litoral Oriental do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 1994, 284 p.

HOGAN, Daniel J. *Mobilidade Populacional e Meio Ambiente*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Brasília, 1996.

IPEA. *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro Oeste*. Brasília, IPEA/UNICAMP, 1999.

PESSOA, Zoraide Souza. *Desenvolvimento local: Promoção econômica, formação e renda*. Natal/RN, 2000. Monografia

SAWOOD, C.H; CARVALHO, J.A.M. de. *A demografia da desigualdade no Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330 p NTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

6

Como Anda Recife

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL RECIFE

Maria Ângela de Almeida Souza

Introdução

O presente estudo apresenta um diagnóstico de aspectos da vida social no espaço metropolitano do Recife, visando caracterizar as desigualdades sociais e urbanas na escala intra-metropolitana, focalizando áreas de concentração de segmentos da população que vive em situação de acúmulo de privações. Busca, também, uma avaliação do quadro institucional de gestão metropolitana, bem como dos municípios que compõem a região, identificando ações de cooperação intermunicipais nas políticas setoriais e apresentando indicadores do desempenho fiscal dos municípios da metrópole do Recife.

Compondo uma série de monografias sobre 11 aglomerações metropolitanas brasileiras – Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – e uma aglomeração urbana, Maringá, este estudo segue um roteiro metodológico comum às demais unidades metropolitanas, de modo que seus resultados possam oferecer suporte às análises particularizadas da metrópole recifense, mas, também, permitir uma leitura comparativa da posição desta metrópole diante do conjunto de aglomerações urbana/metropolitanas comparadas ao nível nacional.

Os estudos realizados se pautaram em três relatórios realizados no contexto da Série *Como Andam as Regiões Metropolitanas*, – (i) Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias, (ii) Tipologia Social e Identificação das Áreas Vulneráveis e (iii) Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas – além de utilizarem uma base de dados, organizada por município e área de expansão da amostra do Censo 2000 – Desigualdades Intra-urbanas nas Metrôpoles Brasileiras (OBSERVATÓRIO, 2005d).

As principais questões abordadas enfocam o processo de metropolização que avança e se diversifica no contexto nacional e no contexto de cada metrópole. Aborda-se a dinâmica de crescimento demográfico, o processo de expansão das periferias, o distinto peso que apresentam os municípios metropolitanos, no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia, além da caracterização de indicadores de exclusão – educação, moradia, mobilidade residencial, renda, violência, entre outros. O fenômeno metropolitano é enfocado na perspectiva da tendência à segmentação socioespacial, dados os evidentes espaços exclusivos das categorias sociais abastadas e o crescimento da diversidade da estrutura social e da complexidade de sua distribuição espacial.

Os indicadores de déficit e de inadequação de habitações da RMRecife destacam a região entre aquelas em que a problemática habitacional se apresenta bastante aguda, por registrar, ao lado das demais metrópoles do Nordeste e do Norte do país, as maiores médias dos indicadores de carências habitacionais, no contexto das variações regionais brasileiras, que são bastante significativas.

As evidências do aumento da importância institucional, demográfica e econômica das metrópoles brasileiras se somam à constatação da ampliação de problemas sociais que, também, estão nelas se concentrando e cujo aspecto mais evidente e dramático é a exacerbação da violência, que guarda fortes relações com os processos de segmentação socioterritorial em curso.

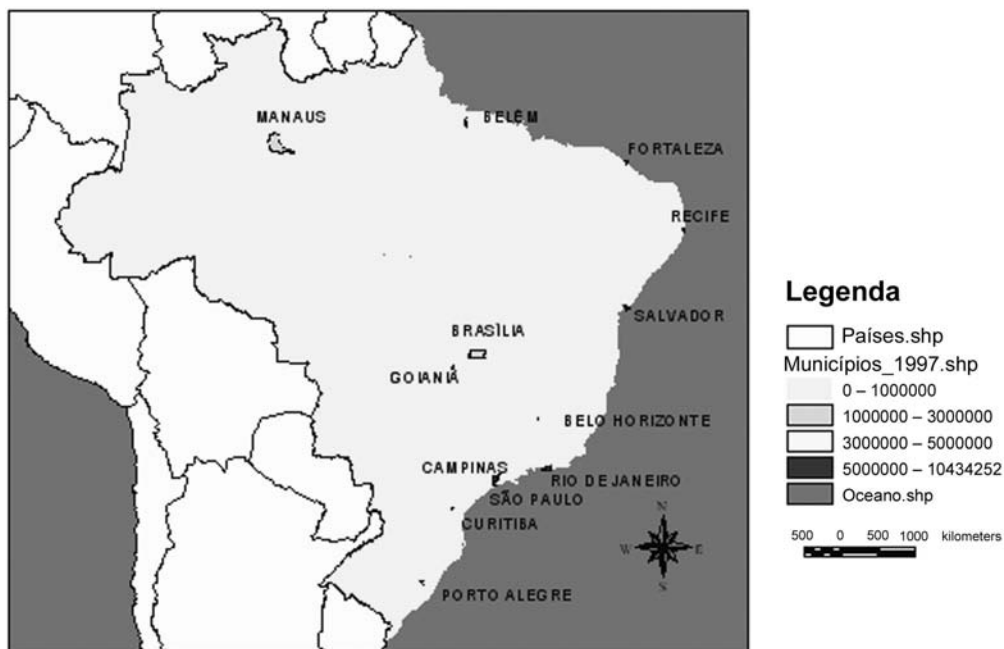
Ao caracterizar as condições de desigualdade social em que se expande a Região Metropolitana do Recife, este estudo visa contribuir para o enfrentamento de desafios que se colocam ao nível local, bem como ao nível nacional, envolvendo o desenvolvimento da região e do país, a superação das desigualdades socioespaciais e a governança democrática da sociedade.

1. Caracterização Geral da Região Metropolitana do Recife

A Região Metropolitana do Recife – RMR situa-se no centro da faixa litorânea nordestina e integra as seis regiões metropolitanas brasileiras que, além daquelas que envolvem as megacidades de São Paulo e Rio de Janeiro, possuem população acima de 3 milhões de habitantes (Figura 1.1). Representa cerca de 3% da área do território pernambucano onde se insere, porém concentra 42% da população e mais da metade do PIB estadual, apresentando os melhores indicadores sociais e nível de escolaridade, bem como as maiores potencialidades e condições efetivas de crescimento do Estado de Pernambuco.

A metrópole do Recife situa-se em um espaço privilegiado da Região Nordeste, tanto por sua localização em relação ao mercado mundial, quanto pela sua centralidade em relação às demais metrópoles do Nordeste – Salvador e Fortaleza – das quais dista cerca de 800 km. Polariza a maior faixa contínua de altas densidades populacionais da região nordestina, que se dispõe ao longo do litoral, desde a cidade de Natal até a de Aracaju e na hinterlândia próxima, envolvendo uma rede de mais de 120 cidades (Figura 1.2), o que a distingue das demais metrópoles nordestinas, que se inserem em regiões onde a população é mais dispersa e os centros urbanos são mais distantes uns dos outros, com exceção do entorno das respectivas regiões metropolitanas (RECIFE, 1996).

FIGURA 1.1 – Brasil. Grandes Cidades

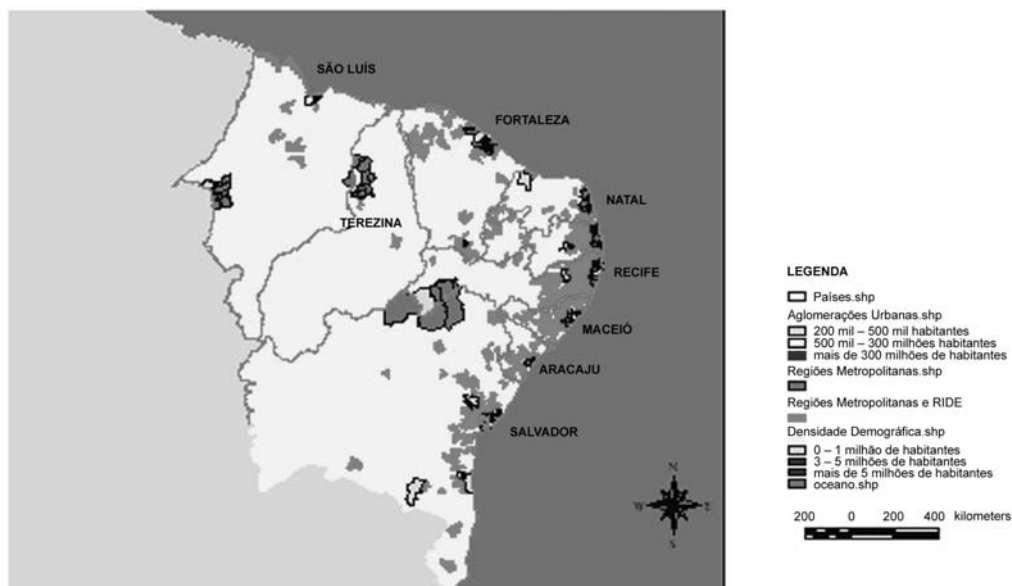


Fonte: Observatório PE (Com base no IBGE: Cartografia, 1997, e Dados do Censo Demográfico, 2000)

Essa condição demográfica da RMR decorre do processo de colonização, instalado em torno da economia açucareira para exportação, no qual o porto do Recife consolidou-se como um pólo importante do comércio exterior. Com a decadência da economia nordestina, que se acelerou a partir do século XIX, o Recife, que polarizava a riqueza da região de seu entorno, passou a polarizar a sua pobreza e a constituir-se como uma das regiões de grande expressão como exportadoras de população (LYRA, 2003).

Atualmente, a RMR destaca-se como um dos principais centros do terciário moderno do Nordeste, com predominância do setor de serviços, e funciona como centro distribuidor de mercadorias. Concentra o maior número de indústrias de transformação do Estado de Pernambuco e tem, como um outro pilar de sua economia, a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar e o cultivo de frutas e hortaliças.

FIGURA 1.2 – Nordeste. Grandes Cidades e Concentração Demográfica



Fonte: Observatório PE (Com base no IBGE: Cartografia, 1997, e Dados do Censo Demográfico, 2000)

1.1. Configuração e Institucionalização do Espaço Metropolitano

O processo de ocupação da região, iniciado pelo núcleo – Recife e Olinda – teve, historicamente, como principais condicionantes, a economia canavieira e seu ambiente físico natural: uma planície – a “planície do Grande Recife”¹ – cercada por morros e tabuleiros, por onde se espriavam os engenhos de açúcar. A partir dos meados do século XIX, a implantação dos eixos ferroviários estabelece a principal estrutura de comunicação dos engenhos com o centro comercial e portuário do Recife, que, induzido por estes eixos, irradia-se para norte, oeste e sul, estabelecendo estreita comunicação com os municípios de seu entorno.

Este item aborda as bases históricas de constituição da Região Metropolitana do Recife e de sua institucionalização, apresentando, em grandes linhas, as características físico-ambientais da região.

1 Termo adotado pelo professor Antonio Bezerra Baltar (1951), para área que abrange os municípios de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata e Cabo de Santo Agostinho.

1.1.1.0 Quadro Histórico e Institucional

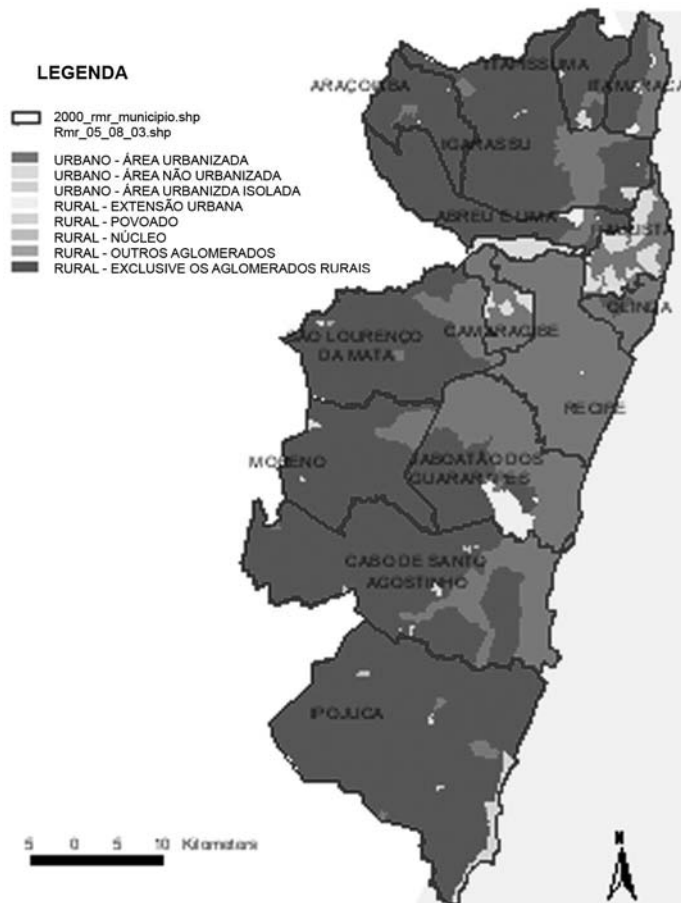
Algumas heranças marcam fortemente o processo de produção do espaço metropolitano: i) as grandes propriedades de terra, remanescentes dos antigos engenhos, situadas nos limites das nucleações periféricas, que subordinam a lógica do planejamento aos movimentos de expansão e retração da economia canavieira e à disposição do proprietário em lotear, entre outras formas; ii) a alta valorização imobiliária das áreas planas, secas e aterradas, que restringe o acesso das classes menos favorecidas as quais se submetem a ocupar os espaços alagados ou íngremes, “*non aedificandi*” ou pouco valorizados; e iii) as paisagens construídas marcadas pelas carências, que refletem a permanência de desigualdades e de mobilizações sociais para reduzi-las (MIRANDA e SOUZA, 2004).

O padrão oligárquico e patrimonialista, em que se funda a sociedade metropolitana, bem como as relações de poder nelas estabelecidas, deixaram marcas na gestão das políticas públicas, ao longo do tempo, dificultando o controle mais amplo sobre tais políticas, em face das dificuldades de separação entre o “público” e o “privado” por parte dos grupos econômicos dominantes.

A origem institucional da Região Metropolitana do Recife data dos anos 70 (1973), embora a identificação do fenômeno metropolitano remonte a meados do século XX, quando o urbanista pernambucano Antônio Baltar (1951) caracteriza o Recife – município sede e núcleo da região – como cidade transmunicipal / cidade conurbada / cidade metropolitana. Desde então, a vida urbana do Recife se integra a dos municípios vizinhos, que, em relação a ele, conformam o aglomerado metropolitano de mais alto nível de integração – Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista.

Inicialmente composta por nove municípios, a RMR ampliou esse número, ao longo de três décadas, seja por expansão de seu perímetro, seja por desagregação de municípios no seu interior, integrando, atualmente, 14 municípios – Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Recife e São Lourenço da Mata (Figura 1.3).

FIGURA 1.3 – Desmembramento e Incorporação de Municípios da RM Recife (1973-2005). Região Metropolitana do Recife



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR - PPGEO - FASE.
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza (Org)

Com uma tradição consolidada de planejamento, desde a sua instituição, a Região Metropolitana do Recife conta com um acervo significativo de estudos e planos, devido, em grande parte, à ação desenvolvida pelo órgão de gestão metropolitana², que, apesar de diversas mudanças institucionais por que passou, especialmente após a Constituição de 1988, ainda detém um papel importante na ação de coordenação de alguns programas de governo dos municípios metropolitanos.

2 A Agência de Desenvolvimento Municipal (Condepe/Fidem) é o órgão que, atualmente, desempenha funções de planejamento e gestão dos municípios do Estado de Pernambuco. Até 1998, a então Fundação de Desenvolvimento Metropolitano – Fidem, tinha uma atuação voltada exclusivamente para a Região Metropolitana do Recife. As diversas mudanças institucionais que deram origem a este órgão encontram-se detalhadas no item IV deste Relatório.

1.1.2. Características Físico-ambientais

Localizada na porção oriental do Nordeste, a 8° 04' 03" de latitude Sul e 34° 55' 00" de longitude Oeste, a Região Metropolitana do Recife configura uma faixa alongada no sentido norte-sul situado no litoral pernambucano, nele encontrando-se localizada, em sua porção central, a Cidade do Recife.

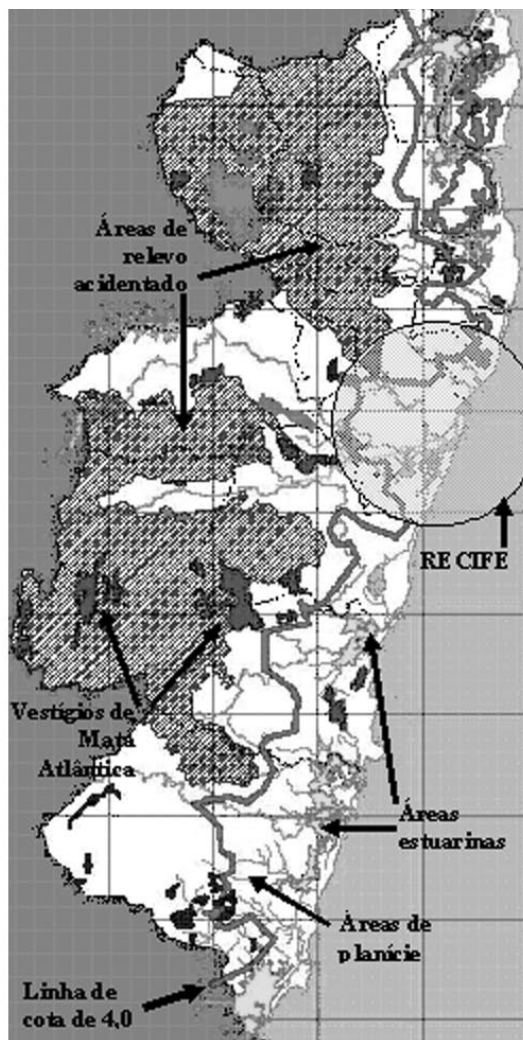
Em quase toda a sua extensão, na faixa litorânea, estende-se a uma planície sedimentar com altitude média de quatro metros, cuja representação máxima é a planície flúvio-marinha formada pelos aluviões carreados pelos rios e pelas areias marinhas trazidas pelas marés (Figura 1.4). Essa planície é seqüenciada a oeste por um relevo acidentado, identificado como colinas, morros, tabuleiros e serras, em função de suas cotas, formas topográficas, continuidade morfológica e declividades. Nessas terras mais enxutas e mais elevadas estendia-se a Mata Atlântica, restando, atualmente, apenas alguns vestígios dessa espessa floresta tropical (ALHEIROS et al, 2002).

A parte do território da RMR constituído por relevos movimentados, genericamente denominados morros, ocupa cerca de $\frac{3}{4}$ de sua área, onde habitam cerca de 600 mil habitantes. Os municípios costeiros (Recife, Olinda, Jaboatão, Cabo, Paulista e Ipojuca) têm mais problemas com a ocupação de suas encostas, devido às maiores precipitações pluviométricas é a maior argilização dos minerais constituintes dos sedimentos e solos.

Na planície, onde habita cerca de 800 mil pessoas, uma vasta rede hídrica natural constitui um dos principais elementos condicionantes da ocupação – não somente no tocante aos rios propriamente, mas, especialmente na presença marcante de mangues e alagados da planície costeira. A ocupação na região mais plana não somente representa a maior extensão, mas também é a maior concentração de valor imobiliário e disponibilidade de equipamentos, serviços e infra-estrutura urbana. A despeito da caracterização como *condicionantes*, tais elementos ambientais, correntemente ao longo da história sofreram agressões do processo de urbanização, reduzindo e descaracterizando suas feições originais que hoje resultam em graves situações de risco para uma população pobre que foi impelida à ocupação de áreas menos valorizadas nas encostas e alagados (MARINHO, 2002).

Atualmente, a Região Metropolitana do Recife registra significativos sinais de degradação ambiental, especificamente, o desmatamento, a contaminação/salinização dos recursos hídricos superficiais e profundos, a redução e poluição das áreas estuarinas, a emissão de poluentes atmosféricos, a poluição visual, os escorregamentos e erosão de encostas, os alagamentos de áreas de planície e a erosão costeira, todos resultantes da ação antrópica.

FIGURA 1.4 – Esquema Ilustrativo dos Principais Condicionantes Ambientais da RM Recife



Fonte: Marinho (2002, p.5)

1.1.3 A Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano

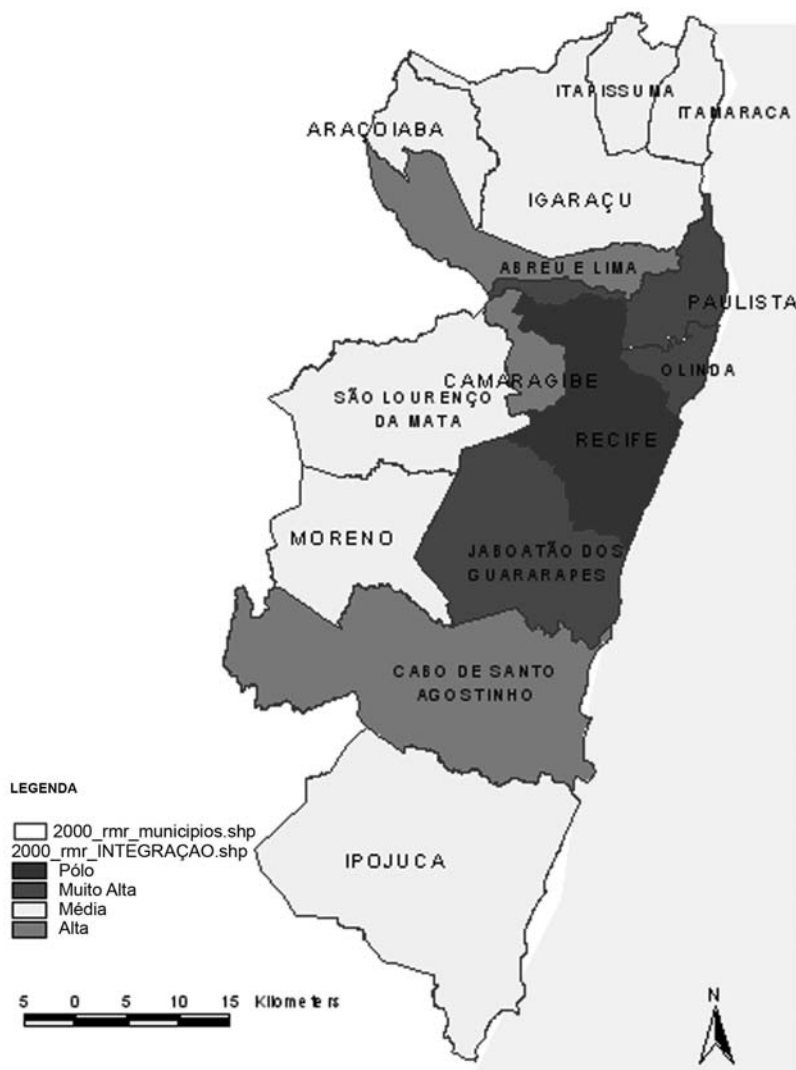
De acordo com o volume 1 desta Série que considerou os indicadores selecionados entre os utilizados para a composição da hierarquia dos espaços urbanos, as aglomerações foram classificadas segundo o grau de concentração de atividades no pólo. Entre as 15 regiões metropolitanas brasileiras, a do Recife foi considerada de nível 3, ao lado das metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador e Fortaleza. A metrópole de São Paulo

foi classificada no nível 1, a do Rio de Janeiro no nível 2, enquanto as demais metrópoles – Campinas, Manaus, Vitória, Goiana, Belém e Florianópolis – foram classificadas no nível 4.

Esses espaços urbanos foram classificados conforme o nível de integração dos municípios em relação ao pólo, considerando indicadores de evolução demográfica, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade e características ocupacionais, por meio dos quais se delimitou a abrangência efetiva da aglomeração em cada unidade pesquisada. Entre as cinco classes estabelecidas – muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo – a Região Metropolitana do Recife apresenta um nível médio de integração. Foi, também, dimensionada a condição social dos espaços urbanos em análise, pautando-se no Índice de Carência Habitacional e taxa de pobreza do município, cujos resultados foram confrontados com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, revelando situações bastante distintas, seja na escala inter-aglomerados, como na escala intra-aglomerados. De modo a obter um padrão sintético das condições sociais dos espaços urbanos, os mesmos foram agrupados em cinco classes – muito boa, boa, média alta, média baixa e ruim – a partir da distribuição percentual da população por condição social do município de residência. A Região Metropolitana do Recife apresenta uma condição social ruim, ao lado da metrópole de Fortaleza. Salienta-se que nas classes de condição social muito boa e boa encontram-se apenas espaços urbanos localizados nas regiões Sul e Sudeste (OBSERVATÓRIO, 2005a).

Para o conjunto de espaços urbanos, os resultados das diferenças das condições sociais foram desdobrados na análise intrametropolitana (OBSERVATÓRIO, 2005a), também estabelecendo as cinco classes – muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Os municípios da Região Metropolitana do Recife se agrupam, além do pólo metropolitano do Recife, em três níveis: muito alto (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista); alto (Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho e Camaragibe); e médio (Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata) (Figura 1.5).

FIGURA 1.5 – Grau de Integração na MetrÓpole. Região Metropolitana do Recife



Fonte: Observatório das MetrÓpoles - IPPUR - PPGE0 - FASE.
Equipe Recife: Jan Bitoun, LÍvia Miranda, Maria Ângela Souza (Org)

1.2. Características Socioeconômicas e Demográficas

A expansão populacional dos municípios metropolitanos do Recife reafirma a tendência centro-periferia que caracteriza as metrópoles brasileiras. O crescimento populacional interage diretamente com o meio, alterando as condições naturais trazendo para o ambiente construído – seja nas áreas de planície, seja nas áreas de morros – a expressão da desigualdade social. Em um processo de periferização característico da expansão das grandes cidades brasileiras, a população pobre, também, se desloca na busca de condições de acesso à terra e à moradia: avança para as bordas da malha urbana e densifica o núcleo metropolitano, ocupando os terrenos que se situam às margens do mercado imobiliário. Nas áreas onde se assentam as famílias mais pobres, registram-se possibilidade de acidentes, em decorrência da ocupação de áreas impróprias ou merecedoras de cuidados especiais – os alagados, as margens dos mangues, as encostas dos morros. Nas áreas assentadas pelas famílias de padrão sócio econômico médio e alto, a cidade se verticaliza.

1.2.1 Características Demográficas

A Região Metropolitana do Recife possui 3.337.565 habitantes, segundo dados censitários de 2000, distribuídos em 14 municípios que, juntos, conformam uma área de 2.766 Km², com uma densidade de 1.207 hab/km² (Censo Demográfico, 2000). Dos 14 municípios metropolitanos, dez apresentam população inferior a 200 mil habitantes. Os quatro maiores núcleos urbanos da região conformam o aglomerado de mais alta integração – Recife (município pólo, com 1.422.905 habitantes) e Jaboatão dos Guararapes (581.556 hab), Olinda (367.902 hab) e Paulista (262.237 hab) (Figura 1.6 e Tabela 1.1).

FIGURA 1.6 – Malha Urbana da RM Recife



Fonte: Observatório PE (Alheiros, 1998)

Com 218 km², o Recife representa cerca de 7,2 % da área metropolitana e concentra 42 % dos habitantes da região. Sua área urbana se estende por todo o território municipal e sua população cresce além dos limites do município.

Na última década, a participação relativa de sua população na RMR reduziu de 44,5% (1991) para 42,6% (2000). Por outro lado, a população dos municípios do seu entorno cresceu relativamente no âmbito metropolitano, ampliando os espaços conurbanos que integram as respectivas malhas urbanas com a do município pólo. As praias dos quatro municípios metropolitanos de mais alto nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista – configuram uma faixa contínua de 50 km de extensão, com sistemas de infra-estrutura e serviços urbanos interligados e em operação (transporte coletivo, pavimentação, abastecimento de água, energia elétrica, iluminação, telefonia e limpeza urbana).

A dinâmica dos fluxos migratórios entre os municípios metropolitanos, que vem ocorrendo nas últimas décadas, confirma a expansão do Recife para os municípios vizinhos. Estudos realizados sobre essa dinâmica demonstram que cerca de 85% dos habitantes que migraram do Recife, na década de 70, deslocaram-se para Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Para tal fenômeno contribuiu significativamente a política de habitação popular, empreendida através da Cohab-PE, bem como a urbanização e o adensamento das faixas de praia desses municípios (SOUZA, 2003).

A Tabela 1.1 apresenta o expressivo incremento populacional desses municípios que mantém o mais elevado nível de integração com o núcleo metropolitano. Entre os anos 1970-80, os dados censitários apresentam um incremento de 65,7% da população dos três municípios. No período 1980-91, esse incremento populacional ainda foi significativo (42,2%). O município de Paulista, que sedia imensos conjuntos habitacionais, aumenta em cerca de cinco vezes a sua população, entre os anos 70 e 90. O município de Camaragibe, vizinho a oeste do Recife, também, apresenta um incremento populacional significativo, nos anos 70, duplicando sua população e indicando a expansão do pólo para a periferia metropolitana. Entre os anos 1980/91, os efeitos dessa periferação também se fazem sentir nos municípios de Abreu e Lima e São Lourenço da Mata, que recebem grandes conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-PE. Já entre os anos 1991/2000, os efeitos da inversão da política de habitação popular – que substitui a construção dos conjuntos pela urbanização de assentamentos pobres já consolidados, especialmente os localizados no núcleo metropolitano – expressam um maior incremento populacional do Recife, Camaragibe e municípios que se expandem na periferia da RMR. O município de Ipojuca, incorporado à RMR em meados da década de 90, em virtude da construção do Porto de

Suaape, apresenta um incremento significativo nessa última década, para o que, também, contribuiu os investimentos turísticos nas praias do litoral sul pernambucano, entre as quais se destaca Porto de Galinhas, que vem transformando moradias de veraneio em residências permanentes, especialmente de comerciantes atraídos pela expansão turística daquele distrito.

TABELA 1.1 – RMR. População Residente e Incremento Populacional da Região Metropolitana do Recife e dos Municípios Componentes Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (1970-1980-1991-2000)

Região e Municípios	Área (Km2)	População Residente						
		População 1970	Incremento 1970-80	População 1980	Incremento 1980-91	População 1991	Incremento 1991-2000	População 2000
Município pólo								
Recife	218	1.060.701	143.198	1.203.899	94.330	1.298.229	124.676	1.422.905
Município de Muito Alto nível de integração metropolitana								
Olinda	41	196.342	85.861	282.203	59.191	341.394	26.508	367.902
Jaboatão	259	200.975	129.439	330.414	156.705	487.119	94.437	581.556
Paulista	99	43.994	74.695	118.689	92.802	211.491	50.746	262.237
Sub-total	399	441.311	289.995	731.306	308.698	1.040.004	171.691	1.211.695
Município de Alto nível de integração metropolitana								
Abreu e Lima	138	26.065	20.993	47.058	29.997	77.035	12.004	89.039
Cabo de Sto Agostinho	445	75.829	28.328	104.157	22.897	127.036	25.941	152.977
Camaragibe	51	41.196	46.514	87.710	11.697	94.407	29.295	128.702
Sub-total	634	143.090	95.835	238.925	64.571	303.478	67.240	370.718
Município de Médio nível de integração metropolitana								
Araçoiaba	96	8.669	212	8.881	1.759	10.640	3.778	15.108
Igarassu	303	37.584	23.765	61.349	7.848	69.197	13.770	82.277
Ilha de Itamaracá	67	7.117	1.139	8.256	3.350	11.608	4.252	15.858
Ipojuca	527	35.851	3.605	39.456	5.968	45.424	13.857	59.281
Itapissuma	75	8.826	3.070	11.896	4.512	16.408	3.708	20.116
São Lourenço da Mata	263	52.820	3.611	56.431	29.430	85.861	4.538	90.402
Moreno	193	31.204	3.739	34.943	4.189	39.132	10.073	49.205
Sub-total	1.524	182.071	39.141	221.212	57.056	278.270	53.976	332.247
RM Recife	2.775	1.827.173	568.169	2.395.342	524.655	2.919.981	417.583	3.337.565

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Com um perfil eminentemente urbano, a região conta com população e atividades rurais pouco expressivas, mas seu acervo ambiental é rico e diversificado, apesar das constantes ameaças e riscos impostos pelo processo de urbanização e exploração econômica do território. O pólo metropolitano, em crescente processo de terceirização, especializa-se como pólo de serviços. Concentra o aparelho produtivo e decisório do Estado, como também os principais centros administrativos do Nordeste – sedes de organismos federais, como Sudene, Chesf, Comando Militar e Justiça Federal – a RMR destaca-se como um dos principais centros do terciário moderno do Nordeste, com predominância do setor de serviços, e funciona como centro distribuidor de mercadorias. Concentra o maior número de indústrias de transformação do Estado de Pernambuco e tem, como um outro pilar de sua economia, a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar e o cultivo de frutas e hortaliças.

1.2.2. Condição Social da MetrÓpole

Em estudo realizado sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Recife, Bitoun (2005) constata que em todas as capitais das metrÓpoles brasileiras, núcleos de regiões metropolitanas e pólos de influência de grandes regiões econômicas, os valores do IDH superam o do Brasil, confirmando que o Brasil urbano e, especialmente, as grandes capitais metropolitanas concentram maiores oportunidades para o desenvolvimento que o Brasil rural. Os valores do IDH alcançados pelas capitais metropolitanas podem ser comparados aos valores que caracterizam nações de desenvolvimento humano alto, segundo critério estabelecido pelas Nações Unidas (0,800 e mais) e nações de desenvolvimento médio (0,500 a 0,800).

No caso da Região Metropolitana do Recife, o autor identifica uma distinção nos índices de desenvolvimento humano para conjuntos de municípios: aqueles que se situam na sua parte central, configurando uma aglomeração urbana fisicamente contínua, onde são registrados deslocamentos pendulares dos seus habitantes no cotidiano dos seus afazeres de trabalho, estudos, lazer e consumo; e, aqueles que se situam na periferia metropolitana a norte, sul e oeste, configurando núcleos urbanos separados da aglomeração contínua por áreas não edificadas e amplas áreas rurais, ocupadas principalmente por canaviais.

Segundo os dados apresentados na Tabela 1.2, todos os municípios da RMR apresentaram, na última década, uma melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal–IDHM, seja em geral, seja nos índices específicos de renda, longevidade e educação.

Excetuando-se Itamaracá, onde em tempos recentes passaram a morar donos de segundas residências, nos municípios da aglomeração fisicamente contínua, que apresentam nível de integração alto e muito alto com o pólo metropolitano, os IDHM, no ano 2000, escalonam-se entre 0,707 e 0,799 (Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Recife e Paulista – muito alto nível de integração; e Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho e Camaragibe – alto nível de integração); esses valores que caracterizam o médio desenvolvimento humano são semelhantes a valores encontrados em países da América Latina e do Leste Europeu. Os valores do IDHM, nos municípios mais periféricos, com nível de integração médio com o pólo metropolitano, e que mantêm áreas rurais são mais baixos, escalonados entre 0,637 e 0,719 (Araçoiaba, Ipojuca, Moreno, Itapissuma, São Lourenço da Mata e Igarassu), parecidos com países pobres e muito pobre da Ásia (Mongólia), pobre da América do Sul (Guiana) e relativamente prósperos da África (África do Sul e Gabão). Segundo Bitoun (2005), na Região Metropolitana do Recife, há uma nítida correlação entre a importância da área e da população rural e os baixos valores do IDH, configurando-se, então, uma clássica distinção entre centro e periferia.

Os municípios do centro também aparecem diferenciados. Observa-se uma distinção entre os quatro primeiros no ranking (Paulista, Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes) cujos IDH são superiores aos do Brasil, conquanto em Camaragibe e Abreu e Lima os valores são inferiores. Os quatro primeiros municípios abrangem nos seus territórios áreas litorâneas com significativa concentração de famílias de média e alta rendas, o que não ocorre nos dois últimos. Também, é bastante significativo o fato de que quatro municípios (Araçoiaba, Ipojuca, Moreno e Itapissuma) apresentem valores de IDH inferiores ao do Estado de Pernambuco (BITOUN, *op. cit.*).

A pobreza rural e as características da urbanização central e periférica (ligadas ao valor dos terrenos e às estratégias públicas e privadas de parcelamento do solo e de sua edificação) combinam-se para fortalecer um modelo centro-periferia expresso pelo escalonamento dos valores de IDH, e desenhando ainda na aglomeração contínua uma distinção entre municípios socialmente diversificados (Recife, Olinda, Paulista, Jaboatão dos Guararapes) e outros mais homogêneos (Camaragibe, Abreu e Lima) e incorporando paulatinamente na periferia as cidades de Cabo Santo Agostinho, São Lourenço da Mata e Igarassu, que se diferenciam dos municípios menos urbanos (Araçoiaba, Ipojuca, Itapissuma e Moreno) (*idem; ibidem*).

1.2.3 Estrutura Ocupacional e Mercado de Trabalho Urbano

No contexto das regiões metropolitanas do país, a do Recife sempre se apresentou, ao lado das demais regiões metropolitanas nordestinas (Fortaleza e Salvador), como uma das mais problemáticas na perspectiva dos indicadores sociais, notadamente daqueles relacionados com as condições vigentes no mercado de trabalho. O subemprego e a informalidade vêm acompanhando a história recente da Região Metropolitana do Recife. Sua base econômica não tem sido, nas fases recentes e em termos de dimensão e dinamismo, suficiente para abrigar, no mercado, a força de trabalho que passa anualmente a integrar a sua economia (GUIMARÃES NETO, 2002).

O processo migratório, bem mais intenso há décadas atrás, geralmente associado às crises da economia canavieira e a recorrentes secas que afetam a base produtiva do semi-árido, ampliava a oferta de força de trabalho na RMR. Isto, evidentemente, concorria para o surgimento e consolidação da informalidade, do desemprego e subemprego na Região Metropolitana e para deterioração da renda do trabalhador, em um mercado de trabalho favorável aos empregadores. A essa oferta de força de trabalho de fora da região se somava a expansão da própria população já residente na RMR, que, até recentemente, registrou taxas significativas de crescimento natural, não obstante os níveis de mortalidade infantil prevalente (GUIMARÃES NETO, 2002).

Mais recentemente, nos anos 90, a economia brasileira e a das regiões metropolitanas em particular, inclusive a da RMR, passaram por uma fase crítica que envolveu não só uma desaceleração significativa (com instabilidade) da economia, como uma abertura e reestruturação produtiva que, juntas, provocaram impacto da maior relevância na demanda de força de trabalho por parte das unidades produtivas. Segundo Guimarães Neto (2002), nas fases anteriores, juntamente com um maior crescimento da economia – nos anos 60 e 70 – estão presentes processos migratórios muito mais intensos, associados a um crescimento acelerado da população em idade ativa na própria região metropolitana. Já nas duas últimas décadas, constata-se, da perspectiva do mercado de trabalho, um acúmulo importante de problemas que somente uma estratégia que contemple as diferentes dimensões, sobretudo a econômica e a social, poderá dar início a um processo de reversão dos indicadores negativos das condições do mercado de trabalho.

A estrutura socioocupacional da metrópole recifense – fundamentada na classificação da população ocupada, em 24 categorias socioocupacionais (CAT) – revela que existe um

mundo social urbano brasileiro relativamente homogêneo nas suas dinâmicas sociais e ocupacionais que expressa uma forte polarização social com um contingente majoritário em posições inferiores. No que se refere aos grupos de alto prestígio, “Dirigentes e Intelectuais” agrupam em menos de 9% do total dos ocupados frente aos grupos médios e situados em posições desfavoráveis na escala social; as ocupações agrícolas totalizam menos de 2%, expressando às poucas oportunidades de trabalho agrícola nos arredores rurais das grandes cidades; as ocupações médias, se somadas à Categoria dos Pequenos Empregadores, representam menos de 30% dos ocupados, conquanto os trabalhadores situados em posição inferior na escala social reúnem em ambas as metrópoles cerca de 60% dos ocupados, um elevado contingente de Categorias do Terciário não Especializado, em ocupações de baixo prestígio. A tão decantada Terciarização e a Economia dos Serviços precisam lidar com a baixa qualificação tão favorável a uma acelerada precarização das relações de trabalho. No item 2.1.1 discutiremos mais detalhadamente esta questão.

1.3. Infra-estrutura Urbana: Indicadores de Risco e Desigualdade Socioambiental

Os serviços de provimento e manutenção de infra-estruturas urbanas na RMR são, em sua maioria, de responsabilidade dos poderes municipais, com algumas exceções de responsabilidade estadual e federal (por exemplo, as rodovias intermunicipais e interestaduais ou grandes elementos de macrodrenagem, como rios e canais que seccionam cidades ou diversas regiões do Estado).

Os investimentos em construção e manutenção de **infra-estruturas viárias locais**, próprios municipais, envolvendo pavimentação, drenagem, contenção de encostas, praças e parques são, de modo geral, de responsabilidade exclusiva do setor público com recursos próprios orçamentários, não cabendo à população qualquer pagamento direto pelos serviços.

Apenas os serviços de iluminação pública são mantidos por taxas pagas pela população (taxa de iluminação pública), mesmo assim, com certo grau de isenção para população de baixa renda. Para o caso de manutenção e conservação de praças e jardins públicos, registram-se alguns casos de participação da iniciativa privada, por meio de um programa denominado de “Praça Adotada”, implantado na cidade do Recife (ANDRADE, 2002).

Segundo dados censitários, todos os municípios da RMR possuem **vias pavimentadas** no perímetro urbano, com drenagem, tanto superficial quanto subterrânea. A partir de dados de pesquisa específica realizada para o Projeto MetrÓpole Estratégica³, constata-se a importância do Recife, no que se refere à participação das principais vias integrantes da malha viária metropolitana, tendo em vista que a maioria absoluta das vias arteriais principais e secundárias, localiza ou possui sua maior extensão no espaço urbano da cidade.

O sistema viário da RMR apresenta cerca de 4.630 km de vias, distribuídas nas funções arteriais, coletoras e locais, nos 14 municípios, e construídas e operadas nos níveis municipais, estadual e federal. Do total da malha viária metropolitana (em extensão), 43% situam-se no município pólo – Recife, e cerca de 70% abrangem o núcleo metropolitano, de malha contínua, abrangendo os municípios de mais elevado nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Aproximadamente 50% de toda a malha viária da RMR, ou seja, 2.311 km, dos quais 60% concentram-se no Recife, referem-se a vias pavimentadas e representam um patrimônio público construído da ordem de R\$ 1 bilhão, que necessita de serviços de manutenção e conservação permanente (ANDRADE, 2002).

Os serviços de **iluminação pública** na RMR são executados por delegação municipal pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, empresa privatizada, em praticamente todos os municípios, exceto Recife e Jaboatão dos Guararapes, que realiza esses serviços através da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB e da Diretoria de Iluminação Pública da Empresa de Desenvolvimento do Jaboatão dos Guararapes – EMDEJA⁴, respectivamente. Andrade (*op. cit.*) estima cerca de 230.000 pontos de iluminação em toda a RMR, que atendem à quase totalidade dos espaços viários e de uso público. A cidade do Recife utiliza cerca de 110.000 pontos de iluminação pública nos seus 2.000 km de vias, o que representa 48% do total metropolitano.

A taxa de iluminação pública é um tributo municipal. As concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica, privadas ou públicas, apenas arrecadam essa taxa, em virtude de convênios que, para tal fim, celebram com os respectivos municípios. As

3 O Projeto MetrÓpole Estratégica foi elaborado pela Fundação de Desenvolvimento Municipal – Fidem, em 2002, contando com a contribuição de consultores para os diversos estudos temáticos.

4 Na atual gestão municipal, correspondente ao período 2005-2008, a extinta Empresa Municipal de Iluminação Pública – ELUME da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes foi transformada na Diretoria de Iluminação Pública da EMDEJA.

condições de operação e manutenção destes serviços, contudo, tornam-se objeto de muitas reclamações por parte da população, em função de lâmpadas queimadas não substituídas que repercutem no aumento da insegurança das pessoas.

Em termos de **saneamento básico**, que reúne o conjunto de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e de drenagem, a RMR apresenta as maiores deficiências no que se refere ao sistema de esgotamento sanitário. Os dados do Censo Demográfico de 2000 registram que todos os distritos dos municípios metropolitanos são abastecidos por rede d'água, enquanto três municípios periféricos da região – Araçoiaba, Ipojuca e Itamaracá – não possuem rede coletora de esgoto. O município de Araçoiaba, também, não apresenta serviços de drenagem urbana, destacando-se como o município mais precário da região. Contudo, a pesquisa realizada para o Projeto Metrópole Estratégica, apresenta um quadro que não confirma a inexistência de rede coletora de esgoto nesses três municípios. Embora confirme a precariedade da situação dos municípios de Itamaracá (0,5%), Araçoiaba (3,1%) e Igarassú (5,1%), distancia desses a situação do município de Ipojuca, que se apresenta com 22,6% de ligações domiciliares à rede de esgoto (Tabela 1.2).

Os dados da Tabela 1.2 mostram índices de acesso variáveis entre os municípios da Região, tanto no que se refere aos serviços de água quanto aos de esgotos. Essas diferenças são influenciadas, seja pela situação dos domicílios em cada município, seja, também, por intervenções estatais na área da habitação popular que incluíram a implantação de serviços de água e esgotos, e que predominaram em determinados municípios.

Segundo Baltar (2002), apesar dos domicílios rurais na RMR representarem apenas 2,6% do total de domicílios, em determinados municípios esta incidência é bem mais expressiva, tal como ocorre em Araçoiaba (16% de domicílios rurais), Cabo de Santo Agostinho (11%), Ipojuca (51%), Moreno (20%) e São Lourenço da Mata (7%). Esses municípios estão entre aqueles que têm menor índice de atendimento pelos serviços de água, isto porque, em geral, as redes públicas beneficiam menos as pequenas aglomerações das áreas rurais do que as áreas urbanas. A influência específica das ações governamentais acima referidas evidencia-se nos municípios de Paulista e Abreu e Lima, onde foram implantados nos anos 70/80 diversos conjuntos habitacionais, resultando uma elevação

do índice médio de acesso tanto à rede de água quanto à de esgotos.⁵ Observe-se que na Tabela 1.4 o município de Paulista tem o maior índice de acesso à rede de esgotos e um dos maiores em relação à rede de água e Abreu e Lima, também, encontra-se entre os de melhores índices.

TABELA 1.2 – RM Recife. Acesso aos Domicílios Permanentes à Rede de Água e Esgoto dos Municípios Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)

Município	Total de domicílios	Domicílios com acesso à rede d'água		Domicílios com acesso à rede de esgotos	
		abs.	%	abs.	%
Município pólo					
Recife	376.022	330.750	88,0	161.163	42,9
Município de Muito Alto nível de integração metropolitana					
Jaboatão dos Guararapes	150.358	119.076	79,2	31.751	21,1
Oliinda	94.032	88.001	93,6	35.156	37,4
Paulista	67.818	62.694	92,4	32.300	47,6
Sub-total	312.208	269.771	86,4	99.207	31,8
Município de Alto nível de integração metropolitana					
Abreu e Lima	22.622	20.174	89,2	7.308	32,3
Cabo de Sto Agostinho	37.019	30.535	82,5	9.313	25,2
Camaragibe	32.287	22.577	69,9	5.167	16,0
Sub-total	91.928	73.286	79,7	21.788	23,7
Município de Médio nível de integração metropolitana					
Araçoiaba	3.396	1.930	56,8	104	3,1
Igarassu	19.907	14.730	74,0	1.011	5,1
Ilha de Itamaracá	3.642	2.681	73,6	18	0,5
Ipojuca	13.414	7.035	52,4	3.030	22,6
Itapissuma	4.754	4.498	94,6	847	17,8
Moreno	12.133	9.324	76,8	1.707	14,1
São Lourenço da Mata	22.253	14.177	63,7	6.118	27,5
Sub-total	79.499	54.375	68,4	12.835	16,1
RM Recife	859.657	728.182	84,7	294.993	34,3

Fonte: Baltar (2002), baseado no Censo Demográfico 2000

5 Comparando-se os dados do Censo com os da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, observa-se que do total de domicílios com acesso à rede de esgotos no município de Paulista (Censo 2000, total de 32,3 mil domicílios ligados à rede de esgotos) 76% (24,6 mil) correspondem a ligações de esgotos indicadas nos relatórios da COMPESA como existentes nos conjuntos habitacionais Jardim Paulista, Maranguape I e II e Arthur Lundgren, todos nesse município. Em Abreu e Lima, dos 7,3 mil domicílios com acesso à rede de esgotos, 5,5 mil (75%) estão no Conjunto Habitacional Caetés. (Baltar, 2002)

Os serviços de água e esgotos, na Região Metropolitana do Recife, são prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA. A área de atuação operacional da companhia é atualmente dividida em Gerências Regionais (no que se refere aos serviços de água): Recife, Olinda, Jaboatão e Vitória (nesta, apenas a cidade de Moreno e a localidade de Bonança, no mesmo município, situam-se na RMR).

Os usuários conectam-se à rede pública mediante ligações prediais que, por sua vez, podem atender a mais de um domicílio. Os domicílios ou as unidades de consumo não residenciais constituem o que se denomina “economia”. Dessa forma, de um modo geral, um edifício com diversos apartamentos ou unidades comerciais, tem uma única ligação e um número de economias correspondente ao número de unidades abastecidas. Assim a relação entre as quantidades de economias e ligações associadas aos outros índices tais como a extensão de rede por ligação sinaliza a maior ou menor verticalização ou adensamento da área atendida pelo sistema de água (BALTAR, *op. cit.*).

A partir da análise dos dados da COMPESA, Baltar (*op. cit.*) destaca que a Gerência Regional de Recife apresenta maior número de economias por ligação, refletindo a concentração de edifícios com grande número de pisos. Relacionando as informações da COMPESA com as do Censo do IBGE, o autor infere que o nível de cobertura do serviço de água é relativamente elevado, o de esgotos é muito baixo e há desequilíbrios sensíveis na distribuição dessas coberturas na área metropolitana. Destaca que, no Censo de 1991, o índice de atendimento pelo serviço de água era de cerca de 91%, tendo ocorrido, na última década, uma diminuição no percentual de cobertura. Atribui a redução dessa cobertura a desligamentos do sistema público pela adoção de soluções alternativas, ou à falta de investimentos, ou mesmo à deficiência da informação.

Os municípios metropolitanos possuem diversas fontes de captação para o **abastecimento de água** da região, destacando-se, entre elas, a captação superficial, o poço profundo e a adutora de água bruta, conforme dados do Censo Demográfico de 2000. Apenas o município de Igarassu apresenta captação por meio de poço raso, bem como registra 1% da água fornecida sem nenhuma forma de tratamento. Dentre os tipos de tratamento d'água o convencional é o mais utilizado, sendo exclusivo no tratamento da água distribuída nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, e São Lourenço da Mata. Nos municípios periféricos de Araçoiaba e Ipojuca, predomina o sistema não convencional e, no município de Olinda, situado no núcleo metropolitano, vizinho ao Recife, o tratamento dos volumes de água distribuídos é uma simples desinfecção.

A extensão da rede distribuidora na RMR soma 3.752 km, dos quais 47% concentra-se no Recife e cerca de 80% abrange os municípios metropolitanos de mais elevado nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Todos os municípios da RMR apresentam mais de 95% de ligações residenciais, a exceção do Recife, que reduz essa proporção para 89%, devido à diversidade de usos urbanos que abriga. Outro aspecto importante a destacar é a informalidade das ligações de água, que no Recife chega a representar 1/3 do total de ligações sem hidrômetro. Esse percentual só é ultrapassado nos municípios periféricos de Araçoiaba (50%) e Itapissuma (55%).

Em termos da qualidade do serviço, persiste, em muitas áreas da região metropolitana, o fornecimento intermitente de água, mediante manobras de registros para que determinadas áreas sejam atendidas de forma alternada, pela impossibilidade de atendimento contínuo a toda a Região. Segundo Baltar (*op. cit.*), chegou-se a conviver, em passado recente, com períodos de um dia com água para vários (segundo informações não oficiais, até nove dias) sem água. Essa intermitência não atinge igualmente toda a população, penalizando mais fortemente os domicílios mais pobres que não dispõem de reservatórios domésticos.

Entre os motivos do racionamento, os dados censitários de 2000 indicam esse problema de reservatório no município de Moreno e em um dos três distritos de Jaboatão dos Guararapes. Apresenta, também, problemas de capacidade de tratamento insuficiente no município de Moreno, bem como problemas de população flutuante, em Igarassu e na Ilha de Itamaracá, e problemas de estiagem, em todos os municípios da RMR.

O **esgotamento sanitário** para os distritos que não possuem rede coletora é feito mediante fossas sépticas e sumidouros, no município de Ipojuca, e em um dos distritos de Cabo de Santo Agostinho, de Jaboatão dos Guararapes e de São Lourenço da Mata. No município de Araçoiaba, na Ilha de Itamaracá e em dois distritos de Igarassu, adota-se a solução alternativa de fossas secas. Nos distritos com rede coletora de esgotos constata-se a implantação de esgoto condominial em seis municípios – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Itapissuma e São Lourenço da Mata. Trata-se de uma solução adotada em algumas intervenções em assentamentos pobres, especialmente ao longo da década de 80.

A extensão da rede coletora de esgotos na RMR soma 151.953 km, dos quais 58% concentram-se no Recife e cerca de 96% encontra-se implantada nos municípios metropolitanos de mais elevado nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes,

Olinda e Paulista. A maior proporção de economias esgotadas em relação às ligações de esgotos, apresentada pelos municípios do Recife (236,5%) e do Jaboatão dos Guararapes, constitui-se indicador da verticalização desses municípios, onde uma ligação serve a várias unidades (“economias”).

No âmbito da **limpeza urbana**, os municípios da RMR apresentam situações bem distintas. Segundo dados da Tabela 1.3, cinco municípios possuem serviços que coletam o lixo de mais de 90% dos seus domicílios – Recife e Cabo de Santo Agostinho (90 a 99%); e Abreu e Lima, Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Ipojuca (100%). Dentre os municípios que apresentam situação mais precária encontram-se Olinda e Moreno, com 50 a 70% dos domicílios com lixo coletado. Contudo, estes municípios, conjuntamente com Abreu e Lima, Araçoiaba e Paulista são os únicos municípios metropolitanos que apresentam controle do lixo industrial. O Recife, bem como outros, cujos serviços de limpeza urbana abrangem a quase totalidade do município, não controla o lixo proveniente das indústrias. A coleta seletiva do lixo encontra-se implantada em apenas cinco municípios: Recife, Olinda, Paulista, Itapissuma, Cabo de Santo Agostinho – e destes, apenas o município de Paulista não possui um sistema de reciclagem de lixo.

TABELA 1.3 – Serviços de Limpeza Urbana, Coleta e Destinação Final do Lixo dos Municípios Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)

Município	Domicílios com lixo coletado (%)	Frequência de atendimento	Dispõe de controle do lixo industrial	Dispõe de coleta seletiva de lixo	Dispõe de sistema de reciclagem de lixo	Destino Final	
						Tipo	Localização
Município pólo							
Recife	90 ÷ 99%	Diária	Não	Sim	Sim	Aterro Sanitário	Fora do Município
Município de Muito Alto nível de integração metropolitana							
Jaboatão dos Guararapes	70 – 80 %	3 X semana	Não	Não	Não	Aterro Sanitário	No perímetro urbano
Olinda	50 – 70 %	Diária	Sim	Sim	Sim	Aterro Sanitário	No perímetro urbano
Paulista	80 – 90 %	Diária	Sim	Sim	Não	Lixão	No perímetro urbano
Município de Alto nível de integração metropolitana							
Abreu e Lima	100 %	Diária	Sim	Não	Não	Lixão	Fora da área urbana
Cabo de Sto Agostinho	90 – 99 %	Diária	Sim	Sim	Sim	Lixão	Fora da área urbana
Camaraçipe	70 – 80 %	3 X semana	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano
Município de Médio nível de integração metropolitana							
Araçoiaba	100 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	Fora da área urbana
Igarassu	70 – 80 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano
Ilha de Itamaracá	100 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano
Ipojuca	100 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	Fora da área urbana
Itapissuma	100 %	Diária	Não	Sim	Sim	Lixão	No perímetro urbano
Moreno	50 – 70 %	Diária	Sim	Não	Não	Lixão	Fora do Município
São Lourenço da Mata	80 – 90 %	3 X semana	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano

Fonte: Tabelas AII.9.1 a AII.9.7, em anexo, baseadas no Censo Demográfico 2000

O município pólo, que concentra a maior população metropolitana, com cerca de 1,4 milhões de pessoas, não possui área específica para a destinação do lixo gerado em seu território, utilizando-se de uma área no município vizinho de Jaboatão dos Guararapes, dividindo com este município o aterro sanitário da Muribeca, que apresenta problemas de saturação. Além deste, a RMR conta com o aterro sanitário de Aguazinha, situado no município de Olinda. Outros aterros sanitários encontram-se em processo de estudo e/ou de implantação, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUPE do Governo de Pernambuco, reunindo, por vezes, mais de um município, para compor um Sistema Integrado de Resíduos Sólidos da RMR, a ser administrado pelas prefeituras, visando beneficiar o conjunto da população metropolitana. O Sistema visa otimizar o

tratamento, coleta e disposição do lixo, reduzindo os impactos ambientais e melhorando a qualidade de vida da população, principalmente nos locais onde a produção de lixo é elevada (Tabela 1.6).

O atual modelo de armazenamento de resíduos sólidos, o lixão, é caracterizado pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem fiscalização e sem medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Como resultado, tem-se a poluição do ar, dos solos e das águas superficiais e subterrâneas. Além disso, o modelo atrai vetores de doenças e contribui para a presença de um grave problema social: os catadores.

TABELA 1.4 – Aterros Sanitários em Processo de Estudo / Implantação e/ ou Ampliação e Melhoria nos Municípios da RMR (2005)

Municípios Atendidos	Municípios de Localização	Aterro Sanitário	Ações em Desenvolvimento
Recife	Jaboatão	Muribeca	Ampliação e melhoria
Jaboatão dos Guararapes			
Olinda	Olinda	Aguazinha	Ampliação e melhoria
Cabo de Santo Agostinho	Cabo de Santo Agostinho	Cabo de Santo Agostinho	Estudo / Implantação
Paulista	Paulista	Mirueira	Estudo / Implantação
São Lourenço da Mata	São Lourenço da Mata	São Lourenço da Mata	Estudo / Implantação
Camaragibe			
Igarassu	Igarassu	Igarassu	Estudo / Implantação
Itapissuma			
Itamaracá			
Abreu e Lima			
Ipojuca	Ipojuca	Ipojuca	Estudo / Implantação

Fonte: SEDUPE, 2005

Os aterros sanitários visam ao armazenamento dos resíduos sólidos em pequenas áreas impermeabilizadas que, ao fim de cada jornada de trabalho, serão cobertas por espessas camadas de terra. Com essas medidas, pretende-se evitar os fortes odores, a desarrumação do lixo, a atração de vetores de doenças, a intensificação do *chorume* – líquido proveniente da decomposição do lixo e um grande poluidor – e, principalmente, evitar os impactos ao meio-ambiente e à saúde da população metropolitana.

Os sistemas de **drenagem pluvial** são constituídos de dois subsistemas: a micro-drenagem – formado pelas calhas das vias e redes coletoras locais de águas pluviais

de dimensões máximas de 1,50 m²; e a macro-drenagem – composta pelos talvegues principais (fundos de vales, córregos, canais), independentes da execução de obras físicas de canalização (Figuras 1.7 e 1.8).

No caso do Recife, a questão da drenagem assume especial importância, devido particularmente à sua planície e ao processo de urbanização que se deu às custas da ocupação do espaço natural das águas, através de aterros feitos sem os devidos cuidados, não respeitando as condições de escoamento das águas pluviais. Por este motivo, entre outros, a parte ocupada da planície do Recife transformou-se numa área de cotas baixas e sem desníveis acentuados, o que dificulta o escoamento superficial, em condições adequadas, das águas pluviais.

FIGURA 1.7 – Recife: Canal Derby-Tacaruna



Fonte: Andrade, (2002, p. 32)

FIGURA 1.8 – Paulista: Canal Jardim Paulista



Fonte: Andrade, (2002, p. 32)

Segundo Andrade (*op. cit.*), em razão desses aterros, executados inclusive em leitos de canais bem definidos, a extensão de canais por área da cidade do Recife é muito pequena para as suas condições fisiográficas (da ordem de 0,66 km/km²), o que diminui a capacidade de absorção das enchentes, uma vez que uma grande parte da cidade é plana. A efetividade desse sistema de macrodrenagem ainda é diminuída pela deficiência do sistema de microdrenagem a montante, pelos problemas de assoreamento e deslizamento dos morros e pelas naturais condições da cidade situada ao nível do mar.

TABELA 1.5 – RMR. Extensão das Redes de Macro e Microdrenagem. (2002)

Municípios	Municípios de Localização	Aterro Sanitário	Ações em Desenvolvimento
	Extensão Total (km)	Percentual Revestido (%)	Extensão de Galerias (km)
Recife	92	70	600
Jaboatão dos Guararapes	34	20	98
Olinda	25	15	56
Paulista	28	25	58
Abreu e Lima	9	10	26
Cabo de Santo Agostinho	21	15	40
Igarassu	10	10	22
Ipojuca	4	10	31
Itapissuma	3	10	14
Moreno	6	10	15
Total	230	40	960

Fonte: Andrade (2002)

(*) Estimativas realizadas a partir de base cartográfica da RMR, complementados por observações in loco.

(**) Estimativas feitas a partir das informações da EMLURB para o Recife e expandidas para os demais municípios, como percentuais das vias pavimentadas, supostamente com redes de drenagem em proporção proximamente equivalente a do Recife.

OBS: Dados disponíveis para os municípios apresentados na Tabela

Não apenas no Recife, mas, também, nas áreas baixas dos municípios de Olinda e Jaboatão dos Guararapes, observam-se problemas mais sérios de drenagem em áreas onde se localizam os assentamentos de baixa renda ou informais. No caso das encostas dos morros, em que grande parte da ocupação também se deu à revelia dos princípios básicos da drenagem, as áreas de risco sujeitas a desmoronamentos ameaçam as vidas de seus moradores.

Segundo informações censitárias (2000), todos os municípios da RMR possuem sistema de drenagem subterrâneo, sendo comum a todos redes de microdrenagem, a exceção do município de Araçoiaba.

Apesar de esses dados indicarem que, apenas, os municípios do núcleo metropolitano – Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes – juntamente com o município do Cabo de Santo Agostinho, possuem redes de macrodrenagem, pesquisa realizada para o Projeto MetrÓpole Estratégica, estima a existência de canais de macrodrenagem em outros municípios, como apresenta a Tabela 1.5.

Segundo Andrade (op. cit.), o sistema de macrodrenagem da RMR apresenta cerca de 230 km de canais urbanos e de microdrenagem cerca de 960 km de galerias ou canaletas abertas de águas pluviais. Destes canais aproximadamente 40% ou 92 km, referem-se a canais abertos e revestidos e representam juntamente com a rede de galerias, um patrimônio público construído da ordem de R\$ 350 milhões, que necessita de serviços de manutenção e conservação permanente para cumprirem as suas funções com eficiência.

A inexistência ou o subdimensionamento do sistema de microdrenagem nos morros tem-se constituído em um dos principais problemas que afetam a estabilidade de edificações e provocam erosão e deslizamentos (Figura 1.9).

FIGURA 1.9 – Recife: Subdimensionamento de Canaletas em Morro



Fonte: Alheiros et al (2002, p. 57)

O lançamento da rede de águas pluviais é feito, pela maioria dos municípios da RMR, nos cursos d'água permanentes, a exceção do município de Itapissuma que lança em reservatórios de acumulação. A manutenção do sistema de drenagem superficial é feita mediante a varrição e limpeza das vias. São também comuns a todos os municípios os serviços de limpeza e desobstrução das galerias, de dragagem e limpeza de canais, bem como de limpeza e desobstrução dos dispositivos de captação.

Outros serviços de provimento e manutenção de infra-estruturas urbanas que se destacam na Região Metropolitana do Recife referem-se ao controle da erosão e contenção de encostas e da erosão costeira. No caso dos morros, a ocupação urbana foi realizada de forma desordenada, com baixo padrão construtivo e uso incorreto do solo, trazendo impactos ambientais, como erosões e ruptura de taludes e supressão da vegetação, com perda de solo de superfície e instabilidade de encostas, contribuindo para uma série de riscos para a população residente.

Os processos erosivos são evidentes em vários pontos da RMR, onde se observa desde a formação de voçorocas imensas (Ibura, Araçoiaba) (Figuras 1.10 e 1.11) à presença de sulcos disseminados nos cortes expostos (margens da BR-101, PE-018, PE-051), erosão laminar intensa nas vias públicas não pavimentadas (Casa Amarela, Ibura, Nova Descoberta, Passarinho), deslizamentos de taludes (morros das zonas norte e sul da RMR) e assoreamento (Camaragibe) (Figura 1.12).

Atualmente, encontram-se identificados cerca de 10.000 pontos de risco nas áreas de morros da cidade do Recife e 3.000 em Olinda. Estima-se que a existência de aproximadamente 20.000 pontos de risco no território urbanizado da RMR. São definidos como pontos de risco os locais em morros que apresentam problemas de estabilidade ou de erosão de encostas (Andrade, *op. cit.*).

As Prefeituras Municipais vêm já há algumas décadas executando obras de infra-estrutura local nessas áreas, principalmente de acessos (escadarias) e de contenção de encostas (muros de arrimo). Com o ganho de experiência por parte das prefeituras, foram sendo paulatinamente adaptadas técnicas de drenagem superficial, reduzidas à utilização de estruturas de arrimo de gravidade e estimulados novos padrões de comportamento social da população, com relação às condições de segurança para habitar em morros.

Em função da grande proporção do problema e da limitação dos recursos para solucioná-la, existe a disseminação da prática de utilização de soluções emergenciais, como a colocação de lonas plásticas sobre as barreiras expostas (Figura 1.13) para reduzir riscos de infiltrações e erosões superficiais e permitir as municipalidades investirem nos pontos mais críticos mediante intervenções de proteção, com a utilização de técnicas diversas (Figura 1.14).

FIGURA 1.10 – Recife: Área de Risco por Erosão em Morro do Ibura



Fonte: Andrade (2002, p.26)

FIGURA 1.11 – Araçoiaba: Erosão por Voçorocas



Fonte: Andrade (2002, p.29)

FIGURA 1.12 – Camaragibe: Assoreamento



Fonte: Aheiros (2002, p 61)

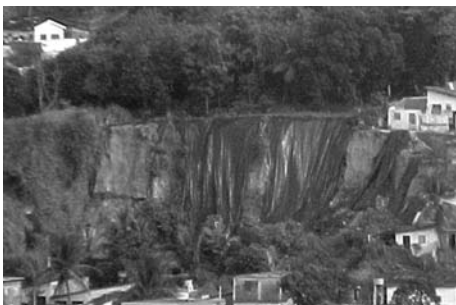
Os esforços para minimizar as alterações na linha da costa na região do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, têm sido, também, um dado importante no aspecto da intervenção nas áreas de risco ambiental da RMR. Os efeitos destrutivos dessas alterações remontam ao início do século 20, mas os impactos mais substanciais ocorreram a partir de intervenções antrópicas, sobretudo aquelas decorrentes da implantação do Porto do Recife assim como da implantação de loteamentos nas zonas de praia. Hoje a grande concentração demográfica no litoral torna as acomodações litorâneas mais importantes, devido aos prejuízos causados à população e à infra-estrutura urbana.

O litoral de Olinda e Paulista, desde a Praia dos Milagres até a Ponta do Sol em Maria Farinha, encontra-se em acentuado processo de erosão. Esse processo tem prejudicado sobremaneira os referidos municípios, seja diretamente, destruindo benfeitorias públicas e privadas, e, indiretamente, influenciando negativamente no desenvolvimento econômico, turístico, recreativo e imobiliário da região afetada. Os trechos das praias dos Milagres, do Carmo, Bairro Novo, Casa Caiada e Rio Doce em Olinda e parte das praias de Enseadinha e Janga já foram contempladas com obras de proteção e de recuperação. Diversas intervenções também ocorreram no litoral de Paulista, nos últimos 6 (seis) anos, com sérios impactos ambientais na faixa de costa, decorrentes de equívocos técnicos. Ainda assim, necessitam de complementação.

Em anos mais recentes, iniciou-se também um processo de erosão nas praias da zona Sul do Recife e de Jaboatão dos Guararapes, com avanços expressivos da linha da costa e perdas nas faixas de praia. O mar alcançou o calçadão e a avenida beira mar, causando prejuízos à cidade, devido aos focos de erosão localizados nessas áreas, que provocaram desabamentos nos muros de contenção, às vias e nas calçadas. Ações de proteção nestes trechos do litoral metropolitano foram executadas, mas também de forma parcial e incompleta.

As obras executadas nos locais com problemas de erosão costeira constam normalmente de espigões e quebra-mares semi-submersos de enrocamento, que forma células, as quais devem ser preenchidas com areia, para que a restauração e proteção do litoral se tornem efetivos. Em diversos trechos as obras de enrocamentos, espigões e quebra-mares já foram implantadas. Faltam, no entanto, as obras de complementação dos enrocamentos, a retirada dos espigões, que têm função apenas de acesso, e a realimentação das células com areia. A realimentação da praia com areia tem como finalidades a recuperação e proteção da faixa de praia e o retorno a balneabilidade.

FIGURA 1.13 – Recife: Proteção por Lonas Plásticas com Falhas



Fonte: Andrade (2002, p. 29)

FIGURA 1.14 – Camaragibe: Revestimento da Encosta em Argamassa Sem Tela



Fonte: Alheiros (2002, p. 59)

2 Diagnóstico Sociourbano da Área Metropolitana

As características demográficas e socioeconômicas da população expressam as condições de inserção social dos indivíduos e das famílias. Nessa perspectiva, esse capítulo analisa de forma mais aprofundada as características mais relevantes da população que habita a Região Metropolitana do Recife, abordando as tipologias socioocupacionais e a segregação espacial, bem como as características demográficas, educacionais, de renda e inserção no mercado de trabalho, de moradia, de mobilidade e transporte e de violência urbana.

Como recortes espaciais, o capítulo focaliza os conjuntos de municípios reunidos segundo o nível de integração ao pólo, os municípios separadamente e, como nível de desagregação espacial menor que os municípios, focaliza as Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AED do Censo Demográfico de 2000, que são unidades geográficas, formadas por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários. Esses agrupamentos que configuram as AED foram definidos levando-se em conta: o tamanho, em termos de domicílios e de população visando garantir a expansão da amostra sem perder sua representatividade; a contigüidade, na perspectiva do recorte geográfico; e a homogeneidade, em relação ao conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas⁶.

A Tabela 2.1 apresenta as 128 AED definidas para a Região Metropolitana do Recife. Destas, 41% situam-se no Recife e 79% situam-se no núcleo metropolitano, envolvendo,

6 Os detalhes sobre a conformação das Áreas de Expansão de Dados – AED podem ser consultados na Documentação dos Microdados da Amostra - IBGE - nov. 2002.

além do pólo (Recife) os municípios que mantêm com ele um nível de integração muito alto. Encontram-se, em anexo, o Cartograma 2.1 e Tabela 2.1, que apresentam a relação das AED.

TABELA 2.1 – RMR. Número de Áreas de Expansão de Dados da Amostra (AED) por Municípios Segundo Níveis de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Número de Áreas de Expansão de Dados – AED
Código	Município	
Município pólo		
2607208	Recife	53
Município com Muito Alto nível de integração		
2607901	Jaboatão dos Guararapes	26
2609600	Olinda	10
2610707	Paulista	12
	Sub-total	48
Municípios com Alto nível de integração		
2600054	Abreu e Lima	5
2602902	Cabo de Santo Agostinho	2
2603454	Camaragibe	6
	Sub-total	13
Municípios com Médio nível de integração		
261052	Araçoiaba	1
2606804	Igarassu	4
2607604	Ilha de Itamaracá	1
2607208	Ipojuca	2
2607752	Itapissuma	1
2609402	Moreno	1
2613701	São Lourenço da Mata	4
	Sub-total	12
Total RM Recife		128



Fonte: IBGE, Microdados da Amostra – Novembro 2002

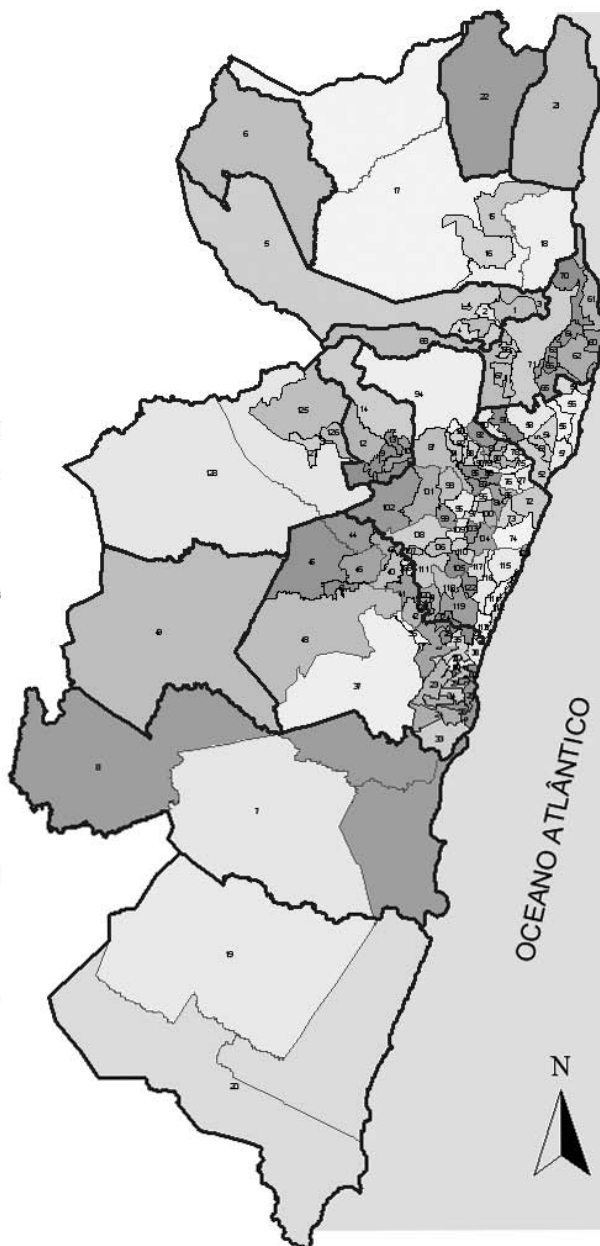
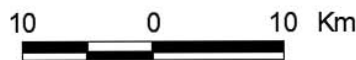
MAPA 2.1 – Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AED.
Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_ AED_ LEGE NDA.shp

- 1-Deserto
- 2-Centro
- 3-Deserto, Caeles I e II
- 4-Caeles I e II
- 5-Pitangas, Caeles II
- 6-Araçoiaba
- 7-Centro, Chameca e Pirapama
- 8-Jussara, Ponte dos Carvahos
- 9-Timbe e Celeiro
- 10-Centro, Via da Fabrica e Primav
- 11-Bairro Novo, Esfados e Alberto M
- 12-Sao Joao, Sao Pedro e Sao Paulo
- 13-Tabatinga
- 14-Áreas
- 15-Centro
- 16-Cruz de Rebouças, Ara Albuquerque
- 17-Res Ladeiras e Queimadas
- 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças
- 19-Sede
- 20-Litoral
- 21-Ilha de Itamaraca
- 22-Itapissuma
- 23-Prazeres, Vaquejada
- 24-Prazeres, Lagoa do Dagua
- 25-Piedade, Candeias e Curva do
- 26-Candeias
- 27-Marcos Freire, Guararapes
- 28-Montes Guararapes, Jardim Jordao
- 29-Piedade, Antana
- 30-Prazeres, Estada da Batilha
- 31-Cajueiro Seco
- 32-Piedade Av. Capabana
- 33-Baixa de Jangada
- 34-Dom Helder
- 35-Guararapes
- 36-Conjunto Murtuca
- 37-Vila da Murtuca, Compostas
- 38-Piedade, Masanganã
- 39-Cavaleiro
- 40-Sucupira
- 41-Dois Carreiros
- 42-Zumbi do Padeco, UR 6 e UR
- 43-Alto do Ceu, Curado I
- 44-Curado
- 45-So Aleixo, Minassu
- 46-Jaboatão Centro, Floriano
- 47-Jaboatão Centro, Via da Alegria
- 48-Jaboatão Centro, Via Rica
- 49-Moero
- 50-Passinho
- 51-Aguas Compridas, Sapucaia
- 52-Síclo Novo, Peixinhos
- 53-Jardim Brasil, Via Popular
- 54-Ouro Preto
- 55-Jardim Fragosa, Bultrins
- 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim
- 57-Cidade Alta, Varadouro
- 58-Tabajara, Rio Doce
- 59-Tabajara, Zona Rural
- 60-Janga
- 61-Pau Amarelo, Maria Farinha
- 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga
- 63-Maranguape II
- 64-Engenho Maranguape
- 65-Fragosa, Maranguape I
- 66-Maranguape I
- 67-Mirueira, Jardim Paulista
- 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe
- 69-Antônio Lúgigen
- 70-Conceição
- 71-Centro Nobre, Torres Galvão
- 72-Santo Amaro, Bairro do Recife
- 73-Boca Vista, Sidade, Ilha do Leão
- 74-Santo Antônio, São José, Cab
- 75-Árdua, Campina do Barreto,
- 76-Fosarinho, Encruzilhada, H
- 77-Campo Grande
- 78-Fundo, Cajueiro, Prata
- 79-Brasão de Hermetério, Alto S
- 80-aqua Fria
- 81-Beberibe, Linha do Tiro
- 82-Dos Unidos
- 83-Tamaritã, Pamarim, S
- 84-Delfy, Graças, Jaqueira
- 85-Casa Amarela, Alto do Mand
- 86-Espinheira, Afetos
- 87-Pico, Monteiro, Apicurus,
- 88-Asco da Gama
- 89-Mangabeira, Alto José do P
- 90-Morro da Conceição, Alto José e B
- 91-Macaxeira, Corrego do Jenipapo
- 92-Nova Descoberta
- 93-Beleza de Beberibe, Brejo da Guab
- 94-Guariba, Passarinho
- 95-Ordem
- 96-Toré
- 97-Praça Zumbi
- 98-Putinga
- 99-Torões, Engenho do Meio
- 100-Madaleia, Ilha do Retiro
- 101-Caxanga, Varzea, Cidade Univers
- 102-Vazão, UR 7
- 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira
- 104-Afogados
- 105-Áreas
- 106-Jardim São Paulo
- 107-Sandro, Coqueiral
- 108-Curado, Toó
- 109-San Martin
- 110-Jiquia, Estância
- 111-Barro, Tejuipó
- 112-Boa Viagem, Otia
- 113-Boa Viagem, Setubal
- 114-Boa Viagem, Shopping
- 115-Pina
- 116-Imbituba
- 117-Vila Pinheiros, Sítio Grande, L
- 118-Ibuá, Via do Sesi
- 119-Ibuá de Baixo, Aeroporto
- 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U
- 121-Tres Caméias
- 122-IPSEP
- 123-Brasília Teimosa
- 124-Jordão
- 125-Centro
- 126-São João, São Paulo
- 127-Parque Capibaribe
- 128-Nossa Senhora da Luz, Munbará

-  2000_rmr_municipio.shp
-  2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_ AED_ LEGE NDA.shp



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR - PPGEO - FASE.

Equipe Recife: Jan Bitoun, Lúvia Miranda, Maria Ângela Souza (Org)

2.1. Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial

2.1.1. Tipologia Socioocupacional em 2000

A identificação da estrutura socioocupacional da metrópole recifense fundamenta-se na classificação da população ocupada, recenseada por questionário amostral do IBGE durante o Censo domiciliar de 2000, em 24 categorias socioocupacionais (CAT). A construção dessas categorias resultou de um criterioso esforço de agrupamento das ocupações recenseadas, considerando, entre outros critérios, posições na ocupação, patamares de renda e/ou de escolaridade, setores e ramos de atividades. Cabe ressaltar que a adoção desses critérios varia de uma categoria para outra de modo a garantir uma certa homogeneidade social no interior de uma mesma categoria. Esse trabalho, realizado pela equipe de coordenação do Projeto, fundamentou-se em experiências anteriores de classificação da população ocupada recenseada nos Censos de 1991 e 1980 (Ribeiro e Lago, 2000) e levou em conta as mudanças ocorridas no *modus operandi* do Censo de 2000. A concepção que orientou os autores dessa classificação considera que se pode explorar o manancial de dados do Censo para expressar, num caminhar entre procedimentos analíticos e esforços de síntese, a complexidade da sociedade urbana brasileira perpassada por divisões materiais e simbólicas. Essas divisões definem segmentações, desigualdades, possibilidades e restrições à mobilidade social, bem como tendências à permanência e à mobilidade geográfica. Em suma, procura-se por meio dessa classificação superar os limites de uma identificação social exclusivamente fundamentada em classes de renda, mesmo se, como se verá, a extrema desigualdade das remunerações é uma característica marcante da sociedade e dos modos de apropriação e uso do espaço urbano metropolitano.

Considerando a estrutura socioocupacional da população ocupada da Região Metropolitana do Recife, marcada pela predominância de um grande grupo popular, no âmbito do qual são majoritários os ocupados nos serviços e comércios e relativamente pouco significativas as concentrações industriais, o principal desafio consiste em adotar procedimentos metodológicos permitindo diferenciar territórios de residências apresentando uma certa homogeneidade social. Para isso, é importante levar em conta a própria morfologia do território que, nas suas diferenças, relaciona-se com processos de apropriação e de uso por diversas Categorias Socioocupacionais.

Devido à configuração da mancha urbana metropolitana, paralela ao litoral e se estreitando ao longo de eixos viários a norte, sul e oeste do núcleo principal, a solução para retratar da melhor forma possível as diferenças que ocorrem nas áreas periurbanas e rurais, onde se localizam grupos populares, cuja diferenciação interna é de interesse dessa pesquisa, é de agregar setores censitários de vários municípios de modo a constituir unidades espaciais rurais ou periurbanas estatisticamente confiáveis. Com este fim foram elaboradas Unidades Estatísticas Espaciais específicas para essa pesquisa, denominadas ACAT (em referência às Categorias Socioocupacionais). Foram criadas 98 ACAT e uma base de dados que tem este recorte por referência. A partir de análise fatorial por correspondência binária e o sistema de classificação hierárquica ascendente definiu-se oito tipos socioocupacionais, a saber: Superiores; Superior Médio; Médio; Operário Popular; Popular; Popular Inferior; Agrícola popular e Agrícola.

A Tabela 2.1.1 mostra a proporção da população ocupada em cada Tipo Socioocupacional. Nesta podemos perceber que nove entre cada dez pessoas que residem no tipo superior estão em idade ativa e destes metade está ocupado. Os chefes residentes neste mesmo tipo tem um rendimento nominal mensal superior a dez salários mínimos (66,5%). Em oposição, na RMRRecife 46,6% recebem mensalmente menos de dois salários mínimos. São as ocupações agrícolas que concentram a maior proporção desta faixa salarial, chegando a cerca de 70%.

Na organização social do espaço, como em muitas grandes aglomerações, o fato mais nítido é a extrema concentração das Categorias Dirigentes, levando ao fenômeno denominado de “auto-segregação”, expressando uma vontade de ficar entre pares para evitar a mistura social. No caso da RMR, ainda não se apresentam significativas tendências esboçadas de conquista de novos espaços por essas Categorias: Empreendimentos residenciais no Centro do Recife, onde predominam os moradores pobres, e constituição de condomínios fechados no litoral sul (Cabo, Ipojuca) e na região oeste da RMR.

A relativa concentração das Categorias de Ocupações Médias em áreas de Conjuntos Habitacionais parece ser uma herança de estratégias habitacionais do passado ligadas a políticas pretéritas do Banco Nacional da Habitação; a presença significativa dessas Categorias em áreas do Tipo Popular, em especial as mais urbanisticamente consolidadas, assinala uma possível valorização dessas áreas ou o empobrecimento desses setores

predominantemente assalariados. Finalmente, é nas periferias periurbanas que se recriam novos espaços para os segmentos mais inferiores da escala social que, no caso do Recife, estão também presentes no Centro e espalhados em assentamentos precários que, muito lentamente, se equipam e se consolidam no meio de espaços dos Tipos Superior Médio e Médio, assegurando a manutenção de vizinhanças formadas por setores sociais bastante diferenciados que procuram conviver sem se misturar, gerando barreiras físicas e simbólicas que fragmentam a cidade.

TABELA 2.1.1 – Distribuição Absoluta e Relativa da População Ocupada Segundo Tipos Socioocupacionais na RMR - 2000

Tipo	População Total	RMR (%)	População em idade ativa total*	RMR (%)	PIEA (%)	População Ocupados	RMR (%)	PIEA (%)
Superior	78.994	2,37	71.088	2,60	89,99	36.826	3,33	51,80
Superior Médio	415.531	12,45	358.660	13,10	86,31	169.721	15,37	47,32
Médio	468.517	14,04	393.633	14,38	84,02	161.448	14,62	41,01
Operário Popular	450.832	13,51	362.884	13,26	80,49	135.361	12,26	37,30
Popular	1.565.623	46,91	1.270.737	46,43	81,16	501.149	45,37	39,44
Popular Inferior	195.206	5,85	154.731	5,65	79,27	58.966	5,34	38,11
Agrícola Popular	69.251	2,07	53.631	1,96	77,44	18.794	1,70	35,04
Agrícola	93.610	2,80	71.767	2,62	76,67	22.234	2,01	30,98
Total RMR	3.337.565	100,00	2.737.131	100,00	82,01	1.104.499	100,00	40,35

Fonte: Observatório das Metrôpoles – Pernambuco a partir de IBGE 2000

* População residente de 10 e mais anos de idade e situação ocupacional - 2000

TABELA 2.1.2. – Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes – Rendimento Nominal Mensal

Tipo	até 2 SM		mais de 2 a 5 SM		mais de 5 a 10 SM		mais de 10 SM	
Superior	1355	5,65	1902	7,93	3980	16,59	15952,00	66,51
Superior Médio	27146	23,14	19286	16,44	23880	20,36	39206,00	33,42
Médio	47936	39,03	36099	29,39	19802	16,12	7853,00	6,39
Operário Popular	57905	50,96	26891	23,66	9427	8,30	3063,00	2,70
Popular	212588	53,52	83116	20,92	33717	8,49	15229,00	3,83
Popular Inferior	28973	62,13	7812	16,75	1840	3,95	927,00	1,99
Agrícola Popular	10567	62,48	2232	13,20	596	3,52	197,00	1,16
Agrícola	14571	69,01	2013	9,53	514	2,43	214,00	1,01
Total RMR	401041	46,65	179351	20,86	93756	10,91	82641,00	9,61

Fonte: Observatório das Metrôpoles – Pernambuco a partir de IBGE 2000

TABELA 2.1.3 – Perfil e índice de Densidade Relativa das categorias Socioocupacionais
Segundo os Tipos De Áreas. Região Metropolitana do Recife. 2000

Tipos	Superior		2 - Superior Médio		3 - Médio		4 - Operário Popular		5 - Popular		6 - Popular Inferior		7 - Agrícola Popular		8 - Agrícola		Total geral		
	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	(%)	Dens	Freq
Dirigentes	8,97	7,40	3,09	2,55	0,76	0,62	0,46	0,38	0,48	0,39	0,57	0,47	0,73	0,61	0,86	0,71	1,21	1,0	13207
CAT21 grandes empregadores	5,93	9,60	1,98	3,20	0,15	0,24	0,10	0,16	0,16	0,25	0,20	0,32	0,15	0,24	0,08	0,14	0,62	1,00	6736
CAT22 dirigentes do setor público	1,26	4,51	0,46	1,67	0,29	1,03	0,19	0,67	0,17	0,62	0,23	0,84	0,34	0,23	0,28	0,87	0,28	1,00	3033
CAT23 dirigentes do setor privado	1,78	5,64	0,64	2,04	0,32	1,01	0,17	0,54	0,15	0,48	0,14	0,43	0,24	0,78	0,53	1,69	0,32	1,00	3438
Intelectuais	47,25	4,17	28,95	2,56	9,18	0,81	5,91	0,52	6,43	0,57	4,36	0,38	3,19	0,28	2,82	0,25	11,32	1,0	75314
CAT41 profissionais autônomos de nível superior	6,96	5,25	3,67	2,77	0,92	0,69	0,57	0,43	0,65	0,49	0,45	0,34	0,27	0,20	0,28	0,21	1,33	1,00	14449
CAT42 profissionais empregados de nível superior	12,42	4,46	8,17	2,93	2,06	0,74	0,91	0,33	1,45	0,52	0,60	0,22	0,52	0,19	0,57	0,21	2,78	1,00	30353
CAT43 profissionais estatutários de nível superior	5,26	5,63	2,85	3,05	0,54	0,58	0,19	0,21	0,46	0,50	0,16	0,18	0,05	0,05	0,07	0,08	0,93	1,00	10181
CAT44 professores de nível superior	4,17	2,24	3,81	2,04	2,07	1,11	1,33	0,71	1,37	0,73	0,60	0,32	0,68	0,36	0,62	0,33	1,86	1,00	20331
Pequenos Empregadores	9,22	4,18	5,23	2,37	1,80	0,82	1,46	0,66	1,25	0,56	1,27	0,58	0,84	0,38	0,64	0,29	2,21	1,0	24066
CAT31 pequenos empregadores	9,22	4,18	5,23	2,37	1,80	0,82	1,46	0,66	1,25	0,56	1,27	0,58	0,84	0,38	0,64	0,29	2,21	1,00	24066
Ocupações Médias	32,97	1,25	34,72	1,31	34,62	1,31	21,84	0,83	24,27	0,92	15,58	0,59	12,87	0,49	9,61	0,36	26,43	1,0	288149
CAT51 ocupações de escritório	9,34	0,99	11,41	1,20	13,54	1,43	7,82	0,82	8,88	0,94	5,98	0,63	4,04	0,43	2,80	0,30	9,48	1,00	103362
CAT52 ocupações de supervisão	9,90	2,75	6,97	1,93	4,01	1,11	2,55	0,71	2,55	0,71	1,68	0,47	1,67	0,46	1,88	0,52	3,61	1,00	39315
CAT53 ocupações técnicas	7,13	1,45	7,87	1,60	6,71	1,36	3,78	0,77	4,15	0,84	1,94	0,39	1,93	0,39	1,14	0,23	4,93	1,00	53777
CAT54 ocupações médias da saúde e educação	3,22	0,67	4,34	0,91	5,80	1,21	4,49	0,94	5,07	1,06	3,67	0,77	3,80	0,79	2,73	0,57	4,79	1,00	52220
CAT55 ocupações da segurança pública, justiça e correios	1,90	0,74	2,73	1,06	3,51	1,37	2,15	0,84	2,61	1,02	1,58	0,62	1,08	0,42	0,88	0,34	2,56	1,00	27958
CAT32 ocupações artísticas e similares	1,48	1,40	1,40	1,32	1,06	1,00	1,06	1,00	1,02	0,96	0,72	0,68	0,34	0,32	0,17	0,16	1,06	1,00	11517
Trabalhadores do terciário especializado	8,32	0,39	15,21	0,71	23,28	1,08	23,25	1,08	23,95	1,11	23,02	1,07	16,04	0,74	14,21	0,66	21,54	1,0	234854
CAT61 trabalhadores do comércio	5,43	0,55	8,04	0,82	11,87	1,21	10,67	1,09	10,32	1,05	8,61	0,88	6,92	0,70	4,85	0,49	9,82	1,00	107083
CAT62 prestadores de serviços especializados9	2,89	0,25	7,16	0,61	11,42	0,97	12,58	1,07	13,64	1,16	14,41	1,23	9,12	0,78	9,36	0,80	11,72	1,00	127771
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	2,86	0,14	8,35	0,42	19,01	0,96	29,47	1,48	21,88	1,10	23,98	1,21	24,04	1,21	24,35	1,22	19,89	1,0	216873
CAT71 trabalhadores da indústria moderna	0,42	0,10	1,59	0,38	4,33	1,03	7,21	1,72	4,41	1,05	4,26	1,02	5,03	1,20	4,70	1,12	4,18	1,00	45618
CAT72 trabalhadores da indústria tradicional	1,10	0,27	2,12	0,52	4,49	1,11	6,36	1,56	4,11	1,01	4,12	1,01	4,58	1,13	5,18	1,28	4,06	1,00	44315
CAT73 trabalhadores dos serviços auxiliares	0,80	0,16	2,24	0,44	5,76	1,12	7,52	1,46	5,61	1,09	4,45	0,86	6,51	1,26	5,95	1,16	5,15	1,00	56158
CAT74 trabalhadores da construção civil	0,55	0,08	2,41	0,37	4,42	0,68	8,38	1,29	7,76	1,20	11,15	1,72	7,92	1,22	8,50	1,31	6,49	1,00	70782
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIAL	8,51	0,42	14,50	0,72	14,48	0,72	19,31	0,96	23,32	1,16	31,24	1,56	25,40	1,27	17,70	0,88	20,04	1,0	218557
CAT63 prestadores de serviços não especializados	0,66	0,13	2,75	0,55	3,44	0,69	4,81	0,96	6,43	1,29	7,28	1,46	5,16	1,03	3,29	0,66	5,00	1,00	54539
CAT81 trabalhadores domésticos	6,16	0,72	7,32	0,86	4,97	0,58	7,95	0,93	9,23	1,08	17,05	2,00	10,83	1,27	9,67	1,14	8,51	1,00	92789
CAT82 ambulantes e catadores	1,70	0,26	4,43	0,68	6,07	0,93	6,55	1,00	7,66	1,17	6,91	1,06	9,40	1,44	4,74	0,73	6,53	1,00	71229
Agricultores	0,35	0,19	0,41	0,23	0,47	0,27	1,23	0,69	0,92	0,52	2,53	1,43	18,57	10,48	31,10	17,55	1,77	1,0	19324
CAT10 agricultores	0,35	0,19	0,41	0,23	0,47	0,27	1,23	0,69	0,92	0,52	2,53	1,43	18,57	10,48	31,10	17,55	1,77	1,00	19324
Total	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	1090344

Fonte: Observatório das Metrópoles – Pernambuco a partir de IBGE 2000

MAPA 2.2 – Categorias Sócio-Ocupacionais.Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| 1-Deserto | 66-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 67-MaranguapeII |
| 3-Deserto, Caetés I e II | 68-Maúria, Jardim Paulista |
| 4-Caetés I e II | 69-JardimPaulistaAlto e Paraíso |
| 5-Pitangas, Caetés II | 70-ArthurLundgren |
| 6-Araçoiaba | 71-Constância |
| 7-Centro, Carneira e Pirajama | 72-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-JussaraI, Porte dos Carvalhos | 73-Santo Amaro, Bairro do Recife |
| 9-Timbalá Céreo | 74-Boa Vista, Sdiedade, Iha do Láz |
| 10-Centro, Via da Fabrica e Primavera | 75-S to Antonio, São José, Cab |
| 11-Barro Novo, Esados e Alberto M | 76-Aruada, Campina do Barreto, |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 77-Rosarinho, Encruzilhada, H |
| 13-Taboanga | 78-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 79-Fundão, Cajueira, Por toda |
| 15-Centro | 80-Borba do Hemeleiro, Alto S |
| 16-Cruz de Rebuças, Am Albuquerque | 81-aguaFria |
| 17-res Ladetas e Queimadas | 82-Berêmbé, Linha doTiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebuças | 83-Dob Unidos |
| 19-Sede | 84-Tamaraíra, Pamarim, S |
| 20-Litoral | 85-Derby, Gracas, Jaqueira |
| 21-Iha de Ilamarara | 86-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Iapissuma | 87-Espirito Santo, Alfios |
| 23-Prazeres, Vaquejada | 88-Pozos, Monteiro, Apicum, |
| 24-Prazeres, Lagoa Olho D'água | 89-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Cardeais e Cuva do | 90-Mangabeira, Alto José do P |
| 26-Candias | 91-Morro da Conceição, Alto José B |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 92-Macacéia, Conego de Jenipapo |
| 28-Montes Guararapes, Jardim Jordao | 93-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Astana | 94-Brep de Beberibe, Brejo da Guab |
| 30-Prazeres, Estrada Batista | 95-Guabiruba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 96-Cordeiro |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 97-Torre |
| 33-Barragem de Jangade | 98-Praça, Zumb |
| 34-Dom Helder | 99-Iguatinga |
| 35-Guararapes | 100-Torres, Engenho do Meio |
| 36-Conjunto Miribaca | 101-Madalena, Iha do Retiro |
| 37-Via da Miribaca, Compost | 102-Casanga, Vazee, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Massangana | 103-Vazee, UR 7 |
| 39-Cavaleiro | 104-Bomoi, Mustardinha, Manqueira |
| 40-Sucupira | 105-Algodas |
| 41-Dos Carneiros | 106-Areas |
| 42-Zumbi do Padeco, UR 6 e UR | 107-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Céu, Curado I | 108-Sancho, Coqueiral |
| 44-Curado | 109-Curado, Totó |
| 45-S to Aleixo, Minasu | 110-San Marín |
| 46-Jaboatão Cent q Floriano | 111-Via Aquia, Estancia |
| 47-Jaboatão Cent q Vista Alegre | 112-Barro, T ejipio |
| 48-Jaboatão Cent q Vila Rica | 113-Boa Vagem, Orla |
| 49-Moreno | 114-Boa Vagem, Shopping |
| 50-Passarinho | 115-Pina |
| 51-Aguas Compridas, Sapucaia | 116-Imbituba |
| 52-S to Novo, Pebrinhos | 117-Via Pinheiros, Siso Grande, L |
| 53-Jardim Brasil, Via Popular | 118-Ibura, Via do SESI |
| 54-Ouro Preto | 119-Ibura de Baixo, Aeroporto |
| 55-Jardim Fragoso, B d'Ant | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 56-Barro Novo, Casa Calada, Jardim | 121-Ties Carneiros |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 122-IPSEP |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 123-Brasil, Terosa |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 124-Jordao |
| 60-Janga | 125-Centro |
| 61-Pau Amarello, Maria Fátima | 126-São João, São Paulo |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 127-Parque Capibaribe |
| 63-Maranguape II | 128-Nossa Senhora da Luz, Miribar |
| 64-Engenho Maranguape | |

2000_rmr_municipio.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

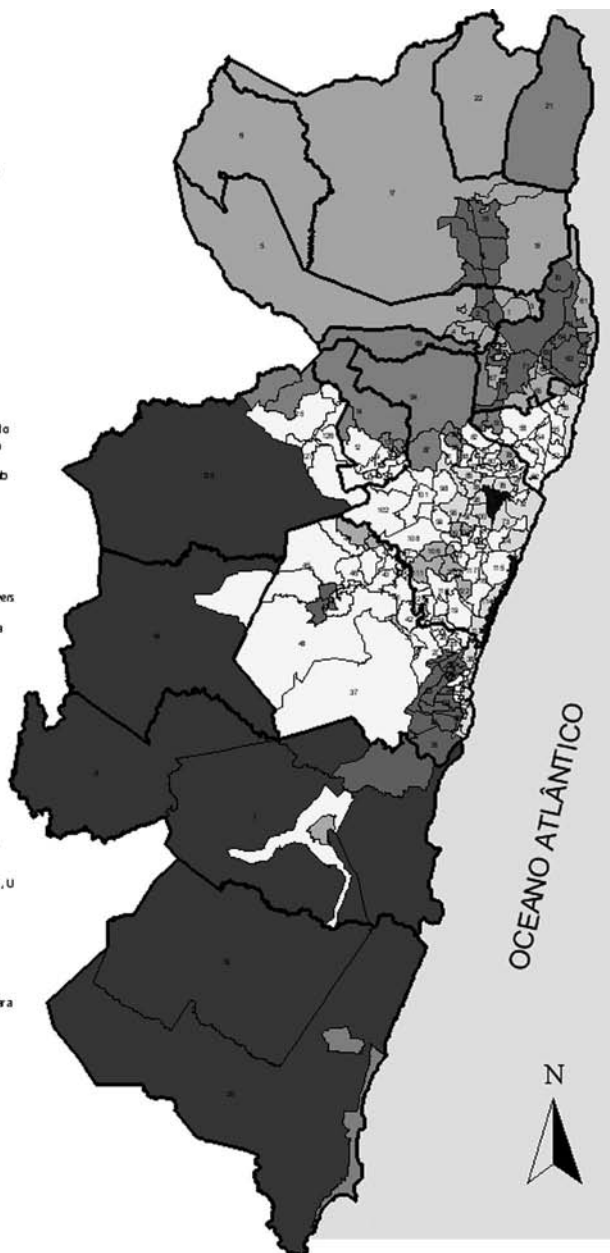
2000_rmr_acat.shp

- | |
|----------------------|
| 1 - Superior |
| 2 - Superior Médio |
| 3 - Médio |
| 4 - Operário Popular |
| 5 - Popular |
| 6 - Popular Inferior |
| 7 - Agrícola Popular |
| 8 - Agrícola |

2000_adensamento.shp

- | |
|---------|
| 0 - 3 |
| 4 - 7 |
| 8 - 7 |
| 11 - 14 |
| 15 - 20 |

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Lívia Miranda, Maria Ângela Souza

2.1.2. Ocupação e Renda

A população economicamente ativa da Região Metropolitana do Recife representava, em 2000, 43,19% da população total (3.337.565). Essa taxa, relativamente baixa, deve-se ao contingente ainda expressivo de população em idade inferior a da atividade. Do total da população economicamente ativa, 76,6% constituem a população ocupada, ficando a desocupada com 23,4% (Tabela 2.2).

TABELA 2.2 – População Economicamente Ativa e População Ocupada – Região Metropolitana do Recife, 2000

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		População economicamente ativa Total	População ocupada Total	Taxa de ocupação Total
Código	Município			
Município pólo				
2611606	Recife	648.965	510.090	78,6
Município com Muito Alto nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	247.319	185.262	74,9
2609600	Olinda	162.515	123.452	76,0
2610707	Paulista	114.495	86.430	75,5
	Sub-total	524.329	395.144	75,4
Municípios com Alto nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	35.610	26.071	73,2
2602902	Cabo de Santo Agostinho	59.876	42.782	71,5
2603454	Camaragibe	52.319	40.704	77,8
	Sub-total	147.802	109.557	74,1
Municípios com Médio nível de integração				
2601052	Araçoiaba	5.083	3.700	72,8
2606804	Igarassu	30.167	21.064	69,8
2607604	Ilha de Itamaracá	5.570	4.532	81,4
2607208	Ipojuca	20.695	15.426	74,5
2607752	Itapissuma	7.767	6.238	80,3
2609402	Moreno	16.871	12.714	75,4
2613701	São Lourenço da Mata	34.100	26.034	76,3
	Sub-total	120.253	89.708	74,6
Total RM Recife		1.441.353	1.104.499	76,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004

Considerando os municípios metropolitanos, constata-se na Tabela 2.2 fortes heterogeneidades: as taxas de ocupação mantêm-se próximas entre os municípios (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) com nível de integração ao pólo muito alto (em torno de 75%) e variam muito nos demais níveis (alto, médio e baixo) entre os quais se destacam municípios com taxas muito altas (Itamaracá, Itapissuma e Camaragibe) e outros com taxas bem mais baixas (Cabo de Santo Agostinho e Igarassu). Essa heterogeneidade sugere a existência de um mercado de trabalho relativamente integrado e centrado no Recife, constituído pelos municípios próximos da capital com taxas de ocupação iguais ou superiores a 75% (Camaragibe, São Lourenço da Mata, a oeste; Olinda e Paulista, a norte; Jaboatão dos Guararapes e Moreno, a sul e sudoeste). Nos demais municípios, as taxas de ocupação variam mais em função da existência de mercados de trabalho locais, destacando-se negativamente Igarassu e Cabo de Santo Agostinho, locais de distritos industriais que, em 2000, sofriam os impactos da reestruturação produtiva.

O detalhamento das taxas de população desocupada por AED, apresentadas no Mapa 2.3, revela uma estrutura mais complexa. No município pólo há dois conjuntos de AED com baixas taxas de desocupados: o primeiro, ao norte, abrange, a partir do centro (Boa Vista) os bairros a oeste, situados em ambas as margens do Rio Capibaribe (Graças, Casa Forte, Torre, Madalena, Cordeiro); o segundo ao sul, corresponde aos bairros do Pina, Boa Viagem e Imbiribeira. Esses dois conjuntos são separados por bairros centrais, prolongados a oeste em Afogados, Mustardinha e Torrões, com maiores taxas de desocupados no meio do município pólo, sugerindo situações críticas bem no centro da metrópole. Os dois conjuntos com situações mais favoráveis estendem-se em municípios vizinhos: o do norte, em Camaragibe e no litoral de Olinda e Paulista, transposta uma área de altas taxas de desocupação em bairros da várzea do Beberibe; e o do sul, na faixa litorânea de Jaboatão dos Guararapes. Em ambos os casos, à retaguarda da faixa litorânea e nas colinas próximas existem AED com taxas altas de desocupados. Além dessa disposição do pólo e dos seus prolongamentos, nas AED mais periféricas verifica-se a ocorrência de taxas variadas tanto em áreas rurais como em áreas urbanas e industriais, remetendo a situações locais de mercados de trabalho.

MAPA 2.3 – Desocupados por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

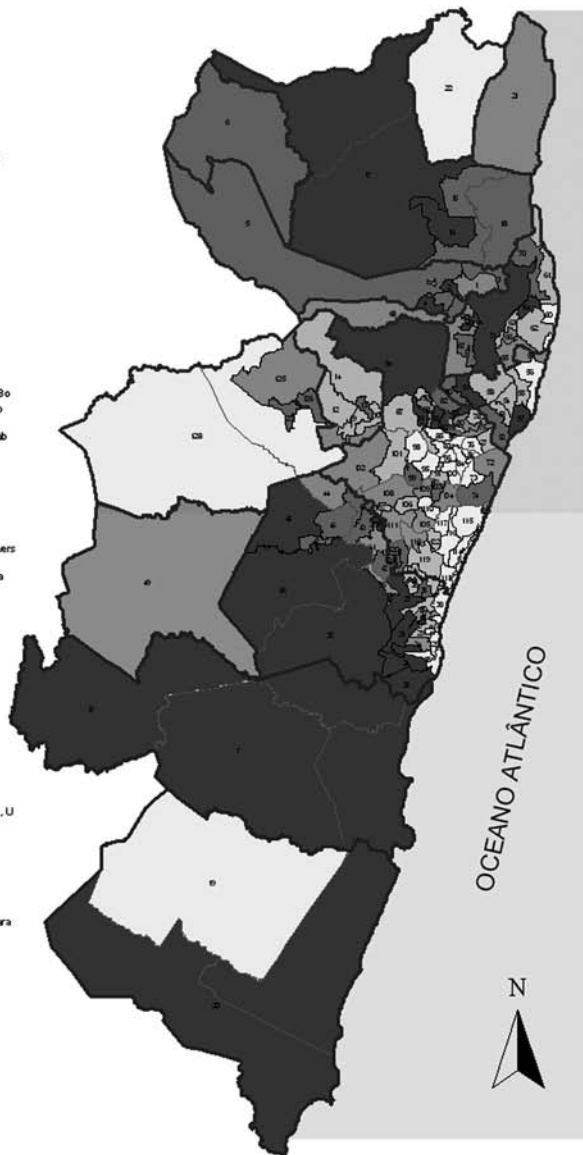
- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 1-Centro | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Centro, Caietés I e II | 67-Miravira, Jardim Paulista |
| 4-Caietés I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Pingangos, Caietés II | 69-Azur Lundgren |
| 6-Arcosilva | 70-Convocação |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nôva, Torres Galvão |
| 8-Jussara, Ponte dos Carvalhos | 72-Santo Amaro, Bairro do Recife |
| 9-Timbó e Céleiro | 73-Boa Vista, Sidedade, Ilhado Leil |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Pámarv | 74-Sto Antonio, Sao Jose, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Albertoni | 75-Aruda, Campina do Barreto, |
| 12-Sao Joao, Sao Pedro e Sao Paulo | 76-Rosariño, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Álmeida | 78-Fundas, Cajueiro, Porto da |
| 15-Centro | 79-Bomba do Hemetério, Alto S |
| 16-Cruz de Rebouças, Ana Albuquerque | 80-agua Fria |
| 17-Ares Ladeira e Queimados | 81-Ebeneze, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamariteira, Pamamirim, S |
| 20-Litoral | 84-Cerby, Gracas, Jaguaré |
| 21-Ilha de Itamaraca | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Itapissuma | 86-Espinho, Afifos |
| 23-Prazeres, Vaquejada | 87-Poco, Monteiro, Apipicós, |
| 24-Prazeres, Lagoa Ocho Dagua | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candelas e Curva do | 89-Mangabeira, Alto Jose do P |
| 26-Candelas | 90-Morro da Conceição, Alto Jose Bo |
| 27-Marcos Freire, Guaranapés | 91-Macaxeira, Corrego do Jenipapo |
| 28-Mortes Guaranapés, Jardim Jordao | 92-Nova Democracia |
| 29-Piedade, Artana | 93-Embo de Beberibe, Brejo da Guib |
| 30-Prazeres, Estrada da Bataha | 94-Guáiraba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordeiro |
| 32-Piedade de Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barra de Janga da | 97-Prado, Zumbi |
| 34-Com Helder | 98-putinga |
| 35-Guaranapés | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conjanto Muribeca | 100-Abadilena, Ilha do Recife |
| 37-Vila de Muribeca, Comportas | 101-Cavango, Vazões, Cidade Liviers |
| 38-Piedade, Massangana | 102-Varzea, UR7 |
| 39-Cavaleiro | 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Sucupira | 104-Água dos |
| 41-Dois Carneiros | 105-Areias |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Álto do Casu, Dundo I | 107-Sancho, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curado, Toró |
| 45-Sto Aleixo, Manassu | 109-San Martin |
| 46-Jaboatão Centro, Floriano | 110-Iguá, Estancia |
| 47-Jaboatão Centro, Vista Alegre | 111-Barro, Tápipo |
| 48-Jaboatão Centro, Vila Rica | 112-Boa Viagem, Orta |
| 49-Morero | 113-Boa Viagem, Setubal |
| 50-Passarinho | 114-Boa Viagem, Shopping |
| 51-Aguas Compridas, Sapucaia | 115-Fina |
| 52-São Novo, Peixinhos | 116-Imbiribeira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Vila Peixeiros, São Grande, L |
| 54-Ouro Preto | 118-Ibura, Vila do SESI |
| 55-Jardim Fragoso, Buitins | 119-Iburade Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Carneiros |
| 58-Tabajara, Rio Dois | 122-IPSEP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-Bonjail Teimoso |
| 60-Janga | 124-Jardao |
| 61-Pau Amarelo, Maria Farinha | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-Sao Joao, Sao Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Parque Capibarbe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Muribara |

- 2000_rmr_municipio.shp
 2000_rmr_subdistrito.shp
 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_Ocupação.shp

- 9,34 – 19,88 (muito baixa)
 19,88 – 22,76 (baixa)
 22,76 – 25,21 (média)
 25,21 – 27,59 (alta)
 27,59 – 37,66 (muito alta)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
 Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

Como nas demais metrôpoles do Nordeste, há na Região Metropolitana do Recife um expressivo contingente de famílias cuja renda *per capita* não ultrapassa $\frac{1}{2}$ salário

mínimo. Os números apresentados na Tabela 2.3 revelam que, no conjunto da Região, é o caso de 34,1% das famílias.

TABELA 2.3 – RMR. População por Faixa de Renda Familiar Per Capita por Municípios Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Número de famílias por faixa de renda familiar per capita				
Código	Município	Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
Município pólo						
2611606	Recife	420.870	123.376	92.589	104.770	100.135
Município com Muito Alto nível de integração						
2607901	Jaboatão dos Guararapes	164.168	58.619	43.121	42.022	20.406
2609600	Olinda	106.029	33.411	25.203	30.206	17.208
2610707	Paulista	74.964	22.056	19.187	24.881	8.841
	Sub-total	345.161	114.086	87.511	97.109	46.455
Municípios com Alto nível de integração						
2600054	Abreu e Lima	25.343	10.356	7.895	6.126	966
2602902	Cabo de Santo Agostinho	41.644	19.476	11.005	8.981	2.183
2603454	Camaragibe	36.002	14.197	10.752	8.733	2.320
	Sub-total	102.989	44.02	29.652	23.840	5.469
Municípios com Médio nível de integração						
2601052	Araçoiaba	3.822	2.427	924	382	89
2606804	Igarassu	22.357	10.905	5.738	4.757	956
2607604	Ilha de Itamaracá	4.077	1.804	1.181	716	376
2607208	Ipojuca	15.043	8.117	4.225	2.279	421
2607752	Itapissuma	5.591	2.878	1.507	977	229
2609402	Moreno	13.460	6.988	3.953	2.137	382
2613701	São Lourenço da Mata	24.873	12.174	6.561	4.901	1.236
	Sub-total	89.223	45.293	24.089	16.149	3.689
Total RM Recife		958.243	326.784	233.841	241.868	155.748

Fonte: Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004

No município pólo (Recife) e nos municípios com nível muito alto de integração ao pólo (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) as taxas são inferiores: 29,3% e 33,1%, respectivamente. Em todos os demais níveis de integração, há taxas bem mais elevadas de famílias com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo: 54,0% em Ipojuca (nível de integração baixo), 48,9% no conjunto dos sete municípios apresentando um nível de integração médio; e 40,0% nos municípios com alto nível de integração. Também, os dados em números absolutos deixam muito evidente que as famílias com renda *per capita* acima de três salários mínimos concentram-se no Recife, Jaboaão dos Guararapes, Olinda e, ainda em Paulista. Nos demais municípios, excetuando Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, há quase uma ausência de famílias mais abastadas.

A concentração da população de maior renda em poucos bolsões aparece no Mapa 2.4 no qual predominam as AED com altos contingentes de famílias com renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

As áreas dos bolsões de riqueza relativa correspondem às AED com altas taxas de população ocupadas, lançadas no Mapa 2.3: os dois bolsões do Recife e seus prolongamentos nas orlas sul e norte em Jaboaão dos Guararapes, Olinda e Paulista; destacam-se em posição intermediária as AED correspondendo às áreas de conjuntos habitacionais edificadas nas décadas de 60 a 80 (Dom Helder, Conjunto Muribeca, e Curado em Jaboaão dos Guararapes; Vila Popular, Ouro Preto e Rio Doce em Olinda; Maranguape e Arthur Lundgren em Paulista; Caetés em Abreu e Lima; e Parque Capibaribe em São Lourenço da Mata); ainda, quando o tamanho das AED permite os distinguir, os centros antigos de Camaragibe, Jaboaão e Paulista apresentam taxas de famílias de renda muito baixa um pouco menor que no entorno. Assim, na Região Metropolitana do Recife, há nítida correspondência entre áreas rurais periféricas (predominantemente canaveiras) e predominância de famílias pobres. Mas, esta também ocorre em áreas de antiga ocupação urbana, em especial em alagados e colinas sempre muito próximos de algum bolsão de residência de famílias menos pobres (conjuntos habitacionais e centros de municípios periféricos) ou abastadas (em duas áreas do Recife, nas zonas Norte e Sul e nas orlas de Jaboaão dos Guararapes, Olinda e Paulista).

MAPA 2.4 – Renda Familiar Per Capita por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

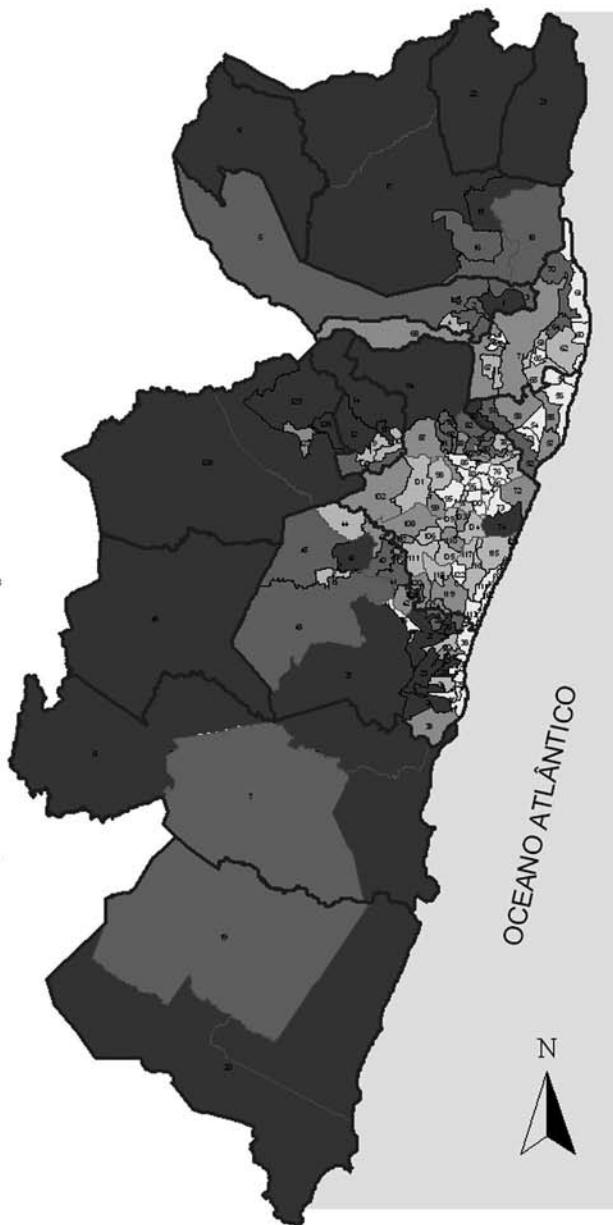
- | | |
|--|---------------------------------------|
| 1-Castelo | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Castelo, Caires I e II | 67-Miravira, Jardim Paulista |
| 4-Castes I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Frangas, Castes II | 69-Antur Lindgren |
| 6-Arcobiã | 70-Conceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nbre, Tomas Galvão |
| 8-Jussara, Ponte dos Carvalhos | 72-Santo Amaro, Bairro do Redê |
| 9-Timbi e Celeiro | 73-Bos Vista, Siedade, Iha do Leão |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Primavera | 74-São Antonio, São José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estácio e Alberto M | 75-Amada, Campina do Barreto, |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 78-Fundo, Cajueiro, Porto da |
| 15-Centro | 79-Bombas do Hemetério, Alto S |
| 16-Cruz de Rebouças, Ana Albuquerque | 80-agua Fria |
| 17-Tres Ladeiras e Queimadas | 81-Beberibe, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamaleira, Pamamirim, S |
| 20-Litoral | 84-Derby, Gracas, Jaqueira |
| 21-Iha de Itamarica | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Itapissuma | 86-Espinho, Afifos |
| 23-Prazeres, Vaqueiros | 87-Poco, Monteiro, Appucos, |
| 24-Prazeres, Lagoa Olho D'água | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candelas e Curia do | 89-Mangabera, Alto José do P |
| 26-Candelas | 90-Morro da Conceição, Alto José e Bo |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 91-Itacaseira, Conego do Jenipapo |
| 28-Mortez Guararapes, Jardim Jordão | 92-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Altana | 93-Enjoo de Beberibe, Brinjo da Guab |
| 30-Prazeres, Estrada da Bataha | 94-Guabiraba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordeiro |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barra de Jangada | 97-Prado, Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-Iputinga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conjuntio Musibeca | 100-Madaleira, Iha do Retiro |
| 37-Vila de Muribeca, Oropotas | 101-Cavanga, Varzea, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Massangana | 102-Varzea, UR 7 |
| 39-Cavalário | 103-Engol, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Suopira | 104-Atogados |
| 41-Dois Carneiros | 105-Aleias |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Ceu, Ourado I | 107-Sando, Coqueiral |
| 44-Ourado | 108-Curado, Tont |
| 45-São Aleixo, Manassu | 109-San Martín |
| 46-Jaboatão Centro, Rosário | 110-Iguá, Estancia |
| 47-Jaboatão Centro, Vista Alegre | 111-Bairro, Tejipio |
| 48-Jaboatão Centro, Vila Rica | 112-Bos Vagem, Oita |
| 49-Moreno | 113-Bos Vagem, Setubal |
| 50-Passalinho | 114-Bos Vagem, Shopping |
| 51-Águas Compridas, Sapucaia | 115-Fina |
| 52-São Novo, Peixinhos | 116-Imbitébeira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Vila Pinheiros, Sítio Grande, L |
| 54-Ouro Preto | 118-Ibura, Vila do Sesi |
| 55-Jardim Frágoso, Búfons | 119-Ibura de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Calada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Carneiros |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 122-PSBP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-Erassjã Teimosia |
| 60-Janga | 124-Jordão |
| 61-Pau Amarelo, Maria Fátima | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-São João, São Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Parque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Musibara |

-  2000_rmt_municipio.shp
-  2000_rmt_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_RENDA.shp

-  1,99 – 22,5 (muito baixa)
-  22,5 – 33,2 (baixa)
-  33,2 – 39,14 (média)
-  39,14 – 45,76 (alta)
-  45,76 – 63,69 (muito alta)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005

Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

2.2. Demografia

O Recife e a sua região metropolitana têm apresentado uma dinâmica demográfica caracterizada, de um lado, por baixos níveis de crescimento vegetativo – que refletem os baixos níveis de fecundidade contrabalançados por relativamente modestas taxas de mortalidade – e de outro lado, por saldos migratórios que têm se mantidos muito baixos, sugerindo que o volume de população que a região atrai não é muito superior àquele que deixa a região (MOREIRA, 2001).

As características e tendências recentes da dinâmica populacional brasileira têm revertido três aspectos básicos que a caracterizavam até os anos 70: o alto crescimento populacional, o perfil crescentemente jovem da população e a crescente concentração populacional urbana e metropolitana. Essas tendências refletem alguns processos da **dinâmica demográfica**: Inicialmente, a partir dos anos 50, a expressiva diminuição dos níveis de **mortalidade** e, a partir dos anos 60, dos níveis de **fecundidade**, levam a população brasileira para níveis próximos ao de reposição, com previsão de estabilidade até meados do século XXI. (PATARRA e PACHECO, 2000). Por outro lado, os **movimentos migratórios**, envolvendo diversas modalidades de deslocamento e distintos grupos sociais, com diversas implicações para as áreas de origem e destino, têm repercutido no processo de redistribuição da população, refletindo na tendência de concentração urbano-metropolitana.

2.2.1. Dinâmica de Crescimento Populacional

A tendência declinante observada no ritmo de crescimento populacional brasileiro, evidenciando o movimento de descompressão dos núcleos metropolitanos, confirma-se, no último período censitário, para a Região Metropolitana do Recife, pelo maior crescimento populacional dos municípios da periferia da região. O município pólo – o Recife, apresenta taxa de crescimento populacional muito modesta (0,92% ao ano), quando comparada com a de outros municípios menores e limítrofes a ele, tais como Camaragibe (2,63) e Paulista (2,30), que, em 2000, apresentam, como o Recife, a taxa máxima de urbanização (100%). Nesse sentido, pode-se afirmar que o município pólo metropolitano se expande além de seus limites territoriais, cedendo população aos municípios vizinhos (Tabela 2.4 e Figura 2.1).

A constatação de que as baixas taxas de crescimento populacional, entre 1991 e 2000, apresentadas pelos municípios de Recife (0,92), Olinda (0,91) e São Lourenço da

Mata (0,91), leva Moreira (2001) a sugerir que esses três municípios apresentam perdas de população por emigração que devem ser superiores aos ganhos de imigração. Para os demais municípios, em que as taxas de crescimento que experimentaram no período (desconsiderando o desmembramento de municípios), o autor sugere que os saldos migratórios são positivos, mas, em consequência do crescimento vegetativo modesto e da migração diminuta, as taxas de crescimento metropolitano mostram-se muito baixa.

TABELA 2.4 – RMR. População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento por Municípios Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 1991 e 2000 - 2000.

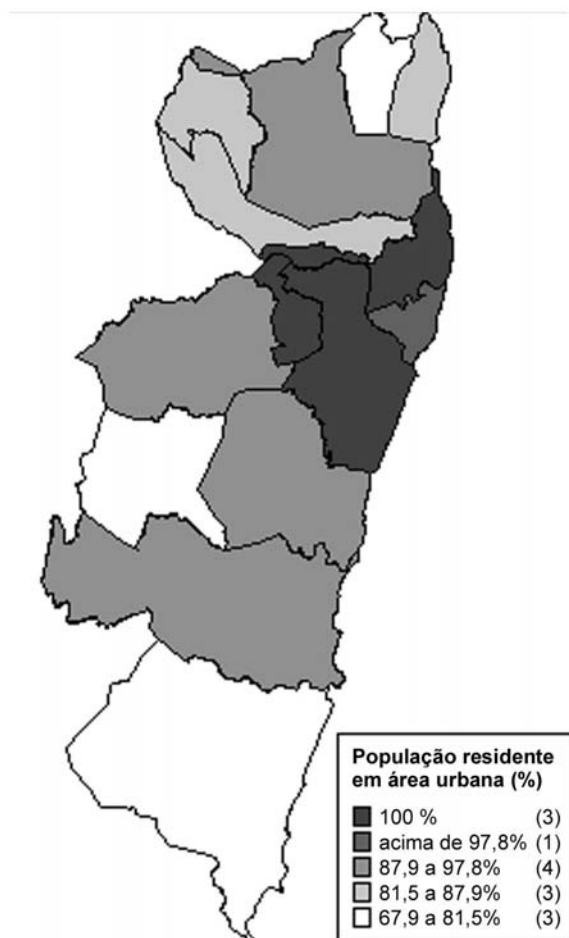
Nível de integração metropolitana	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 1991/2000		
	Total		Situação do domicílio								
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	Total	Urbana	Rural
Município pólo											
Recife	1.298.229	1.422.905	1.298.229	1.422.905	–	–	100,0	100,0	1,0	1,0	–
Município com Muito Alto nível de integração											
Jaboatão dos Guararapes	487.119	581.556	419.479	568.474	67.640	13.082	86,1	97,8	2,0	3,4	-16,7
Olinda	341.394	367.902	341.394	360.554	–	7.348	100,0	98,0	0,8	0,6	–
Paulista	211.491	262.237	207.708	262.237	3.783	–	98,2	100,0	2,4	2,6	–
Sub-total	1.040.004	1.211.695	968.581	1.191.265	71.423	20.480	93,1	98,3	1,7	2,3	-13,0
Municípios com Alto nível de integração											
Abreu e Lima	77.035	89.039	70.548	77.696	6.487	11.343	91,6	87,3	1,6	1,1	6,4
Cabo de Santo Agostinho	127.036	152.977	109.763	134.486	17.273	18.491	86,4	87,9	2,1	2,3	0,8
Camaraçibe	99.407	128.702	99.407	128.702	–	–	100,0	100,0	2,9	2,9	–
Sub-total	303.478	370.718	279.718	340.884	23.760	29.834	92,2	92,0			
Municípios com Médio nível de integração											
Araçoiaba	–	15.108	–	12.447	–	2.661	–	82,4	–	–	–
Igarassu	79.837	82.277	59.817	75.739	20.020	6.538	74,9	92,1	0,3	2,7	-11,7
Ilha de Itamaracá	11.606	15.858	8.580	12.930	3.026	2.928	73,9	81,5	3,5	4,7	-0,4
Ipojuca	45.424	59.281	25.168	40.310	20.256	18.971	55,4	68,0	3,0	5,4	-0,7
Itapissuma	16.408	20.116	14.101	16.330	2.307	3.786	85,9	81,2	2,3	1,6	5,7
Moreno	39.132	49.205	31.571	38.294	7.561	10.911	80,7	77,8	2,6	2,2	4,2
São Lourenço da Mata	85.861	90.402	71.323	83.543	14.538	6.859	83,1	92,4	0,6	1,8	-8,0
Sub-total	278.268	317.139	210.560	267.146	67.708	49.993	75,7	84,2			
Total RM Recife	2.919.979	3.337.565	2.757.088	3.234.647	162.891	102.918	94,4	96,9	1,5	1,8	-5,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. METRODATA, 2004

O pólo metropolitano, Recife, concentra, em 2000, uma população de mais de 1,4 milhão de habitantes, 42,8% do total da Região. Sua dinâmica de ocupação, ao transcender os limites territoriais do município, configura uma aglomeração que pode ser recortada, além do pólo, em três espacialidades distintas de acordo com seu grau de integração à dinâmica metropolitana (OBSERVATÓRIO,2005a), (Tabela 2.4).

Com nível de integração muito alto, encontram-se os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, que, juntamente com os municípios de Abreu e Lima e Camaragibe, com nível de integração alto, formam com Recife um aglomerado urbano com intensas relações e trocas, concentrando, juntos, 85,8 % dos habitantes da RMR.

FIGURA 2.1 – Taxa de Urbanização (Censo 2000 IBGE)



Fonte: Marinho (2002, p. 4)

Um terceiro agrupamento, composto por municípios que, apesar de apresentarem continuidade de ocupação com o pólo ou estarem muito próximos a ele, estabelecem relações menos intensas, mesmo assim desempenham funções típicas de municípios periféricos. Esses municípios foram classificados como de média integração na dinâmica metropolitana e agregam 14,5% da população da RMR em 2000; são eles: Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata. O município de Ipojuca, foi incorporado por Lei Estadual n.º 10/1974, por abrigar parte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE. Abriga menos de 2% da população metropolitana e desempenha, predominantemente, funções mais pertinentes a atividades rurais e mantém relações mais tênues com o restante da Região, juntamente com os municípios de Moreno e Araçoiaba, apresentando os mais baixos índices de urbanização entre os municípios metropolitanos. No município de Ipojuca, o distrito de Portos de Galinhas vem se desenvolvendo como pólo turístico e aos poucos vem consolidando um espaço de segunda residência da RMR.

Na medida em que a distribuição espacial da população reflete, não só a distribuição de oportunidades de geração de renda, mas, também, os custos de localização e de comutação, o crescimento populacional na RMR acompanha tanto a dinâmica do mercado de trabalho, como a dos custos de habitação e de transporte, que por sua vez, guarda estrita relação com a dinâmica econômica e com o processo de urbanização. Nesse sentido, é importante destacar o elevado crescimento da população urbana dos municípios periféricos da RMR – Ipojuca (5,37), Itamaracá (4,66) e Igarassu (4,55) – e, em um segundo patamar de crescimento, os municípios limítrofes do Recife – Jaboatão dos Guararapes (3,43), Camaragibe (2,63), Paulista (2,51). Apenas Olinda (0,68) e Recife (1,03) mantêm os níveis muito baixos de crescimento da população total e urbana (Tabela 2.4).

Nesse processo de adensamento dos municípios periféricos da RMR (Tabela 2.5), calcula-se que cerca de 1,5 milhão de habitantes encontram-se em territórios de relevo movimentado, localizados na parte oeste da região metropolitana, formando uma ferradura ao longo do contorno da planície litorânea (ALHEIROS et al, 2003).

Os territórios localizados nas áreas de planície possuem elevado valor e interesse imobiliário, ficando os morros como espaço territorial de expansão para moradia do segmento mais pobre da população. No período de 1996 a 2002, verificou-se um aumento de 251,6 mil pessoas morando em áreas de morros, o que provocou aumento da densidade e a expansão desse território (*idem; ibidem*).

Para tal fenômeno contribuiu significativamente a política de habitação popular, empreendida através da COHAB-PE, bem como a urbanização e o adensamento das faixas de praia. O expressivo incremento populacional do município de Camaragibe indica também uma expansão para a periferia oeste do núcleo metropolitano. Na década de 1980/91, os efeitos dessa periferização ainda se fazem sentir num significativo incremento populacional dos municípios vizinhos ao Recife – Olinda, Paulista, Jaboatão e Abreu e Lima –, que recebem os grandes conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-PE. Já entre os anos 1991/2000, os efeitos da inversão da política de habitação popular – que substitui a construção dos conjuntos pela urbanização de assentamentos pobres já consolidados, especialmente os localizados no núcleo metropolitano – expressam um maior incremento populacional do Recife, Camaragibe e municípios que se expandem na periferia da RMR.

TABELA 2.5 – RMR. Área e Densidade Demográfica por Municípios Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 2000

Municípios por nível de integração metropolitana	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	
		1991	2000
Municípios pólo			
Recife	218,7	5.936,12	6.506,20
Municípios de Muito Alto nível de integração			
Jaboatão dos Guararapes	257,3	1.893,19	2.260,20
Olinda	38,1	8.960,47	9.656,20
Paulista	102,3	2.067,36	2.563,40
Sub-total	397,7	2.615,05	3.046,80
Municípios de Alto nível de integração			
Abreu e Lima	129,1	596,71	689,70
Cabo de Santo Agostinho	448,4	283,31	341,20
Camaragibe	48,3	2.058,12	2.664,60
Sub-total	625,8	484,94	592,39
Municípios de Médio nível de integração			
Araçoiaba	96,9		155,90
Igarassu	304,2	262,45	270,50
Ilha de Itamaracá	65,4	177,46	242,50
Ipojuca	514,8	88,24	115,20
Itapissuma	74,3	220,83	270,70
Moreno	192,1	203,71	256,10
São Lourenço da Mata	264,4	324,74	341,90
Sub-total	1512,1	184,03	209,73
Total da RMR	2.754,3	1.060,15	1.211,80

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. METRODATA, 2004.

2.2.2. Componentes da Dinâmica Demográfica

A evolução dos níveis de fecundidade e mortalidade articula-se com as condições econômicas, de vida e de saúde da população, expressando-se no índice de longevidade e constituindo-se, juntamente com os fluxos migratórios, indicadores básicos de análise da dinâmica demográfica.

Dentre os componentes da dinâmica demográfica, a **fecundidade** apresentou queda na Região Metropolitana do Recife, movimento que se verificou em todos os seus 14 municípios, conforme os Censos de 1991 e 2000. Observa-se que são as cidades mais populosas da região que apresentam as menores taxas de fecundidade no ano 2000 – Recife (1,81), Olinda (1,85), Paulista (2,04) e Jaboatão dos Guararapes (2,09) – encontrando-se todas abaixo do padrão de reposição de 2,10 filhos por mulher. As taxas mais expressivas, embora em descenso, foram apresentadas por Araçoiaba (de 4,5 para 3,1 filhos por mulher), Itamaracá (de 3,8 para 2,8 filhos por mulher), Igarassu (de 3,8 para 2,5 filhos por mulher) e Ipojuca (de 3,4 para 2,3 filhos por mulher). Com exceção de Ipojuca, todos os municípios citados apresentam taxas acima da média do Estado de Pernambuco (de 3,31 para 2,48 filhos por mulher) (Tabela 2.6).

TABELA 2.6 – RMR. Taxa de Fecundidade Total e Percentagem de Mulheres de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos com Filhos por Municípios Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 1991 e 2000

Municípios por nível de integração metropolitana	Taxa de fecundidade total		% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos*	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 1991	
	1991	2000	2000	1991	2000
Municípios pólo					
Recife	2.29	1.81	0.54	5.48	8.13
Municípios de Muito Alto nível de integração					
Jaboatão dos Guararapes	2.35	2.09	0.65	6.91	8.09
Olinda	2.12	1.85	0.42	6.27	7.32
Paulista	2.62	2.04	0.36	3.11	7.55
Municípios de Alto nível de integração					
Abreu e Lima	2.57	2.15	0.70	4.66	11.4
Cabo de Santo Agostinho	2.59	2.39	0.71	10.54	13.69
Camaragibe	2.55	2.18	0.52	7.12	6.43
Municípios de Médio nível de integração					
Araçoiaba	4.50	3.13	0.05	8.16	13.28
Igarassu	3.82	2.52	1.04	4.31	8.46
Ilha de Itamaracá	3.78	2.77	0.06	9.33	13.06
Ipojuca	3.43	2.31	1.07	7.56	8.79
Itapissuma	3.57	3.25	0.76	5.54	12.46
Moreno	3.06	2.37	1.84	5.86	7.50
São Lourenço da Mata	2.89	2.58	0.47	8.69	5.50
Média da RMR exceto Recife	3.1	2.4	0.7	6.8	9.5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003

Tabela METRODATA, 2004 - Base: Projeto Mcdidades

* Informação disponível apenas para o Censo Demográfico de 2000

O aumento da fecundidade de mulheres que interrompem precocemente a adolescência em função de uma gravidez precoce foi observado no grupo de 10 a 14 anos nos municípios de Moreno (1,84%), Ipojuca (1,07%) e Igarassu (1,04%). Esses percentuais citados representam o dobro daquele apresentado pelo Recife. Já entre as adolescentes de 15 a 17 anos com filhos, esse percentual se eleva em todos os municípios da região, destacando-se o Cabo de Santo Agostinho (13,69%), Araçoiaba (13,28%), Itamaracá (13,06%), Itapissuma (12,46%) e Abreu e Lima (11,40%). No Recife esse percentual se reduz praticamente à metade (8,13%).

Observa-se também, na Tabela 2.7, uma redução nas taxas de mortalidade infantil em todos os municípios da RMR. Em 2000, as taxas de mortalidade de crianças com

até 1 ano de idade apresentam valores entre 21 e 43 por mil nascidos vivos, situando os municípios da região do Recife no patamar médio (entre 20 e 49 óbitos por mil), definido pela Organização Mundial de Saúde. Especialmente em Recife, essa taxa reduziu de 42,82 para 29,78 por mil, situando-se abaixo da média do Estado de Pernambuco (47,31 por mil), e da média nacional em 2000 (30,57 por mil). Note-se que a redução mais acentuada da taxa de mortalidade infantil na RMR ocorreu no município de Ipojuca, onde passou de 66,9 para 42,4 mortes por mil nascidos vivos. O município de Paulista apresentou a menor taxa de mortalidade infantil no último recenseamento (21,4 por mil), (Tabela 2.7).

TABELA 2.7 – RMR. Longevidade e Mortalidade: Esperança de Vida ao Nascer, Mortalidade até 1 ano de Idade, Mortalidade até 5 anos de Idade.

Probabilidade de Sobrevivência até 40 e até 60 anos e Índice de Envelhecimento por Municípios Segundo o Nível de Integração ao Pólo Metropolitano - 1991 e 2000

Municípios por nível de integração metropolitana	Esperança de vida ao nascer		Mortalidade até um ano de idade		Mortalidade até cinco anos de idade		Probabilidade de sobrevivência até 40 anos		Probabilidade de sobrevivência até 60 anos		Índice de envelhecimento	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	Índice	Nível
Municípios pólo												
Recife	65.57	68.62	42.82	29.78	62.77	47.52	85.7	89.46	67.66	77.49	24,9	alto
Municípios de Muito Alto nível de integração												
Jaboatão dos Guararapes	66.47	72.8	44.1	27.49	68.97	30.56	86.44	93.07	74.34	84.45	14,6	baixo
Olinda	66.75	72.32	43.09	29.08	67.43	32.32	86.72	92.69	74.8	83.72	22,4	alto
Paulista	68.65	74.75	36.54	21.4	57.41	23.8	88.58	94.56	77.89	87.57	16,1	baixo
Municípios de Alto nível de integração												
Abreu e Lima	66.41	70.73	44.29	34.58	69.26	38.42	86.39	91.38	74.25	81.13	16,4	baixo
Cabo de Santo Agostinho	63.53	69.02	55.35	40.97	86	45.47	83.38	89.89	69.52	78.28	13,4	baixo
Camargibe	68.65	70.66	36.55	34.81	57.42	38.67	88.57	91.33	77.89	81.02	16,4	baixo
Municípios de Médio nível de integração												
Araçoiaba	66.32	69.31	44.65	39.84	69.81	44.23	86.29	90.15	74.09	78.77	14,6	baixo
Igarassu	67.56	71.71	40.24	31.11	63.08	34.57	87.52	92.2	76.12	82.74	15,1	baixo
Ilha de Itamaracá	67.17	72.8	41.61	27.49	65.18	30.56	87.13	93.07	75.48	84.49	15,5	baixo
Ipojuca	60.82	68.66	66.94	42.39	103.3	47.04	80.39	89.56	65.07	77.67	12,0	muito baixo
Itapissuma	65.22	70.57	48.73	35.14	76	39.04	85.16	91.25	72.29	80.87	14,3	baixo
Moreno	65.34	70.66	48.28	34.81	75.33	38.67	85.29	91.33	72.49	81.02	18,6	médio
São Lourenço da Mata	63.85	70.66	54.09	34.81	84.09	38.67	83.72	91.33	70.04	81.02	15,5	baixo
Média da RM do Recife	65.88	70.95	46.23	33.12	71.86	37.82	85.81	91.52	73.00	81.45	19,1	médio
Média da RMR exceto Recife	65.90	71.13	46.50	33.38	72.56	37.08	85.81	91.68	73.41	81.75	16,3	baixo

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

Tabela METRODATA, 2004 - Base: Projeto Midades

A mortalidade até cinco anos de idade no período de 1991 a 2000, também, diminuiu na RMR. O Recife apresentou uma redução de 15,25 por mil, passando para 47,52 crianças por mil. No entanto, mesmo com tendência decrescente, a mortalidade nessa faixa etária apresentou-se superior que a dos demais municípios da região, porém menor que a média para Pernambuco, de 54,60 por mil nascidos vivos. Paulista desponta em melhor situação com 23,8 por mil crianças nascidas vivas. É importante ressaltar que este é o único município da RMR que exhibe índice de domicílios com acesso a banheiro e água encanada acima de 90%, comparável às capitais do sul e do sudeste brasileiro (MIRANDA, 2005).

Os efeitos da queda da mortalidade não se expressaram de forma homogênea no espaço metropolitano. Embora a RMR como um todo apresente uma elevação da esperança de vida ao nascer, no período 1991 a 2000, alguns municípios se destacam, apresentando expectativa de vida acima de 70 anos de idade: Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Itamaracá, Olinda, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Moreno, São Lourenço da Mata e Itapissuma. Observou-se que tais municípios, em 2000, situam-se em patamares equivalentes de esperança de vida aos de Curitiba (71,6 anos) e de Porto Alegre (71,5 anos), capitais de maior longevidade no contexto das capitais metropolitanas brasileiras. Em alguns desses municípios ocorreram ganhos de expectativa de vida durante a última década: São Lourenço da Mata (6,8 anos), Jaboatão dos Guararapes (6,3 anos) e Paulista (6,1 anos) (LYRA, SOUZA e BITOUN, 2005).

O Recife repetiu a tendência nacional de envelhecimento da população e ampliou a expectativa de vida da população em 3,05 anos, apresentando uma expectativa de vida ao nascer de 68,62 anos, em 2000, ficando acima da média do Estado (67,32 anos), e praticamente igual à média do Brasil de 68,61 anos de vida.

A evolução da probabilidade de sobrevivência até 40 anos de idade cresceu em todos os municípios da RMR. Em Recife, passou de 85,70% em 1991, para 89,46%, em 2000, situando-se acima da média de Pernambuco (88,09%), porém abaixo da média Brasil, de 90,43%.

O IDHM_Longevidade para o Recife metropolitano situa o Recife (0,73) no mesmo patamar do Estado. Dos 14 municípios metropolitanos, 11 apresentaram, em 2000, um índice acima do município do Recife, destacando-se entre esses: Paulista (0,83), Jaboatão dos Guararapes (0,80), Itamaracá (0,80) e Olinda (0,79), que mostraram, em paralelo, os

mais elevados níveis de esperança de vida ao nascer, (Dados Extraídos do Censo 2000), todos bem acima do Recife que apresenta um nível de expectativa de vida de 68,6 anos.

O processo continuado que se observa da queda de fecundidade, com a simultânea redução da mortalidade infantil e o conseqüente aumento da esperança de vida ao nascer, resulta no processo de envelhecimento da população. No contexto da RMR, os índices de envelhecimento do Recife (24,9%) e Olinda (22,4%) são classificados como altos, apresentam-se como os mais elevados da metrópole recifense.

Ao analisar um outro componente importante da dinâmica demográfica (Tabela 2.8), focalizando os imigrantes de data fixa⁷, observa-se que cerca da metade dos integrantes deste fluxo (50,33%) se deslocou no espaço intrametropolitano, enquanto que 45,77% procediam de outros municípios, seja de Pernambuco seja de outros estados brasileiros, ou de outros países. A RM de Recife absorveu 260.275 imigrantes de data fixa no período 1995/2000, representando 8,56% de sua população com 5 anos e mais de idade. Destaca-se que a contribuição dos fluxos migratórios no período em foco é mais expressiva no conjunto de municípios com muito alto e alto nível de integração ao pólo metropolitano, que somam 22,2% dos migrantes que afluíram à região, enquanto esse percentual no pólo metropolitano representa 5,4%, (Tabela 2.8).

7 A questão colocada pelo Censo Demográfico de 2000 a respeito do Local de Moradia das pessoas em uma data fixa – 31/07/1995 – contribui para elucidar o percurso dos migrantes, retratando o seu local de moradia no meio do período censitário, tanto para o contingente daqueles que emigraram, quanto para aqueles que imigraram.

TABELA 2.8 – RMR. População Residente de 5 Anos e Mais de Idade, Imigrantes de Data Fixa, Segundo a Origem, por Municípios Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. 2000

Nível de integração metropolitana	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa	Imigrantes de data fixa por origem* (Em %)				Total	
	5 Anos e Mais de Idade	Imigrantes de data fixa ¹		Interstadual ou outros países	Outros municípios PE	Intra-metropolitano	Origem não identificada	Abs.	%
Recife	1.304.864	70.020	5,4	43,7	31,8	21,5	2,9	70.020	26,9
Municípios de Muito Alto nível de integração									
Jaboatão dos Guararapes	526.115	63.805	12,1	18,6	19,2	58,0	4,2	63.805	24,5
Olinda	336.566	31.361	9,3	18,3	14,9	63,6	3,2	31.361	12,0
Paulista	239.800	36.374	15,2	10,9	12,3	73,5	3,2	36.374	14,0
Sub-total	1.102.481	131.540	11,9	16,4	16,3	63,6	3,7	131.540	50,5
Municípios de Alto nível de integração									
Abreu e Lima	80.560	8.607	10,7	16,2	10,9	65,6	7,3	8.607	3,3
Cabo de Santo Agostinho	137.371	9.718	7,1	15,9	35,7	43,1	5,3	9.718	3,7
Camaragibe	116.825	11.800	10,1	13,8	22,4	60,6	3,2	11.800	4,5
Sub-total	334.756	30.125	28	46	69	169	16	30.125	11,6
Municípios de Médio nível de integração									
Araçoiaba	13.403	1.300	9,7	12,9	33,3	50,0	3,8	1.300	0,5
Igarassu	73.937	7.278	9,8	11,7	24,7	56,9	6,8	7.278	2,8
Ilha de Itamaracá	14.349	3.851	26,8	10,7	22,1	61,4	5,8	3.851	1,5
Ipojuca	52.550	4.746	9,0	20,8	46,2	27,1	5,9	4.746	1,8
Itapissuma	17.803	1.693	9,5	12,4	20,3	49,9	17,4	1.693	0,7
Moreno	44.508	2.967	6,7	24,1	15,8	56,8	3,2	2.967	1,1
São Lourenço da Mata	81.470	6.755	8,3	12,0	20,2	63,4	4,4	6.755	2,6
Sub-total	298.020	28.590	80	105	183	366	47	28.590	11,0
Total da RMR	3.040.121	260.275	8,56	23,4	22,4	50,3	3,9	260.275	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Nota: (*) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

Ao analisar o número de migrantes que se deslocaram para os municípios da região, observa-se que somando o município pólo – Recife (26,90%) aos municípios que estabelece com ele um nível de integração muito alto – Jaboatão dos Guararapes (24,51%), Paulista (13,98%) e Olinda (12,05%) concentraram a atração (cerca de $\frac{3}{4}$ dos migrantes). Os fluxos que se destinaram ao Recife vieram predominantemente de municípios fora da metrópole ou de outros países, enquanto que uma parte expressiva dos migrantes intrametropolitanos dirigiu-se aos municípios de nível de integração muito alto em relação ao pólo.

Vale, contudo, ressaltar que, segundo Moreira (2001), os saldos migratórios da Região Metropolitana do Recife têm se mantido muito baixos, sugerindo que o volume de população que a região atrai não é muito superior àquele que deixa a região. Para ele, as baixas taxas de crescimento populacional, entre 1991-2000, de alguns municípios de Recife (0,92), Olinda (0,91) e São Lourenço da Mata (0,91), sugerem que esses três municípios apresentam perdas de população por emigração que devem ser superiores aos ganhos de imigração.

2.2.3 Características Gerais da População Intra-urbana

No contexto intra-urbano, alguns indicadores caracterizam a população metropolitana. Em termos de densidade populacional, observa-se no Mapa 2.5 que a região metropolitana se densifica a partir do núcleo central, particularmente dos municípios do Recife e de Olinda, estendendo-se para os municípios vizinhos de Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Paulista. Esse espaço metropolitano de maior densidade corresponde à malha urbana contínua e conurbada, enquanto no entorno dessa malha, compreendendo o restante da região, onde os núcleos urbanos encontram-se mais espaçados, a densidade se mantém baixa. Destacam-se como de maior densidade, as AED que correspondem às áreas mais verticalizadas, onde reside a população mais abastada de Recife – Boa Viagem, orla (112) e Boa Viagem, Setúbal (113), bem como às áreas ocupadas pela população mais pobre, que ocupa os morros e as áreas de baixios. Nos morros contínuos da zona norte do Recife destacam-se Vasco da Gama (88), Macaxeira, Córrego do Genipapo (91), Nova Descoberta (92), entre outras AED, que apresentam continuidade com os morros do sul de Olinda – Passarinho (50) e Águas Compridas (51). Nos morros da zona sudoeste de Recife, destacam-se as URs 1,2,3,4,5 e 10⁸ (120), que se limitam com o município de Jaboatão dos Guararapes. Entre as

8 UR – Unidades Residenciais –, relativas a uma área de conjuntos habitacionais.

áreas pobres mais densas, que se situam na planície, destacam-se, Iputinga (98), Torrões, Engenho do Meio (99) e San Martin (109) em Recife; Jardim Brasil e Vila Popular (53) em Olinda; e, finalmente, Prazeres (30), Cajueiro Seco (31), e Guararapes (35) em Jaboatão dos Guararapes.

A proporção de imigrantes de data fixa, que afluem de fora da RM de Recife, em relação à população de 5 anos e mais de idade da região, cujo destino prioritário é Recife, concentra-se nas AED onde se constata uma elevada proporção de população de renda média baixa e baixa, seja na periferia oeste da cidade, nas AED Várzea (102), Curado, Totó (108), seja nos morros da zona norte, na Macaxeira (91), seja nas áreas pobres da planície, como no Pina (115). Registra-se, também, uma concentração em Boa Viagem, na orla (112), confirmando a atração exercida por Recife como pólo de serviços, inclusive educacionais. Além do Recife, merece destaque a área de Prazeres (23), em Jaboatão dos Guararapes, e os municípios da Ilha de Itamaracá (AED 21) e seu município vizinho Itapissuma (AED 22), possivelmente pela afluência dos prisioneiros e de seus familiares, (Mapa 2.6).

Na análise da estrutura etária da população metropolitana, constata-se que a maior proporção de jovens de 0-14 anos concentra-se nos municípios periféricos, especialmente nas áreas de predominância rural dos municípios de Ipojuca, nas AED sede (19) e litoral (20), Araçoiaba (6), Itapissuma (22); de Igarassu, na área de Três Ladeiras, Queimadas (17); de São Lourenço da Mata, em Nossa Senhora da Luz, Muribara (128); de Jaboatão dos Guararapes, em Vila Muribeca (37), e de Recife, em Guabiraba, Passarinho (94). Algumas áreas habitadas por população de renda média baixa e baixa, também, se destacam, a exemplo das AED de Prazeres (23 e 24) e Marcos Freire (27), em Jaboatão dos Guararapes, e os bairros de Santo Antônio e São José (74), Recife. Em movimento oposto, a população que apresenta os maiores índices de envelhecimento situa-se, seja nas áreas de população mais abastada, a exemplo da orla do Recife, em Boa Viagem, orla (112) e Boa Viagem, Setúbal (113), e na orla de Jaboatão dos Guararapes, em Piedade (38), e de Olinda, em Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim Atlântico (56), bem como nos bairros recifenses de Tamarineira, Parnamirim, Santana (83), Derby, Graças e Jaqueira (84). Registra-se, também, a população mais envelhecida, nas áreas centrais do Recife, em Santo Amaro, Bairro do Recife (72), e nas áreas de Campo Grande (77), Cordeiro (95), Torre (96) e San Martin (109), (Mapa 2.7).

Em termos de gênero, observa-se que a predominância feminina é mais elevada no núcleo metropolitano, correspondendo à malha urbana contínua e conurbada, perdendo expressão nas áreas de características rurais. A predominância masculina se evidencia nos municípios de São Lourenço da Mata – Nossa Senhora da Luz, Muribara (128); Camaragibe – Aldeia (14); Igarassu – Três Ladeiras, Queimadas (17); Araçoiaba (6) e da Ilha de Itamaracá (21), sendo que, para este último, contribuem os presídios masculinos que sedia.




Na caracterização da população pela cor, constata-se que a proporção de negros e pardos na população metropolitana é elevada em geral, sendo mais expressiva nas áreas de características rurais, abrangendo todo o município de Ipojuca, (AED 19 e 20); de Abreu e Lima (AED 1,2,3,4 e 5), de Araçoiaba (6), de Itapissuma (22) e da Ilha de Itamaracá (21). Outros municípios apresentam maior proporção de negros e pardos em algumas de suas áreas: Cabo de Santo Agostinho – Jussara, Ponte dos Carvalho (8); Jaboatão dos Guararapes – Jaboatão Centro, Vila Rica (48) e Prazeres (AED 23 e 24); São Lourenço da Mata – Nossa Senhora da Luz, Muribara (128); Igarassu – Três Ladeiras, Queimadas (17); Recife – Guabiraba, Passarinho (94); e Olinda – Águas Compridas, Sapucaia (51) e Sítio Novo, Peixinhos (52). Quanto aos territórios brancos, vale destacar que a maior concentração encontra-se no bairro de Boa Viagem e à margem esquerda do Rio Capibaribe, nos bairros da Madalena, Espinheiro, Jaqueira, Casa Forte, regiões que reúnem os melhores indicadores socioeconômicos do município, (Mapa 2.8).

MAPA 2.5 – Densidade Popacional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).




LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp


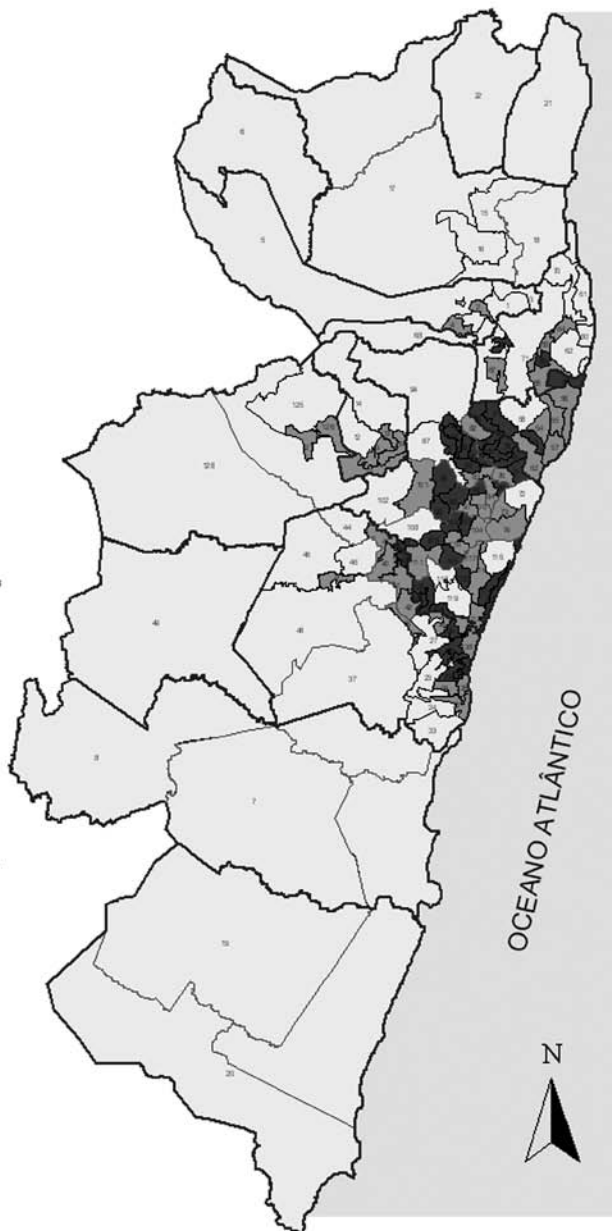
- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1-Destro | 65-Fregoso, Miranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Destro, Caetes I e II | 67-Mirueira, Jardim Paulista |
| 4-Caetes I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Plantas, Caetes II | 69-Aitur Lundgren |
| 6-Araçóiba | 70-Conceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Tomes Galvão |
| 8-Jussara, Porte dos Cavalos | 72-Santo Amaro, Bairro do Recife |
| 9-Timbi e Coleiro | 73-Bos Vista, Soledade, Iha do Leão |
| 10-Centro, Vila da Fábrica e Primavera | 74-São Antonio, São José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M | 75-Arunda, Campina do Barreto, |
| 12-São José, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 78-Fundo, Cajueiro, Porto da |
| 15-Centro | 79-Bomba do Hemetério Alto S |
| 16-Cruz de Rebouças, Ana Albuquerque | 80-Agua Fria |
| 17-As Ladeiras e Queimadas | 81-Eberle, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamara, Panamirim, S |
| 20-Litoral | 84-Deby, Gracas, Jaquira |
| 21-Ilha de Itamaraca | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Itapissuma | 86-Espingeiro, Afifos |
| 23-Prazeres, Vaquejada | 87-Zoco, Monteiro, Apipicós, |
| 24-Prazeres, Lagoa Ocho Dagua | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Cardeias e Curva do | 89-Mangabeira, Alto José do P |
| 26-Candeias | 90-Momo da Conceição, Alto José Bo |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 91-Macaxeira, Corrego do Jenapapo |
| 28-Mortes Guararapes, Jardim Jordão | 92-Nova Desoberta |
| 29-Piedade, Arifana | 93-Brejo de Beberibe, Brejo da Guab |
| 30-Prazeres, Estrada da Batalha | 94-Guaribira, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordeiro |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barragem de Jangada | 97-Prado, Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-putinga |
| 35-Guararapes | 99-Torres, Engenho do Meio |
| 36-Conjunto Muribeca | 100-Mataram, Iha do Reto |
| 37-Vila da Muribeca, Comportas | 101-Cavango, Várzea, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Mastangana | 102-Várzea, UR 7 |
| 39-Cavaleiro | 103-Bongi, Mudasinha, Margueira |
| 40-Suopira | 104-Albagados |
| 41-Dois Carreiros | 105-Areias |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Céu, Curado I | 107-Sancho, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curedo, Tofo |
| 45-São Aleixo, Menassu | 109-San Martin |
| 46-Jaboatão Centro, Floriano | 110-Jique, Estância |
| 47-Jaboatão Centro, Vitor Alegre | 111-Barro, Tejiço |
| 48-Jaboatão Centro, Vila Rica | 112-Bos Viagem, Orla |
| 49-Moreno | 113-Bos Viagem, Seltubal |
| 50-Passarinho | 114-Bos Viagem, Shopping |
| 51-Aguas Compridas, Sepucala | 115-Pina |
| 52-São Novo, Peixinhos | 116-Imitibeira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Vila Pinheiros, Sítio Grande, L |
| 54-Ouro Preto | 118-Iburá, Vila do SES I |
| 55-Jardim Fregoso, Buitins | 119-Iburá de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tes Cemeiros |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 122-IPS EP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-Brasília Teimosa |
| 60-Janga | 124-Infrao |
| 61-Pau Amarelo, Maria Farinha | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-São José, São Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Parque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Muribira |

-  2000_rmr_municipio.shp
-  2000_rmr_subdistrito.shp
-  2000_AED_LEGENDA.shp

2000_Densidade.shp

-  0,8 – 72,00 (baixa)
-  72,00 – 144,00 (média)
-  144,00 – 332,96 (alta)

10 0 10 Km

Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Lúvia Miranda, Maria Ângela Souza

MAPA 2.6 – Imigrante de Fora da Região Metropolitana do Recife por AED. (2000)

LEGENDA

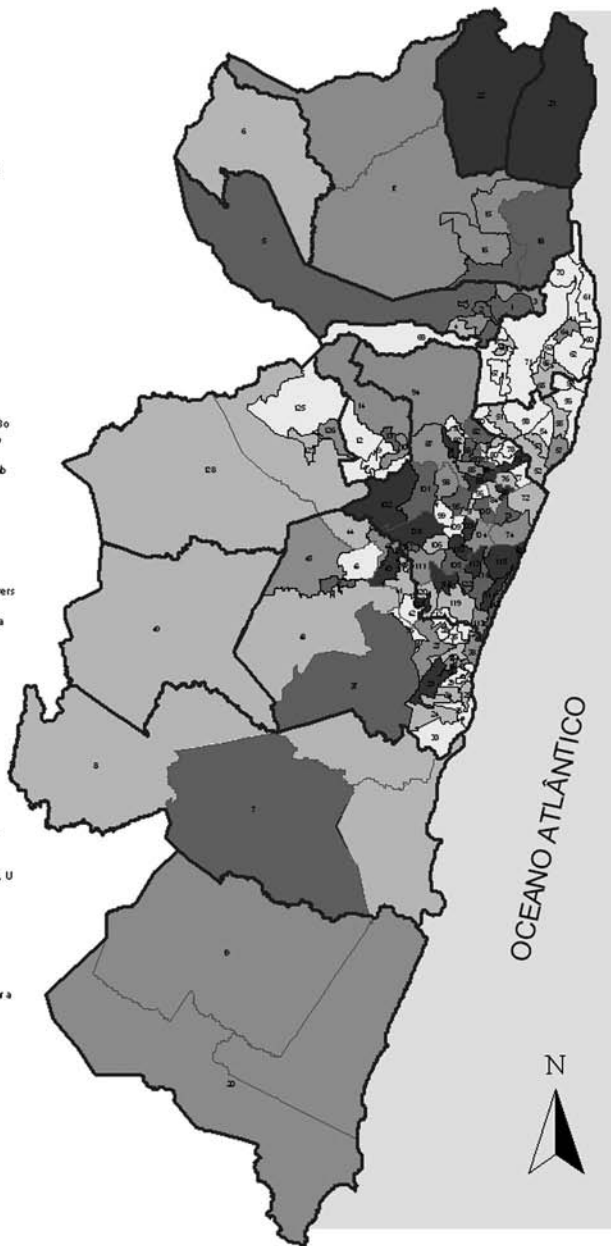
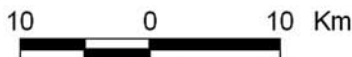
2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 1-Desterro | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Desterro, Caetes I e II | 67-Miravalia, Jardim Paulista |
| 4-Caetes I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Piñangas, Caetes II | 69-Artur Lundgren |
| 6-Araçoiaba | 70-Conceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jussara I, Ponte dos Carvalhos | 72-Santo Amaro, Bairro do Recife |
| 9-Tambi e Celeiro | 73-Boa Vista, S.iedade, Ilha do Leão |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Primav | 74-S. Antonio, S. Jose, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M | 75-Ámida, Campina do Barreto, |
| 12-Sao Joao, Sao Pedro e Sao Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 78-Fundão, Cajueiro, Porto S |
| 15-Centro | 79-Bomba do Hemetério, Alto S |
| 16-Cruz de Rebouças, Ana Albuquerque | 80-agua Fria |
| 17-Res Ladeiras e Queimadas | 81-Beberibe, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamaritiera, Pamamirim, S |
| 20-Ihorá | 84-Derby, Gracacá, Jaqueira |
| 21-Ilha de Ramaraca | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Hapi sumá | 86-Espinho, Atibaia |
| 23-Frazenet, Vaquejada | 87-Poco, Monteiro, Appucos, |
| 24-Frazenet, Lagoa Olho D'agua | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candeia e Cunha do | 89-Mangabeira, Alto Jose do P |
| 26-Candeia | 90-Morro da Conceição, Alt. Jos e Bo |
| 27-Marcos Frêre, Guararapes | 91-Macacoeira, Corrego do Jenipapo |
| 28-Mortes Guararapes, Jardim Jordao | 92-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Artilha | 93-Brejo de Beberibe, Brejo da Guab |
| 30-Frazenet, Estrada da Batalha | 94-Guabiraba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordeiro |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barrs de Jangada | 97-Prado Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-Iputinga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conjuntos Mirubeca | 100-Madaliná, Ilha do Retiro |
| 37-Vila da Muribeca, Comportar | 101-Caxanga, Varzea Cidade Univers |
| 38-Piedade, Masangana | 102-Varzea, UR 7 |
| 39-Cavaleiro | 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Sucupira | 104-Abogados |
| 41-Dois Carreiros | 105-Areias |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim Sao Paulo |
| 43-Ató do Ceu, Cutado I | 107-Sardão, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curado Tojó |
| 45-Sto Alkibo, Manassu | 109-San Martin |
| 46-Jaboatão Cento, Floriano | 110-Aquid, Estancia |
| 47-Jaboatão Cento, Vista Alegre | 111-Barro, T. qipio |
| 48-Jaboatão Cento, Vila Rica | 112-Boa Viagem, Orla |
| 49-Moreno | 113-Boa Viagem, Setubal |
| 50-Passaço | 114-Boa Viagem, Shopping |
| 51-Aguas Compridas, Sapucaia | 115-Pina |
| 52-S.ão Novo, Peixinhos | 116-Imbiribeia |
| 53-Jardim Brasil, Via Popular | 117-Vila Pinheiros, S.ão Grande, L |
| 54-Ouro Preto | 118-Iburá, Via do Sesi |
| 55-Jardim Fregoso, Búfins | 119-Iburá de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Calada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Carneiros |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 122-IPSEP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-Brasília Teimosa |
| 60-Janga | 124-Jordão |
| 61-Pau Amarelo, Madá Farinha | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-Sao Joao, Sao Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Parque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Muribara |

- 2000_rmr_municipio.shp
- 2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_MIGRAÇÃO.shp

- 0 – 0,05 (muito baixo)
- 0,05 – 0,08 (baixo)
- 0,08 – 0,12 (médio)
- 0,12 – 0,18 (alto)
- 0,18 – 0,59 (muito alto)



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

MAPA 2.7 – Índice de Envelhecimento por AED.
Região Metropolitana do Recife por AED. (2000).

LEGENDA

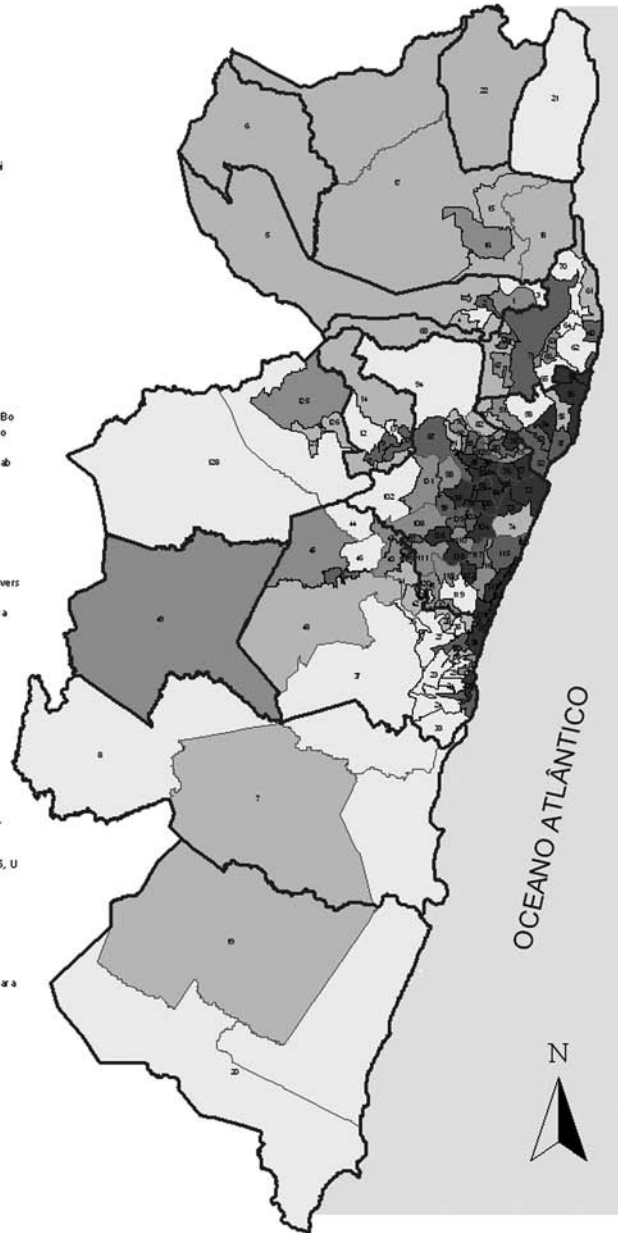
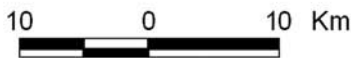
2000_AED_LEGENDA.shp

- 1-Desterro
- 2-Centro
- 3-Desterro, Caetés I e II
- 4-Caetés I e II
- 5-Piñangas, Caetés II
- 6-Atacabá
- 7-Centro, Chameca e Pirapama
- 8-Jussara, Porte dos Cavalho
- 9-Timble Celeiro
- 10-Centro, Via da Fabrica e Primar
- 11-Bairro Novo, Estados e Albertom
- 12-Sao Joao, Sao Pedro e Sao Paulo
- 13-Tabatinga
- 14-Aldeia
- 15-Centro
- 16-Cruz de Reboucas, Ana Albuquerque
- 17-Tres Ladeiras e Quismadar
- 18-Nova Cruz e Cruz de Reboucas
- 19-Sede
- 20-Litoral
- 21-Ilha de Itmaraca
- 22-Itapissuma
- 23-Prazeres, Vaquejada
- 24-Prazeres, Lagoa Olho Dagua
- 25-Piedade, Candeias e Cunha do
- 26-Candeias
- 27-Marcos Freire, Guararapes
- 28-Montes Guararapes, Jardim Jordao
- 29-Piedade, Afama
- 30-Prazeres, Estrada da Bataha
- 31-Cajueiro Seco
- 32-Piedade, Av. Copacabana
- 33-Barragem de Jangada
- 34-Dom Helder
- 35-Guararapes
- 36-Conjunto Mutibeca
- 37-Vila da Murbeica, Compartas
- 38-Piedade, Marangana
- 39-Cavaleiro
- 40-Sucupira
- 41-Dois Carneiros
- 42-Zumbi do Pacheiro, UR 6 e UR
- 43-Alto do Ceu, Durado I
- 44-Curado
- 45-Sto Aleixo, Manassu
- 46-Jaboatão Centro, Flotiano
- 47-Jaboatão Centro, Vista Alegre
- 48-Jaboatão Centro, Vila Rica
- 49-Moreno
- 50-Passarinho
- 51-Aguas Compridas, Sapucaia
- 52-Sítio Novo, Peixinhos
- 53-Jardim Brasil, Vila Popular
- 54-Ouro Preto
- 55-Jardim Fragozo, Buitins
- 56-Bairro Novo, Casa Calada, Jardim
- 57-Cidade Alta, Varadouro
- 58-Tabajara, Rio Doce
- 59-Tabajara, Zona Rural
- 60-Janga
- 61-Pau Amarelo, Maria Farinha
- 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga
- 63-Maranguape II
- 64-Engenho Maranguape
- 65-Fragoso, Maranguape I
- 66-Maranguape I
- 67-Miravira, Jardim Paulista
- 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe
- 69-Artur Lundgren
- 70-Conceição
- 71-Centro Nobre, Torres Galvao
- 72-Santo Amato, Bairro do Recife
- 73-Boa Vista, Sede da, Ilha do Leão
- 74-Santo Antonio, Sao Jose e Cab
- 75-Armda, Campina do Barreb,
- 76-Rosariño, Encruzilhada, H
- 77-Campo Grande
- 78-Fundao Cajueira Portada
- 79-Bomba do Hemetario, Alto S
- 80-Agua Fria
- 81-Beberibe, Linha do Tiro
- 82-Dois Unidos
- 83-Tamariteira, Pamamim, S
- 84-Deby, Graças, Jaqueira
- 85-Casa Amarela, Alto do Mand
- 86-Espinho, Atibiz
- 87-Poco, Monteiro, Apicucos,
- 88-Vasco da Gama
- 89-Mangabeira, Alto Jose do P
- 90-Morro da Conceição, Alto Jose do Bo
- 91-Macaxeira, Corrego do Jenipapo
- 92-Nova Descoberta
- 93-Brejo de Beberibe, Brejo da Guab
- 94-Guabiruba, Passarinho
- 95-Cordeiro
- 96-Torre
- 97-Prado, Zumbi
- 98-Iputinga
- 99-Torões, Engenho do Meio
- 100-Madriena, Ilha do Retiro
- 101-Cacangá, Varzea, Cidade Univers
- 102-Várzea, UR 7
- 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira
- 104-Atagdos
- 105-Amias
- 106-Jardim Sao Paulo
- 107-Sancho, Coqueiral
- 108-Curado, ToD
- 109-San Martin
- 110-Jiquia, Estancia
- 111-Bairro, Tápico
- 112-Boa Viagem, Oita
- 113-Boa Viagem, Setubal
- 114-Boa Viagem, Shopping
- 115-Pina
- 116-Imbituba
- 117-Vila Pinheiros, Sítio Grande, L
- 118-Ibura, Vila do Sesi
- 119-Ibura de Baixo, Aeroporto
- 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U
- 121-Tres Carneiros
- 122-IPSEP
- 123-Barragem Teimoso
- 124-Jordao
- 125-Centro
- 126-Sao Joao, Sao Paulo
- 127-Praça Capibaribe
- 128-Nossa Senhora da Luz, Muribara

- 2000_rmr_municipio.shp
- 2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_POPULAÇÃO.shp

- 6,3 – 12,8 (muito baixo)
- 12,8 – 16,7 (baixo)
- 16,7 – 20,3 (médio)
- 20,3 – 25,7 (alta)
- 25,7 – 91,7 (muito alta)



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

MAPA 2.8 – Negros e Pardos por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).

LEGENDA

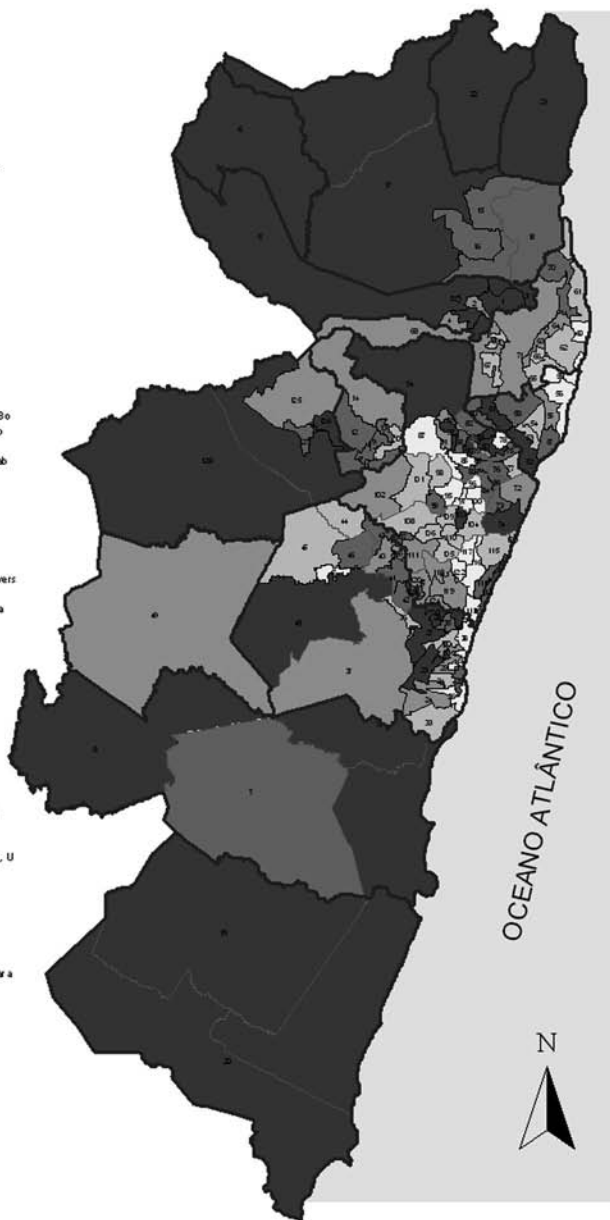
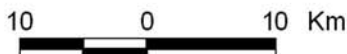
2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| 1-Desferro | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Desferro e Caetés I e II | 67-Miravira, Jardim Paulista |
| 4-Caetés I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Pitangas, Caetés II | 69-Artur Lundgren |
| 6-Arcoíaba | 70-Conceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jussaraí, Ponte dos Cavalos | 72-Santo Amaro, Bairro do Recife |
| 9-Timbele Celeste | 73-Boa Vista, Sôledade, Iha do Leão |
| 10-Centro, Via da Fábrica e Primar | 74-São Antonio, São José e Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M | 75-Aimada, Campina do Barrete, |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 78-Fundão, Cajueiro, Porto da |
| 15-Centro | 79-Bomba do Hemeleiro, Alto S |
| 16-Cruz de Rebouças, Ana Albuquerque | 80-Agua Fria |
| 17-Tres Ladeiras e Queimadas | 81-Bebenibe, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamarineira, Panamirim, S |
| 20-Litorãl | 84-Derby, Graças, Jaqueira |
| 21-Iha de Itamaracá | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Hapissuma | 86-Espinheiro, Afifos |
| 23-Prazeres, Vaquejada | 87-Poco, Monteiro, Appucos, |
| 24-Prazeres, Lagoa Olho Dagua | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candeias e Cunha do | 89-Mangaboa, Alto José do P |
| 26-Candeias | 90-Monte da Conceição, Alto José Bo |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 91-Macacoia, Corrego do Jenipapo |
| 28-Mortes Guararapes, Jardim Jordao | 92-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Atifana | 93-Brejão de Beberibe, Bejo da Guab |
| 30-Prazeres, Estrada da Bataha | 94-Guabiruba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordeiro |
| 32-Piedade, Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Parque da Jangada | 97-Prado Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-Iputinga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conj. Mutibeca | 100-M. Asilena, Iha do Retiro |
| 37-Vila da Mutibeca, Comportas | 101-Cavango, Varzea, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Marangana | 102-V. Arz. U. R. 7 |
| 39-Cavalero | 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Sucupira | 104-Alegados |
| 41-Dois Carneiros | 105-Áreas |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Céu, Curado I | 107-Sancho, Coqueiro |
| 44-Curado | 108-Curado, ToD |
| 45-Sítio Alibon, Manassés | 109-S. An. Martin |
| 46-J. Abaotã Centro, Floriano | 110-Jiquia, Estância |
| 47-J. Abaotã Centro, V. B. Alegre | 111-B. Arro, T. P. P. P. |
| 48-J. Abaotã Centro, V. B. Rica | 112-B. os Viagem, Ofa |
| 49-Moreno | 113-B. os Viagem, Sebubã |
| 50-Passarinho | 114-B. os Viagem, Shopping |
| 51-Aguas Compridas, Sapucaia | 115-P. Ina |
| 52-Sítio Novo, Pequinhos | 116-Imbilzeira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-V. B. Pinheiros, Sítio Grande, L |
| 54-Ouro Preto | 118-B. bua, Vila do SESI |
| 55-Jardim Fragoso, Buitins | 119-B. bua de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Calada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Carneiros |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 122-IPSEP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-B. rapista Teimosa |
| 60-Janga | 124-Jundão |
| 61-Pau Amarello, Maria Farinha | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-São João, São Paulo |
| 63-Maranguape I | 127-P. Arque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-N. Nossa Senhora da Luz, Mutibeca |

- 2000_rmr_municipio.shp
 2000_rmr_subdistrito.shp
 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_COR.shp

- 17,4 – 50 (muito baixa)
 50 – 57,5 (baixa)
 57,5 – 61,1 (média)
 61,1 – 64,6 (alta)
 64,6 – 77,4 (muito alta)
 17,4 – 33,2 (muito baixa)



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005

Equipe Recife: Jan Bitoun, Lúvia Miranda, Maria Ângela Souza

2.3. Educação

2.3.1 Analfabetismo

Na Região Metropolitana do Recife, em 2000, os efeitos das políticas educacionais (essencialmente, a universalização do ensino fundamental) implementadas após a Constituição de 1988 não havia ainda modificado o quadro histórico de reprodução em indicadores de alfabetização da desigualdade de renda. Parte dessa situação deve-se à herança acumulada, considerando que a Taxa de Analfabetismo, apresentada na Tabela 2.9, concerne a todas as pessoas com mais de 15 anos; mas outra parte remete às dificuldades enfrentadas para a implementação de um ensino fundamental de qualidade em ambientes de pobreza e de precariedade das condições de moradia. Assim sendo, os dados demonstram uma estreita correspondência entre níveis decrescentes de integração ao pólo metropolitano e taxas crescentes de analfabetismo. Como no caso da renda, somente o município pólo (Recife) e os municípios componentes do nível muito alto de integração (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) apresentam taxas inferiores à média metropolitana; esse fato deve ser destacado, já que os quatro municípios reúnem 1.924.350 das 2.411.687 pessoas de 15 anos e mais da Região Metropolitana.

Taxas muito inferiores à média ocorrem em alguns municípios mais periféricos, com médio (22,3%) nível de integração, para que se configure uma taxa geral de 11,7% bem mais alta que em Recife, Olinda e Paulista e correspondendo à taxa observada em Jaboaão dos Guararapes (Tabela 2.9). A correspondência entre baixa situação de renda e taxas mais altas de analfabetismo verifica-se em áreas rurais, com destaque para os valores altíssimos de Araçoiaba, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata, mas também em áreas urbanas: significativamente, é em Paulista, onde há muita população em conjuntos habitacionais e relativamente menos bolsões de grande pobreza que na capital, em Olinda e em Jaboaão dos Guararapes, que se observa a menor taxa de analfabetismo.

O Mapa 2.9 por AED reproduz assim fielmente as constatações feitas quanto à distribuição de renda: melhores indicadores nos dois bolsões de população abastada do Recife (nas zona norte e sul) e nas orlas de Olinda, Paulista e Jaboaão dos Guararapes; indicadores médios em conjuntos habitacionais e em centros antigos de municípios periféricos; taxas muito elevadas em áreas rurais das periferias norte, sul e oeste da Região Metropolitana e, no meio da malha urbanizada, em áreas de grande densidade populacional de grande pobreza em alagados e colinas. Essa situação preocupa por indicar uma possível

limitação, encontrada na grande pobreza, da implementação da reforma educacional; preocupa, também, quando grandes empreendimentos turísticos ou industriais instalados ou anunciados (no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca: Porto de Galinhas / Suape) ocorrem em situação de tamanho atraso educacional da população chamada a conviver diretamente com esses empreendimentos. Corre-se então o risco, se esse atraso não for rapidamente eliminado, de constituição de enclaves econômicos com reduzidos impactos positivos nas condições socioculturais dos moradores locais.

TABELA 2.9 – RMR. Pessoas de 15 anos e Mais que Não Sabem Ler por Municípios Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
Código	Município	Total	Que não sabem ler	
Município pólo				
2611606	Recife	1.050.665	101.255	9,6
Município com Muito Alto nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	411.979	49.425	12,0
2609600	Olinda	270.242	25.145	9,3
2610707	Paulista	191.464	14.625	7,6
	Sub-total	873.685	89.195	10,2
Municípios com Alto nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	63.447	8.251	13,0
2602902	Cabo de Santo Agostinho	105.551	19.727	18,7
2603454	Camaragibe	91.978	13.897	15,1
	Sub-total	260.976	41.875	16,0
Municípios com Médio nível de integração				
2601052	Araçoiaba	9.729	3.677	37,8
2606804	Igarassu	56.656	10.287	18,2
2607604	Ilha de Itamaracá	11.311	1.942	17,2
2607208	Ipojuca	38.711	11.385	29,4
2607752	Itapissuma	13.305	3.362	25,3
2609402	Moreno	34.453	7.228	21,0
2613701	São Lourenço da Mata	62.196	12.653	20,3
	Sub-total	226.361	50.534	22,3
Total RM Recife		2.411.687	282.860	11,7

Fonte: Censo demográfico 2000. Metrodata, 2004

MAPA 2.9 – Analfabetismo Funcional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

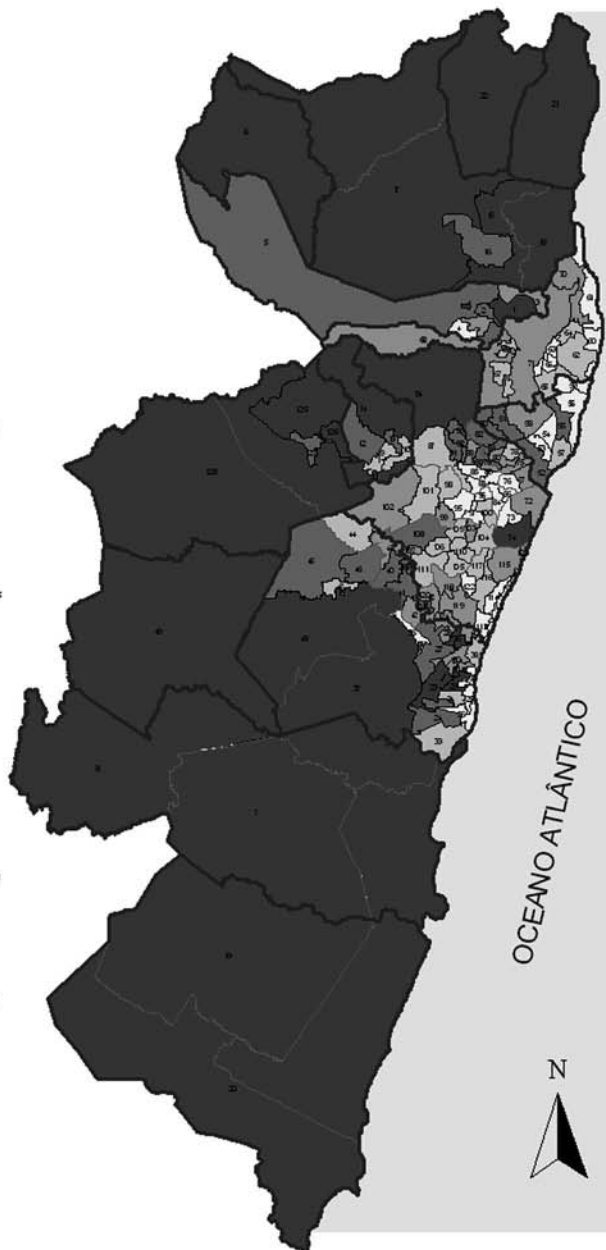
- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 1-Desterro | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-MaranguapeII |
| 3-Desterro, Caetes I e II | 67-Mirafra, Jardim Paulista |
| 4-Caetes I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Pitangas, Caetes II | 69-Artur Ludgren |
| 6-Araçoiaba | 70-Consolação |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jussara, Ponte dos Cavalhos | 72-Santo Amaro, Bairro do Redú |
| 9-Timbó e Céleste | 73-Boa Vista, Sôdade, Iha do Leão |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Pámarav | 74-Sto Antonio, Sao Jose, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estadose AlbertoM | 75-Arnuda, Campina do Barreto, |
| 12-Sao Jose, Sao Pedro e Sao Paulo | 76-Rozinho, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Atalaia | 78-Fundo, Cajueiro, Portada |
| 15-Centro | 79-Bonha do Hetero, Alto S |
| 16-Cruz de Reboucas, Ama Albuquerque | 80-aguaFria |
| 17-Atas Ladeiras e Queimadas | 81-Beberibe, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Reboucas | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamara, Panaminim, S |
| 20-Litoral | 84-Deby, Gracas, Jaqueta |
| 21-Ilha de Itamaraca | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Itapicuma | 86-Espinho, Alfios |
| 23-Prazeres, Vaquejada | 87-Poco, Monteiro, Apuocos, |
| 24-Prazeres, Lagos Olho Dagua | 88-Vaço da Gama |
| 25-Piedade, Candelas e Cuna do | 89-Mangabeira, Alto Jose do P |
| 26-Candelas | 90-Morro da Consoção, Alto Jose Bo |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 91-Macueira, Comgo do Jnipapo |
| 28-Montes Guararapes, Jardim Jordao | 92-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Artana | 93-Bejo de Beberibe, Bejo da Guab |
| 30-Prazeres, Estrada da Bataha | 94-Guabiriba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 96-Conteio |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barras de Jangada | 97-Prado, Zumbi |
| 34-DomHelder | 98-Iputinga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho doMeio |
| 36-Conjunto Muribeca | 100-Madalena, Iha do Retiro |
| 37-Vila da Muribeca, Comportas | 101-Cavanga, Varzea, Cida de Livres |
| 38-Piedade, Massangana | 102-Varzea, UR 7 |
| 39-Cavaliêro | 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Suopira | 104-Atgados |
| 41-Dois Carneiros | 105-Áreas |
| 42-Zumbi do Padeco, UR 6 e UR | 106-Jardim Sao Paulo |
| 43-Alto do Casu, Curado I | 107-Sando, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curado, Tott |
| 45-Sto Alebo, Marassu | 109-San Martin |
| 46-Jaboato Centro, Roiano | 110-Jequê, Estancia |
| 47-Jaboato Centro, Vista Alegre | 111-Berro, Tajiço |
| 48-Jaboato Centro, Vila Rica | 112-Boa Viagem, Orla |
| 49-Moreno | 113-Boa Viagem, Setubal |
| 50-Passarinho | 114-Boa Viagem, Shopping |
| 51-Aguas Compridas, Sapucaia | 115-Pina |
| 52-São Novo, Pebinhos | 116-Imbiabeira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Vila Pinheiros, Sitio Grande, L |
| 54-Ouro Preto | 118-Iburá, Vila do SESI |
| 55-Jardim Fragoso, Bútrins | 119-Iburá de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tes Carneiros |
| 58-Taboajara, Rio Doce | 122-HPSE |
| 59-Taboajara, Zona Rural | 123-Brasília Teimos |
| 60-Janga | 124-Jordao |
| 61-Pau Amarelo, Massá Firinha | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-Sao João, Sao Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Pargue Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Muribara |

-  2000_rmr_municipio.shp
-  2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_EDUCAÇÃO.shp

-  1,2 – 6,1 (muito baixa)
-  6,1 – 10,1 (baixa)
-  10,1 – 12,4 (média)
-  12,4 – 16,5 (alta)
-  16,5 – 37,6 (muito alta)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

2.3.2. Frequência Escolar e Adequação Idade/Série

A adequação idade/série permite identificar uma característica mais qualitativa da oferta de serviços de ensino. Quanto maior for a taxa dos alunos freqüentando as séries adequadas às faixas etárias, maior será a normalidade no serviço de ensino, seja porque já havia conseguido no passado integrar no ensino fundamental as crianças fora de faixa, seja porque as condições sociais do bairro favorecem uma escolaridade contínua das crianças. Ao contrário, taxas menores de adequação podem indicar o esforço no período de universalizar o ensino fundamental, independentemente da adequação idade/série, ou condições sociais adversas à escolaridade ininterrupta das crianças, gerando inadequação.

O esforço de universalização do ensino fundamental durante a década de 90 pode assim estar na origem das taxas relativamente semelhantes observadas nos diversos municípios componentes dos níveis de integração, todas em torno de 50% (Tabela 2.10), excetuando o nível médio de integração (municípios com forte presença de ambientes rurais).

Entre os municípios componentes do nível muito alto de integração ao pólo, Paulista e Olinda apresentam taxas um pouco melhores que a do Recife; Jaboatão dos Guararapes, junto com os municípios de nível alto de integração (Camaragibe e Abreu e Lima) e de nível médio (Ipojuca) têm taxas pouco inferiores à média metropolitana. Araçoiaba e Itamaracá destacam-se negativamente no meio dos municípios componentes do nível médio de integração ao pólo, sugerindo possíveis problemas locais dos sistemas municipais de ensino (Tabela 2.10).

A distribuição por AED das taxas de adequação reproduz parcialmente a estrutura de renda já identificada, demonstrando a estreita ligação entre as oportunidades em geral alcançadas pelas famílias e a possibilidade da criança freqüentar regularmente a série adequada a sua idade (Mapa 2.10). Mas, há também índices do papel diferenciado do município no exercício da sua política escolar: Paulista, Olinda, Recife (com a notável exceção da parte pobre de sua área central – Ilha Joana Bezerra / Coelhos e da sua periferia semi rural - Guabiraba) apresentam taxas menos contrastadas que as da alfabetização funcional; o que não é o caso de Jaboatão dos Guararapes. Em municípios mais periféricos, observa-se também uma relativa homogeneidade das taxas de adequação em todas as AED do Cabo de Santo Agostinho e em Abreu e Lima, contrastando com as diferenças

internas entre os núcleos mais urbanos e as áreas rurais que podem ser notadas em Ipojuca, São Lourenço da Mata, Camaragibe e Igarassu.

TABELA 2.10 – Municípios da Região Metropolitana de Recife por Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Escola e Série Adequada Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Pessoas que frequentam a escola		B / A (em %)
Código	Município	Total (A)	Frequentam série adequada (B)	
Município pólo				
2611606	Recife	196.068	107.558	54,9
Município com Muito Alto nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	85.604	43.008	50,2
2609600	Olinda	51.480	28.850	56,0
2610707	Paulista	37.518	21.401	57
	Sub-total	174.602	93.258	53,4
Municípios com Alto nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	13.354	6.745	50,50
2602902	Cabo de Santo Agostinho	24.033	10.704	44,5
2603454	Camaragibe	18.935	9.641	50,9
	Sub-total	56.322	27.090	48,1
Municípios com Médio nível de integração				
2601052	Araçoiaba	2.599	897	34,5
2606804	Igarassu	12.810	5.876	45,9
2607604	Ilha de Itamaracá	9.679	3.253	33,6
2607208	Ipojuca	2.249	1.125	50,0
2607752	Itapissuma	3.262	1.603	49,2
2609402	Moreno	7.302	3.178	43,5
2613701	São Lourenço da Mata	14.604	6.234	42,7
	Sub-total	52.505	22.166	42,2
Total RM Recife		479.498	250.071	52,2

Fonte: Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004.

**MAPA 2.10 – Adequação Idade e Série (Pessoas de 7 a 14 anos)
por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)**

LEGENDA

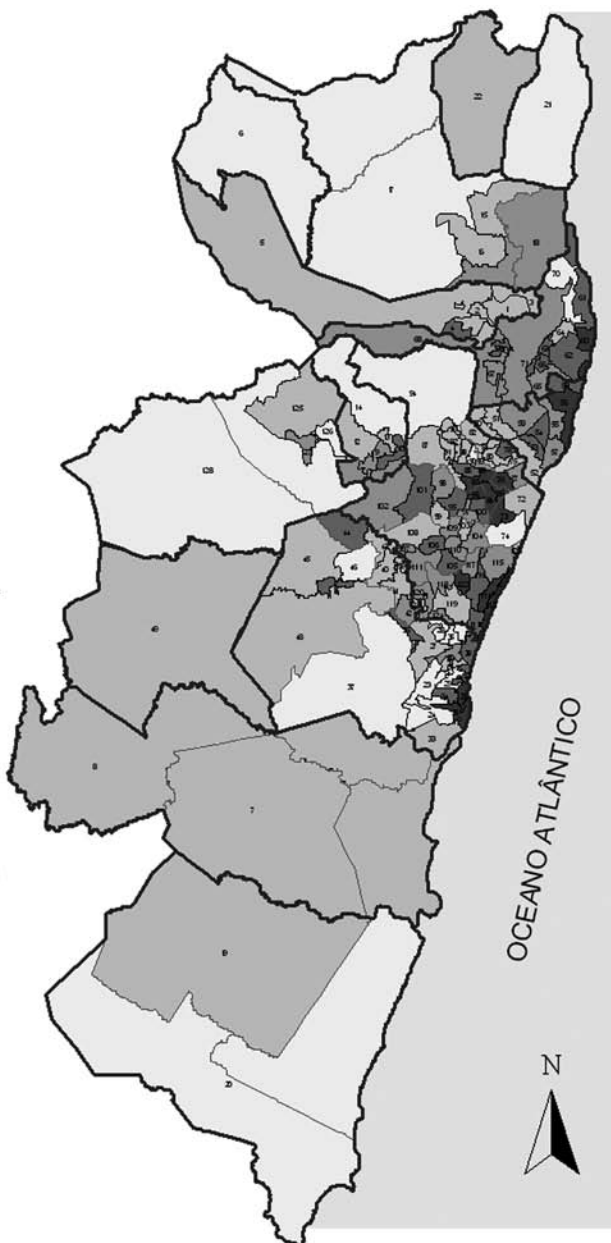
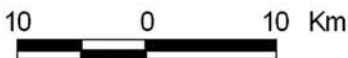
2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| 1-Desterro | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Desterro, Cietes I e II | 67-Miravira, Jardim Paulista |
| 4-Cietes I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Frangos, Cietes II | 69-Antur Ludgren |
| 6-Itacobiá | 70-Consceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jussara, Ponte dos Carvalhos | 72-Santo Amaro, Bairro do Redto |
| 9-Timbi e Celso | 73-Boca Vista, Soledade, Ilha do Lei |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Primav | 74-São Antonio, São José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M | 75-Armutá, Campina do Barreto |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 78-Fundão, Cajueiro, Porto da |
| 15-Centro | 79-Bomba do Hemetério, Alto S |
| 16-Cruze de Rebouças, Ana Albuquerque | 80-agua Fria |
| 17-Res Ladeiras e Queimadas | 81-Beberibe, Linha do Tiro |
| 18-Novo Cruz e Cruz de Rebouças | 82-Dois Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamaineira, Pamarim, S |
| 20-Litoral | 84-Derby, Gracas, Jaqueira |
| 21-Ilha de Itamaracá | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Itapissuma | 86-Espinheiro, Afifes |
| 23-Prazeis, Vaquejada | 87-Poco, Monteiro, Apipicós, |
| 24-Prazeis, Lagoa Olho D'água | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candeias e Cunha do | 89-Mangabara, Alto José do P |
| 26-Candeias | 90-Morro da Conceição, Alto José Bo |
| 27-Marcos Frère, Guararapes | 91-Macacoeira, Corgo do Jampap |
| 28-Monte Guararapes, Jardim Jordao | 92-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Antina | 93-Bairro de Beberibe, Brejo da Guab |
| 30-Prazeis, Estrada da Batalha | 94-Guabiraba, Passarinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Condeiro |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barragem de Jangade | 97-Prado, Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-Ipiranga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conjunto Muribeca | 100-Madalena, Ilha do Retiro |
| 37-Vila de Muribeca, Comportas | 101-Caçoanga, Varzea, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Massangana | 102-Varzea, UR7 |
| 39-Cavalheiro | 103-Engel, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Sucupira | 104-Atogados |
| 41-Dois Carneiros | 105-Áncias |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Ceu, Curado I | 107-Sandão, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curado, Toró |
| 45-São Aleixo, Manassu | 109-São Martin |
| 46-Jaboaço Centro, Floriano | 110-Iguia, Estância |
| 47-Jaboaço Centro, Vista Alegre | 111-Bairro, Tejéio |
| 48-Jaboaço Centro, Vila Rica | 112-Bom Viagem, Ofa |
| 49-Moreno | 113-Bom Viagem, Setúbal |
| 50-Passarinho | 114-Bom Viagem, Shopping |
| 51-Águas Compridas, Sapucaia | 115-Pina |
| 52-São Novo, Pebinhos | 116-Imbituba |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Vila Pinheiros, Sítio Grande, L |
| 54-Churo Preto | 118-Ibura, Vila do Sesi |
| 55-Jardim Fragoso, Butéris | 119-Ibura de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim | 120-UR1, UR2, UR3, UR4, UR5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Carneiros |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 122-IPSEP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-Brasília Teimosa |
| 60-Janga | 124-Jordão |
| 61-Pau Amarelo, Maria Fátima | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Matado Janga | 126-São João, São Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Parque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Muribara |

- 2000_rmr_municipio.shp
- 2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_educacao.shp

- 31,5 – 42,9 (muito baixo)
- 42,9 – 50,5 (baixo)
- 50,5 – 56,9 (média)
- 56,9 – 66,6 (alto)
- 66,6 – 86,3 (muito alto)



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Lúvia Miranda, Maria Ângela Souza

2.4. Moradia

2.4.1. Condições de Moradia

Os indicadores de moradia permitiram observar que, as políticas habitacionais até os anos 90 não tiveram escala suficiente para redução satisfatória das deficiências habitacionais, em termos globais, resumindo-se a algumas ações pontuais de alguns programas. Vale destacar que onde tais ações foram implementadas, conseguiram elevar significativamente as condições da habitação das comunidades. A conjuntura de descentralização das políticas habitacionais e a dependência de recursos externos para promover programas de regularização urbanística e fundiária revelaram a extrema fragilidade do município, que não conseguiu gerar oportunidades habitacionais na proporção da crescente demanda.

Em linhas gerais a análise dos indicadores de moradia da RM do Recife reforçou as tradicionais desigualdades socioespaciais relacionadas ao porte, níveis de renda e de integração na dinâmica Metropolitana. Há, também, contrastes entre os municípios da região Norte e da região Sul da RMR, estes historicamente muito mais marcados pelas permanências da monocultura canavieira e suas tensas relações sociais.

Em 2000, aproximadamente 860 mil domicílios particulares permanentes da RM recifense estavam distribuídos no pólo metropolitano (44%), (Tabela 2.11). Os municípios de Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes, que exibem um grau de integração muito alta concentraram 36% dos domicílios e os demais municípios (Igarassú, Itapissuma, Araçoiaba, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) somente 20% das moradias.

Segundo o Cadastro de Áreas Pobres da RM do Recife, existiam em 2000 cerca de 720 comunidades pobres na RM (loteamentos precários, pontas de ruas e favelas), das quais, 426 localizavam-se no Recife, o que equivalia a 592 mil habitantes (42% da população recifense) residindo em 150 mil domicílios situados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), carentes de regularização urbanística e fundiária⁹. Quanto à condição de Propriedade do domicílio, cerca de 79% são próprios e 14% são alugados.

⁹ Cálculo realizado pelo Observatório PE, a partir da comparação entre limites de ZEIS e Setores Censitários do IBGE de 2000.

TABELA 2.11 – RMR. Domicílios Segundo o Acesso a Bens por Municípios Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano. (2000)

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes							
	Total	%	Domicílios com acesso e bens					
			de uso difundido ¹	%	de média difusão ²	%	de uso restrito ³	%
Município pólo								
Recife	375.857	43,73	309.787	82,42	163.009	43,37	188.285	50,09
Município com Muito Alto nível de integração								
Jaboatão dos Guararapes	150.400	17,50	119.156	79,23	47.665	31,69	63.566	42,26
Olinda	94.044	10,94	78.091	83,04	36.819	39,15	43.713	46,48
Paulista	67.782	7,89	58.225	85,90	25.848	38,13	33.162	48,92
Sub-total	312.226	36,32	255.472	81,82	110.331	35,34	140.441	44,98
Municípios com Alto nível de integração								
Abreu e Lima	22.626	2,63	16.656	73,62	4.814	21,28	7.142	31,56
Cabo de Santo Agostinho	37.019	4,31	24.952	67,40	6.586	17,79	10.515	28,41
Camaraçibe	32.286	3,76	24.779	76,75	7.163	22,19	10.880	33,70
Sub-total	91.931	10,69	66.387	72,21	18.563	20,19	28.537	31,04
Municípios com Médio nível de integração								
Araçoiaba	3.398	0,40	1.467	43,18	83	2,25	211	6,21
Igarassu	19.877	2,31	13.347	67,15	2.886	14,52	4.555	22,92
Ilha de Itamaracá	3.642	0,42	2.531	69,48	594	16,32	1.026	28,18
Ipojuca	13.450	1,56	8.043	59,80	1.292	9,60	2.193	16,30
Itapissuma	4.766	0,55	2.772	58,17	517	10,85	950	19,93
Moreno	12.133	1,41	7.596	62,60	1.557	12,83	2.923	24,09
São Lourenço da Mata	22.295	2,59	15.249	68,40	3.580	16,06	5.683	25,49
Sub-total	79.561	9,26	51.005	64,11	10.509	13,21	17.541	22,05
Total RM Recife	859.574	100,0	682.651	79,42	302.411	38,18	374.804	43,60

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(¹) Refere-se aos domicílios com todos os bens de uso difundido.

(²) Refere-se aos domicílios com pelo menos 2 bens de média difusão.

(³) Refere-se aos domicílios com pelo menos 1 bem de difusão restrita.

O ambiente adequado às condições de salubridade das moradias e conseqüentemente da qualidade de vida dos indivíduos depende diretamente do nível de atendimento dos serviços de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. A falta destes serviços expressa condição de alta precariedade da habitação e compromete a saúde da família residente. As condições de conforto do imóvel estão também relacionadas

à densidade de moradores no domicílio e co-habitação familiar. Considera-se denso aquele domicílio cujo percentual de pessoas é superior a duas em um dormitório. Na RM do Recife 79.312 (um em cada 10 domicílios) encontram-se nesta condição.

O município de Paulista exibe o melhor índice de pessoas residindo em domicílios com acesso à água encanada, 9 em cada 10 domicílios. O bom desempenho do indicador justifica-se porque essa região concentrou, nos anos 80, as opções governamentais de implementação de políticas de desenvolvimento industrial (Distrito Industrial de Paulista) e de habitação (conjuntos habitacionais promovidos pela COHAB-PE). Em Araçoiaba, somente 38% das pessoas residem em domicílios que têm acesso à água encanada. É o pior indicador da região metropolitana. Na parte sul da RMR, somente o Cabo de Santo Agostinho possui um índice de domicílios com abastecimento de água adequado – acima de 80%. Ipojuca, um município predominantemente canavieiro, exibe baixos indicadores (somente 63% dos habitantes residem em domicílios com banheiro e água encanada). Deve ser observado que, em muitos casos, o abastecimento de água não é assegurado permanentemente. O acesso à rede nem sempre é sinônimo de acesso à água, visto que há intermitência da distribuição de água, ou seja, mesmo ligados à rede geral, alguns domicílios não são abastecidos durante determinados períodos, devido à racionamentos.

Quanto ao Escoamento Sanitário Adequado, somente Itapissuma possui indicador acima de 90%. Em Araçoiaba este indicador é inferior a 6%. O Recife exibe a melhor condição de domicílios com coleta de lixo adequada, mais de 96%. Mais uma vez o pior serviço encontra-se em Araçoiaba, onde somente 66% dos domicílios recebem a coleta adequada do lixo.

2.4.2. Padrões de Conforto Domiciliar

A condição de desigualdade entre os domicílios metropolitanos pode ser evidenciada, quando se observa a condição de acesso a bens de uso difundido. Embora o acesso a energia elétrica seja mais universal, a falta de acesso a rádio, televisão e geladeira reflete a precariedade das condições de renda no domicílio. O acesso a estes bens na RM do Recife é bastante desigual e evidencia a oposição centro-periferia, conforme mostra o Mapa 2.11. Está bastante concentrado nos municípios do Recife, Jaboatão, Olinda e Paulista, que exibem indicadores superiores a 88%. Podemos destacar que as maiores médias apresentam-se na orla destes municípios e no Recife, pólo metropolitano, concentra-se também, à margem do Capibaribe, nos bairros do Derby, Graças, Jaqueira, Espinheiro,

Parnamirim, onde se concentram também os melhores indicadores de renda. Os Bens de Média Difusão encontram-se ainda mais concentrados e sua distribuição espacial é coincidente com a orla e o eixo descrito acima (Mapa 2.11).

2.4.3. Necessidades Habitacionais

Seriam necessárias, aproximadamente, 104 mil novas habitações para resolver o déficit habitacional da RM do Recife, segundo dados de 2000, onde cerca de 101 mil famílias não dispõem de instalação sanitária adequada e cerca de 32 mil não tinham sequer sanitários. O Recife concentra quase metade das necessidades habitacionais da RM.

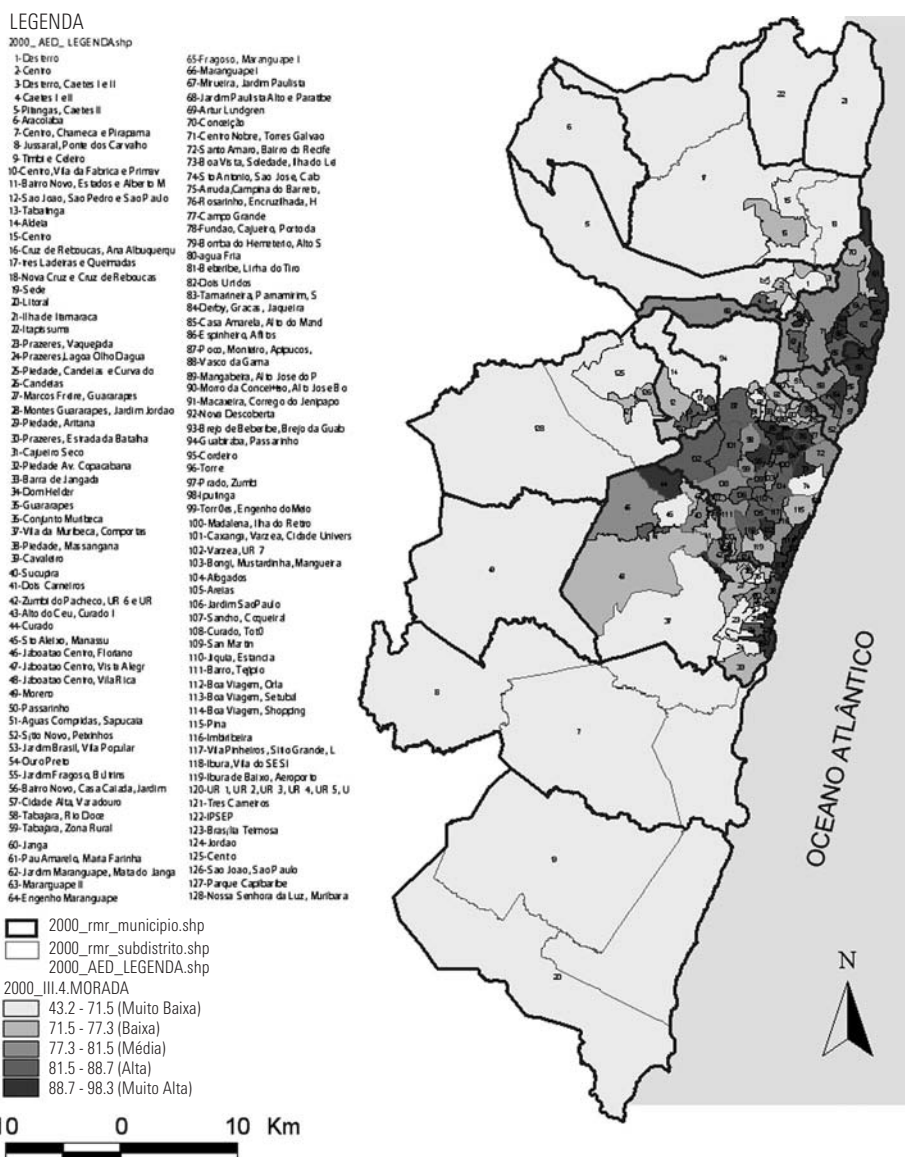
Quanto à Inadequação Habitacional, as regiões mais precárias são as periféricas oeste e sul, as mais rurais, onde predominam a monocultura canavieira. Nesta região a proporção de domicílios sem sanitário chega a 18% do total de domicílios. No pólo metropolitano, as maiores concentrações de domicílios sem sanitários são a área central (Santo Antônio, São José e Cabanga), onde se encontra as ZEIS Coque, Coelhos (as mais antigas do Recife) e na Zona Sul (Pina, Ibura, Jiquiá, Estância), bairros que concentram as ZEIS Pina, Ilha de Deus, Ibura-jordão, Sítio Grande, muito populosas e já consolidadas. Destacam-se, ainda, áreas populares do município de Olinda (Passarinho, Peixinhos, Jardim Fragoso e Bultrins) e Jaboatão dos Guararapes (Prazeres, Marcos Freire, Aritana). O Mapa 2.12 apresenta os domicílios com abastecimento de água inadequado.

Há necessidade de 47.327 novas habitações e 44% dos domicílios recifenses localizam-se em áreas com condição inadequada de infra-estrutura. Há, ainda, 4.701 pontos de risco nos morros e 195 famílias passíveis de remoção, residentes em 96 localidades de alagados¹⁰. Na escala intra-metropolitana, as observações realizadas a partir das Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED) da RM do Recife mostram que, proporcionalmente, as maiores demandas demográficas por novas habitações concentram-se tanto em áreas do pólo metropolitano quanto em áreas periféricas. No Recife, as áreas de morros da zona norte Zeis Casa Amarela - Mangabeira, Alto José do Pinho e Água Fria - e os alagados do Pina, Brasília Teimosa e Afogados, concentram os maiores déficits (15% a 22%). Em Paulista, o Centro, Nobre e Torres Galvão também concentram significativos déficits. Apesar dos investimentos habitacionais feitos no município durante os anos 90, a ocupação de áreas

10 ALVES, Cleide. Verba federal ajudará morros. **Jornal do Comércio**. Recife: 24 abr. 2005. Caderno Cidades, p.4.

vulneráveis, no entorno de conjuntos habitacionais justifica esta ocorrência. Há de se destacar, ainda, a importância do componente rural em municípios como Araçoiaba e Itapissuma que apresentam um déficit de moradia da mesma proporção (Mapa 2.13).

MAPA 2.11 – Domicílios com Acesso a Todos os Bens de Uso Difundido por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

MAPA 2.12 – Abastecimento de Água Inadequado por AED.
Região Metropolitana do Recife (2000)

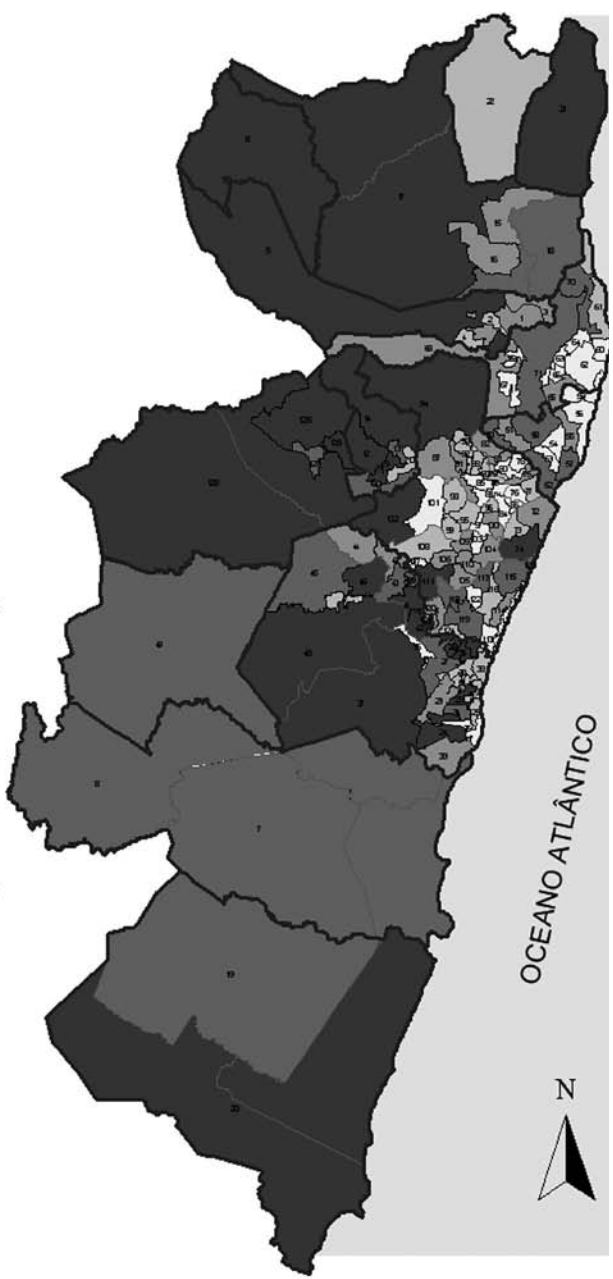
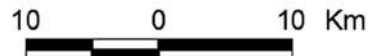
LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|--|---------------------------------------|
| 1-Deserto | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Deserto, Caetés I e II | 67-Mirreia, Jardim Paulista |
| 4-Caetés I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paraíba |
| 5-Pianguás, Caetés II | 69-Arari Lundgren |
| 6-Araçá | 70-Conceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jussara, Ponte dos Cavalos | 72-Santo Amaro, Bairro do Relevo |
| 9-Timbó e Céleste | 73-Boa Vista, S. Dedé, Iha do Leão |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Pirarivá | 74-S. Antônio, S. José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M | 75-Aruanda, Campina do Barreto, |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Tabatinga | 77-Campo Grande |
| 14-Aldeia | 78-Fundação Cajueiro, P. toda |
| 15-Centro | 79-Bombas de Homenagem, Alto S |
| 16-Cruzeiro das Almas, Ana Albuquerque | 80-agua Fria |
| 17-Tres Ladeiras e Queimadas | 81-Beberibe, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Alencar | 82-D. Os Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamarineira, P. Amantim, S |
| 20-Litoral | 84-Derby, Graciosa, Jaqueira |
| 21-Iha de Itamaracá | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Ioapsum | 86-Espinheira, Afílis |
| 23-Frazeres, Vaquejada | 87-Poco, Monteiro, Apiaçacos, |
| 24-Frazeres, Lagoa Olho D'água | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candelária e Curva do | 89-Mangabeira, Alto José do P |
| 26-Candelária | 90-Morro da Conceição, Alto José B |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 91-Macaxeira, Corrego do Jempapo |
| 28-Montes Guararapes, Jardim Jordão | 92-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Antana | 93-Brejo de Beberibe, Brejo da Guab |
| 30-Frazeres, Estada da Batalha | 94-Guabiruba, Pariszinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordeiro |
| 32-Piedade Av. Capibaribe | 96-Torre |
| 33-Barra de Jangada | 97-Praça Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-Ipuatinga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conjunto Muribeca | 100-Madaleira, Iha do Retiro |
| 37-Via da Muribeca, Campos | 101-Casaanga, Varzea, Cida de Univers |
| 38-Piedade, Massangana | 102-Várzea, UR 7 |
| 39-Cavaleiro | 103-Bomg, Mustardinha, Mangueira |
| 40-Suaçuí | 104-Boadica |
| 41-Dos Carneiros | 105-Areias |
| 42-Zumbi do Padeco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Céu, Curado I | 107-Sando, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curado, Totó |
| 45-S. Aleixo, Minassu | 109-S. Anilim |
| 46-J. Boato Centro, Florianópolis | 110-Jiquiá, Estância |
| 47-J. Boato Centro, Visão Alegre | 111-Barro, Tejo |
| 48-J. Boato Centro, Vila Rica | 112-Boa Vagem, Orla |
| 49-Moreno | 113-Boa Vagem, Setúbal |
| 50-Passaninho | 114-Boa Vagem, Shopping |
| 51-Águas Compridas, Sapucaia | 115-Pina |
| 52-S. João Novo, Peixinhos | 116-Miranteira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Via Pinheiros, S. João Grande, L |
| 54-Curupaites | 118-Iburá, Via dos ES I |
| 55-Jardim Fragosa, Búfins | 119-Iburá de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Caméras |
| 58-Tabajara, Rio Doce | 122-PASEP |
| 59-Tabajara, Zona Rural | 123-Ilha Teimosa |
| 60-Janga | 124-Jordão |
| 61-P. Amarelé, Maná Fátima | 125-Cento |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-S. João, São Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Praça Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Muribara |

- 2000_rmr_municipio.shp
- 2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

- 2000_III.4.MORADIA
- 43.2 - 71.5 (Muito Baixa)
 - 71.5 - 77.3 (Baixa)
 - 77.3 - 81.5 (Média)
 - 81.5 - 88.7 (Alta)
 - 88.7 - 98.3 (Muito Alta)



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

MAPA 2.13 – Déficit Habitacional por AED.
Região Metropolitana do Recife (2000)

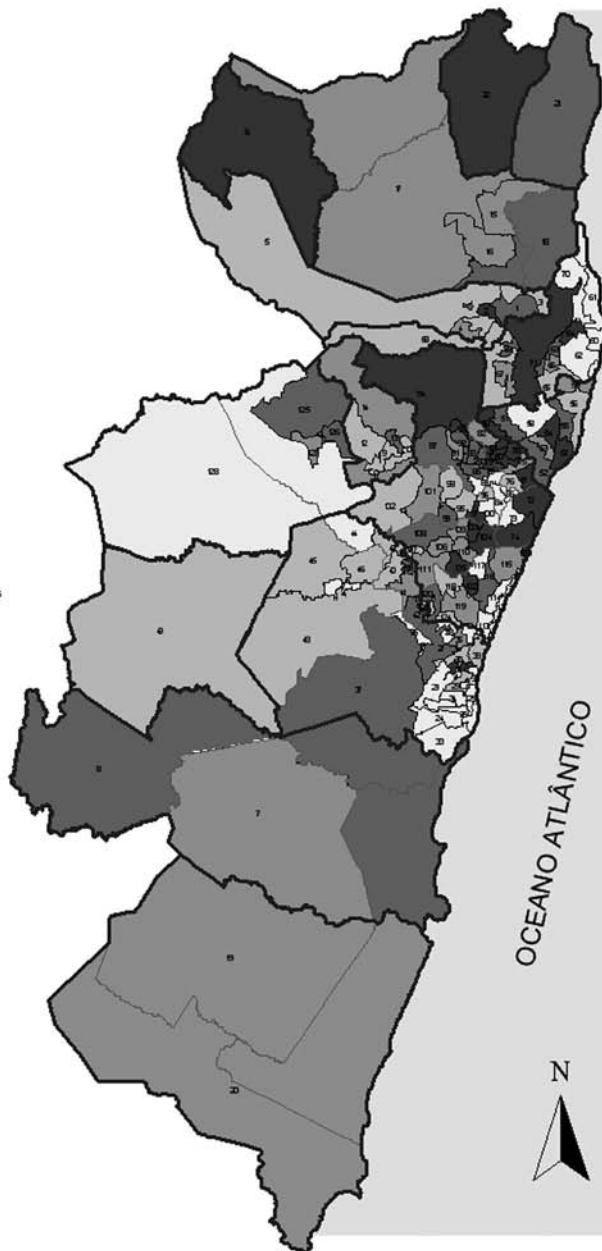
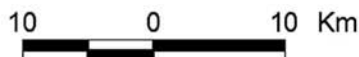
LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

- 1-Deserto
- 2-Centro
- 3-Deserto, Caetes I e II
- 4-Caetes I e II
- 5-Parangás, Caetes II
- 6-Açoábia
- 7-Centro, Charneca e Pirapama
- 8-Jussaraí, Ponte dos Carvalhos
- 9-Timbi e Céleste
- 10-Centro, Vila da Fábrica e Páramv
- 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M
- 12-São João, São Pedro e São Paulo
- 13-Tabatinga
- 14-Água
- 15-Centro
- 16-Cruzeiro Rebouças, Ana Albuquerque
- 17-Tres Ladeiras e Queimadas
- 18-Novo Cruzeiro de Rebouças
- 19-Sede
- 20-Litoral
- 21-Ilha de Itamaracá
- 22-Itapissurubi
- 23-Prazeres, Vaquejada
- 24-Prazeres, Lagoa Olho D'água
- 25-Piedade, Candéias e Curva do
- 26-Candéias
- 27-Marcos Freire, Guararapes
- 28-Montes Guararapes, Jardim Jordão
- 29-Piedade, Antana
- 30-Prazeres, Estrada da Bataha
- 31-Cajueiro Seco
- 32-Piedade Av. Capatiana
- 33-Barra de Jangada
- 34-Dom Hélder
- 35-Guararapes
- 36-Conjunto Muribeca
- 37-Vila da Muribeca, Compostas
- 38-Piedade, Massangana
- 39-Cavaleiro
- 40-Sucupira
- 41-Dois Carneiros
- 42-Zumbido Pácho, UR 6 e UR
- 43-Altão do Céu, Gurado I
- 44-Curado
- 45-São Aleixo, Manassu
- 46-Jaboato Centro, Florianópolis
- 47-Jaboato Centro, Vista Alegre
- 48-Jaboato Centro, Vila Rica
- 49-Moreno
- 50-Passaíinho
- 51-Águas Compridas, Sapucaia
- 52-São Novo, Pequinhos
- 53-Jardim Brasil, Vila Popular
- 54-Ouro Preto
- 55-Jardim Fragoso, Búteias
- 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim
- 57-Cidade Alta, Varadouro
- 58-Tabajara, Rio Doce
- 59-Tabajara, Zona Rural
- 60-Janga
- 61-Pau Amarelo, Macaé Fátima
- 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga
- 63-Maranguape II
- 64-Engenho Maranguape
- 65-Fragoso, Maranguape I
- 66-Maranguape I
- 67-Mirreia, Jardim Paulista
- 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe
- 69-Araruí Lundgren
- 70-Consolação
- 71-Centro Nobre, Torres Galvão
- 72-Santo Amaro, Bairro do Relevo
- 73-Bonfins, S. de Adão, Ithadole
- 74-Santo Antônio, São José, Cab
- 75-Água, Campina do Barreto
- 76-Rosário, Encruzilhada, H
- 77-Campo Grande
- 78-Fundaç. Cajueiro, Paratibe
- 79-Bomba do Hermetário, Alto S
- 80-Água Fria
- 81-Bebenbe, Lição do Tiro
- 82-Dois Unidos
- 83-Tamarizé, Páramv, S
- 84-Derby, Graca, Jaqueira
- 85-Casa Amarela, Alto do Mand
- 86-Espinho, Aflitos
- 87-Poco, Monteiro, Apicurus,
- 88-Vasco da Gama
- 89-Mangabeira, Alto José do P
- 90-Moro da Conceição, Alberto José e B
- 91-Macacéia, Corrego do Jemapo
- 92-Nova Descoberta
- 93-Brejo de Beberibe, Brejo da Guab
- 94-Guabiruba, Passarinho
- 95-Cordeiro
- 96-Torre
- 97-Prado, Zumbi
- 98-Ipuíngua
- 99-Torões, Engenho do Meio
- 100-Madalena, Ilha do Retiro
- 101-Caxanga, Varzea, Cidade Univers
- 102-Varzea, UR 7
- 103-Bongi, Mustardinha, Mangueira
- 104-Água
- 105-Águas
- 106-Jardim São Paulo
- 107-Sanco, Coqueiral
- 108-Curado, Teó
- 109-São Martin
- 110-Jiqui, Estância
- 111-Barro, Tejido
- 112-Bom Vagem, Ofa
- 113-Bom Vagem, Setubal
- 114-Bom Vagem, Shopping
- 115-Pina
- 116-Mirreia
- 117-Vila Pinheiros, São Grande, L
- 118-Bura, Vila do Sesi
- 119-Bura de Baixo, Aeroporto
- 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U
- 121-Tres Carneiras
- 122-IPSEP
- 123-Brasília Teimosa
- 124-Iordão
- 125-Centro
- 126-São João, São Paulo
- 127-Parque Capibaribe
- 128-Nossa Senhora da Luz, Munbará

- 2000_rmr_municipio.shp
- 2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

- 2000_III.4.MORADIA
- 3.9 - 8.8 (Muito Baixo)
 - 8.8 - 11.6 (Baixa)
 - 11.6 - 12.9 (Média)
 - 12.9 - 14.8 (Alta)
 - 14.8 - 21.7 (Muito Alto)



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005

Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

2.5. Mobilidade e Transporte

2.5.1. Movimento Pendular

O contingente populacional de 15 anos e mais de idade, que realiza o movimento pendular de se deslocar do município de residência para outro município metropolitano com o objetivo de trabalho e/ou estudo, soma 280.710 pessoas, o que representa 19,9% das pessoas que trabalham e estudam na região. Desses, 198.551 pessoas, ou seja, 70,7% do contingente que realiza o movimento pendular, dirige-se ao pólo metropolitano (Tabela 2.12 e Cartograma 2.14).

TABELA 2.12. – RMR. População Residente 15 anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizam Movimento Pendular por Municípios Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (2000)

Nível de integração metropolitana	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C (em %)
	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
		Total (B)	fora do município de residência (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Município pólo						
Recife	1.050.665	643.433	23.539	0	3,66	0
Município com Muito Alto nível de integração						
Jaboatão dos Guararapes	411.979	234.575	76.818	66.856	32,7	87,0
Olinda	270.242	158.034	61.691	54.145	39,0	87,8
Paulista	191.464	112.660	47.608	33.585	42,3	70,5
Sub-total	873.685	505.269	186.116	154.586	36,84	83,06
6.132 Municípios com Alto nível de integração						
Abreu e Lima	63.447	34.429	12.826	6.132	37,3	47,8
Cabo de Santo Agostinho	105.551	56.008	11.530	5.521	20,6	47,9
Camaragibe	91.978	52.292	20.496	17.406	39,2	84,9
Sub-total	260.976	142.729	44.852	29.059	31,4	64,8
Municípios com Médio nível de integração						
Araçoiaba	9.729	4.893	1.315	451	26,9	34,3
Igarassu	56.656	28.442	5.615	2.412	19,7	43,0
Ilha de Itamaracá	11.311	5.971	725	316	12,1	43,6
Ipojuca	38.711	20.067	931	504	4,6	54,2
Itapissuma	13.305	7.785	1.620	428	20,8	26,4
Moreno	34.453	17.643	4.427	2.783	25,1	62,9
São Lourenço da Mata	62.196	34.008	11.571	8.011	34,0	69,2
Sub-total	226.361	118.809	26.204	14.905	22,1	56,9
Total RM Recife	2.411.687	1.410.241	280.710	198.551	19,91	70,73

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: O cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

Entre os municípios que apresentam o maior número de pessoas integrantes desses movimentos pendulares, destacam-se aqueles que estabelecem muito alto e alto nível de integração com o pólo metropolitano, envolvendo mais de 1/3 das pessoas que trabalham e estudam na região. Dentre os municípios que mais se destacam encontram-se Jaboatão dos Guararapes, com o maior contingente de 76.818 (32,7%), Olinda, com 61.691 pessoas (39,0%), Paulista, com um contingente de 47.608 (42,3%) e Camaragibe, com 17.406 pessoas (39,2%). Vale a pena ressaltar a importância do pólo metropolitano neste processo, recebendo cerca de 70% desse contingente que se desloca para estudar ou trabalhar fora de seu município de residência. Observa-se também que a atração do município pólo se acentua à medida que os municípios apresentam um mais elevado nível de integração com o pólo metropolitano. Destacam-se os municípios de maior proximidade geográfica: Olinda (87,8%), Jaboatão dos Guararapes (87,0%), Camaragibe (84,9%), Paulista (70,5%), Moreno (62,9%) e São Lourenço da Mata (69,2%).

2.5.2. Transporte Coletivo Intra-metropolitano

O transporte é vital para a vida cotidiana nas cidades, pois dele dependemos para desenvolver atividades e para acessar bens e serviços essenciais (trabalho, saúde, educação, alimentação, lazer, etc). A localização de um território na rede de transporte determina sua acessibilidade e essa acessibilidade tem um impacto relevante sobre a estruturação urbana. Parcela reduzida da população desfruta de melhores condições de transporte. A maioria continua limitada nos seus direitos de deslocamento e acessibilidade. Esse modelo tem gerado graves problemas que afetam a todos os cidadãos.

Na RM do Recife o índice de mobilidade é de 1,68 deslocamentos por habitante/dia¹¹. São 4.867.044 deslocamentos, dos quais 3.711.836 motorizados; 60,2% realizam-se por meio de transporte coletivo e 39,8% por transporte individual. Os principais motivos de deslocamento são para o trabalho e escola que, juntos, reúnem cerca de 75 % das viagens realizadas (Tabela 2.13).

11 Pesquisa domiciliar realizada pela EMTU/Recife 1997.

TABELA 2.13 – RMR. Deslocamentos Segundo Propósito de Viagem e Modalidade Região Metropolitana do Recife. (1997).

Modo	% Trabalho	% Escola	% Outros	% Total
Público	38	37	25	100
Privado	38	37	25	100
Total RM Recife	38	37	25	100

Fonte: Pesquisa domiciliar realizada pela EMTU/Recife 1997

Segundo os dados do DETRAN-PE, em novembro de 2001, a Região Metropolitana do Recife possuía uma frota de 555.768 veículos (59% do total do Estado) e o Recife tinha uma frota de 349.555 veículos (63% do total da RMR e 37% do Estado). A taxa de motorização da RMR dobrou na última década, passando de 89 autos por 1000 habitantes, em 1990, para 167, em 2001. Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda juntos concentram 86% da frota de veículos da RMR e os problemas mais graves de circulação. A composição do tráfego das vias destes municípios é de 82% de automóveis, 5,7% de ônibus, 4,1% de veículos de carga, 4,9 % de motos e 3,3% de bicicletas. O modo bicicleta tem sua maior utilização nas vias próximas aos centros secundários em Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Destes, o trecho médio da Caxangá foi o que apresentou maior volume de bicicletas, 1200 bicicletas diárias por sentido (período 6h às 21h).

O serviço de transporte público de passageiros na RMR é prestado por quatro modalidades organizadas em um Sistema Estrutural Integrado – SEI¹²: ônibus diesel, ônibus elétricos, metrô e trem. A modalidade mais expressiva é a dos ônibus, controlados pela EMTU/Recife, que abrangem as 322 linhas de ônibus intermunicipais, as linhas de ônibus do Município do Recife e de Jaboatão dos Guararapes, devido à delegação feita ao Estado. O STPP/RMR apresenta uma frota cadastrada de 2.575 ônibus. Esta frota realiza em média 20.936 viagens em um dia útil, apresentando uma redução dos serviços aos sábados e domingos de 19% e 34%, respectivamente. Em 2001, foram transportados, em média, em um dia útil 1.241.580 passageiros. A redução da demanda aos sábados e domingos, em relação aos dias úteis, é de 35% e 52%, respectivamente.

12 O SEI é um sistema que articula linhas radiais, perimetrais, alimentadoras e de interligação entre terminais, ônibus e metrô. Neste sistema, os usuários dos ônibus nos terminais integrados para as estações de metrô têm passagens livres, e não necessitam pagar por nova tarifa.

Segundo Neto (2000), pode-se afirmar que há uma redução da mobilidade dos habitantes por transporte público a uma taxa de 2,5% ao ano. Houve uma redução de 110 milhões de passageiros/ano, entre 1987 e 1998; 21% da demanda dos passageiros do STPP/RMR. Esta redução deve-se a três fatores: i) ao aparecimento e crescimento exorbitante do transporte irregular que apresenta uma frota de Kombis e vans, estimada em cerca de 6 mil veículos; ii) o crescente processo de motorização da população; iii) a crise econômica que gera desemprego e reduz, conseqüentemente, a mobilidade dos desempregados.

MAPA 2.14 – Percentual de Migrantes que Trabalham e Estudam em Outro Município por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

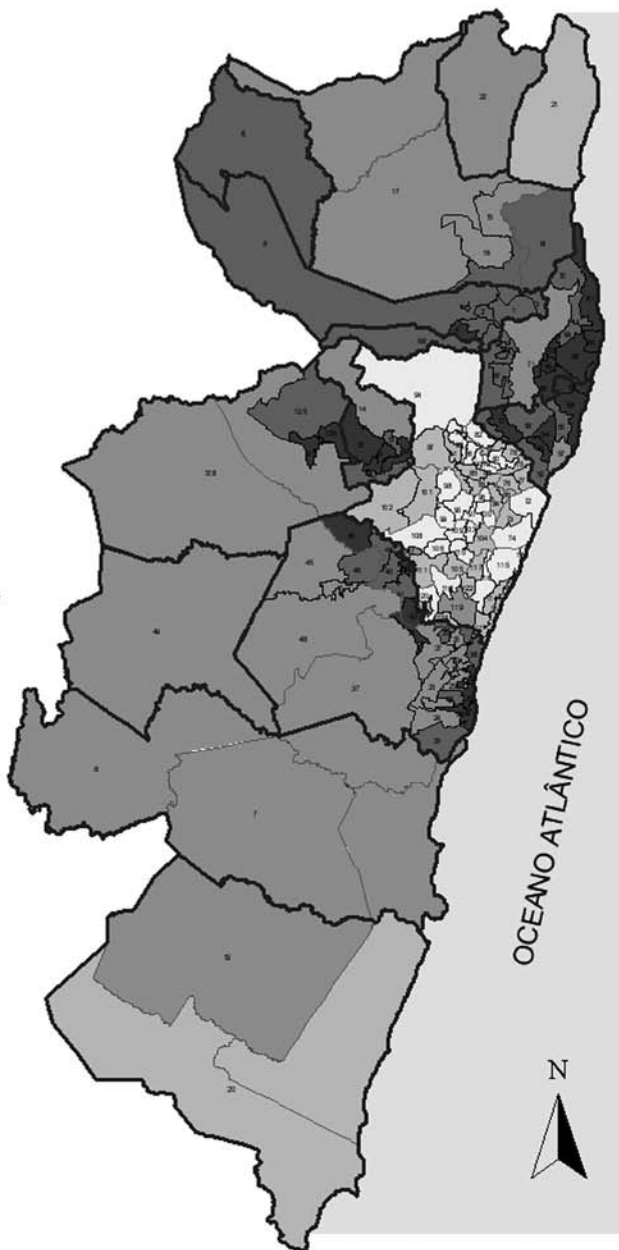
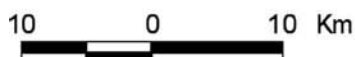
2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|--|---------------------------------------|
| 1-Deserto | 65-Fragoso, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Deserto, Caetés I e II | 67-Miruelta, Jardim Paulista |
| 4-Caetés I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paratibe |
| 5-Pitangas, Caetés II | 69-Arux Lundgren |
| 6-Araçoiaba | 70-Conceição |
| 7-Centro, Chameca e Pirapama | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jussaraí, Ponte dos Cavalhos | 72-Santo Amaro, Bairro do Recife |
| 9-Tribos e Cidério | 73-Bom Vista, S. de I. do L. |
| 10-Centro, Vila de Fabrica e Primavera | 74-S. Antonio, São José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estados e Alberto M | 75-Anadia, Campina do Barreto, |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Taboão | 77-Campo Grande |
| 14-Atalaia | 78-Fundo, Cajueiro, Portada |
| 15-Centro | 79-Fortal do Hermetério, Alto S |
| 16-Cruz de Retbuca, Ara Albuquerque | 80-Aguafria |
| 17-Res Ladeiras e Queimadas | 81-Beberibe, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Retbuca | 82-Os Unidos |
| 19-Sede | 83-Tamaueira, Parnamirim, S |
| 20-Litoral | 84-Enby, Graças, Jaquelia |
| 21-Ilha de Itamaracá | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Itapissuma | 86-Espanheiro, Afibis |
| 23-Prazeres, Vaquejada | 87-Pico, Monteiro, Apicuaes, |
| 24-Prazeres, Lagoa Chô da Guá | 88-Vasco da Gama |
| 25-Piedade, Candelas e Cunha do | 89-Mangabeira, Alto José do P |
| 26-Candelas | 90-Morro da Condição, Alto José B o |
| 27-Marcos Freire, Guararapes | 91-Macaxeira, Corrego do Jenipapo |
| 28-Montes Guararapes, Jardim Jordao | 92-Nova Desoberta |
| 29-Piedade, Ariana | 93-Bairro de Beberibe, Bairro da Guab |
| 30-Prazeres, Estrada da Batalha | 94-Guadalupe, Passarinho |
| 31-Cajueiro S. e o | 95-Cordero |
| 32-Piedade Av. Copacabana | 96-Torre |
| 33-Barra de Jangada | 97-Paredão, Zumbi |
| 34-Dom Helder | 98-Ipuinga |
| 35-Guararapes | 99-Torões, Engenho do Meio |
| 36-Conjunto Muribeca | 100-Madriena, Ilha do Retiro |
| 37-Via da Muribeca, Compostas | 101-Caxanga, Vazzea, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Masangana | 102-Vazzea, UR 7 |
| 39-Cavaleiro | 103-Bomol, Mustardinha, Manouera |
| 40-Sucupira | 104-Abgados |
| 41-Dos Carneiros | 105-Arelas |
| 42-Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Alto do Céu, Curado I | 107-Sancho, Coqueiral |
| 44-Curado | 108-Curado, ToD |
| 45-S. de Aleixo, Minassu | 109-S. Martin |
| 46-Jaboato Centro, Floriano | 110-Iguia, Estancia |
| 47-Jaboato Centro, Vis. Alegre | 111-Barro, T. gipio |
| 48-Jaboato Centro, Via Rica | 112-Bom Viagem, Ofa |
| 49-Moreno | 113-Bom Viagem, Sebubal |
| 50-Passarinho | 114-Bom Viagem, Shopping |
| 51-Aguas Compridas, Sapucaia | 115-Pina |
| 52-Sítio Novo, Peixinhos | 116-Intébeira |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Via Pinheiros, Sítio Grande, L |
| 54-Ourô Preto | 118-Ibuca, Vila do SESI |
| 55-Jardim Fragoso, Bultrins | 119-Ibuca de Baixo, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Varadouro | 121-Tres Carneros |
| 58-Taboão, Rio Doce | 122-IPSEP |
| 59-Taboão, Zona Rural | 123-Brasília Temosa |
| 60-Janga | 124-Jordao |
| 61-Pau Amarelo, Mata Fainha | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mata do Janga | 126-S. João, São Paulo |
| 63-Maranguape I | 127-Parque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nossa Senhora da Luz, Mutbará |

- 2000_rmr_municipio.shp
- 2000_rmr_subdistrito.shp
- 2000_AED_LEGENDA.shp

2000_MOBILIDADE.shp

- 0.9 - 3.7 (Muito Baixo)
- 3.7 - 6.6 (Baixo)
- 6.6 - 26.1 (Médio)
- 26.1 - 39.5 (Alto)
- 39.5 - 59.6 (Muito Alto)



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, Maria Ângela Souza

2.6. Incidência de Homicídios

A Região Metropolitana de Recife apresentou no ano de 2002 uma taxa de 69,4 vítimas de homicídios, registrados pelo Ministério da Saúde 100 mil habitantes. Essa taxa representa mais que o dobro da média nacional (30,6 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes), o que destaca a RM Recife como uma das regiões mais violentas do país, e supera a média de Pernambuco (que corresponde a 55,7 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes). No contexto metropolitano, os municípios Cabo de Santo Agostinho e Olinda destacam-se por possuírem as taxas mais altas, com valores respectivos de 97,8 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes e 96,7 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes, respectivamente. Enquanto Cabo de Santo Agostinho mantém sua tendência de crescimento no período (33,2%), Olinda apresenta ligeiro decréscimo (-3,6%), (Tabela 2.14).

TABELA 2.14 – RMR. Comportamento das Taxas de Vítimas de Homicídios (1)
Registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes por Municípios
Segundo Nível de Integração do Pólo Metropolitano. (1998 a 2002)

Nível de integração metropolitana	Nº de Vítimas de Homicídios, no ano de 2002	População em 2002	Taxa de Vítimas de homicídios p/ 100.000 hab.s, no ano de 2002	Médias das Taxas de Vítimas de homicídios p/ 100.000 hab.s, 1998-2002	Evolução da Taxa de Vítimas de homicídios p/ 100.000 hab.s, 1998-2002 (%)	Posição em relação à média da Taxa Região Metropolitana de homicídios p/ 100.000 hab.s - 1998-2002	Comportamento da Evolução da Taxa de Vítimas de homicídios p/ 100.000 hab.s - 1998-2002
Município pólo							
Recife	958	1.449.136	66,1	72,1	-21,3	abaixo	
Município com Muito Alto nível de integração							
Jaboatão dos Guararapes	495	601.425	83,3	88,6	0,3	acima	crescendo
Olinda	361	373.478	96,7	100,3	-3,6	acima	decrecendo
Paulista	130	272.913	47,6	51,6	-9,3	abaixo	decrecendo
6.132 Municípios com Alto nível de integração							
Abreu e Lima	65	91.568	71,0	64,9	10,1	abaixo	crescendo
Cabo de Santo Agostinho	155	158.438	97,8	85,7	33,2	acima	crescendo
Camaraçipe	65	134.867	48,2	59,5	-33,2	abaixo	decrecendo
Municípios com Médio nível de integração							
Araçoiaba	6	15.904	37,7	43,0	–	abaixo	–
Igarassu	28	85.174	32,9	49,2	-40,3	abaixo	decrecendo
Ilha de Itamaracá	11	16.755	65,7	89,8	–	acima	–
Ipojuca	11	62.196	17,7	58,9	-81,3	abaixo	decrecendo
Itapissuma	18	20.897	86,1	69,4	15,0	abaixo	crescendo
Moreno	22	51.324	49,9	39,3	58,4	abaixo	crescendo
São Lourenço da Mata	51	91.355	55,8	86,3	-45,2	acima	decrecendo
RM do Recife	2.376	3.425.430	69,4	75,5	-14,3	–	decrecendo
Pernambuco	4.500	8.084.722	55,7	57,8	-8,4	–	decrecendo
Brasil	53.242	174.632.932	30,6	29,5	5,6	–	crescendo

Fonte: Ministério da Saúde / Fundação nacional de Saúde - FUNASA

Organização dos dados: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Coordenação Geral de pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação.

1. Valores absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM)

Entre 1998 e 2002, o crescimento percentual das taxas de vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes para o Brasil foi de 5,6%, sendo que Pernambuco caiu -8,4% e a Região Metropolitana de Recife caiu -14,3%. Esse decréscimo também ocorreu nos municípios do Recife (-21,3%), e em outros municípios metropolitanos. Contudo, no mesmo período, Moreno foi o município que apresentou maior crescimento percentual da taxa de vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes (58,4%), e Ipojuca foi o que mais reduziu ao longo desse período (-81,3%).

Cerca de 75% do total das vítimas de homicídios registrados na RMR, entre 1998 e 2002, concentram-se em três municípios do núcleo metropolitano: Recife (40,8% do total de vítimas de homicídios registrados), Jaboatão dos Guararapes (20,5% do total) e Olinda (14,7%). Esses municípios, por sua vez, segundo dados do Censo de 2000, reuniam cerca de 71% da população metropolitana.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que o número de vítimas de homicídios registrados é expressivo entre jovens em idade produtiva e reprodutiva, especialmente aquela na faixa de 15 a 24 anos (45%). Ressalta-se, também, um forte diferencial por sexo, uma vez que, em 2002, o sexo masculino representava a maioria das vítimas de homicídios (94%), na Região Metropolitana de Recife.

O uso da arma de fogo predomina nos crimes de homicídio da região do Recife, e sua utilização cresce de 50% dos homicídios registrados pelo Ministério da Saúde, no ano de 1980, para 80 %, no ano de 2002. Este fato expressa a expansão da violência urbana e a magnitude que esta adquire na metrópole recifense.

3. Condições Institucionais Metropolitanas e de Cooperação Intermunicipais

3.1. Quadro Institucional da Gestão Metropolitana

A Região Metropolitana do Recife – RMR foi instituída como área administrativa mediante a Lei Federal n.º14 de 8 de junho de 1973, atendendo a um objetivo do Governo Federal de implantar uma política de desenvolvimento nas áreas do entorno das capitais brasileiras, unindo os municípios ligados territorialmente por problemas comuns. No ano de 1994, a Lei Estadual Complementar n.º10, reafirma a Região Metropolitana do Recife e o sistema de gestão metropolitana, conferindo-lhe novo formato, de modo a adequar o processo de gestão metropolitana aos de gestão dos municípios metropolitanos, redefinidos pela Constituição Federal de 1988.

Composta, inicialmente, de nove municípios, a RMR conta, no momento atual, com 14 municípios, tendo seu perímetro acrescido na última década com a incorporação do município de Ipojuca, conforme explicitado no Quadro 3.1, a seguir.

QUADRO 3.1 – Composição da Região Metropolitana de Recife

Muniípios Originais Lei 14./1973		Municípios Desmembrados			Município Incorporado		
Municípios	Nível de Interação com Municípios Pólo	Municípios	Ano de Desmembramento	Nível de Integração com Município Pólo	Município	Lei Estadual de Incorporação	Nível de Integração com Município Pólo
Recife*	Município pólo						
Olinda*	Muito alto						
Jaboatão dos Guararapes*	Muito alto						
Paulista	Muito alto	Abreu e Lima	1983	Alto			
Cabo de Sto Agostinho*	Médio						
Igarassu*	Médio	Itapissuma	1983	Médio			
Ilha de Itamaracá*	Médio	Araçoiaba	1997	Médio			
São Lourenço da Mata*	Médio	Camaragibe	1983	Alto			
Moreno*	Médio						
					Ipojuca**	Lei n. 10/1994	Médio

Fonte: Informações obtidas na Agência Condepe/Fidem e IPARDES (1995)

* Lei Complementar Federal 14/1973

** Lei Complementar Estadual 10/1994

A gestão metropolitana foi implantada no contexto autoritário e centralizador da administração pública federal dos anos 70, e seu quadro institucional passou por algumas transformações nessas três últimas décadas, configurando dois momentos bem distintos, que têm como marco a Constituição Federal de 1988.

Já em 1971, havia sido instituído no Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE, um Grupo de Trabalho para o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – GDRM. Por determinação da Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973, em obediência aos dispositivos da Constituição Federal de 1967 e emenda constitucional de 1968, o Governo do Estado de Pernambuco, instalou, mediante a Lei Estadual n.º 6708, de 17 de junho de 1974, o Conselho de Desenvolvimento da RMR – CONDERM, órgão deliberativo e consultivo, delegando ao CONDEPE a responsabilidade de apoiar tecnicamente os Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMR. No ano seguinte, o Governo de Pernambuco criou, mediante a Lei Estadual n.º 6873, de 22 de abril de 1975, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado, com

a incumbência de funcionar como órgão de apoio técnico e administrativo aos Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMR instalados. Ainda no mesmo ano, instituiu mediante a Lei Estadual n.º 3003 de 02 de dezembro de 1975, o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM.

O CONDERM – núcleo de decisão do Sistema de Gestão Metropolitana – expressava, no momento de sua criação, a preponderância do Estado sobre os municípios, mediante a sua composição, que seguia o modelo estabelecido pela União, no § 1º do Art. 2º, da Lei Federal n.º14 /1973, de acordo com a Lei Estadual n.º 6708/ 1974. O Conselho Deliberativo era presidido pelo Governador do Estado e composto por mais cinco membros, sendo integrantes o Prefeito da Capital – Recife e um Prefeito eleito como representante dos demais municípios, além de mais três membros designados pelo Presidente do Conselho. O Conselho Consultivo tinha como composição um representante de cada município e era também presidido pelo Presidente do Conselho Deliberativo – o Governador do Estado. Sua atuação era restrita, não sendo muito representativa para a região. A atuação predominante era do Conselho Deliberativo, embora de caráter formal. Não havendo periodicidade de reuniões específicas, esse Conselho se reunia em convocações extraordinárias quando havia assunto e pauta.

A FIDEM consolidou-se, até o final dos anos 80, como a expressão local do modelo de administração metropolitana, apoiado no princípio da “eficiência técnica” dos agentes promotores da política urbana nacional assumindo, como objeto de trabalho e dentro do princípio da administração compartilhada, todos os serviços de interesse metropolitano previstos na Lei Complementar Federal n.º14 de 1973, a exceção de gás encanado inexistente na ocasião. Destacou-se pela montagem de um sistema de informações sobre a metrópole, no qual se destaca o Projeto de Unificação das Bases Cadastrais – UNIBASE, bem como por sua capacidade de estabelecer convênios e gerir recursos para elaboração de planos e projetos e para repasse aos municípios. Com relação aos serviços comuns aos municípios, a FIDEM adotava a tese da administração compartilhada, buscando por alianças técnicas, as responsabilidades federal, estadual e dos municípios metropolitanos. Como órgão técnico e administrativo, a FIDEM era respeitada no cenário nacional e entre as agências internacionais e procurava adotar uma posição equidistante dos municípios, utilizando o critério de “autoridade técnica” para fazer valer as suas proposições. De certa forma, a FIDEM sobrepujou os Conselhos – Deliberativo e Consultivo – raramente convocados.

Frente à atuação do sistema de gestão metropolitana, os municípios não exerciam efetivamente seu papel, seja no Conselho Consultivo, seja no Deliberativo. Alguns municípios administrados por prefeitos eleitos pelo partido de oposição, a partir de 1985, verbalizavam insatisfação política, embora com moderação, uma vez que eram razoavelmente atendidos em suas demandas e considerando, principalmente, que os recursos eram repassados pelo Estado.

A Constituição Federal de 1988, embora tenha tratado as questões metropolitanas de forma genérica, criou condições para a reorganização das regiões metropolitanas e de seus arranjos institucionais dentro de um novo quadro federativo configurado na autonomia política e administrativa dos municípios e nas relações de cooperação intergovernamental, delegando aos Estados a prerrogativa de criar Regiões Metropolitanas.

Na fase que se segue à promulgação da Constituição de 1988, o processo de gestão metropolitana sofreu algumas transformações, que repercutiram na continuidade do processo de planejamento e gestão desempenhado pela FIDEM, especialmente no que se refere ao sistema de informações metropolitanas. Esta instituição passou por algumas reformas administrativas no âmbito do governo estadual, com a sua fusão, em 1988, com outros órgãos de planejamento do governo estadual e, logo no início da gestão estadual seguinte (1991-1994), com o retorno para o formato institucional anterior.

Com a sua reconstituição, em 1991, a partir da experiência acumulada e estudo das interpretações jurídicas e técnicas das disposições constitucionais, a FIDEM passa a coordenar um processo de discussão e de negociação com lideranças municipais, estaduais e da sociedade civil que culminou com a aprovação da Lei Estadual Complementar nº. 10, de 06 de Janeiro de 1994, que instituiu a Região Metropolitana do Recife – RMR e um novo formato de sistema de gestão metropolitana. Esta lei procura suprir o vácuo institucional existente à partir da Constituição de 1988 e da Constituição Estadual de 1989, no tocante a atuação estadual na região metropolitana, levando em consideração os sérios problemas enfrentados pelos municípios integrantes da região do Recife, em sua maioria de natureza comum e interligada, como: transporte público, saneamento, destinação final do lixo, entre outros.

A Lei Complementar nº. 10 de 1994 dispõe sobre a Região Metropolitana do Recife como uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural constituída pelo agrupamento de 13 municípios, uma vez que o município de Araçoiaba não havia,

ainda, sido desmembrado do município de Igaras e o município de Ipojuca passa a ser incorporado e a compor a RMR, por abrigar parte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE. A referida lei institui, também, em seu artigo 6º, o Sistema Gestor Metropolitano (SGM), dentro de um modelo de gestão integrado, cuja temática fosse o interesse comum entre os municípios e, fundamentalmente, da ação intergovernamental. Conforme esta lei, o SGM reafirma os instrumentos de gestão metropolitana já criados a partir da Lei Federal n.º14 de 1973, constituído de três entes, quais sejam:

- 1) O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – CONDERM que, como órgão deliberativo e consultivo, cumpre as funções de deliberação superior, formulação de política metropolitana e a articulação intergovernamental;
- 2) A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, hoje reestruturada pela Lei Complementar Estadual n.º. 49, de 31 de janeiro de 2003, sendo denominada de Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Agência Condepe/Fidem, com suas atribuições ampliadas; e
- 3) O Fundo de Desenvolvimento da RMR – FUNDERM.

O Sistema Gestor Metropolitano, segundo a Lei Estadual n.º 10/1974, deveria exercer suas atividades em campos de atuação, que foram definidos pela lei como as *Funções Públicas de Interesse Comum*. Ainda é previsto na legislação que os agentes envolvidos no exercício das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano devem adotar medidas legais e administrativas para: (I) o estabelecimento de procedimentos administrativos para que suas atividades se compatibilizem com as diretrizes de desenvolvimento e os padrões de desempenho dos serviços da RMR; (II) a definição da estrutura orçamentária necessária ao desempenho dessas funções; a recepção e processamento, em seus níveis governamentais, das deliberações do CONDERM; (III) a fixação de normas de compatibilização de interesse comum; o estabelecimento de medidas necessárias à participação na efetivação das funções públicas de interesse comum.

No período que se segue à publicação da Lei Estadual n.º 10/1994, a FIDEM se volta, prioritariamente, para a estruturação e instalação do CONDERM e das Câmaras Técnicas Setoriais. Como órgão de apoio técnico, encaminha para aprovação do Conselho projetos de resolução que constituem a base para a atuação do Sistema Gestor Metropolitano

no seu novo modelo, tais como: Regimento Interno, Política de Ação Intergovernamental Metropolitana; processo de elaboração do Programa Executivo Intergovernamental; recomendações às Prefeituras para adequarem suas Leis Orgânicas aos aspectos de natureza metropolitana; e Agenda Metropolitana para o exercício 1995.

O período de 1996-98 marca a fase de aprendizagem tanto para o órgão como para os Conselheiros, com o exercício efetivo do Sistema Gestor metropolitano, das práticas de interlocução e negociação de interesses, de administração de conflitos e oportunidades e superação de limitações institucionais e políticas do interesse comum metropolitano. A FIDEM cria uma Coordenadoria de Gestão Metropolitana para atuar como facilitador e articulador dos municípios, órgãos públicos – seja do Estado ou da União – e representações da sociedade. Por meio desta Coordenadoria, a FIDEM assegura as reuniões do CONDERM e dá encaminhamento às questões polêmicas para a RMR, respaldadas nas Câmaras Temáticas Setoriais. Além de atuar na retomada do planejamento metropolitano, como responsabilidade conjunta do Estado e Municípios que integram a região, a FIDEM manteve uma articulação com órgãos congêneres de outras regiões metropolitanas, constituindo-se membro dirigente do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, criado em Porto Alegre, em 1995.

No final da década de 90, outras reformas administrativas do governo estadual envolveram a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM: em 1999, esta se transforma na Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM, novamente por fusão com a Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIAM; e, em 2003, transforma-se em Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco – Agência Condepe/Fidem, por fusão com o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE.

No atual formato institucional, a Região Metropolitana do Recife – RMR é gerida pelo CONDERM, que possui como Secretaria Executiva a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Agência Condepe/Fidem, além de contar com o apoio das Câmaras Técnicas Setoriais Metropolitanas, sendo da competência do CONDERM dispor sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana – FUNDERM.

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – CONDERM é um órgão deliberativo e consultivo, presidido pelo Secretário de Planejamento de

Pernambuco, sendo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem a secretaria executiva deste Colegiado. O CONDERM, presidido pelo Secretário de Planejamento do Estado, é constituído pelos prefeitos dos 14 municípios metropolitanos, na condição de membros natos, e por 14 representantes do Governo do Estado nomeados pelo Governador, como membros deliberativos. Participam como membros consultivos do CONDERM: representantes do Poder Legislativo (municipal e estadual), sem direito a voto, sendo um parlamentar representante de cada Câmara Municipal e três deputados estaduais, representando a Assembléia Legislativa de Pernambuco. Vale salientar que, apesar da determinação constitucional de participação da sociedade civil nos Conselhos, o CONDERM mantém-se sem a participação da sociedade civil, o que seria fundamental, especialmente porque as decisões sobre a gestão metropolitana cabem ao CONDERM, em que cada agente exerce as funções que lhes são definidas no Conselho. Como suportes às deliberações do CONDERM, estão constituídas as Câmaras Técnicas Metropolitanas, como órgãos de apoio técnico, cuja composição permite a participação dos diversos segmentos sociais representativos da região. Ao Governo do Estado cabe o planejamento desenvolvido com os municípios, na forma de apoio técnico, além da captação de recursos para viabilizar as ações programadas.

A Agência Condepe/Fidem é a Secretaria Executiva do CONDERM e o órgão de apoio técnico às demandas advindas do CONDERM. É uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, que está vinculada institucionalmente à Secretaria de Planejamento. É um órgão de planejamento, estudos, pesquisas e articulação estadual e, também, presta apoio técnico e organizacional aos poderes municipais, inclusive implantando ações de desenvolvimento institucional nas Prefeituras Municipais e criando instrumentos para o fortalecimento municipal e a gestão do uso e ocupação do solo. Ao presidente da Agência Condepe/Fidem, na qualidade de secretário executivo do CONDERM, compete: tomar as providências necessárias ao cumprimento das resoluções do CONDERM, sempre mediante a articulação com as entidades e órgãos públicos envolvidos com a execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano; prestar o assessoramento ao CONDERM através de subsídios técnicos à formulação de políticas e diretrizes, estudos, pesquisas e planos de interesse para o desenvolvimento metropolitano; promover a compatibilização das propostas anuais de investimentos necessários à consecução do desenvolvimento metropolitano, contribuindo para viabilizar técnica, institucional e financeiramente esses investimentos; realizar a gestão do FUNDERM, submetendo seus instrumentos de controle financeiro à deliberação do CONDERM; prestar o apoio

técnico e organizacional aos poderes municipais, em particular a compatibilização dos planos municipais com o interesse metropolitano; desenvolver as atividades de promoção dos serviços técnicos especializados relativos à consolidação do sistema de informações, unificação das bases cadastrais e cartográficas e manutenção do sistema de dados socioeconômicos, territoriais, ambientais, e institucionais da Região Metropolitana do Recife; avaliar a eficácia das ações de interesse metropolitano, em especial das funções públicas de interesse comum; prestar o apoio necessário ao pleno funcionamento das Câmaras Técnicas Setoriais que vierem a ser instituídas pelo CONDERM.

O Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana – FUNDERM é o instrumento financeiro do SGM, de caráter rotativo, que se destina a financiar total ou parcialmente, sob forma de empréstimo ou a fundo perdido: os recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, pelo Estado e pelos Municípios situados na Região Metropolitana do Recife; os produtos de operação de crédito realizadas pela União, Estado e Municípios situados na Região Metropolitana do Recife, destinados ao financiamento de atividades e projetos integrantes de programas de interesse metropolitano; o retorno financeiro de empréstimos e subempréstimos para investimentos em obras e serviços no âmbito metropolitano; as rendas auferidas com a aplicação de seus recursos no mercado financeiro; os recursos provenientes de taxas e contribuições de melhoria, arrecadadas pelo Estado ou pelos municípios, relativas a empreendimentos e serviços de interesse metropolitano; as transferências a fundo perdido, provenientes de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; os recursos provenientes de outras fontes.

Para integrar o Sistema Gestor Metropolitano e participar do CONDERM, o município deve atender aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 10/94 em seu artigo 2º, conforme especificado a seguir:

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana do Recife está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência: I - evidência ou tendência de conurbação; II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; e III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

§ 1º - O território da Região Metropolitana do Recife será automaticamente ampliado havendo remembramento, fusão ou incorporação de qualquer município

referido no Art. 1º desta Lei, com município adjacente ali não referido, ou de Distritos deles emancipados.

§ 2º - Para efeito de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum afetas a dois ou mais municípios integrantes do espaço territorial metropolitano e que exijam ação conjunta dos entes públicos, a RMR poderá ser dividida em sub-regiões, devendo, para tanto, formar consórcios intermunicipais.

Como órgão articulador, a Agência Condepe/Fidem firma parceria com os diversos atores públicos e privados, visando garantir a harmonização de suas intervenções e estabelecendo uma base de apoio para a realização de estudos, pesquisas, planos e projetos de interesse para o Estado. Exerce, ainda, a função de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (CONDERM), sendo responsável pela gestão dos recursos para a Região, através do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM.

É importante registrar a importância do Sistema Gestor Metropolitano da RMR no cenário nacional, que se constitui em referência para os outros Estados da Federação, sendo amplamente reconhecido como modelo para a gestão metropolitana, em especial por aquelas integrantes do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, do qual o Sistema Gestor Metropolitano do Recife participa e os órgãos federais que atuam na área.

3.2. Instrumentos de Planejamento e Gestão

3.2.1. Instrumentos de Planejamento e de Gestão Metropolitanos

No período anterior à Constituição de 1988, o CONDERM deliberou sobre o planejamento metropolitano, aprovando o Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI/RMR, em 1976, o qual foi revisado pelo Plano de Desenvolvimento Metropolitano, em 1982; e aprovado o Projeto Grande Recife, componente do Projeto MINTER/BIRD de Regiões Metropolitanas do Nordeste.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR, aprovado pelo Conselho Deliberativo do CONDERM, em 1976, serviu de referência para a elaboração de planos setoriais – dentre os quais se destacam: o Plano de Preservação de Sítios Históricos – PPSH, em 1979, o Plano de Ordenamento Territorial – POT, em 1982, o Plano Diretor

de Transportes – PDT, em 1982, Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM), em 1983 o Plano de Parques Metropolitanos, além de programas de investimentos, alguns projetos e ações que se sucederam como de controle de parcelamento do solo urbano (aplicação da Lei Federal n.º 6766 DE 1979). O Projeto Grande Recife – PGR, que partiu de um pleito da Prefeitura do Recife ao BIRD, foi montado com base nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDI/RMR, concretizadas em ações de infra-estrutura metropolitana, urbanização de favelas, desenvolvimento institucional, emprego e renda.

Como fontes de recursos para investimentos de cunho metropolitano, gerenciados pela FIDEM, destacam-se: o Orçamento Geral da União – OGU, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano – FNDU, gerido pelo Conselho Nacional de Política Urbana – CNPU, posteriormente Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU; a subconta de transporte urbano gerido pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU; o Orçamento da SUDENE, para financiamento de planos e estudos; os recursos de crédito do Banco Nacional de Habitação – BNH e de empréstimos de agências internacionais tais como BID e BIRD; e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM, criado através da Lei Estadual n.º 3003/1975.

Após a Constituição de 1988 e da instituição do Sistema de Gestão Metropolitana, por Lei Estadual Complementar n.º 10/1994, a então FIDEM e, posteriormente (a partir de 2003), a Agência Condepe/Fidem, produziram Planos Diretores da Região Metropolitana do Recife. Foi produzido o Plano *Metrópole 2010*, elaborado, finalizado e aprovado no CONDERM, em 1998, que retrata a realidade da região, destacando como um dos seus principais problemas a desordenada ocupação urbana provocada pela falta de controle urbano, a carga dos municípios, e os vazios urbanos existentes, muitas vezes responsáveis pelo crescimento da especulação imobiliária e pela elevação dos custos de infra-estrutura, reunindo um conjunto de diretrizes, para nortear o processo de construção de uma metrópole desejada e apontando as oportunidades de desenvolvimento a serem implementadas a longo prazo. O Plano *Metrópole Estratégica*, elaborado em 2004, numa parceria com o Banco Mundial, o *Cities Alliance* e o IPEA, tendo como embasamento todas as ações desse território, com destaque para o Plano Plurianual – PPA Estadual 2004-2007, que inseriu potencialmente suas recomendações. Dividido em 16 estudos temáticos, apresenta as metas estratégicas de competitividade e equidade para a RMR, para o período 2003 a 2015, tendo sido aprovado, em forma de metas, pelo CONDERM.

No âmbito do CONDERM, que delibera sobre metas trabalhadas e definidas por suas Câmaras temáticas, a Agência Condepe/Fidem desenvolve alguns planos, projetos e programas, articulando as ações de diversos municípios da RMR, por envolverem ações compartilhadas entre eles. Dentre esses planos e programas destacam-se o *Programa Viva o Morro*; o *Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência na RMR*; e o *Programa de Infra-Estrutura em áreas de Baixa Renda na RMR – PROMETRÓPOLE*, explicitados no item seguinte. O *Programa de Tratamento de Resíduos Sólidos*, anteriormente gerido pela FIDEM, passou a ser desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado (SEDUPE), a partir de 1999, reunindo, também, gestão intermunicipal.

Como ação de fortalecimento e apoio ao desenvolvimento dos municípios onde inexistem ou estão desatualizados os instrumentos normativos e legais de controle urbanístico, especialmente o Plano Diretor que se constitui uma obrigatoriedade constitucional para a maioria dos municípios da RMR, a exceção de Araçoiaba e Itamaracá, a Agência Condepe/Fidem estabelece convênio de cooperação com as Prefeituras Municipais para a elaboração de Plantas Diretoras, contando com a participação da sociedade civil e demais atores que atuam direta ou indiretamente no cenário municipal. Visa instrumentalizar os municípios para o ordenamento territorial e o desenvolvimento municipal, tendo como conteúdo básico o zoneamento e as diretrizes gerais para a gestão do uso e ocupação do solo e padrões urbanísticos; a hierarquização do sistema viário; e as recomendações de intervenção. Desse modo, apoia os municípios a cumprirem a exigência do Estatuto das Cidades e, ao mesmo tempo, aprofunda a estratégia para o desenvolvimento local dentro de uma lógica regional.

No âmbito da gestão do uso do solo metropolitano, a Agência Condepe/Fidem atua na concessão de Anuência Prévia a projetos de loteamentos, condomínios e desmembramentos¹³, bem como na emissão de Consulta Prévia acerca das Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo nos municípios da Região Metropolitana do Recife, na Orla Marítima do Estado e em Áreas de Interesse Especial, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 6766/79, referente ao parcelamento do solo urbano, que confere aos Estados a competência para o exame e a Anuência Prévia a projetos de parcelamento urbano.

13 A regularização de loteamentos/desmembramentos ou condomínios requer, segundo a Lei Federal nº 6766/79 – Artigo 50, além da anuência da Agência Condepe/Fidem, a licença da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, a aprovação pela Prefeitura Municipal e o registro no Cartório de Imóveis.

Do ponto de vista do suporte à atuação da Agência Condepe/Fidem, torna-se importante ressaltar que, ao longo da existência do órgão gestor metropolitano, um conjunto de leis e normas conferiu objetividade à sua ação no espaço metropolitano (Quadro 3.2).

QUADRO 3.2 – Leis e Normas do Parcelamento Urbanístico e Ambiental de Referência para o Planejamento e Gestão da RMR

Lei	Objeto	Ano
Lei Federal nº 4.771/1965, modificada pela Lei Federal nº 803/1989.	Código Florestal	15.09.1965 1989
Lei federal nº 6.766/1979 modificada pela Lei Federal nº 9.785/99	Trata do parcelamento do solo urbano e estabelece a obrigatoriedade da anuência do órgão metropolitano para aprovações	19.12.1979 29.01.1999
Decreto Estadual nº 6.347/1980	Define competência do órgão metropolitano;	18.03.1980
Lei Federal nº 6.938/1081	Política Nacional do Meio Ambiente	31.08.1981
Lei Estadual nº 9860/1986	Define as Áreas de Proteção de Mananciais na RMR	12.08.1986
Lei Estadual nº 9931/1986	Define as Áreas Estuarinas de Pernambuco.	11.12.1986
Lei Estadual nº 9.960/1986	Define as Áreas de Interesse Especial - Orla Marítima dos Municípios de Pernambuco	17.12.1986
Lei Estadual nº 9989/1987	Define as Reservas Ecológicas da RMR	13.01.1987
Lei Estadual nº 9.990/1987	Define regras de parcelamento do solo urbano na RMR	14.01.1987
Lei Estadual 11.516/97, alterada pela Lei nº 11.734/1999	Licenciamento ambiental pela CPRH e Lei de Infrações ao Meio Ambiente	1997 1999
Lei Federal nº 9.605/1998	Lei de Crimes Ambientais	12.02.1998
Decreto Estadual nº 20.586/1998, que regulamenta a Lei nº 11.516/1997	Define competências, licenciamento, infrações do órgão de gestão ambiental – Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – CPRH	28.05.1998
Lei Federal nº 7.661/1988	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	1998
Decreto Estadual nº 21972/1999	Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC do Litoral Sul de Pernambuco.	29.12.1999
Decreto Estadual nº 24017/2002	Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC do Litoral Norte de Pernambuco.	07.02.2002
Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 303/2002	Limites e Definições das áreas de Preservação Permanente	2002
Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 312/2002	Licenciamento ambiental dos empreendimentos de Carcinicultura	2002
Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA nº 02/2002	Licenciamento ambiental dos empreendimentos de Carcinicultura	2002

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM

3.2.2. Instrumentos de Planejamento e Gestão dos Municípios Metropolitanos

No âmbito da gestão urbana, observa-se uma grande diversidade entre os municípios da RMR, que se expressa, nos instrumentos urbanísticos normativos que eles dispõem.

Destacam-se, nesse aspecto, os dois municípios que dão origem ao processo de ocupação metropolitana – Olinda e Recife, conforme se observa no Quadro 3.3, que apresenta as legislações vigentes e em processo de revisão nos municípios metropolitanos.

Na Região Metropolitana do Recife, apenas os municípios de Recife (1991) e Olinda (1997) dispõem de Planos Diretores elaborados nos termos da Constituição de 1988, ambos já revisados para incorporarem os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001). O novo Plano Diretor do Recife, cuja proposta data de 2005, encontra-se na Câmara Municipal para discussão e aprovação, enquanto o Plano Diretor de Olinda foi revisado e aprovado em 2004. Alguns municípios encontram-se em processo de elaboração e discussão de seus respectivos Planos Diretores, por meio de um sistema de planejamento participativo, conforme determinações do Estatuto da Cidade. O município do Cabo de Santo Agostinho incorporou em sua proposta estratégias de desenvolvimento sustentável, com previsão até 2010; o município de Jaboatão dos Guararapes constituiu um Conselho Coordenador da elaboração do Plano Diretor, onde diversos atores sociais da cidade e da região possuem assentos; o município de Moreno iniciou recentemente (2006) a elaboração de seu Plano Diretor, o qual se encontra em fase de diagnóstico.

Os municípios de Recife, Camaragibe e Paulista não possuem zonas rurais. Em sete municípios (Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Ilha de Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata) estes perímetros foram definidos na década de 80 e precisam ser revistos para incorporarem áreas de forte expansão urbana. O município de Olinda encontra-se em fase de revisão de sua lei. Outros municípios, a exemplo de Itapissuma, possuem o limite urbano-rural estabelecido por Planta Diretora¹⁴ (2000). Já os municípios de Ipojuca e Araçoiaba não possuem lei de perímetro urbano. Cabe ressaltar que esta lei é utilizada pelo IBGE para definir as áreas urbanas e rurais dos municípios, na ocasião dos Censos Demográficos. Apenas quatro municípios metropolitanos (Cabo, Camaragibe, Recife, Moreno) possuem lei de parcelamento. Nos demais, vale as determinações da Lei Federal 6766, de 1979, cuja revisão encontra-se tramitando no Congresso Nacional.

14 A Planta Diretora consiste em instrumento propositivo e normativo de ordenamento do solo municipal, elaborado pelo município que não possui Plano Diretor, sob a orientação da Agência Condepe/Fidem, que passa a compor a Legislação Básica Municipal, desde que seja aprovado pela Câmara de Vereadores.

Quase todos os municípios metropolitanos possuem Leis de Zoneamento, com exceção de Ipojuca, só incorporado à RMR em 1994, e Araçoiaba, desmembrado do município de Igarassú em 1995. No Recife, a Lei de Uso e Ocupação do Solo nº. 16.176/1996 encontra-se em vigor em parte do território municipal, enquanto a Lei nº. 16.716/2001 a excepciona para 12 bairros da cidade. O município de Olinda é regido pela Lei 3.826 de 1973 e pela Lei de Zoneamento 4849/2002 (referente ao Sítio Histórico), encontrando-se em processo de revisão a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Posturas do município. O município do Cabo está elaborando a sua lei de zoneamento e uso e ocupação do solo, já incorporando os instrumentos previstos no Plano Diretor em elaboração.

É importante ressaltar que coube à FIDEM um importante papel no disciplinamento e ordenamento do solo metropolitano, considerando principalmente sua atuação na aplicação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano na RMR Recife e no Litoral de Pernambuco, bem como através dos processos de anuências prévias, concedidas aos projetos de parcelamento do solo urbano, antes da aprovação pelos Municípios. Esta condição, exercida desde 1979 (anteriormente era exercida sem regulamentação), favoreceu sua atuação em municípios que não possuem Planos Diretores, dando-lhe condições para a formulação do instrumento da Planta Diretora.

**QUADRO 3.3 – Levantamento das Legislações Urbanísticas Vigentes
nos Municípios da Região Metropolitana do Recife. (2006)**

Municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano	Plano Diretor	Lei do Perímetro (Zoneamento Territorial)	Lei de Uso e Ocupação do Solo	Código de Obras/ Edificações	Código de Posturas	Observações
Município Pólo						
Recife	Lei 15.547/1991(1)	Lei 16.286/1997(2)	Lei 16.176/1996 Lei 16.289/1997(3) Lei 16.716/2001(4)	Lei 16.292/1997	Lei 16.292/1997	(1) Revisão em processo de aprovação (2) Parcelamento do solo (3) Altera a Seção de Usos Incômodos (4) Substitui a lei em vigor para 12 bairros da cidade.
Municípios com Muito Alto nível de integração						
Olinda	Lei Complementar 26/2004	Lei 3826/1973 Lei 4393/1983(1)	Lei 3826/1973 Lei 4849/1992(2)	Lei Complementar 13/2002	Lei 3826/1973(3)	(1) Zoneamento territorial (Em processo de revisão). (2) Legislação urbana dos Sítios Históricos. Em revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (3) Em revisão
Jaboatão dos Guararapes	(1)	Lei 229/1983	Lei 229/1983 Lei 256/1996(2)	Lei 229/1983	Lei 229/1983	(1) Em elaboração (2) Altera usos
Paulista	–	Lei 2802/1985 Lei 3147/1992(1)	Lei 2802/1985	(2)	–	(1) Torna urbano o município e cria bairros (2) Utiliza a lei de Recife
Municípios com ALTO nível de integração						
Abreu e Lima	–	Lei 127/1987(1)	Lei 127/1987	(2)	(2)	(1) Zoneamento territorial. (2) Utiliza a lei de Recife
Cabo de Santo Agostinho	(1)	Lei 1522/1989 (2)	(3)	Lei 1520/1989	Lei 1520/1989	(1) Em elaboração (2) Parcelamento (3) Em revisão
Camaragibe	–	Lei 32/1997(1)	Lei 32/1997	(2)	–	(1) Parcelamento (2) Em elaboração
Municípios com MÉDIO nível de integração						
Araçoiaba	–	–	440/2001	–	–	Município desmembrado de Igarassú em 1995.
Igarassu	–	Lei 2208/1996(1)	Lei 1554/1979 Lei 2466/2003(2)	Lei 12/1988	Lei 12/1988	(1) Zoneamento territorial. (2) Planta Diretora
Ilha de Itamaracá	–	Lei 611/1986(1) Lei 861/1997(2)	Lei 674/1989	Lei 674/1989	–	(1) Zoneamento territorial. (2) Define bairros
Ipojuca	–	–	–	Lei 846/1984	–	–
Itapissuma	–	Lei 276/1992 (1)	Lei 232/1990	–	–	(1) Zoneamento territorial
Moreno	(1)	Lei 166/1989(2) Lei 171/1997(3)	Lei 166/1989(2)	Lei 166/1989(2)	–	(1) Em elaboração (2) Zoneamento territorial e parcelamento (3) Altera a Lei 166/1989
São Lourenço da Mata	–	Lei 1749/1989	Lei 1749/1989	–	–	–

Fonte: Dados fornecidos pela Agência Condepe/Fidem (2004), atualizados por informações fornecidas pelos municípios.

Em termos da regulamentação das edificações, constata-se certa fragilidade em alguns municípios. Araçoiaba, Itapissuma e São Lourenço da Mata não possuem código de obras e os municípios de Paulista e Abreu e Lima adotam o código de edificação e instalações em vigor no Recife (revisado em 1997). Os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Igarassú, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno e Jaboatão dos Guararapes utilizam os respectivos códigos de obras, todos elaborados nos anos 80. Olinda revisou seu código de obras em 2002 e o de Camaragibe encontra-se em processo de elaboração.

O Quadro 3.4 apresenta uma síntese dos instrumentos urbanísticos normativos estabelecidos nas legislações dos municípios metropolitanos. Constata-se que os municípios que possuem Planos Diretores (Recife e Olinda); com revisão concluída ou em processo, incorporam os instrumentos urbanísticos estabelecidos no Estatuto da Cidade, a exemplo do IPTU progressivo, direito de preempção, ZEIS, entre outros. Os municípios metropolitanos que não possuem Planos Diretores, encontram-se, na sua maioria, com Plantas Diretoras, orientadas pela Agência Condepe/Fidem, como é o caso dos municípios de Igarassu, Paulista e Ipojuca (parcial), Itamaracá, Araçoiaba, São Lourenço, Itapissuma e Moreno, cujas Plantas Diretores passaram a ser, desde a sua finalização e aprovação no CONDERM, referenciais para a expansão das respectivas áreas urbanas.

QUADRO 3.4 – Instrumentos Urbanísticos dos Municípios da RMR. (2006)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano	Plano Diretor	Planta Diretora	ZEIS	Solo Criado	IPTU Progressivo no Tempo	Operação Interligada	Operação Urbana	Contribuição de Melhoria	Consórcio Imobiliário	Usucapião Urbano	Desapropriação	Concessão do Direito Real de Uso	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória.	Direito de Superfície	Direito de Preempção	Transferência do Direito de Construir	Regularização Fundiária	Assistência Técnica e Jurídica para as Comunidades	Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA)	Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)
Município Pólo																					
Recife*																					
Municípios com MUITO ALTO nível de integração																					
Olinda**																					
Jaboatão dos Guararapes***																					
Paulista																					
Municípios com ALTO nível de integração																					
Abreu e Lima																					
Cabo de Santo Agostinho***																					
Camaragibe																					
Municípios com MÉDIO nível de integração																					
Araoiaba																					
Igarassu																					
Ilha de Itamaracá																					
Ipojuca																					
Itapissuma																					
Moreno																					
São Lourenço da Mata																					

Fonte: Projeto Habitat - Rede Nacional de Avaliação e Disseminação de Experiências Alternativas em Habitação Popular, 2003, atualizado a por consultas a municípios e à Agência Condepe/Fidem.

* - Plano Diretor revisado em processo de aprovação na Câmara de Vereadores

** - Plano Diretor revisado e aprovado na Câmara de Vereadores e Lei de Uso e ocupação do Solo em Processo de revisão, com inserção estudo prévio de impacto ambiental e de vizinhança.

*** - Em processo de elaboração do Plano Diretor

O instrumento das ZEIS existe com limites definidos na lei de uso e ocupação do solo em quatro municípios (Recife, Paulista, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe). Em Olinda, o instrumento foi instituído em lei desde 1997, porém as áreas não foram gravadas (os limites legais não foram aprovados na Câmara de Vereadores), o que só se efetivou na aprovação da Lei nº. 5382 de 2003 – Lei do PREZEIS, elaborada especificamente para instituir as ZEIS e prever o sistema de gestão, a exemplo do existente no município do Recife, estabelecido também por lei específica (Lei do PREZEIS nº. 14.947 de 1987, revisada pela Lei n.16.113 de 1997). No Cabo de Santo Agostinho, as ZEIS estão em processo de aprovação na Câmara de Vereadores, incluindo, também, o processo de gestão. Vale destacar que o instrumento ZEIS é, hoje, uma recomendação do Estatuto da Cidade, visando sua incorporação nos Planos Diretores municipais. É também uma pré-condição para a implantação do Projeto Habitar Brasil BID.

3.3. Ações de Cooperação entre Municípios Metropolitanos

Em termos de consórcios intermunicipais na RMR, não existe nenhum em funcionamento. Registra-se um processo de negociação entre os Municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Itamaracá, para formar um Consórcio da Zona da Mata, para instalar um Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU, a exemplo do que foi instalado no município do Recife, com ambulâncias que atendem, especialmente, as comunidades mais pobres.

Alguns serviços de interesse comum entre municípios metropolitanos são objetos de convênios de cooperação e são geridos com a interveniência de órgãos estaduais, sem se constituírem consórcios. Os convênios firmados entre municípios firmados para a destinação final de lixo são exemplos desse tipo de cooperação, anteriormente geridos pela FIDEM e, a partir de 1999, administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado (SEDUPE).

Na RMR existem dois aterros sanitários: o de Muribeca, situado no município de Jaboatão dos Guararapes, que atende mediante convênio de cooperação o município do Recife; e o de Aguazinha, situado no município de Olinda, e restrito a este. Mediante o *Programa de Tratamento de Resíduos Sólido* da SEDUPE, que visa otimizar o tratamento, coleta e disposição do lixo, a partir de um modelo de administração assumido pelas prefeituras dos municípios da região metropolitana, alguns lixões estão sendo transformados em aterros

sanitários: nos municípios de Paulista (Mirueira) e de Cabo de Santo Agostinho, com atendimento restrito a estes municípios, respectivamente; no município de São Lourenço da Mata, atendendo também ao município de Camaragibe; e no município de Igarassu, atendendo, além deste, os municípios de Itamaracá, Itapissuma e Abreu e Lima.

Outras ações compartilhadas entre municípios metropolitanos têm sido objeto de atuação do CONDERM. As metas são trabalhadas no âmbito das Câmaras Metropolitanas e são deliberadas neste Conselho, com o apoio da Agência CONDEPE/FIDEM que desenvolve os planos, projetos e programas, articulando as ações de diversos municípios da RMR e as diversas fontes de financiamento.

O *Programa Viva o Morro*, com recursos do Ministério da Integração Nacional, é o resultado de uma ação articulada e integrada das Prefeituras dos Municípios, desenvolvida com apoio do Governo do Estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM para a implementação de intervenções destinadas a promover a estruturação urbana dos morros, objetivando a melhoria e as condições de habitabilidade e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população moradora dessas áreas. Esse Programa envolve um processo participativo entre os integrantes da Câmara Temática de Saneamento e Meio Ambiente – CMMAS do CONDERM – que representam o setor público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada, Organizações Não-Governamentais e todas as administrações municipais. A iniciativa das Prefeituras dos Municípios, motivadas pelos repetidos acidentes nos morros habitados da região metropolitana, levou o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife a fazer um alerta e propor a inclusão dos Morros e Encostas na pauta de discussão dos problemas comuns, como uma questão de direito à vida e eleger a implantação de um *Programa de Estruturação dos Morros da RMR*, como uma das prioridades de intervenção pública, a ser empreendida pelos Governos Federal, Estadual e Municipais, com a participação da comunidade.

O *Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência na RMR*, com recursos do Ministério da Justiça, representa o resultado do esforço empreendido pelo conjunto dos 14 municípios que compõem a região, estimulados pela iniciativa do Governo Federal, através da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Os municípios se uniram com o propósito de elaborar uma proposta integrada de enfrentamento da relevante questão da violência e submetê-la à apreciação do Governo Federal para viabilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O *Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda na RMR – Prometrópole*, com recursos do Banco Mundial, é executado em cooperação com a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA e com diversas entidades da administração direta e indireta das Prefeituras de Recife e de Olinda, tendo como foco principal de atuação as áreas onde estão concentradas as comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife, inseridas na área da Bacia do Rio Beberibe. O Programa visa ao combate à pobreza mediante a implementação de ações integradas de infra-estrutura urbana, a ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados às comunidades e a ampliação dos mecanismos de regularização fundiária, de modo a promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da RMR.

3.4. Representação em Conselhos Municipais na RMR

3.4.1. A Emergência e a Disseminação dos Conselhos Municipais

Na Região Metropolitana do Recife foram identificados, no ano de 2000, 55 Conselhos, dos quais faziam parte 1.217 conselheiros. No ano de 2002, que corresponde a uma nova gestão municipal, dados do IBGE (2002b) apontam para a existência de 88 Conselhos municipais, o que representa um acréscimo de mais 33 novos Conselhos.

Segundo dados da Tabela 3.1, há uma variação do número de Conselhos por município, assinalando-se com maior incidência de Conselhos os municípios: Cabo de Santo Agostinho, reunindo 11 (onze) Conselhos, Recife, Olinda e Ipojuca com 8 (oito) Conselhos, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e São Lourenço da Mata com 7 (sete), Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Moreno, com 6 (seis), Camaragibe e Itapissuma com 5 (cinco) e Abreu e Lima com 1 (um) Conselho Municipal.

No conjunto dos municípios estudados, observou-se uma diversidade de Conselhos, apresentando uma significativa concentração em alguns setores como pode ser observado: o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente está presente nos 14 municípios metropolitanos. O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente e o Conselho de Assistência Social só não existe no município de Abreu e Lima, como o Conselho de Saúde que não é registrado, também, em Abreu e Lima e em Itapissuma.

TABELA 3.1 – RMR. Conselhos Municipais da Região Metropolitana do Recife por Municípios Segundo Níveis de Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano. 2002

Municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano	Total de Conselhos Municipais	Tipos de Conselhos Municipais												
		Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	Conselho na Área de Educação	Conselho na Área de Saúde	Conselho de Assistência Social	Conselho na Área de Emprego/Trabalho	Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente	Conselho na Área de Turismo	Conselho na Área de Cultura	Conselho na Área de Habitação	Conselho na Área de Meio Ambiente	Conselho na Área de Transporte	Conselho na Área de Política Urbana	Conselho na Área de Desenvolvimento Econômico
Município Pólo														
Recife*	8	1	1	1	1		1		1		1		1	
Municípios com Muito Alto nível de integração														
Jaboatão dos Guararapes***	7	1	1	1	1		1				1			1
Olinda**	8	1	1	1	1		1		1			1	1	
Paulista	7	1	1	1	1	1	1				1			
Municípios com Alto nível de integração														
Abreu e Lima	1	1												
Cabo de Santo Agostinho***	11	1	1	1	1		1	1	1	1	1			1
Camaragibe	5	1		1	1	1	1							
Municípios com Médio nível de integração														
Araçoiaba	6	1	1	1	1	1	1							
Igarassu	6	1		1	1		1				1			1
Ilha de Itamaracá	6	1	1	1	1	1	1							
Itapissuna	5	1			1	1	1				1			
Moreno	6	1	1	1	1		1				1			
São Lourenço da Mata	7	1		1	1	1	1				1	1		
Município com Baixo nível de integração														
Ipojuca	8	1	1	1	1	1	1				1			1
Total RM Recife	91	14	9	12	13	7	13	1	3	1	9	3	2	4

Fonte: IBGE (2002b)

É importante ressaltar que, para a emergência e a disseminação dos conselhos municipais na RMR, dois aspectos merecem ser destacados. Por um lado, as lutas sociais por direitos e cidadania, desencadeados e vivenciados pela sociedade, pelos segmentos de esquerda a partir da década de 80, fizeram sobressair, quantitativamente, os Conselhos que,

no plano nacional, emergiram desses movimentos, a exemplo da Saúde¹⁵, da Assistência Social e da Criança e do Adolescente. Os efeitos desses movimentos se fizeram sentir também na década seguinte, com a institucionalização dos Conselhos. Por outro lado, a dinâmica e efervescência de alguns fatores, no Estado de Pernambuco e, em municípios da RMR, propiciaram a disseminação dos Conselhos. A mobilização de segmentos sociais comprometidos com a democracia participativa, empreendendo lutas cotidianas, desempenhou papel preponderante e ressoou em avanços na prática da estruturação dos Conselhos, destacando-se, mais uma vez, os casos da saúde, assistência social e criança e adolescente (Lima e Bitoun, 2004).

No âmbito da gestão pública municipal, ressalta-se o empenho em instaurar um conjunto de políticas e ações em consonância com os anseios da sociedade organizada propiciando, assim, o aparato institucional para a criação e funcionamento dos conselhos, destacando-se, nesse processo, os municípios do Cabo, Recife e Camaragibe. Para isso, também, contribuiu os requisitos legais para repasse de recursos federais aos municípios, como elementos impulsionadores e constitutivos dessa nova dinâmica participativa.

Os aspectos vinculados ao setor da saúde destacam-se na RMR. O Movimento da Reforma Sanitária conseguiu introduzir na Constituição um capítulo inteiro definindo a política nacional e os rumos da sua municipalização. Fortemente representado em Pernambuco, esse movimento atuou em escala municipal para, nas gestões iniciadas em 1993, implantar o novo modelo descentralizado de gestão dos serviços de Saúde, com base especialmente em programas comunitários de Agentes de Saúde, financiados pelos repasses do Fundo Nacional de Saúde. Destaque deve ser dado ao município de Camaragibe, onde a estratégia do poder municipal atribuiu à política de saúde um papel central na reorganização do território, associando ao desenvolvimento das práticas de administração participativa a implantação de Unidades de Saúde da Família atendendo paulatinamente à totalidade da população.

15 A regulamentação dos dispositivos constitucionais através de leis setoriais específicas fortaleceu e impulsionou os processos de mobilização, no sentido de operar os anseios populares. A regulamentação realizou-se em tempos diferentes, após a Constituição de 1988, e, cercada de muitos embates: Lei Orgânica da Saúde – LOS nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990; Estatuto da Criança e do Adolescente nº 6.242 de Outubro de 1991; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS nº 8.742 de 13 de Dezembro de 1993; Lei de Diretrizes de Base nº 9.131 de Dezembro de 1996.

Em relação à assistência social, o papel de grande significado no fomento e difusão dos conselhos foi exercido pelo Fórum¹⁶ Estadual de Assistência Social do Estado de Pernambuco, instalado em 1994. Sua atuação foi decisiva enquanto pólo multiplicador na criação e estruturação dos conselhos municipais por todo o Estado. O Fórum atuou como uma arena de diversidade agregando segmentos sociais advindos de diferentes organizações sociais e segmentos vinculados à gestão pública, discutindo mensalmente temáticas de interesse dos integrantes, cuja pauta era previamente estabelecida pelo conjunto dos indivíduos que reunia (Lima, *et. al* 1998).

A área da criança e do adolescente foi impulsionada pela presença de diversos grupos atuantes no Estado interessados e preocupados em operar o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e também disseminar a nova abordagem contida na legislação em vigor. A Educação, com 9 conselhos em exercício na RMR, apresenta-se relativamente representada ao considerar-se a dimensão do setor educacional e sua profunda importância para o processo de consolidação da democracia.

O meio ambiente, muito embora seja atualmente uma questão em pauta e uma problemática de longo alcance com implicações nas múltiplas escalas – local, nacional e internacional – ganha certo espaço no âmbito metropolitano, uma vez que se encontra instalado em 9 municípios.

A existência de Conselho de Habitação, apenas no município de Cabo de Santo Agostinho, aponta a carência de um espaço de articulação institucionalizado, direcionado para essas questões entre a sociedade civil e Estado, o que dificulta colocar em pauta a premência por habitação e as condições precárias de moradia de um percentual significativo da população pauperizada na RMR. Vale citar que, além do Conselho instalado no município de Cabo de Santo Agostinho, o PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social) do Recife é um Fórum articulado a um sistema de gestão de intervenção urbanística e de regularização fundiária de assentamentos pobres institucionalizados como ZEIS e vinculado a um Fundo Específico para as áreas ZEIS,

16 O Fórum teve como principais marcos de atuação: a realização da 1ª Conferência Estadual de Assistência Social em Pernambuco; a organização de 09 Encontros Regionais com a participação de 93 dos 182 municípios do Estado; participação no processo de aprovação do projeto de lei de Criação do Conselho Estadual de Assistência Social – novembro de 1995 e de implantação dos Conselhos Municipais; participação no processo de discussão para criação do Fundo Estadual de Assistência Social e instituição dos Fundos municipais e na criação do Conselho de Secretários Municipais de Assistência Social (Lima, *et al*, 1998 p. 6).

que tinha uma dotação orçamentária média de 4 milhões a.a., até o ano 2002, reduzido para 700 mil a.a. em 2003. Vale ainda destacar que a aprovação do Projeto de Lei 2.710, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, prevê a criação de conselhos e fundos federais, estaduais e municipais de habitação, o que levará a mudanças no quadro da gestão municipal da política urbana.

As implicações, dessa realidade, podem estar relacionadas: a) à ausência de políticas habitacionais mais consistentes para responder as demandas e anseios da população, a partir de finais dos anos 80; b) às limitações financeiras dos municípios, particularmente das regiões mais empobrecidas do país, para assumirem as competências pós-constituição, especialmente na implementação de programas habitacionais; c) ao jogo de interesses envolvendo uma diversidade de atores públicos e privados na questão habitacional, de dimensão nacional, bastando lançar um olhar para o tempo decorrido na aprovação do Estatuto da Cidade, situação definida tão somente em 2001, com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) a explicação, para essa lacuna, pode referir-se a retração dos movimentos sociais urbanos na década de 90, resultando na fragilidade dos processos organizativos da população (Lima e Bitoun, 2004).

O Conselho de Desenvolvimento Urbano na cidade do Recife e em Olinda destaca esses municípios originários da região no tratamento de múltiplas questões concentradas no urbano, com dimensão macro.

É importante destacar que os desenhos locais da distribuição dos Conselhos e da importância que assumem guardem relações com a consolidação dos setores em escala nacional, em especial no ritmo da produção de leis regulamentando a Constituição de 1988 e municipalização de políticas nacionais com repasses de recursos através de fundos setoriais.

3.4.2.A Composição dos Conselhos Municipais¹⁷

Quanto à composição dos conselhos municipais na RMR, observa-se que é no contexto dos anos 90 que novas modalidades de espaços públicos propiciam alternativas de

17 Este item apresenta os resultados da pesquisa: *Conselhos Municipais: desafios e possibilidades na democracia participativa* realizada na Região Metropolitana do Recife (RMR), no período de outubro de 2000 a junho de 2001. O estudo integra a rede de pesquisa do PRONEX, coordenada em âmbito nacional pelo Observatório de Políticas Públicas do Instituto de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/ UFRJ e a FASE Nacional e envolvendo as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Belém e Curitiba. Em Pernambuco, a responsabilidade da pesquisa coube ao Observatório de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais, sob a coordenação de Rosa Cortez Lima. O texto final da pesquisa conta com a participação de Jan Bitoun (Lima e Bitoun, 2003).

atuação entre sociedade civil e Estado, repercutindo na institucionalização dos conselhos. No âmago desse novo ambiente, os conselhos instalam-se como espaços de diversidade e heterogeneidade. A composição formal, instituída por lei, conforma a partição entre os representantes oriundos da sociedade civil e os representantes indicados por diferentes instâncias governamentais (Lima e Bitoun, 2004).

Vale destacar a pluralidade interna e pertinente ao formato da participação de segmento da sociedade civil, uma vez que pode apontar para pesos políticos diferenciados – na correlação de forças internas e no confronto do jogo de interesses entre os diversos atores partícipes do processo de participação social, assim como no empenho para democratização da gestão pública. É também importante ressaltar a multiplicidade de questões imbricadas no formato dessa relação emergente, decorrente de práticas históricas centralizadas de gestão pública e, mais, as freqüentes reações do corpo técnico institucional a práticas participativas (LIMA e BITOUN, 2004).

A diversidade na composição dos conselhos permite aproximar em uma mesma arena política, atores diversos, tornando imperiosa a necessidade de uma rede de articulação, de interação germinando novas facetas da cidadania¹⁸.

O retrato educacional do conjunto dos conselheiros na RMR ressalta que a grande maioria dos segmentos sociais apresentaram média e alta escolaridade. Comparando os representantes governamentais e da sociedade civil, observa-se que os primeiros detêm 79.3% de alta escolaridade, enquanto o grupo seguinte tem 42.1%. O domínio da alta escolaridade entre os representantes governamentais pode ser compreendido ao se remeter às práticas institucionais tradicionais da relação do Estado brasileiro com a população. Nesse caso, a interlocução do Estado com segmentos populares esteve freqüentemente delegada aos profissionais de graus de instrução mais elevada. E, no bojo das alterações das práticas políticas atuais, esse fator transparece nos órgãos de participação colegiada. Já no interior do grupo da sociedade civil percebe-se certa proximidade nas três variáveis: alta, média e baixa escolaridade. Agregando-se os dois segmentos, sobressai o percentual de 26,9%, com baixa escolaridade (*idem; ibidem*).

18 Na pesquisa em que se baseia esta análise, foram ouvidos segmentos não-governamentais - associações civis (54%), organizações sindicais (15%), entidades patronais (5%), e os segmentos governamentais (26%). A priorização dos segmentos sociais não-governamentais na escuta da pesquisa teve sustentação no potencial de luta e embate para a consolidação da democracia participativa e nas possibilidades de exercício do controle social (Lima e Bitoun, 2004).

Prevalece no perfil ocupacional, para a maioria do conjunto metropolitano, uma situação ocupacional definida. Comprovadamente, os representantes governamentais respondem com 97,6%, dentro do seu grupo, nessa situação. Na verdade, a indicação desse segmento para integrar os órgãos colegiados sai do quadro de funcionários públicos. Diferentemente, no caso dos conselheiros não-governamentais, não há entre os representantes e a organização representada uma relação trabalhista. Desta forma, é relevante a existência de 9,8% de desempregados internamente a esse grupo, mesmo registrando-se 77,4% com trabalho definido. Sublinha-se como significativo a existência de 10,6% adicionados nos dois segmentos na situação de aposentado (*idem; ibidem*).

Nesse sentido, cabe refletir sobre os níveis de participação desses conselheiros e das possibilidades de construção da democracia e, mais particularmente, quando as condições de vida encontram-se confrontadas com seus limites. Considere-se que, mesmo vivenciando a situação declarada da ausência de rendimentos, esse grupo de indivíduos permanece comprometido e presente como representante de sua associação no Conselho, portanto, integrado em uma determinada perspectiva. Mesmo assim, entende-se que a questão persiste, ou seja, como a realidade da situação de trabalho vivenciada pelos conselheiros poderá interferir no processo participativo (*idem; ibidem*).

O perfil dos conselheiros da RMR, ao realizar-se o cruzamento das variáveis de gênero versus renda, diferentemente, de gênero versus escolaridade, são os homens que se localizam no ponto mais alto, respondendo por 40,6% do universo estudado, com salários mínimos acima de 10, enquanto as mulheres, para essa mesma faixa salarial, são representadas por 32,5%. Os dois gêneros ficam mais próximos, em termos de rendimento, quando considerado o teto de cinco salários em diante – 55,3% para o sexo masculino, e 51,9% para o sexo feminino. Mas os homens diferem para mais em relação às mulheres. Na faixa até dois salários mínimos é o sexo feminino que mostra os percentuais mais elevados 32,5%, contra 22,4% correspondendo ao sexo masculino. Na verdade, os dados expressos demonstram e correspondem à mesma estrutura de acesso a salário e da conseqüente remuneração, no país, entre o feminino e o masculino.

Aproximando as variáveis escolaridade, rendimento e situação ocupacional dos conselheiros não-governamentais, observa-se que há um número expressivo de conselheiros da região metropolitana integrando os estratos sociais de baixa renda.

Mesmo considerando a diversidade interna do universo dos conselheiros é necessário ressaltar que a participação constitui-se no elo articulador da configuração concretamente vivida nos Conselhos Gestores das políticas públicas. Entende-se que essa participação ultrapassa a escala local e envolve a emergência de sujeitos sociais múltiplos, equivalentes aos novos atributos da vida política e imprescindíveis às relações do Estado e sociedade no país. Significa anotar que as políticas públicas concebidas no âmbito dos conselhos estão implicadas em responder as dimensões de acesso aos direitos sociais, com atuação expressiva e intensa nas profundas desigualdades – socioeconômicas políticas e culturais – de enormes parcelas da população brasileira. (*idem; ibidem*).

3.4.3.A Cultura Cívica dos Conselheiros Municipais

Os vínculos associativos no conjunto metropolitano dos conselheiros municipais da RMR, vistos a partir do recorte da inclusão em associações sindicais ou órgão de classe, mostram que 46,7% do total vinculam-se a associações desse gênero. Olhando a inclusão por segmento, percebe-se que, entre os governamentais a maioria, ou seja 59,8% dos declarantes têm vínculos associativos; e dentre os representantes da sociedade civil, daqueles com algum tipo de vínculo, resume o percentual de 42,7%. Verifica-se que a presença associativa é mais larga para o segundo grupo, uma vez que responde em números absolutos por uma vinculação mais elevada ao se comparar os dois segmentos (*idem; ibidem*).

Ao se considerar o grau de participação na entidade associada, confirma-se um certo declínio na efetividade da participação (43,2%), quando confrontada com a vinculação. Considerando os dados por segmentos e destacando os associados com frequência a quatro ou mais reuniões, é a sociedade civil que assegura os maiores percentuais (53,5%); em situação oposta, a representação estatal tem os valores mais altos nas declarações de participação não ativa e sem frequência a reunião (55,10%). Contudo, não é desprezível o percentual de 22,4% da representação do governo com participação ativa, embora seja importante indagar sobre os critérios de escolha dos representantes governamentais para os Conselhos Gestores. É importante ressaltar que, para parcela dos representantes da sociedade civil, a vinculação à associações tem um caráter obrigatório, na medida em que a sua indicação decorre dessa vinculação (*idem; ibidem*).

Os laços político-partidários do universo dos conselheiros são definidos pela filiação de 46,1% entre os que informaram ter vinculação a partidos políticos. De acordo com

a classificação¹⁹ do perfil ideológico traçado para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, os partidos são agregados em dois grupos de esquerda e centro/direita. Ao se analisar as informações, percebe-se uma rápida elevação da preferência pelos partidos de esquerda, somando 51,7% dos conselheiros. Transpondo-se a análise de filiação partidária para uma distribuição internamente em todos os segmentos, a sociedade civil conta com 43,8% filiados a partidos políticos independentemente do perfil ideológico, em oposição 56,2% declararam não ter filiação; enquanto a representação do Estado responde pelo percentual de 52,4% de filiados e 47,6% sem filiação. Em termos absolutos predomina a sociedade civil entre os entrevistados com filiação partidária (*idem; ibidem*).

Utilizando o perfil ideológico, por segmento, os conselheiros da sociedade civil mostram uma ligeira superioridade (50,5%) na preferência pelos partidos de centro/direita, ao compararem-se os percentuais a 49,5% como indicação para partidos de esquerda. No caso da representação estatal a situação inverte-se, sendo que, dentre os filiados 56,8% pertencem aos quadros da esquerda, enquanto 43,2% estão no outro grupo de centro/direita. Esses dados revelam a tradição de polarização política, característica de Pernambuco, onde tanto a direita e o centro direita (por meio do DEM) têm lideranças históricas (vinculadas, por exemplo, a Marco Maciel), como os têm a esquerda e o centro esquerda (vinculadas a Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos). Revelam também, no que se refere à representação estatal, o maior interesse e a maior propensão em multiplicar conselhos das administrações de esquerda. A classificação adotada para fins de comparação nacional, vincula o PMDB ao centro/direita quando a sua principal liderança em Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, liderava na década de 80 e início de 90 o grupo dos “autênticos”, assumindo uma postura de centro esquerda e desenvolvendo práticas participativas, entre as quais se destaca a implantação do Fórum do PREZEIS, em 1987, na capital. Muitas lideranças da sociedade civil estavam então vinculadas ao PMDB. Na segunda metade dos anos 90, Jarbas Vasconcelos constrói uma aliança do PMDB com o PFL, de modo a conquistar o poder estadual. Apesar disso, muitas lideranças mantiveram-se no PMDB passando então, a serem classificados no grupo de centro-direita, embora não signifique necessariamente um “perfil ideológico” ligado a uma tradição de direita (*idem; ibidem*).

19 Classificação efetuada para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas. Partidos de esquerda: PT, PSB, PDT, Pcdob, PCB, PSTU. Centro/direita: PMDB, PSDB, PFL, PL (Lima e Bitoun, 2004).

Importa salientar que, na prática interna dos conselhos, as indicações dos representantes estatais, freqüentemente, recaem sobre o quadro técnico-político com altos graus de escolaridades e, funcionalmente, muitos dos quais exercem cargos de chefia e/ou desempenham a função de secretário municipal. Supostamente, a aproximação entre a função desempenhada no quadro institucional seja um dos fatores associados à vinculação partidária desses conselheiros.

A inserção nos quadros orgânicos partidários, incluindo a participação periódica a reuniões e a convenções é apontada por 60,9% dos conselheiros filiados a partidos políticos. Assim, corrobora a vivência na dinâmica da prática política de uma maioria expressiva entre os declarantes de filiação partidária. Observa-se, nesse caso, uma sistemática de participação mais intensa em partidos políticos, quando confrontada à participação sindical. É a candidatura à vereança que sobressai pela predominância quase absoluta (98,4%), entre os que já foram candidatos. A dimensão local dos conselhos, provavelmente, estaria nas raízes da escolha, associada, de certa forma, ao raio de abrangência do exercício do cargo, às possibilidades de interferência no ambiente citadino e às alternativas de articulação de redes conjugadas à prática política do município.

A inserção orgânica em partidos pelo segmento governamental é, em termos absolutos, mais baixo (33) 73,3%, do que os segmentos não-governamentais (59) 55,7%, dentre o conjunto com declarações afirmativas. Nas duas situações a inserção mostra-se efetiva. A candidata a vereador detém a preferência dos dois segmentos. Os representantes do governo totalizam 100% dos declarantes e os não-governamentais 98,4%. A análise de dados e de informações, quando utilizadas pelos conselheiros para se apoderar sobre os acontecimentos políticos, permite estabelecer uma relação com elementos associados à cultura cívica que lastreiam as possibilidades de influenciar as suas decisões no conselho em que atuam. O jornal e qualquer outra fonte preponderam entre o conjunto dos conselheiros, responde por 97,2%. Surpreende a indicação de apenas 2,8% dos conselheiros que fazem uso do rádio, considerando a penetração da televisão e a sua dimensão nacional. As fontes de informação para decidir o voto agregando o uso do jornal e qualquer outra fonte, e os sindicatos e qualquer outra fonte somam 68,6%, e rádio, a TV ou conversa aparece

com 24,6% de indicações entre esses conselheiros. Contudo, a influência da igreja²⁰ e de qualquer outra fonte exceto as já contabilizadas, destaca-se pela baixa indicação 6,7% (*idem; ibidem*).

Os dados ensinam e reafirmam, na territorialidade da Região Metropolitana do Recife, a existência de uma tradição associativa e uma cultura de participação cívica. Entretanto, essa realidade não assume características amplamente difundidas, mas concentrada em reduzidos segmentos sociais. No entanto, as informações induzem a pensar que os espaços de presença política, abertos pela recente democracia do país, ainda não se traduziram efetivamente em vínculos partidários, resultado de uma atitude refratária da ampla maioria da população em assumir compromisso nessa direção. Em certo sentido, pode-se inferir por esse viés que a maior “vinculação” política estaria traduzida na expressão do voto, no caso brasileiro, obrigatório.

Mas, as informações também apontam para a participação do cidadão criando vínculos, acumulando práticas históricas, delineando possibilidades para o exercício efetivo da cidadania e da democracia. Neste sentido, os Conselhos Gestores têm se constituído em espaços privilegiados que estabelecem um fio condutor e canalizador aos elementos da participação cívica e uma proximidade desafiante com práticas públicas ainda sustentadas em comandos centralizados de gestão pública. Isso leva a reafirmar que um grande processo de participação, apenas iniciado, pode estar em curso.

20 Em um passado recente, a força da Igreja Católica apresentava-se fortemente conectada aos compromissos e lutas sociais, claramente visíveis no Recife. As vinculações desenhavam-se por intermédio da linha progressista da Igreja, realidade, hoje, em permanente declínio. Essa tendência tinha em Dom Hélder Câmara – Arcebispo de Olinda e Recife – uma expressão maior nos compromissos com segmentos da sociedade civil envolvidos nas lutas sociais. Por outro lado, o crescimento das igrejas de várias perspectivas protestantes, embora em expansão, não aponte para abertura de debates políticos.

4. Desempenho Fiscal dos Municípios

4.1. Indicadores de Receita

A receita e o desempenho fiscal de um município dependem do movimento da sua economia, bem como de práticas dos gestores públicos referentes à eficiência da administração tributária e fiscal. Para identificar os principais movimentos da economia, foram selecionados dados referentes ao Produto Interno Bruto dos municípios, estimados pelo IPEA e apresentados, a preços de 2000, em estudo realizado para o Ministério das Cidades (OBSERVATÓRIO, 2005c)²¹.

De acordo com a Tabela 4.1, em 1996, o PIB *per capita* do município pólo alcançava R\$ 8.800,00, a preços de 2000. Era o mais alto da Região Metropolitana, excetuando-se o pequeno município de Itapissuma, habitado por pescadores e trabalhadores da cana-de-açúcar, que abriga uma importante fábrica da Alcoa. Também se destacava, com um valor de R\$ 6.600,00, o município de Ipojuca, contando com uma usina de açúcar, os empreendimentos turísticos do balneário de Porto de Galinhas e o Porto Industrial de Suape. Entre R\$ 3 e 5 mil de PIB *per capita*, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Igarassu associam uma atividade rural centrada na cana-de-açúcar e uma estrutura industrial sob forma de distritos implantados ao longo da BR-101. Paulista, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, na mesma faixa de PIB *per capita* que os dois municípios supracitados, são bem mais populosos e urbanizados, destacando-se pelas atividades de serviços, comércio e

21 O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA desenvolveu estimativa do Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros para os anos censitários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996. No período, a criação de municípios implicou em mudanças que impedem, como adverte o documento, a comparação em bases municipais.

armazenagem, ao lado de algumas atividades industriais em Paulista (Paratibe) e Jaboatão dos Guararapes (antiga sede e BR-101). A estrutura de Olinda assemelha-se mais à do Recife, com predominância absoluta de serviços e comércio. Destacam-se negativamente, com PIB *per capita* pouco acima ou abaixo de R\$ 2 mil, municípios dormitórios, como Abreu e Lima e Camaragibe, outros dormitórios e parcialmente rurais (Moreno e São Lourenço da Mata), havendo ainda o caso da Ilha de Itamaracá, com algumas atividades rurais e a predominância de segundas residências.

TABELA 4.1 – RMR. População e PIB Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana do Recife Segundo Nível de Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano.

Municípios segundo o grau de integração ao pólo		População 2004	Taxa de crescimento	PIB per capita 1996
Código	Município		2000-2004	(R% mil/2000)
Município pólo				
2611606	Recife	1.486.869	1,11	8,79
Município com Muito Alto nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	630.008	2,02	3,52
2609600	Olinda	381.502	0,91	4,64
2610707	Paulista	288.273	2,39	3,65
Municípios com Alto nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	95.198	1,69	1,96
2602902	Cabo de Santo Agostinho	166.286	2,11	3,68
2603454	Camaragibe	143.732	2,8	1,75
Municípios com Médio nível de integração				
2601052	Araçoiaba	17.046	3,06	–
2606804	Igarassu	89342	2,08	3,09
2607604	Ilha de Itamaracá	18.040	3,28	1,56
2607208	Ipojuca	66.390	2,87	6,62
2607752	Itapissuma	22.018	2,28	8,94
2609402	Moreno	54.373	2,53	1,74
2613701	São Lourenço da Mata	92.732	0,64	2,24

Fonte: Observatório (2005c) p.086

Assim, se é clara a diferença entre o município pólo, com tamanho econômico incomparavelmente maior que os demais, também há grandes diferenças entre os municípios da Região Metropolitana, que se acentuam no período mais recente (Tabela 4.2).

TABELA 4.2 – RMR. Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana do Recife Segundo Nível de Integração ao Pólo Metropolitano (1999-2002)

Municípios segundo o grau de integração ao pólo		PIB 1999-2002 per capita corrente (R\$)				PIB 1999-2002 per capita Preços 2002 (R\$)				Variação real Anual (%)		
Código	Município	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Município pólo												
2611606	Recife	6.141	6.586	6.949	7.822	7.876	7.794	7.655	7.822	-1,05	-1,77	2,18
Município com Muito Alto nível de integração												
2607901	Jaboatão dos Guararapes	4.002	4.075	4.189	4.824	5.132	4.823	4.614	4.824	-6,03	-4,33	4,55
2609600	Olinda	2.303	2.760	2.756	3.026	2.953	3.266	3.036	3.026	10,61	-7,04	-0,33
2610707	Paulista	2.555	2.780	2.736	3.087	3.277	3.290	3.014	3.087	0,38	-8,37	2,39
Municípios com Alto nível de integração												
2600054	Abreu e Lima	3.333	3.696	3.820	3.948	4.275	4.374	4.208	3.948	2,34	-3,81	-6,17
2602902	Cabo de Santo Agostinho	8.954	11.187	13.361	15.301	11.484	13.240	14.719	15.301	15,30	11,17	3,95
2603454	Camaragibe	2.007	2.036	1.962	2.246	2.573	2.410	2.162	2.246	-6,37	-10,29	3,89
Municípios com Médio nível de integração												
2601052	Araçoiaba	963	1.161	1.287	1.523	1.236	1.374	1.417	523	11,22	3,13	7,47
2606804	Igarassu	5.890	5.840	6.511	6.925	7.554	6.912	7.173	6.925	-8,50	3,77	-3,45
2607604	Ilha de Itamaracá	2.020	2.122	2.392	2.568	2.591	2.511	2.635	2.568	-3,09	4,95	-2,54
2607208	Ipojuca	18.726	23.751	30.089	32.485	24.016	28.110	33.146	32.485	17,05	17,91	-1,99
2607752	Itapissuma	16.192	15.857	18.699	14.611	20.766	18.768	20.599	14.611	-9,62	9,76	-29,07
2609402	Moreno	2.276	2.503	2.678	2.941	2.918	2.962	2.950	2.941	1,49	-0,40	-0,32
2613701	São Lourenço da Mata	1.932	1.924	2.290	3.190	2.478	2.277	2.523	3.190	-8,13	10,81	26,43
Total RM Recife		5.022	5.496	5.932	6.635	6.441	6.505	6.534	6.635	1,00	0,45	1,54

Fonte: IBGE (2002a). Estimativas para o período 1999-2002.

Na Tabela 4.2, que utiliza estimativas do IBGE para o período 1999-2002, observa-se que, em 10 dos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife, o valor do PIB, expresso em preços de 2002, fica estagnado ou diminui no período. Esta estagnação ocorre em todos os municípios do núcleo mais central da aglomeração (Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) e nos municípios dormitórios (Camaragibe e Abreu e Lima e Moreno) mais próximos do núcleo central. Nos municípios mais periféricos, há contraste entre o recuo observado em áreas industriais do norte da aglomeração (Igarassu, e Itapissuma) e o dinamismo que caracteriza o oeste (São Lourenço da Mata) e, sobretudo, o sul da aglomeração (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Nestes dois últimos, aceleram-se as implantações de grandes empreendimentos turísticos, de indústrias e de serviços portuários em Suape, havendo ainda no Cabo de Santo Agostinho implantação de

atividades de armazenamento, devido à posição na entrada sul da Região Metropolitana, outrora favorecendo Jaboatão dos Guararapes, cujo PIB recuou. Mesmo com a estagnação do valor do PIB, Recife mantém sua posição de pólo regional. Em 2002, entre os cem municípios brasileiros com maior PIB, Recife é o 11º (o 1º entre os 30 maiores do Nordeste), aparecendo na mesma lista Jaboatão dos Guararapes, em 71º (o 11º do Nordeste) e os “emergentes” Cabo de Santo Agostinho (81º do Nordeste) e Ipojuca (94º do Nordeste), respectivamente em 13º e 14º lugares. Olinda e Paulista ocupam os 24º e 29º lugares entre os 30 maiores PIB’s do Nordeste, conforme divulgado pelo IBGE.

Os indicadores referentes à receita (Tabela 4.3) vinculam-se a essa estrutura econômica e à existência, nos maiores municípios, de uma administração tributária capaz de arrecadar. No Recife, mais de um terço da receita provém de fontes tributárias diretamente administradas pelo município (Autonomia Base Tributária). No conjunto dos demais municípios, essa proporção cai para um décimo. Em Olinda, há uma forte dependência desse tipo de receita (29,5%), bem menor em municípios com PIB mais elevado (Jaboatão dos Guararapes: 19,8%; Ipojuca: 16,1% e Cabo de Santo Agostinho: 7,4%). As transferências de parcelas de impostos estaduais e federais arrecadados no território municipal (IPVA, IRRF, ICMS, ITR) são resultantes de atividades econômicas que aí se desenvolvem (Autonomia por Base Territorial, cumulativo com o percentual anterior). Os municípios periféricos permitem mais que duplicar a receita, encontrando-se municípios com PIB alto que arrecadam poucos tributos municipais (Itapissuma, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itapissuma e Jaboatão dos Guararapes). O indicador de Segurança Legal apresenta a parcela da Receita Total que se origina de fontes garantidas por lei, inclusive na Constituição Federal. Inclui as transferências como o FPM, SUS, FUNDEF e outras. Em todos os casos elas são bastante altas, com destaque para os municípios com muita população e poucas atividades econômicas (Camaragibe, Abreu e Lima, Paulista e Olinda). Quanto às vinculações legais da Receita, a vinculação mínima de saúde e educação já consumiriam cerca de 40% da receita (OBSERVATÓRIO, 2005c: p. 20, 21 e 61). Observa-se que o valor apresentado pelo Recife ficou prejudicado pela forma de apresentação dos dados à STN ²².

22 Compete à Secretaria do Tesouro Nacional a Consolidação das Contas Públicas. Para isto, recebe informações dos Municípios, dos Estados e da União.

TABELA 4.3 – RMR. Indicadores de Estrutura e Vinculação da Receita do Município Pólo e dos Demais Municípios da Região Metropolitana do Recife. (2003) - (Em %)

Municípios da Região Metropolitana do Recife	Estrutura da Receita				Vinculação da Receita			
					Vinculação Legal com Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras	Sobre Receita Total	Sobre Receita Fiscal	Sobre Receita Total	Sobre Receita Fiscal
Recife (Pólo)	34,08	62,61	81,28	2,47	23,29 *	23,88 *	25,77 *	26,42*
Demais Municípios	10,01	23,80	89,79	1,11	40,88	41,31	43,11	43,57

Fonte. Observatório (2005c) p. 19 * A economista Sol Garson informa "O valor apresentado pelo Recife ficou prejudicado pela forma de cálculo; os indicadores para a cidade aproximam-se de 41,0%)

4.2. Indicadores de Despesa

Verifica-se na Tabela 4.4, a importância do gasto social, tanto no município pólo como em demais municípios. Em Camaragibe e São Lourenço da Mata, este indicador passa dos 80%. Na estrutura da despesa, é baixa a parcela reservada para os investimentos. No caso do gasto urbano, Ipojuca é um caso excepcional, atribuindo mais de 20% da despesa à função urbanismo, certamente para investir em melhoria dos serviços e infra-estrutura urbana do balneário de Porto de Galinhas, situado no território daquele município.

TABELA 4.4 – RMR. Indicadores da Despesa do Município Pólo e dos Demais Municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) (Em %)

Município Pólo e Demais Municípios	Estrutura da Despesa				Rigidez do Orçamento Total	Rigidez do Orçamento Fiscal	Prioridade de Gasto	
	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimento e Outras			Gasto Social	Gasto Urbano
Recife (Pólo)	44,44	47,79	2,28	5,49	57,30	58,75	61,71	19,00
Demais Municípios	47,32	42,15	1,09	9,44	64,79	65,66	67,96	13,53

Fonte. Observatório (2005c) p. 19

4.3. Indicadores de Investimentos e de Endividamento

Os indicadores de Endividamento e de Capacidade de Investimentos apresentam situação mais confortável na capital que no seu entorno. Deve-se tanto a um maior padrão administrativo quanto ao maior movimento econômico (Tabela 4.5).

TABELA 4.5 – RMR. Indicadores de Endividamento e Capacidade de Investimento do Município Pólo e dos Demais Municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) (Em %)

Município Pólo e Demais Municípios	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Investimento de Equilíbrio		Endividamento e Comprometimento de Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta / Receita Corrente Líquida	Dívida Líquida/ Receita Corrente Líquida	Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida
Recife (Pólo)	5,71	28,07	1,60	11,72	(2,59)	30,70	8,09	2,40
Demais Municípios	10,39	116,76	6,24	90,91	90,22	19,46	4,03	1,16

Fonte. Observatório (2005c) p. 20

A análise dos valores do PIB e a apresentação de alguns indicadores de desempenho fiscal demonstram que há na Região Metropolitana do Recife alguns municípios que poderiam melhorar seu desempenho fiscal, do lado da receita, ampliando a arrecadação municipal e, do lado da despesa, ampliando os investimentos. Entre esses municípios, destaca-se Jaboatão dos Guararapes, cujos indicadores são pouco satisfatórios. E, numa perspectiva pró-ativa, torna-se urgente profissionalizar e incrementar a eficiência das administrações do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que, num futuro próximo, deverão lidar com crescimento urbano acelerado provocado pelas oportunidades geradas pelos empreendimentos econômicos de Suape (Porto Industrial), de modo que as receitas municipais geradas possam converter-se em incremento da qualidade urbana e em desenvolvimento social. Ficou também patente que alguns municípios, com PIB *per capita* muito baixo, tais como Camaragibe, Abreu e Lima, Moreno e Olinda, enfrentam problemas de relativa estagnação do PIB e, no contexto da pobreza da população e da insuficiência da receita, não têm como promover mudanças significativas do quadro urbano.

Alguns mecanismos de solidariedade fiscal entre municípios da mesma região metropolitana poderiam então ser necessários para que, garantindo uma maior equidade, evite-se a excessiva concentração de riqueza, infra-estruturas e empreendimentos gerando congestionamento em algumas áreas e abandono de outras, paulatinamente degradadas.

Considerações Finais

A questão que se coloca para a realização deste estudo indaga até que ponto os municípios da Região Metropolitana do Recife, na sua diversidade e relações de complementaridade, apresentam condições financeiras de assumir ações em cooperação, entre si e com outros níveis de governo, visando participar ativamente de uma política de desenvolvimento urbano sustentável.

Na análise procedida, constata-se uma centralidade muito forte no pólo metropolitano, apesar da forte relação de complementaridade de quatro municípios que detêm, em relação ao pólo, um nível muito alto de integração – Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista – e, ainda, do município vizinho Camaragibe, que estabelece um alto nível de integração com o Recife, com sua sede situada na extensão oeste da malha urbana que se amplia a partir do município pólo.

Observa-se, ainda, a importância do órgão de gestão metropolitana que atua vinculado a um Conselho Metropolitano – o CONDERM, e desenvolve alguns planos, projetos e programas, articulando as ações de diversos municípios da RMR e procurando suprir a ausência de consórcios e de ações compartilhadas autonomamente entre municípios metropolitanos. E, ainda, exerce uma função de assessoria e apoio aos municípios menos equipados institucionalmente, no sentido de atualizar instrumentos normativos e legais de controle urbanístico, especialmente o Plano Diretor.

No momento em que são relacionadas, de um lado, as condições dos municípios da RM Recife, excetuando-se o pólo metropolitano e alguns municípios que apresentaram avanços na sua gestão, expressos inclusive pela institucionalização e atuação de seus conselhos municipais, e de outro lado, as exigências do gasto com as políticas urbanas,

onde predominam as despesas de capital que envolvem recursos concentrados e com financiamento assegurado, tem-se a dimensão do grande desafio a enfrentar. Especialmente se for levado em consideração que os mecanismos apresentados pelas políticas públicas no país vêm priorizando a autonomia dos municípios.

Sem mecanismos de solidariedade mais orgânicos entre municípios, há o risco da ampliação das desigualdades entre municípios mais equipados e atrativos para os investidores e outros relegados à condição de dormitórios cada vez mais precários. Perspectiva essa que se agrava quando há anúncios e sinais de retomada dos investimentos no Pólo Central (Projeto Recife – Olinda) e evidente atração dos municípios da periferia sul da Região Metropolitana (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Um olhar mais atento revela que mais do que a desigualdade entre municípios, a desigualdade intra-municipal é importante, especialmente em municípios pólo e do núcleo de muito alta integração. A impotência em reduzir essa desigualdade resultou na proliferação de espaços fechados e hostis fragmentando a cidade em bolsões de riqueza onde se concentra a vida econômica oficial. As propostas de renovação dos espaços centrais, se não incluírem a requalificação de assentamentos populares pobres no mesmo ritmo dos novos empreendimentos, serão fadadas a ampliar essa desigualdade. Em periferias da Região Metropolitana, especialmente no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, e a oeste com a duplicação da BR-232, há sinais e evidências de novos e grandes empreendimentos. Esses empreendedores encontram administrações municipais pouco profissionais e subdimensionadas e populações com pouca formação. Há então o risco de constituição de enclaves e da reprodução precoce de espaços segregados. Finalmente, fora dessas áreas de especial dinamismo e de desigualdade posta ou por vir, há muitos e extensos espaços com condições precárias de moradia em alagados, colinas e mesmo em conjuntos habitacionais mal conservados. Não há recursos locais suficientes para implantar ou recuperar as infra-estruturas necessárias à qualidade da moradia e dos ambientes públicos. A recuperação desses espaços envolve um esforço nacional e coordenado.

Referências Bibliográficas

ALHEIROS, Margareth et. Al., (2002). **Diagnóstico Ambiental, Urbanístico e Social dos Morros da Região Metropolitana do Recife**. Relatório – Programa Viva o Morro. Recife, FIDEM.

ALHEIROS, Margareth et. al., (2003). **Manual de Ocupação dos Morros da Região Metropolitana do Recife**. Programa Viva o Morro. Recife, FIDEM.

ALVES, Cleide, (2005). **Verba federal ajudará morros**. Jornal do Commercio. Recife, 24 abr. Caderno Cidades, p.4.

ANDRADE, Maurício, (2002). **Serviços Urbanos na Região Metropolitana do Recife**. Projeto Metrôpole Estratégica. Recife, FIDEM.

BALTAR, Antônio Bezerra, (1951). **Diretrizes de um Plano Regional para o Recife**. Tese de Concurso para Cátedra da Escola de Belas Artes do Recife. Recife: Escola de Belas Artes do Recife.

BALTAR, Luis Antônio de Andrade, (2002). **Diagnóstico da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário**. Projeto Metrôpole Estratégica. Recife, FIDEM.

BAQUERO, Marcelo, (2002). Democracia, cultura política e comportamento político: uma análise da situação brasileira. *In Democracia: teoria e prática*. (Org) PERISSINOTTO, Renato Monseff, FIKS, Mario. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Curitiba, PR: Fundação Araucária.

BITOUN, Jan, (2005). O Que revelam os Índices de Desenvolvimento Humano. In: RECIFE. Prefeitura; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; BRASIL.

Ministério da Integração. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. Recife, CD-ROM.

BITOUN, Jan. (2002). **Programa de Administração Participativa de Camaragibe** – PE. Texto mimeo. Departamento de Ciências Geográficas/Observatório de Políticas Públicas – UFPE. – Recife-PE.

FIDEM, (1999). **Programa Governo dos Municípios. Regiões de desenvolvimento.** Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM.

FIDEM, (2002). **Metrópole Estratégica.** Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal.

FIDEM, (2002). **Projeto de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – PROMETRÓPOLE.** Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal.

GUIMARÃES NETO, Leonardo, (2002). Mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife. Projeto Metrópole Estratégica. Recife, FIDEM.

IBGE. 2002a. Economia, Produto Interno Bruto dos Municípios. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (<http://www.ibge.gov.br>).

_____ 2002b. Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública. (<http://www.ibge.gov.br>)

LIMA Neto, O. (2000). *Um novo quadro institucional para os transportes públicos: condição sine Qua non par a melhoria da mobilidade e acessibilidade metropolitana.* In: **Transporte em Tempos de Reforma**, Enilson Santos e Joaquim Aragão (org), Brasília, LGE ed.

LIMA, Rosa C. e BITOUN, Jan, (2004). *Os Conselhos Municipais da Região Metropolitana do Recife: Aspectos da Cultura Cívica.* In Orlando A. Santos Junior, Luiz César Q. Ribeiro e Sérgio de Azevedo (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiências dos conselhos municipais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, Fase.

LIMA, Rosa Maria Cortês, ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa, MENDONÇA, Djanise Barros de Arruda, (1998). **Fórum Estadual de Assistência Social:** construindo espaços de participação e cidadania. Texto apresentado no XVI Congresso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, Santiago-Chile.

LYRA, Maria Rejane S. B., SOUZA, Maria Angela e BITOUN, Jan, (2005). *Demografia e Saúde: Perfil da População*. In Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife. Recife, Prefeitura do Recife.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto, (2003). **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP.

MAIA, Maria Leonor Alves, (2005). *Transporte, Cidade e Cidadão*. In: Santos Junior et all. **Programa Disciplinar de Políticas Públicas e Gestão Local**. Rio de Janeiro: Fase.

MARINHO, Geraldo, (2002). Considerações sobre o Uso e Ocupação do Solo na Região Metropolitana do Recife. Projeto MetrÓpole Estratégica. Recife, FIDEM.

MIRANDA, Livia I. B. e SOUZA, Maria Angela A., (2004). *Macro Análise do Setor Habitacional (nos Segmentos Formal e Informal) para a Região Metropolitana do Recife*. Texto produzido para o Relatório 1 - Evolução da Habitação Informal em Três MetrÓpoles do Brasil - Recife, Curitiba e Distrito Federal e Entorno Imediato. Recife, BIRD, Cities Alliance, CondepeFidem.

MIRANDA, Livia, (2002). **Habitação de Interesse Social no Recife: considerações para a formulação da política habitacional municipal**. Recife: Observatório PE, Disponível no site: (www.redehabitattk.com).

_____, (2005). *Desenvolvimento Humano e Habitação no Recife*. In: RECIFE. Prefeitura; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; BRASIL.Ministério da Integração. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife, CD-ROM.

MORAES, Demóstenes, (2002). **Por uma Política Habitacional de Interesse Social para o Recife**. Recife: Observatório PE, (Mimeografado).

MOREIRA, Morvan, (2001). **2000-2005. Projeções Preliminares da População dos Municípios da Região Metropolitana do Recife por Grupos de Idades**: Recife: Prefeitura do Recife.

OBSERVATÓRIO, (2005a). **Análise das Regiões metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro: Observatório das MetrÓpoles, FASE/IPPUR/IPARDES, (Relatório da Atividade 01).

_____ (2005b). **Tipologia Social e Identificação das Áreas Vulneráveis**. Relatório para o Ministério das Cidades – Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, IPPUR – UFRJ, 2005.

_____ (2005c). **Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas**. Relatório para o Ministério das Cidades – Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, IPPUR – UFRJ.

_____ (2005d). **Desigualdades Intraurbanas nas Metrôpoles Brasileiras**. Base de dados, organizada por município e área de expansão da amostra do Censo 2000 (www.observatorio.tk).

PATARRA, Neide; PACHECO, Carlos Américo, (2000). **Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil**. Campinas: UNICAMP.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. (1996). **Recife. Projeto de cidade, prática de participação**. Recife, PCR.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida, (2003). **Política Habitacional para os Excluídos: O Caso da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Observatório PE de Políticas Públicas / FASE PE, (www.redehabitare.tk).

Anexo

TABELA A.1 – RMR. Áreas de Expansão de Dados da Amostra – AED, 2000.

Nº	Município	Nome_aed	Código
1	Abreu e Lima	Desterro	2600054001001
2	Abreu e Lima	Centro	2600054001002
3	Abreu e Lima	Desterro, Caetes I e II	2600054001003
4	Abreu e Lima	Caetes I e II	2600054001004
5	Abreu e Lima	Pitangas, Caetes II	2600054001005
6	Araçoiaba	Araçoiaba	2601052001001
7	Cabo de Santo Agostinho	Centro, Charneca e Pirapama	2602902001005
8	Cabo de Santo Agostinho	Jussaral, Ponte dos Carvalho	2602902001099
9	Camaragibe	Timbi e Celeiro	2603454001001
10	Camaragibe	Centro, Vila da Fabrica e Primavera	2603454001002
11	Camaragibe	Bairro Novo, Estados e Alberto Maia	2603454001003
12	Camaragibe	São João, São Pedro e São Paulo	2603454001004
13	Camaragibe	Tabatinga	2603454001005
14	Camaragibe	Aldeia	2603454001006
15	Igarassu	Centro	2606804001001
16	Igarassu	Cruz de Rebouças, Ana Albuquerque	2606804001002
17	Igarassu	Três Ladeiras e Queimadas	2606804001003
18	Igarassu	Nova Cruz e Cruz de Reboucas	2606804001004
19	Ipojuca	Sede	2607208001005
20	Ipojuca	Litoral	2607208001099
21	Ilha de Itamaracá	Ilha de Itamaracá	2607604001001
22	Itapissuma	Itapissuma	2607752001001
23	Jaboatão dos Guararapes	Prazeres, Vaquejada	2607901001001

Nº	Município	Nome_aed	Código
24	Jaboatão dos Guararapes	Prazeres,Lagoa Olho D'água	2607901001002
25	Jaboatão dos Guararapes	Piedade, Candeias e Curva do	2607901001003
26	Jaboatão dos Guararapes	Candeias	2607901001004
27	Jaboatão dos Guararapes	Marcos Freire, Guararapes	2607901001005
28	Jaboatão dos Guararapes	Montes Guararapes, Jardim Jordão	2607901001006
29	Jaboatão dos Guararapes	Piedade, Aritana	2607901001007
30	Jaboatão dos Guararapes	Prazeres, Estrada da Batalha	2607901001008
31	Jaboatão dos Guararapes	Cajueiro Seco	2607901001009
32	Jaboatão dos Guararapes	Piedade Av. Copacabana	2607901001010
33	Jaboatão dos Guararapes	Barra de Jangada	2607901001011
34	Jaboatão dos Guararapes	Dom Helder	2607901001012
35	Jaboatão dos Guararapes	Guararapes	2607901001013
36	Jaboatão dos Guararapes	Conjunto Muribeca	2607901001014
37	Jaboatão dos Guararapes	Vila da Muribeca, Comportas	2607901001015
38	Jaboatão dos Guararapes	Piedade, Massangana	2607901001016
39	Jaboatão dos Guararapes	Cavaleiro	2607901002001
40	Jaboatão dos Guararapes	Sucupira	2607901002002
41	Jaboatão dos Guararapes	Dois Carneiros	2607901002003
42	Jaboatão dos Guararapes	Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR	2607901002004
43	Jaboatão dos Guararapes	Alto do Céu, Curado I	2607901002005
44	Jaboatão dos Guararapes	Curado	2607901002006
45	Jaboatão dos Guararapes	Sto Aleixo, Manassu	2607901003001
46	Jaboatão dos Guararapes	Jaboatão Centro, Floriano	2607901003002
47	Jaboatão dos Guararapes	Jaboatão Centro, Vista Alegre	2607901003003
48	Jaboatão dos Guararapes	Jaboatão Centro, Vila Rica	2607901003004
49	Moreno	Moreno	2609402001001
50	Olinda	Passarinho	2609600999001
51	Olinda	Águas Compridas, Sapucaia	2609600999002
52	Olinda	Sítio Novo, Peixinhos	2609600999003
53	Olinda	Jardim Brasil, Vila Popular	2609600999004
54	Olinda	Ouro Preto	2609600999005
55	Olinda	Jardim Fragoso, Bultrins	2609600999006
56	Olinda	Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim Atlântico	2609600999007
57	Olinda	Cidade Alta, Varadouro	2609600999008
58	Olinda	Tabajara, Rio Doce	2609600999009
59	Olinda	Tabajara, Zona Rural	2609600999010
60	Paulista	Janga	2610707999001
61	Paulista	Pau Amarelo, Maria Farinha	2610707999002

Nº	Município	Nome_aed	Código
62	Paulista	Jardim Maranguape, Mata do Janga	2610707999003
63	Paulista	Maranguape II	2610707999004
64	Paulista	Engenho Maranguape	2610707999005
65	Paulista	Fragoso, Maranguape I	2610707999006
66	Paulista	Maranguape I	2610707999007
67	Paulista	Mirueira, Jardim Paulista	2610707999008
68	Paulista	Jardim Paulista Alto e Paratibe	2610707999009
69	Paulista	Artur Lundgren	2610707999010
70	Paulista	Conceição	2610707999011
71	Paulista	Centro Nobre, Torres Galvão	2610707999012
72	Recife	Santo Amaro, Bairro do Recife	2611606999001
73	Recife	Boa Vista, Soledade, Ilha do Leite,	2611606999002
74	Recife	Sto Antonio, São Jose, Cabanga	2611606999003
75	Recife	Arruda, Campina do Barreto,	2611606999004
76	Recife	Rosarinho, Encruzilhada, H	2611606999005
77	Recife	Campo Grande	2611606999006
78	Recife	Fundão, Cajueiro, Porto da	2611606999007
79	Recife	Bomba do Hemeterio, Alto S	2611606999008
80	Recife	Água Fria	2611606999009
81	Recife	Beberibe, Linha do Tiro	2611606999010
82	Recife	Dois Unidos	2611606999011
83	Recife	Tamarineira, Parnamirim, Santana	2611606999012
84	Recife	Derby, Graças, Jaqueira	2611606999013
85	Recife	Casa Amarela, Alto do Mandú	2611606999014
86	Recife	Espinheiro, Aflitos	2611606999015
87	Recife	Poco, Monteiro, Apipucos,	2611606999016
88	Recife	Vasco da Gama	2611606999017
89	Recife	Mangabeira, Alto Jose do P	2611606999018
90	Recife	Morro da Conceição, Alto Jose Bonifácio	2611606999019
91	Recife	Macaxeira, Córrego do Jenipapo	2611606999020
92	Recife	Nova Descoberta	2611606999021
93	Recife	Brejo de Beberibe, Brejo da Guabiraba	2611606999022
94	Recife	Guabiraba, Passarinho	2611606999023
95	Recife	Cordeiro	2611606999024
96	Recife	Torre	2611606999025
97	Recife	Prado, Zumbi	2611606999026
98	Recife	Iputinga	2611606999027
99	Recife	Torrões, Engenho do Meio	2611606999028

Nº	Município	Nome_aed	Código
100	Recife	Madalena, Ilha do Retiro	2611606999029
101	Recife	Caxangá, Várzea, Cidade Universitária	2611606999030
102	Recife	Várzea, UR 7	2611606999031
103	Recife	Bongi, Mustardinha, Mangueira	2611606999032
104	Recife	Afogados	2611606999033
105	Recife	Areias	2611606999034
106	Recife	Jardim São Paulo	2611606999035
107	Recife	Sancho, Coqueiral	2611606999036
108	Recife	Curado, Totó	2611606999037
109	Recife	San Martin	2611606999038
110	Recife	Jiquia, Estância	2611606999039
111	Recife	Barro, Tejipio	2611606999040
112	Recife	Boa Viagem, Orla	2611606999041
113	Recife	Boa Viagem, Setúbal	2611606999042
114	Recife	Boa Viagem, Shopping	2611606999043
115	Recife	Pina	2611606999044
116	Recife	Imbiribeira	2611606999045
117	Recife	Vila Pinheiros, Sítio Grande, Lagoa	2611606999046
118	Recife	Ibura, Vila do SESI	2611606999047
119	Recife	Ibura de Baixo, Aeroporto	2611606999048
120	Recife	UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, UR 10	2611606999049
121	Recife	Três Carneiros	2611606999050
122	Recife	IPSEP	2611606999051
123	Recife	Brasília Teimosa	2611606999052
124	Recife	Jordão	2611606999053
125	São Lourenço da Mata	Centro	2613701001001
126	São Lourenço da Mata	São João, São Paulo	2613701001002
127	São Lourenço da Mata	Parque Capibaribe	2613701001003
128	São Lourenço da Mata	Nossa Senhora da Luz, Muribara	2613701001004

Fonte: IBGE. Microdados da Amostra - Novembro/2002

FICHA TÉCNICA – NATAL – VOLUME 6

COORDENAÇÃO:

Prof. Dra. Maria do Livramento M. Clementino (coordenadora)

Prof. Ms. Zoraide Souza Pessoa

Prof. Ms. Marconi Gomes da Silva

Luis Gustavo de Lima Sales

Prof. Ms. William Eufrásio Nunes Pereira

Prof. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes

Prof. Ms. Sebastião Milton

Ricélia Maria Marinho da Silva

Prof. Dr. Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire

Prof. Dra. Ângela Lúcia Ferreira de Araújo

Prof. Dra. Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha

Prof. Ms. Alexsandro Ferreira C. Silva

Algéria Varela da Silva

Franklin Roberto da Costa

Luana Moreira Pamplona

Rosana Silva de França

Thiago Tito de Araújo

FICHA TÉCNICA – RECIFE – VOLUME 6

Jan Bitoun

Lívia Miranda

Maria Ângela Souza (Coordenadora)

Consultora

Maria Rejane de Britto Lyra

APOIO TÉCNICO:

Amíria Brasil

Ana Josepha Wolf

BOLSISTAS:

Ailson Barbosa da Silva

Revisão final: Egláisa Cunha e Roberto Pedreira
Revisão ortográfica: Henrique Pesch e Roanita Dalpiaz
Projeto gráfico e diagramação: Virtual Design
Impressão gráfica: Gráfica Capital Ltda